

**Cristiana Nunes Carrondo de Oliveira Amorim**

**A CRIAÇÃO DAS ESCOLAS DE ARTES**  
**Arquitectura Social e Combate ao Insucesso e Abandono**  
**Escolares: Uma emergência em Vila Nova de Famalicão**

**Universidade Portucalense Infante D. Henrique**  
**Departamento de Ciências da Educação e do Património**

**PORTO**

**2009**



**Cristiana Nunes Carrondo de Oliveira Amorim**

**A CRIAÇÃO DAS ESCOLAS DE ARTES**  
**Arquitectura Social e Combate ao Insucesso e Abandono**  
**Escolares: Uma emergência em Vila Nova de Famalicão**

Dissertação apresentada na Universidade Portucalense Infante D.  
Henrique para obtenção do grau de Mestre em Administração e  
Planificação da Educação

Orientador científico Professor Doutor Agustín Requejo Osorio

**Universidade Portucalense Infante D. Henrique**  
**Departamento de Ciências da Educação e do Património**

**PORTO**

**2009**

Ao Rui Bernardo para que cresça desenvolvendo a criatividade e imaginação necessária, que lhe permita olhar para as dificuldades como oportunidades.

## **AGRADECIMENTOS**

Uma palavra especial de agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor Agustín Requejo Osorio, pela sua preciosa e incessante disponibilidade, apoio científico e alento, que perdurará na minha vida como exemplo de profissionalismo e de carácter humanístico.

Aos Directores das Escolas que prontamente me abriram as portas; Professores e Alunos que me deixaram caminhar nos seus mundos.

À minha amiga Dra. Aurora Manuela Melo pelas leituras e subsequentes apreciações críticas, bem como pelas suas aprazíveis histórias de vida reveladas, tão profícuas para a consolidação das minhas opiniões.

Aos meus Pais, que me incentivaram a ser persistente e me ensinaram a nunca puxar as rédeas ao cavalo a meio do salto, a minha eterna gratidão pelo companheirismo e pela educação que me proporcionam.

Ao Rui Manuel e Rui Bernardo sempre presentes com carinho, compreensão e estímulo.

## RESUMO

Da organização do sistema educativo emanam as directrizes de actuação das escolas. No entanto, estas instituições não têm sido capazes de motivar os alunos de forma eficaz, apesar de serem eficientes na aplicação das instruções governamentais.

À medida que a escolaridade aumenta também aumenta o sentimento nos alunos de que a escola é entediante, sendo no ensino secundário que a problemática do insucesso e abandono escolares atinge as taxas mais elevadas.

Esta investigação centra-se em torno da problemática do insucesso e abandono escolares, integrando um estudo de caso do concelho de Vila Nova de Famalicão.

A constatação da necessidade de maior motivação dos alunos e de um ambiente escolar que estimule a criatividade e comunicação mais eficaz entre professores e alunos, bem como, a existência de lacunas graves no nosso sistema educativo ao nível do desenvolvimento e expansão do ensino artístico, encaminham este meu trabalho para o conhecimento destas realidades, aprofundadas por outro estudo de caso que nos dá a conhecer a felicidade dos alunos que são contemplados pela frequência de um curso de artes.

A emergência da criação de uma escola de artes, em Vila Nova de Famalicão, existe pelo seu potencial de combater o insucesso e abandono escolares e desenvolver novas competências na população activa e potencialmente activa, que visam a inovação empresarial e a competitividade do território. O projecto educativo assente em parceria criativa, dentro e fora da escola, utilizará a cultura, identidade e património como palco e fonte do ensino e da aprendizagem, tornando este processo muito mais compensador para todos, pelo contágio do encantamento que a arte proporciona.

**Palavras-Chave:** Projecto Educativo, Insucesso e Abandono Escolares, Ensino Secundário, Escola de Artes, Desenvolvimento Local.

## **ABSTRACT**

From the educational system organization come all the guidelines, which regulate schools. Nevertheless, these institutions haven't been able to motivate students effectively, though they are efficient when following those governmental instructions.

The more schooling increases, the more students feel bored at school and it's in secondary schools that this problem pupil's failure and dropping out reaches the highest rates.

This project is centred in failure and dropping out, focusing on a study case in Vila Nova de Famalicão.

The obvious that students need to be stimulated, finding a creative and communicative school environment among teachers and students, as well as being aware of serious lacks when it comes to developing and expanding artistic teaching, had directed the work for the knowledge of these realities, deepened another study case, concluding that it is important to have motivated and happy student, especially when attending an arts course.

The urgent need of having an Arts School in Vila Nova de Famalicão is undeniable when the aim is to fight against failure and dropping out as well as developing new skills in the active and potentially active population, aiming for enterprise innovation and competitiveness of the territory. The educational project based in promoting partnerships, in and outside school, using culture, identity and heritage as basis and source of teaching and learning process, making it much more rewarding and satisfying for all parts involved.

**Keywords:** Educational Project, Failure and Dropping Out, Secondary School, Arts School, Local Development.

## **SIGLAS**

AIP	Associação Industrial Portuense
CCDRN	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CEF	Cursos de Educação Formação
CET	Cursos de Especialização Tecnológica
CRP	Constituição da República Portuguesa
DES	Departamento do Ensino Secundário
DREN	Direcção Regional de Educação do Norte
ECTS	European Credit Transfer and Accumulation System
EPIS	Empresários pela Inclusão Social
EPBJC	Escola Profissional Bento de Jesus Caraça
GAAIRES	Grupo de Avaliação e Acompanhamento da Implementação da Reforma do Ensino Secundário
INE	Instituto Nacional de Estatística
LBSE	Lei de Bases do Sistema Educativo
ME	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OTES	Observatório de Trajectos dos Estudantes do Ensino Secundário
PEETI	Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil
PISA	Programme for International Student Assessment
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UE	União Europeia

## **ABREVIATURAS**

- F. Feminino
- M. Masculino
- nº número
- p. página

## SUMÁRIO

	p.
Introdução .....	11
PARTE I	
I. O sistema educativo e formativo .....	17
II. A problemática do insucesso e abandono escolares .....	45
III. A conjuntura social do concelho de Vila Nova de Famalicão .....	81
IV. A problemática do insucesso e abandono escolares em Vila Nova de Famalicão (Estudo de Caso).....	106
PARTE II	
V. A arquitectura social de uma Escola de Artes.....	138
VI. As motivações dos alunos do ensino artístico (Estudo de Caso).....	154
VII. Uma proposta emergente no concelho de Vila Nova de Famalicão (Projecto).....	170
Conclusão .....	182
Bibliografia.....	189
Diplomas legais .....	202
Anexos .....	207

## RELAÇÃO DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

p.

### **Figuras:**

Figura nº 1.1. Organização do sistema educativo português .....	18
Figura nº 1.2. Tipologia dos CEF no ensino básico.....	23
Figura nº 3.1. Localização geográfica de Vila Nova de Famalicão.....	82
Figura nº 5.1. Elementos da cultura organizacional .....	140

### **Gráficos:**

Gráfico nº 3.1. População residente no concelho de Vila Nova de Famalicão, segundo os grupos etários .....	85
Gráfico nº 3.2. Evolução da população residente.....	87
Gráfico nº 3.3. Projecção da evolução da população residente .....	87
Gráfico nº 3.4. Pessoal ao serviço nas sociedades do concelho, em 31/12/2005 .....	89
Gráfico nº 3.5. População residente empregada, segundo grupos de profissões.....	90
Gráfico nº 3.6. Taxas de aproveitamento .....	93
Gráfico nº 3.7. População residente, em Vila Nova de Famalicão, por grupos etários, segundo a frequência ou não de ensino.....	94
Gráfico nº 4.1. Sexo dos inquiridos (9º ano).....	108
Gráfico nº 4.2. Retenções por ano de escolaridade .....	109
Gráfico nº 4.3. Motivos para faltar às aulas.....	112

Gráfico nº 4.4. Percurso a fazer após conclusão do 9º ano .....	113
Gráfico nº 4.5. No final do 9º ano, os teus pais gostariam que continuasses a estudar? .....	119
Gráfico nº 4.6. Gostas desta escola? .....	120
Gráfico nº 4.7. Sexo dos inquiridos (10º ano).....	123
Gráfico nº 4.8. Principais motivos na escolha do curso por tipologia .....	129
Gráfico nº 4.9. Gostas desta escola? .....	130
Gráfico nº 4.10. Principais motivos na escolha da escola .....	131
Gráfico nº 4.11. Para tomares a decisão sobre o curso que frequentas, o que fizeste? .....	133
Gráfico nº 6.1. Sexo dos inquiridos (11º ano).....	155
Gráfico nº 6.2. Após a conclusão deste curso, o que pensas fazer? .....	161
Gráfico nº 6.3. Gostas desta escola? .....	162
Gráfico nº 6.4. Principal motivo para a escolha da escola.....	163
Gráfico nº 6.5. Consideras que existe um ambiente familiar nesta escola? ..	164

### **Quadros:**

Quadro nº 3.1. Estatísticas demográficas comparativas .....	84
Quadro nº 3.2. Variação da população residente no concelho, 1991-2001..	86
Quadro nº 3.3. População residente, empregada, segundo o grupo etário, por nível de instrução .....	90
Quadro nº 3.4. População residente, desempregada em sentido lato, segundo o grupo etário, por nível de instrução .....	91
Quadro nº 3.5. Taxas de escolarização nos grupos etários 15-17 e 18-23 anos, com base nos censos de 2001 .....	94
Quadro nº 3.6. Taxas de abandono por ano lectivo .....	96
Quadro nº 3.7. Evolução e projecção da população escolar do ensino secundário.....	97
Quadro nº 4.1. Idade dos inquiridos (9º ano) .....	108
Quadro nº 4.2. Histórico de retenções.....	109
Quadro nº 4.3. Disciplinas mais e menos apreciadas .....	110

Quadro nº 4.4. Dificuldades nas disciplinas com nota negativa .....	111
Quadro nº 4.5. Hábito de faltar às aulas.....	112
Quadro nº 4.6. Motivos para o abandono escolar .....	114
Quadro nº 4.7. Escolaridade dos progenitores.....	116
Quadro nº 4.8. Idade dos inquiridos (10º ano) .....	124
Quadro nº 4.9. Histórico de retenções.....	124
Quadro nº 4.10. Situação escolar no ano lectivo anterior.....	125
Quadro nº 4.11. Quais são os cursos que os alunos frequentam? .....	126
Quadro nº 4.12. Motivos mais importantes na escolha do curso.....	128
Quadro nº 6.1. Idade dos inquiridos (11º ano) .....	156
Quadro nº 6.2. Escolaridade dos progenitores.....	157
Quadro nº 6.3. Histórico de retenções.....	158
Quadro nº 6.4. Situação escolar no ano lectivo anterior ao ingresso no curso actual.....	158
Quadro nº 6.5. Quais são os cursos que os alunos frequentam? .....	159
Quadro nº 6.6. Motivo mais importante na escolha do curso .....	160

## INTRODUÇÃO

As dúvidas sobre a qualidade das escolas proliferam na sociedade. Discute-se e questiona-se os resultados escolares, o estatuto da carreira docente, a avaliação dos professores, o estatuto dos alunos, de entre uma panóplia de dúvidas e questões pertinentes do nosso sistema educativo.

Tantas são as intervenções e reprogramações no currículo e na gestão! Não obstante, o ensino artístico tem sido premiado apenas com pontuais operações estéticas. Desde o início da reforma do ensino secundário (2004) se proclama o início de uma dita reforma do ensino artístico especializado, mas ninguém consegue perceber se irá mesmo existir e qual o rumo que irá seguir<sup>1</sup>, apesar dos estudos e recomendações de investigadores e especialistas.

Realizou-se, em Portugal, uma Conferência Mundial sobre a Educação Artística (2006), que alertou para a necessidade urgente de implementação/expansão da educação artística de alta qualidade, vital para o desenvolvimento de capacidades criativas da população e da consciência cultural para o século XXI<sup>2</sup>;

Realizou-se uma Conferência Nacional sobre a Educação Artística (2007), que alertou para a necessidade de um novo enquadramento ou reposicionamento legal do ensino artístico em Portugal<sup>3</sup>, com vista a aumentar a sua oferta, dado

---

<sup>1</sup> Em Janeiro de 2008 o Ministério da Educação anunciou que finalmente a reforma do ensino artístico avançava para fase de concretização e suspendeu a respectiva revisão curricular; No início do ano lectivo 2008/2009 o Ministério da Educação anunciou que das 20 medidas prioritárias de política educativa, duas respeitam à reforma do ensino artístico especializado respeitando à estabilidade do corpo docente e ao aumento do número de alunos, transparecendo como preocupação fundamental o funcionamento e financiamento do ensino da música em articulação com as restantes ofertas de ensino!

<sup>2</sup> “É essencial uma educação universal e de boa qualidade. Mas esta educação só poderá ser de boa qualidade se, através da Educação Artística, promover percepções e perspectivas, criatividade e iniciativa, reflexão crítica e capacidade profissional que são tão necessárias à vida no novo século” (UNESCO, 2006b, p. 18).

<sup>3</sup> Das recomendações da Conferência Nacional de Educação Artística destacam-se: - a necessidade de incremento de oportunidades de formação e qualificação do pessoal docente; - a reorganização e diversificação da rede de oferta do ensino artístico especializado; - a construção

que este ensino está regulado por um diploma com cerca de duas décadas de existência, desvirtuado pela evolução natural de uma missão que atingiu a maioria sem orientações estratégicas.

Foi neste contexto, alicerçado no decorrer da implementação do Programa de Trabalho Educação e Formação 2010, principal pilar da Estratégia de Lisboa que visa o alcance da competitividade, coesão social e emprego na UE, que desenvolvi a minha investigação em torno da problemática do insucesso e abandono escolares.

Durante a minha vivência profissional e conseqüente concretização de alguns trabalhos académicos, fui despertando para a importância de um clima de partilha e afecto para a eficácia da verdadeira escola. Deparei-me com alunos mais motivados, quando a sua formação se insere em áreas artísticas e que estas são mais propícias à apresentação espontânea de actividades mais diversificadas e criativas, por parte dos alunos e professores, o que resulta numa atitude pedagógica de projecto na escola.

Assim, surgiram-me algumas interrogações inevitáveis:

- Qual é a génese do insucesso e do abandono escolares?
- As artes beneficiam o ambiente escolar?
- O estímulo da criatividade é essencial para a motivação do ensino/aprendizagem?

Estas dúvidas e a constatação da existência de escolas de artes apenas em Lisboa e no Porto<sup>1</sup> (com excepção da área artística da Música) despoletaram a minha pergunta de partida para este projecto: Em que medida a criação de uma escola de artes, em Vila Nova de Famalicão, poderá combater o insucesso e abandono escolares?

A escolha do concelho de Vila Nova de Famalicão prende-se com a notória aposta no desenvolvimento de uma política cultural profícua, que se alia aos

---

de um quadro nacional de referências a nível da criação, organização e gestão; - o desenvolvimento de redes e parcerias; - o fim da dispersão legislativa.

<sup>1</sup> Sem expansão à vista, da rede de estabelecimentos, motivada pelo desencorajamento legal, pois a ausência de uma política para o seu desenvolvimento e conseqüente falta de regulamentação tem originado, ao longo dos tempos, uma crise de identidade nas escolas e a falta de reconhecimento público da sua importância quer para a formação integral da personalidade dos jovens, quer para o desenvolvimento social e económico.

objectivos da Educação, Economia e Bem-Estar da população, podendo as análises e interpretações constituírem hipóteses possíveis de serem prosseguidas e replicadas em futuras pesquisas de criação de escolas de artes no País.

Desta forma, pretendo que este trabalho de investigação, desenvolvido com a utilização de procedimentos metodológicos analítico-descritivos, seja um projecto válido para o conhecimento e compreensão da importância do ensino artístico para combater o insucesso e abandono escolares e para o desenvolvimento local.

Para atingir tal desiderato, coloquei em prática um conjunto de procedimentos que de forma eclética, na pesquisa e selecção da bibliografia, me ajudaram a fundamentar teoricamente a problemática subjacente a cada abordagem e a sistematizar a pesquisa empírica, conferindo-lhe um grau de rigor, racionalidade e representatividade credíveis para o propósito da generalização.

O presente trabalho consta de duas partes divididas em sete capítulos. Os quatro capítulos da primeira parte incidem na problemática do insucesso e abandono escolares, terminando com um estudo de caso sobre o concelho de Vila Nova de Famalicão.

No primeiro capítulo apresento o sistema educativo e formativo português, com uma breve resenha da sua organização, o rumo que está a ser seguido no ensino secundário e a actual oferta formativa no âmbito do ensino secundário artístico.

No segundo capítulo apresento uma análise da problemática do insucesso e abandono escolares, nos seus diversos domínios de actuação e responsabilidades: Alunos; Social, cultural e económico; Pais e encarregados de educação; Escola.

No terceiro capítulo descrevo a conjuntura social do concelho de Vila Nova de Famalicão, caracterizando brevemente a envolvente da aprendizagem neste concelho: Localização; Demografia; Economia; Emprego; Educação; Cultura.

O quarto capítulo constitui o estudo de caso sobre a problemática do insucesso e abandono escolares, em Vila Nova de Famalicão.

Na selecção da amostra houve uma preocupação fundamental em criar condições de representatividade e de significância estatística para as diversas

variáveis a analisar, no sentido de se estabelecer uma descrição das tendências e respectivas relações entre essas variáveis. Foram utilizados dois inquéritos por questionário aos alunos que no final do 9º ano de escolaridade têm de fazer a escolha sobre o seu futuro percurso escolar, coincidente com o universo do concelho em análise, em dois momentos cruciais: o primeiro *ex-ante* e o segundo *ex-post*.

Estes dois questionários, de elaboração própria, de natureza predominantemente quantitativa, obedeceram a blocos temáticos construídos com base no segundo capítulo; A importância das opiniões/respostas nas questões abertas está na sua clarividente espontaneidade de opiniões.

A recolha de dados data dos anos 2006/2007 e posteriormente procedi à sua análise comparativamente aos resultados do estudo recém editado pelo Observatório de Trajectos dos Estudantes do Ensino Secundário, que aborda a mesma problemática a nível nacional. Daí a actualidade e pertinência das opiniões conclusivas desta investigação.

Da primeira parte deste trabalho resultou uma resposta de intervenção local, dividida em três focos de actuação mas assumindo-se como ponto-chave na sua concretização a criação de uma escola de artes no supracitado concelho.

A segunda parte, dividida em três capítulos, evidencia os benefícios dessa criação e implementação concelhia.

No quinto capítulo analiso a arquitectura social das escolas de artes: cultura organizacional, lógicas de interacção na comunidade e o seu papel numa estratégia de desenvolvimento local.

O sexto capítulo constitui o estudo de caso desenvolvido em torno das motivações dos alunos que frequentam cursos artísticos no ensino secundário.

Nesta amostra deliberada já não houve a preocupação de criar a universalidade, havendo, no entanto, razões que orientaram a escolha das escolas e do ano de escolaridade. Relativamente às escolas foram analisadas as três tipologias com oferta de cursos artísticos de nível secundário, das várias modalidades que geograficamente se situassem mais próximas do concelho de Vila Nova de Famalicão. Optou-se por abordar todos os alunos que frequentam,

no ano lectivo 2006/2007, o 11º ano de escolaridade das escolas seleccionadas, pelo facto de os alunos estarem ainda a consolidar as opções feitas, mas já terem ultrapassado as barreiras do 10º ano de escolaridade, como primeiro ano da escolha de um percurso escolar artístico.

Foram utilizados dois inquéritos: um por questionário aos alunos e um por entrevista aos Directores Pedagógicos / Presidentes dos Conselhos Executivos dessas escolas.

Estes dois inquéritos, de elaboração própria, obedeceram a blocos temáticos construídos com base no quinto capítulo, mas que dessem seguimento às análises e conclusões do quarto capítulo. Aqui, também fiz uma revisão das conclusões, através de anotações de comparação com os resultados do estudo de avaliação do ensino artístico em Portugal (2007), do ME, que aborda a pertinência da diversificação da oferta formativa artística, verificando-se também a actualidade e pertinência das conclusões.

Desta parte resultou a confirmação dos benefícios locais originados pela criação e implementação de uma escola de artes, no concelho estudado, ou outro com as mesmas idiossincrasias, conduzindo-me ao último capítulo que apresenta uma proposta de um novo projecto educativo, social e cultural através da actividade de uma escola de artes, a A.M.A. (Aula Magna de Artes).

## PARTE I

## **CAPÍTULO I**

### **O SISTEMA EDUCATIVO E FORMATIVO**

Por sistema educativo/formativo entende-se o conjunto de meios disponíveis na sociedade através do qual se concretiza o direito à educação e formação, consagrado no artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, cujos princípios subordinados pela Constituição da República Portuguesa (CRP) garantem a liberdade de aprender e ensinar em igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares, sendo incumbência e responsabilidade do Estado a democratização do ensino assegurado por uma rede de estabelecimentos de ensino públicos sem coarctar a rede privada (artigos 43º, 70º, 73º, 74º, 75º CRP).

A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) – Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, posteriormente alterada em alguns dos seus articulados pela Lei nº 115/97, de 19 de Setembro e pela Lei nº 49/2005, de 30 de Agosto – estabelece o quadro geral do sistema: princípios, organização, apoios e complementos educativos, recursos humanos e materiais, administração, desenvolvimento e avaliação, bem como o reconhecimento do ensino particular e cooperativo na integração do sistema educativo.

Dos princípios organizativos norteados pelos objectivos do sistema educativo (artigo 3º LBSE) constam os seguintes:

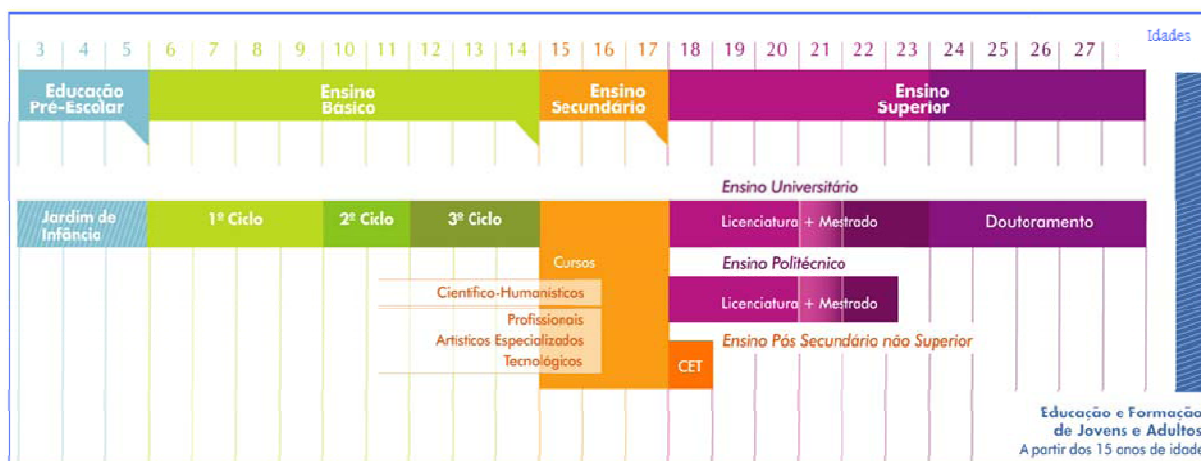
- Contribuição para a defesa da identidade e cultura portuguesas;
- Contribuição para a realização pessoal e profissional dos educandos;
- Garantia que aos jovens de formação cívica e moral;
- Garantia ao direito e à diferença;
- Desenvolvimento da capacidade para o trabalho por forma à integração justa na sociedade com base numa sólida formação geral e específica;

- Descentralização, desconcentração e diversificação das estruturas e das acções educativas;
- Contribuição para a correcção das assimetrias de desenvolvimento regional e local;
- Garantia de uma segunda oportunidade de escolarização aos que não tiveram a oportunidade de a usufruir na idade própria ou que ainda procuram uma evolução nas qualificações;
- Garantia de igualdade de oportunidades para ambos os sexos;
- Desenvolvimento do espírito e práticas democráticas.

Para tal desiderato, na coordenação da política nacional de educação e formação têm incumbências especiais o Ministério da Educação (ME), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), dotados de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local que adoptam orgânicas e formas de descentralização e de desconcentração dos serviços, reguladas por leis especiais que delimitam e articulam as competências entre os diferentes níveis de administração e entre os diferentes níveis da organização do sistema educativo.

### 1.1. Breve resenha da organização do sistema educativo e formativo

Figura nº 1.1. Organização do Sistema Educativo Português



Fonte: Eurybase, 2007a, p. 3

Em termos gerais, o Sistema Educativo está organizado segundo a seguinte estrutura (artigo 4º LBSE):

- 1.1.1. Educação pré-escolar;
- 1.1.2. Educação escolar;
- 1.1.3. Educação extra-escolar.

### **1.1.1. Educação pré-escolar**

Conforme está ilustrado na figura nº 1.1., a educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos (idade convencionada de ingresso na educação escolar), sendo a sua frequência facultativa por se entender como complementar e/ou supletiva da acção educativa da família, já que nesta fase do desenvolvimento das crianças é à família que cabe o papel preponderante.

A rede nacional de estabelecimentos é constituída por Jardins-de-infância públicos e privados, tutelados pelo Ministério da Educação ou pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (também as Creches, para crianças com idades compreendidas entre os 3 meses e os 3 anos, como serviços de apoio às famílias) em articulação institucional.

Nos estabelecimentos públicos, é dada prioridade de acesso às crianças com 5 anos, cujos pais ou encarregados de educação residam ou trabalhem na freguesia onde se localiza o estabelecimento, dado o estímulo à frequência desta fase preparatória à educação escolar. Nos estabelecimentos privados, sem fins lucrativos, apoiados no seu funcionamento pelo Estado, os critérios de acesso são de ordem social, de acordo com as necessidades das famílias.

Das actuais metas governamentais destacam-se as seguintes:

- Alargar progressivamente a todas as crianças em idade adequada a educação pré-escolar, por se entender ser a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida; Esta meta tem sido concretizada através de programas de apoio ao financiamento de novos equipamentos sociais;
- Adaptar os estabelecimentos às necessidades horárias das famílias, com o mínimo de funcionamento diário de 8 horas.

### **1.1.2. Educação escolar**

A educação escolar estrutura-se de forma sequencial em três níveis de certificação (figura nº 1.1.): ensino básico, ensino secundário e ensino superior, integrando as actividades de ocupação de tempos livres e as modalidades especiais (educação especial, formação profissional, ensino de adultos, ensino à distância e ensino de português no estrangeiro).

O ENSINO BÁSICO, considerado universal, gratuito e obrigatório (desde os 6 anos de idade até aos 15 anos de idade), tem uma duração de 9 anos de escolaridade e compreende três ciclos de sequencialidade progressiva, competindo a cada ciclo subsequente a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior, numa perspectiva de unidade global e de aprendizagem ao longo da vida. Com uma estrutura pensada num percurso educativo dos alunos sem insucesso e retenção, haverá necessidade de a repensar para que acompanhe a possibilidade de implementação da pretendida escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade.

O 1º ciclo do ensino básico tem a duração de 4 anos de escolaridade (para alunos dos 6 aos 10 anos de idade) e desenvolve-se em regime de monodocência (podendo o professor, em determinados condicionalismos legislados, ser coadjuvado por outros professores em áreas especializadas) com um modelo de ensino globalizante.

Não obstante, o Despacho nº 12591/2006 (2ª série), de 16 de Junho estabelece uma orientação para os estabelecimentos de ensino, numa perspectiva de escola a tempo inteiro, implementando as seguintes actividades de enriquecimento curricular de frequência facultativa:

- Apoio ao estudo;
- Actividade física e desportiva;
- Ensino de Inglês;
- Actividade física e desportiva;
- Ensino de música ou outras expressões artísticas.

Na maioria dos estabelecimentos, a execução destas actividades tem-se consubstanciado na sua principal finalidade de apoio social aos pais trabalhadores em detrimento das finalidades curriculares, por dificuldades organizativas dos Municípios (entidades responsáveis), por falta de docentes qualificados, entre outras, cuja análise requer uma investigação profunda sobre as disparidades nacionais.

O 2º ciclo do ensino básico tem a duração de 2 anos de escolaridade (para alunos dos 10 aos 12 anos de idade) e desenvolve-se em regime de pluridocência segundo áreas de estudo interdisciplinares de formação básica.

O 3º ciclo do ensino básico tem a duração de 3 anos de escolaridade (para alunos dos 12 aos 15 anos de idade) e desenvolve-se em regime de pluridocência estruturado por disciplinas ou grupos de disciplinas, integrando áreas vocacionais diversificadas.

As condições de admissão no 1º ciclo prendem-se com a idade das crianças, tendo prioridade as que completem 6 anos até 15 de Setembro. As condições de admissão nos 2º e 3º ciclos dependem da finalização com sucesso do ciclo imediatamente anterior.

Entendendo-se como condição de sucesso a obtenção do certificado de conclusão de cada um dos ciclos de estudos, existem situações problemáticas relacionadas com a emissão destes certificados a alunos com classificações finais que incluem 4 e 5 negativas, cujas idades se encontram desfasadas dos objectivos. Quando estes alunos elevam o patamar, na transição de ciclo, sentem gigantescas dificuldades, porque o ciclo subsequente não está programado para acolher estas situações (nos capítulos III e IV observaremos melhor esta realidade).

A rede nacional de estabelecimentos de ensino básico é constituída por escolas públicas e privadas, tuteladas pelo Ministério da Educação, segundo as seguintes tipologias (Despacho Normativo nº 33/ME/91, de 26 de Março):

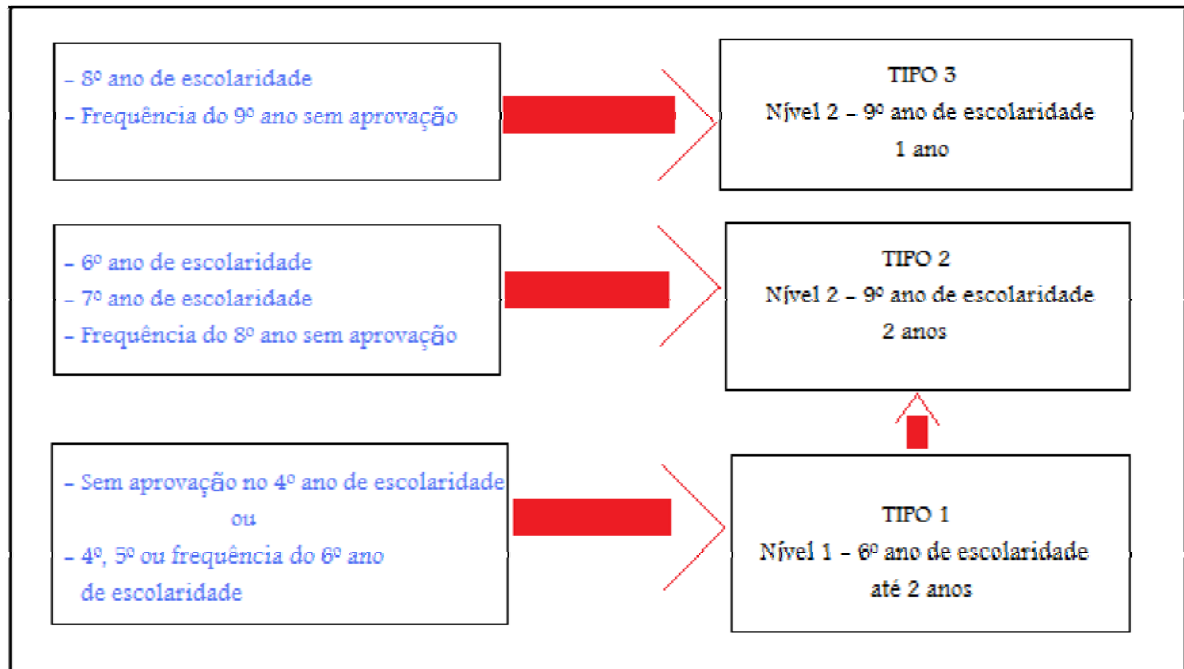
- Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico;
- Escola do 1º Ciclo com Jardim-de-infância;

- Escola do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico;
- Escola Básica Integrada (1º, 2º e 3º ciclos);
- Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância;
- Escola Secundária com 3º Ciclo.

Com a finalidade de anular situações de isolamento e de dispersão de estabelecimentos públicos de pequena dimensão e aproveitando as oportunidades de dinâmicas locais de associação, iniciou-se em 2000, com a implementação do Decreto Regulamentar nº 12/2000, de 29 de Agosto, um processo de reordenamento da rede educativa, pela constituição dos Agrupamentos de Escolas que representam unidades organizacionais dotadas de órgãos próprios, “podendo integrar estabelecimentos de educação pré-escolar e um ou mais ciclos do ensino básico, em articulação vertical, ou estabelecimentos do mesmo nível de ensino, em articulação horizontal, geograficamente próximos, com projectos pedagógicos comuns e articulados, e percursos educativos integrados” (Eurybase, 2007b, p. 82). Actualmente está em fase de execução o programa nacional de requalificação da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar que apoia os Municípios na construção de Centros Escolares.

Como modalidade especial de educação escolar, é facultada aos alunos que atingiram 15 anos de idade sem completarem a escolaridade obrigatória (9º ano) a opção pelos cursos de educação e formação (CEF) regulamentados pelo Despacho Conjunto nº 453/2004, de 27 de Julho. Estes proporcionam uma dupla certificação escolar e profissional segundo itinerários de qualificação flexíveis e ajustados às necessidades e interesses dos jovens. Em cada curso corresponde uma etapa de educação e formação, compreendendo tipologias de 1 a 3 no ensino básico e o acesso está relacionado com o ano de escolaridade já frequentado, conforme figura nº 1.2. a seguir apresentada.

Figura nº 1.2. – Tipologia dos CEF no ensino básico



Fonte: [www.anq.gov.pt](http://www.anq.gov.pt) em 2007-09-24

Os CEF são da responsabilidade conjunta do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, dadas as características de dupla certificação. Versam áreas de formação muito diversificadas, podendo ser ministrados nos estabelecimentos de ensino públicos ou privados, incluindo as Escolas Profissionais, Centros de Formação Profissional e outras entidades formadoras acreditadas.

Das actuais metas governamentais destacam-se as seguintes:

- Erradicar o abandono escolar;
- Reduzir para metade as actuais taxas de insucesso escolar;
- Tornar obrigatório o ensino experimental das ciências;
- Generalizar o ensino de Inglês desde o 1º ciclo do ensino básico.

O ENSINO SECUNDÁRIO compreende um único ciclo, pós ensino obrigatório, de 3 anos (10º, 11º e 12º ano de escolaridade), organizando-se segundo formas diferenciadas que contemplam cursos predominantemente orientados em duas vias alternativas: prosseguimento de estudos ou ingresso

profissional na vida activa. É de realçar que estão a ser feitas diligências para assegurar a permeabilidade entre estas duas vias aos alunos que pretendam reorientar o percurso escolar.

Os planos curriculares obedecem a uma estrutura nacional, conforme Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de Março, alterado pelo Decreto-Lei nº 24/2006, de 6 de Fevereiro, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como da avaliação das aprendizagens, referentes ao nível secundário de educação, instituidor da última reforma do ensino secundário.

As opções de frequência do ensino secundário compreendem áreas de aprendizagem diversificadas nas seguintes modalidades regulares e especiais:

- Cursos científico-humanísticos vocacionados para o prosseguimento de estudos superiores (ministrados nas escolas secundárias públicas e do ensino particular e cooperativo);
- Cursos tecnológicos com uma dupla perspectiva de inserção no mercado de trabalho e prosseguimento de estudos (ministrados nas escolas secundárias públicas e do ensino particular e cooperativo);
- Cursos artísticos especializados vocacionados para a inserção no mercado de trabalho e/ou prosseguimento de estudos, consoante a área artística (ministrados nas escolas artísticas especializadas ou conservatórios, escolas e academias de música e em escolas de dança, que ofereçam ensino integrado ou articulado com o ensino regular das escolas secundárias);
- Cursos profissionais vocacionados para uma qualificação profissional inicial na perspectiva de inserção no mercado de trabalho mas permitindo o prosseguimento de estudos superiores (ministrados nas escolas profissionais privadas e públicas e desde o ano lectivo 2004/2005 nas escolas públicas de ensino secundário);
- Cursos de Educação e Formação de Jovens vocacionados para os jovens com idade igual ou superior a 15 anos que não tendo concluído os anos de escolaridade na idade própria, por retenção ou abandono, pretendam outra oportunidade que lhes confira uma certificação escolar e, simultaneamente, uma qualificação profissional. Também se

destinam àqueles que tendo completado os 12 anos de escolaridade sem qualificação profissional, pretendam adquiri-la para ingresso no mundo do trabalho (ministrados na rede de escolas públicas, particulares e cooperativas, escolas profissionais, centros de formação profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional e outras entidades formadoras acreditadas);

- Cursos de Educação e Formação de Adultos vocacionados para uma dupla certificação tais como os cursos de educação e formação de jovens, embora estes se destinem apenas a quem possui 18 ou mais anos de idade;
- Cursos de ensino recorrente vocacionados para atribuição de uma certificação escolar aos jovens e adultos que exercem uma actividade profissional e pretendam uma segunda oportunidade de escolarização (ministrados nas escolas secundárias públicas ou de ensino particular e cooperativo). Estes cursos estão a ser reestruturados e reconvertidos em cursos de educação e formação de adultos;
- Cursos de Aprendizagem vocacionados para a integração de jovens na vida activa assim como os cursos profissionais, apenas diferente no modelo de aprendizagem em alternância entre o centro de formação e as empresas (ministrados nos centros de formação profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional e também em outras entidades formadoras acreditadas, tais como algumas das escolas profissionais);
- Cursos de Especialização Tecnológica vocacionados para uma qualificação profissional pós secundária não superior, permitindo o ingresso no ensino superior através de concurso especial (ministrados nos estabelecimentos de ensino secundário ou superior públicos ou de ensino particular e cooperativo, centros de formação profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional e outras entidades formadoras acreditadas ou nas escolas tecnológicas sob a alçada do Ministério da Economia).

O acesso ao ensino secundário está condicionado ao término com aproveitamento do ensino básico ou equivalente e do mesmo modo que nos

ciclos anteriores, continuando a agravar-se os problemas de transição de ciclo, já mencionados anteriormente. A preferência para a frequência de uma escola pública de ensino secundário não atende às necessidades e apetências de alunos/famílias sobre a qualidade dos projectos educativos, mas à proximidade de residência/local de trabalho dos pais/encarregados de educação. Não obstante, casos de alunos que pretendam frequentar um curso não existente na escola mais próxima da sua residência, os mesmos poderão ser transferidos para outra escola com as condições necessárias, mas na prática, tal não será possível em caso de sobrelotação das escolas (grande problema actual de grande parte das escolas secundárias), senão vejamos:

- No acto da matrícula, os alunos registam no boletim quatro cursos e cinco estabelecimentos de ensino segundo as suas preferências, ficando dependente do número de vagas existentes nas turmas, previamente, atribuídas à escola;
- A satisfação de vagas na escola é preenchida por alunos de acordo com as seguintes prioridades:
  - Frequência no ano anterior;
  - Com necessidades educativas especiais;
  - Com irmãos já matriculados nesse estabelecimento;
  - Residência na área de influência da escola;
  - Pais/encarregados de educação com actividade profissional na área de influência da escola.

Havendo excesso de alunos candidatos, os regulamentos internos das escolas devem fixar outros critérios de admissão subsequentes a estes (o mesmo se aplica às restantes tipologias de estabelecimentos de ensino e formação). Geralmente as classificações dos alunos, no 9º ano de escolaridade, fazem parte desses critérios, agravando ainda mais os problemas dos alunos com piores notas, que acabam por ser “despejados” em cursos que não se adequam minimamente às suas necessidades e anseios.

Das actuais metas governamentais destacam-se as seguintes:

- Tornar o 12º ano de escolaridade o referencial mínimo de formação para todos;
- Flexibilizar e diversificar os percursos educativos e formativos;

- Duplicar a frequência de jovens em cursos das vias profissionalmente qualificantes;
- Reduzir para metade o insucesso escolar.

A iniciativa novas oportunidades do governo aposta, com sucesso de adesão, numa maior escolarização de jovens e adultos. No ano lectivo 2007/2008 foram constituídas 1019 novas turmas de ensino profissional, nas escolas secundárias públicas; No ano lectivo 2006/2007 foram constituídas 615 novas turmas e no ano lectivo anterior apenas 85 novas turmas (fonte: <http://www.novasoportunidades.gov.pt> em 2008-09-18). Cerca de 15% da população activa, sem o ensino secundário completo, já se inscreveu em acções da iniciativa (fonte: <http://www.min-edu.pt> em 2008-09-18). Relativamente à redução do insucesso escolar, o Ministério da Educação anunciou, para o ano lectivo 2007/2008, os melhores resultados dos últimos 12 anos em todos os ciclos de ensino. No ensino secundário, a taxa de retenção e desistência passou de 36,6%, em 1996/1997, para 33,0%, em 2004/2005, e para 22,4% em 2007/2008. Resta-nos esperar que esta evolução ímpar seja acompanhada pela mesma proporção evolutiva nos resultados internacionais de avaliação de conhecimentos e competências da população estudantil! Para uma verdadeira análise do sucesso das políticas implementadas será necessária investigação, de âmbito mais qualitativo.

O ENSINO SUPERIOR estrutura-se de forma sequencial em três ciclos, 1º, 2º e 3º, que conferem os graus académicos de licenciado, mestre e doutor, respectivamente, cuja duração e organização adoptam o sistema europeu de créditos curriculares (ECTS – European Credit Transfer and Accumulation System) cujo princípio é o reconhecimento entre os estabelecimentos de ensino do valor da formação e das competências adquiridas.

A rede nacional de estabelecimentos de ensino superior é constituída por Universidades e Institutos Politécnicos, públicos, de ensino particular e cooperativo e concordatário, que podem adoptar várias orgânicas tais como escolas, faculdades ou outras unidades.

Conforme se pode visualizar na figura nº 1.1. (p. 18) o ensino universitário ministrado nas universidades confere os graus de licenciado, mestre e doutor, enquanto o ensino politécnico ministrado nos institutos politécnicos apenas pode conferir os graus de licenciado e mestre. A vocação das universidades insere-se num quadro de concepção, inovação e análise crítica desenvolvendo actividades de investigação e experimentação; A vocação dos institutos politécnicos insere-se num quadro de aplicação de conhecimentos científicos de índole teórica e prática com vista ao exercício de actividades profissionais e da solução dos problemas concretos inerentes (artigo 11º LBSE).

O ingresso em cada curso e instituição de ensino superior está sujeito a *numerus clausus* fixado, anualmente, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, originando quotas de mercado muitas vezes incompreensíveis e coarctando a possibilidade de frequência de jovens com desvantagens sociais/económicas!

Os estudantes candidatos ao concurso nacional devem satisfazer as seguintes condições de acesso:

- Ter concluído com aprovação um curso de ensino secundário ou ter habilitação legalmente equivalente;
- Ter realizado as provas de ingresso exigidas para cada curso a que se candidatam, com uma classificação mínima fixada;
- Satisfazer os pré-requisitos, quando exigidos, para os cursos a que se candidatam.

Cada instituição de ensino superior é autónoma na elaboração das provas de cada curso, podendo utilizar os exames nacionais do ensino secundário.

Em cada estabelecimento, a reserva de vagas especiais para candidatos obedece aos seguintes critérios:

- Provenientes das regiões autónomas dos Açores e da Madeira;
- Emigrantes portugueses e familiares, com eles residentes;
- Que se encontrem a prestar serviço militar efectivo;
- Portadores de deficiência física ou sensorial;
- Maiores de 23 anos de idade que, não sendo titulares da habilitação de acesso, façam prova de capacidade para a sua frequência através da

realização de provas específicas da responsabilidade dos estabelecimentos de ensino superior;

- Titulares de qualificações pós-secundárias adequadas;
- Titulares de cursos superiores;
- Provenientes de outros subsistemas de ensino superior nacional ou estrangeiro.

A progressão em cada ciclo depende da conclusão com aproveitamento de um número mínimo de ECTS, associados aos semestres curriculares, de acordo com o grau académico.

Das actuais metas governamentais destacam-se as seguintes:

- Concretização do Processo de Bolonha;
- Incremento da qualidade do ensino, da investigação e da experimentação;
- Criação de condições para que os cursos existentes e a criar correspondam globalmente às necessidades em quadros, à procura social e à elevação dos níveis educativos.

Estas metas encontram-se interligadas, pois o Processo de Bolonha pretende criar e reconhecer, no espaço europeu, um sistema de graus de ensino superior comparável, incluindo a possibilidade de concessão de diplomas comuns a duas ou mais instituições, de forma a aumentar a mobilidade e a empregabilidade. Para tal as instituições estão a reestruturar os programas de estudo e os métodos, obedecendo ao conceito de ensino centrado no aluno.

### **1.1.3. Educação extra-escolar**

A educação extra-escolar integra-se numa perspectiva de educação permanente para todos e pretende complementar a formação escolar ou suprir a sua carência, englobando as actividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e actualização cultural e científica e também a iniciação, a reconversão e o aperfeiçoamento profissional que se realizam num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de naturezas formal e não formal.

A rede de instituições que pode promover a educação extra-escolar é muito diversificada abrangendo escolas, centros de formação, autarquias, associações, sindicatos, empresas e outro tipo de organizações, dependendo das modalidades e acções a que se propõem. De natureza formal destacam-se:

- Cursos sem objectivo de obtenção de equivalências escolares;
- Cursos com programas próprios, visando a obtenção de equivalências a unidades, disciplinas ou níveis de ensino recorrente;
- Cursos realizados em articulação com o ensino recorrente, garantindo a obtenção dos certificados por ele atribuídos.

Os adultos que pretendam a obtenção de equivalências escolares podem realizar um processo de reconhecimento, validação e certificação de competências num Centro Novas Oportunidades, promovidos pelas entidades públicas ou privadas que constituem a rede formal de instituições da educação extra-escolar, na sequência de um pedido prévio de autorização de funcionamento.

Estes centros procedem ao encaminhamento dos utentes para acções de formação adaptadas à conclusão de percursos incompletos de educação e formação, para além de reconhecerem e validarem os saberes e competências adquiridas ao longo da vida escolares, profissionais e outros, em diferentes contextos e áreas profissionais.

Das actuais metas governamentais destaca-se a ambição de aumentar o nível de participação da população, da faixa etária 25-64 anos, em acções de aprendizagem ao longo da vida, de 2,9% em 2002 para 12,5% em 2010, e se possível que esta aprendizagem se traduza na elevação das qualificações até ao 12º ano de escolaridade. Os Centros Novas Oportunidades integram os principais meios para atingir estes fins; Para uma meta estipulada, de criação de 500 Centros, até 2010, em Maio de 2008 já se encontravam em funcionamento 425 Centros (acréscimo de 157 Centros, comparativamente a Maio de 2007 e acréscimo 327 Centros se a comparação for feita com o ano 2006) e estima-se, que no final do ano 2007, já tinham atingido um patamar de abrangência de 10% da população activa, na Iniciativa Novas Oportunidades.

## 1.2. A aposta actual no ensino secundário

As apostas no ensino secundário não são recentes. Muitos governantes reclamaram a vitória de uma “verdadeira reforma” no sistema educativo. Verdadeira ou não, o facto é que têm existido algumas apostas e, conseqüentemente, modificações em determinadas temáticas do ensino secundário.

Na noção de “verdadeira reforma” está implícita uma linha de reorientação global e coerente em todas as temáticas, já que “as medidas avulsas originam resultados parcelares e incoerentes” (Silva, 1995, p. 30). A consciência sobre a verdade deste conceito já é clássica, apesar da persistência ao longo dos tempos da sua falta de enraizamento.

Não se pretende, aqui, discutir quem conseguiu ou não uma verdadeira reforma no ensino secundário, mas é relevante constatar que alguns problemas neste nível de ensino, embora com contornos diferentes nas estratégias de solução, subsistem na actualidade:

- “No ensino secundário regista-se a constante redefinição dos cursos, a falta de articulação de todo o *currículum*, um número excessivo de componentes vocacionais, face à falta de equipamentos adequados e à impreparação dos docentes, (...)” (Relatório Nacional para o Exame das Políticas Educativas da OCDE, 1983, in Silva, 1995, p. 30);
- Na proposta de reforma de 1988, um dos grandes pilares de actuação assentava numa “nova concepção da escola, orientada para a prossecução do sucesso educativo de cada um” (Silva, 1995, p. 32) cuja organização curricular e correspondente avaliação educativa “fosse parte integrante de uma pedagogia orientada para o sucesso de cada aluno” (idem, p. 35).

Apesar de inegáveis avanços nos últimos vinte anos, especialmente no que diz respeito ao aumento da escolarização da população e da diminuição do analfabetismo, pela expansão dos equipamentos educativos e aumento da escolaridade obrigatória, o sentimento generalizado é que é necessário fazer

melhor e mais rápido. A esta situação não é alheio o facto das alterações constantes motivadas pelas mudanças dos governos. Muitas vezes, basta a mudança de Ministro da Educação ou Secretário de Estado para haver alterações, que originam quase sempre revisões curriculares, e por isso, é inevitável a instabilidade nas escolas, nas famílias e na sociedade.

Como ainda não foi possível ser elaborada e posta em prática uma reforma que apresente os respectivos resultados, nas suas diversas temáticas, de forma global, por não atingir a maturidade necessária, também não é de estranhar que as opções estratégicas da actual reforma ainda se sustentem nos mesmos fundamentos de há vinte anos atrás, apesar de pretender atingir patamares superiores, de acordo com a era actual.

A actual aposta pretende, sobretudo, a elevação dos níveis de escolaridade da população pelo combate ao insucesso e abandono escolares, bem como, a promoção da educação ao longo da vida, apostando na “adopção de uma política integrada de melhoria da qualidade da escola pública” (Lei nº 31/2007, de 10 de Agosto – Grandes Opções do Plano para 2008).

Para tal, no que respeita ao ensino secundário, estão a ser implementadas progressivamente, entre outras, as seguintes medidas e iniciativas de reforma:

- Revisão curricular e novos princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como da avaliação das aprendizagens;
- Iniciativa Novas Oportunidades para contemplar a diversificação da oferta educativa e formativa e abranger o maior leque de áreas formativas nas diversas modalidades, conforme anexo nº 1 (p. 208), promovendo a abertura a outras modalidades, tais como o ensino profissional nas escolas secundárias da rede pública;
- Regulamentação do processo de reorientação do percurso formativo dos alunos através dos regimes de permeabilidade e de equivalências entre disciplinas, de forma a facilitar a correcção de percursos mal escolhidos pelos alunos, sem retenção (Despacho Normativo nº 36/2007, de 8 de Outubro, alterado pelo Despacho Normativo nº 29/2008, de 5 de Junho),

pela atribuição de “créditos” sobre determinadas matérias em que o aluno já obteve aprovação e não necessita repetir no novo curso escolhido;

- Responsabilização das escolas pelo aproveitamento pleno de tempos escolares através de novas formas de organização do trabalho docente, passando a estar clarificado o número de horas da componente lectiva e não lectiva; A componente não lectiva está agora dividida em trabalho individual e trabalho no estabelecimento, competindo a este último a garantia da ocupação plena dos alunos, na situação de ausência imprevista do respectivo docente; O trabalho no estabelecimento pode ser programado com várias actividades: apoio educativo, complemento curricular, reforço das aprendizagens e acompanhamento de alunos;
- Promoção da estabilidade do corpo docente nas escolas, através da revisão do regime jurídico do concurso para selecção e recrutamento dos professores do ensino superior, possibilitando as colocações com a duração de um ciclo formativo (Decreto-Lei nº 20/2006, de 31 de Janeiro) e reorganização dos grupos de recrutamento (Decreto-Lei nº 27/2006, de 10 de Fevereiro);
- Revisão do Estatuto da Carreira Docente que põe um fim às progressões automáticas, pela diferenciação de professores através da avaliação do mérito e estruturação da carreira em duas categorias hierarquizadas – professor titular e professor (aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Novembro de 2006);
- Estabelecimento de um novo regime de habilitação profissional para a docência (aprovado em Conselho de Ministros de 28 de Dezembro de 2006);
- Criação da Parque Escolar, E.P.E. para a gestão do programa de modernização das escolas secundárias visando, essencialmente, a reabilitação dos estabelecimentos públicos de ensino; Este programa teve início em Março de 2007, tendo como objectivo requalificar e modernizar 330 escolas até 2015; A fase-piloto abrangeu 4 estabelecimentos, estando a decorrer a preparação de intervenções em mais 26 escolas, seleccionadas para o ano lectivo 2008/2009;
- Lançamento do Plano Tecnológico da Educação com vista à modernização tecnológica do ensino;

- Implementação do Programa de Avaliação Externa das Escolas que incide em cinco domínios-chave: Resultados; Prestação do Serviço Educativo; Organização e Gestão Escolar; Liderança; Capacidade de Auto-Regulação e Melhoria de Escola; Na fase-piloto (2006) foram avaliadas 24 Escolas; No ano lectivo 2006/2007 foram avaliadas 100; Em 2007/2008, 273 Escolas e para 2008/2009 foram seleccionadas 291;
- Celebração de contratos de autonomia com alguns Agrupamentos / Escolas, em regime de experiência pedagógica, conforme Portaria nº 1260/2007, de 26 de Setembro, abrangendo as áreas da organização pedagógica, organização curricular, recursos humanos, acção social escolar e gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira;
- Alargamento, a partir do ano lectivo 2007/2008, do número de alunos abrangidos pela acção social escolar e reforço dos apoios financeiros às famílias.

A par destas iniciativas / medidas, foi formado o Grupo de Avaliação e Acompanhamento da Implementação da Reforma do Ensino Secundário (GAAIRES), desenvolvendo um trabalho ímpar de auscultação das escolas sobre as dificuldades sentidas na implementação das novas orientações, apresentou, ao Ministério da Educação, apreciações reflexivas com vista à melhoria do sistema de ensino, cujos resultados parcelares já se fizeram sentir, pela pontual actuação governamental, conforme se constatará a seguir.

Sendo imperiosa a estabilidade da política educativa, importa reflectir e agir no sentido da correcção de problemas, sem desvirtuar os fundamentos da reforma em curso, nunca esquecendo que a sua implementação só será eficaz se a todos envolver como causa própria.

Assim, nas temáticas fundamentais da reforma, revisão curricular e diversificação da oferta formativa, ressaltam algumas críticas de quem está “no terreno” e dos investigadores:

a) Nos cursos científico-humanísticos existem problemas de concepção alargada ou limitada dos objectivos. A sobreposição dos planos curriculares dos cursos de Ciências Sociais e Humanas e Ciências Socioeconómicas e a baixa

frequência por limitação de objectivos do curso de Línguas e Literaturas, no ano lectivo 2007/2008, reestruturou-se a oferta pela não abertura dos cursos de Ciências Sociais e Humanas e de Línguas e Literaturas dando lugar a um novo curso – Línguas e Humanidades - que substituirá os anteriores.

O currículo destes cursos remete-nos, teoricamente, para a ideia da existência de escolas de escolhas, tão desejadas por alguns pedagogos, uma vez que existe formalmente um número elevado de disciplinas optativas à disposição dos alunos. No entanto, estas escolhas acabam por não se concretizar, pois as escolas têm de atender a condicionantes de abertura de disciplinas/turmas, como o número mínimo de alunos, características do quadro de professores e as condições físicas e materiais das escolas. O aumento da autonomia das escolas na gestão dos conteúdos programáticos, em detrimento da actual diminuição, poderia virtuar os projectos educativos sem desvirtuar a ideia da «escola de escolhas».

b) Nos cursos profissionais, se por um lado, houve, de facto, uma proliferação na diversidade pela oferta desta modalidade nas escolas públicas do ensino secundário, por outro lado, desacreditou-se o sucesso largamente reconhecido do seu modelo pedagógico. Isso deve-se à centralização nos serviços do Ministério da Educação da definição dos currículos das áreas sócio-cultural e científica dos cursos que, conseqüentemente, fez diminuir a autonomia escolar na gestão do currículo historicamente atribuída às escolas profissionais e aos seus projectos educativos<sup>1</sup>. Nestes cursos, os conteúdos inseriam-se em programas com objectivos delineados para as competências essenciais a adquirir pelos alunos e eram permanentemente ajustados pelas escolas ao acompanhamento das dinâmicas de evolução do mercado, possibilitando processos de negociação e de diferenciação das aprendizagens. Devido à rigidez introduzida nos conteúdos programáticos e à não contratação de técnicos/formadores, há actualmente uma maior dificuldade de enquadramento de iniciativas empreendedoras e de desenvolvimento de projectos em parceria com outras instituições externas às

---

<sup>1</sup> Deve-se também aos problemas existentes na negociação da rede de cursos.

escolas<sup>1</sup>, vital para a criação de ambientes de ensino e aprendizagem entusiasmantes e potenciadores de uma maior auto-estima por parte de alunos e professores.

c) Nos cursos tecnológicos, antes desta reforma sobressaíam as críticas de desajuste entre os seus objectivos e as práticas de leccionação demasiado académicas e teóricas. Nestas estavam implícitas também as críticas ao perfil dos professores que leccionavam estes cursos. Com a actual reforma, o regime de selecção e contratação de professores continua centralizado nos serviços do Ministério da Educação, obedecendo à lógica dos grupos de docência, e, por isso, a problemática da adequação dos perfis profissionais dos professores relativamente às exigências das disciplinas técnicas permanece sem as soluções pertinentes e fundamentais para a prossecução dos objectivos preestabelecidos.

Será ainda imprescindível acompanhar avaliando se existe ou não sobreposição das alternativas, cursos tecnológicos ou cursos profissionais, dado ter havido uma aproximação das matrizes curriculares das duas modalidades de ensino em curso.

Na nova gestão das cargas horárias dos cursos, continua o desajustamento por excessiva carga horária e é de salientar que a diminuição de disciplinas resultou na diminuição do peso do ensino prático e experimental no currículo dos cursos. Equacionar esta atitude perante os objectivos de ensino delineados é de extrema importância.

d) Relativamente ao ensino artístico especializado é relevante questionar a introdução do 1º ano comum a todos os cursos, pois pode prejudicar o aprofundamento de uma especialização e conseqüentes motivações dos alunos, o que contraria os fundamentos preconizados no documento orientador da reforma do ensino artístico especializado.

---

<sup>1</sup> Os exemplos são muito diversificados, sendo de destacar: - Visitas de estudo às empresas e feiras profissionais; - Organização de sessões formativas nas empresas e/ou na escola ministradas por empresários e técnicos; - Participação em concursos e competições; - Participação e/ou organização de espectáculos, desfiles, mostras e feiras temáticas; - Criação de lojas pedagógicas como «empresas de treino» geridas pelos alunos e professores; - Prestação de serviços técnicos a empresas e outras instituições.

e) O peso dos exames nacionais finais é considerado condicionador e até paralisante da capacidade empreendedora dos professores para a mudança necessária dos métodos de ensino e do ambiente da «sala de aula». Além disso, em termos de equidade, é preciso reflectir sobre o facto de nem todos os cursos precisarem destes exames para a sua conclusão e certificação. Existe um sentimento notório nas escolas de “necessidade de se autonomizar a conclusão do ensino secundário do acesso ao ensino superior” (GAAIRES, 2006, p. 29), libertando o ensino secundário da responsabilidade de regular o acesso e, conseqüentemente, do peso da certificação para esse fim.

Quanto à maleabilidade, a nova legislação poderá dar resposta à necessidade de reorientação dos percursos formativos dos alunos, no entanto é imperioso implementar medidas de maior eficácia neste aspecto das práticas de orientação vocacional dos Serviços de Psicologia e Orientação.

Face ao exposto, as metas governamentais para 2010 no contexto europeu ainda não são uma aposta ganha no País, apesar dos alicerces da actual aposta. O paradigma educativo nas escolas ainda não se encaminhou para os ambientes de ensino/aprendizagem capazes de maior motivação dos professores e alunos. A este facto não é alheio o sentimento generalizado de falta de autonomia real das escolas.

### **1.3. O ensino artístico vocacional no ensino secundário**

De acordo com os propósitos deste estudo, importa dedicar especial atenção ao ensino artístico vocacional no ensino secundário e situá-lo no desenvolvimento do sistema educativo português.

O Decreto-Lei nº 310/83, de 1 de Julho, foi o grande impulsionador da integração e enquadramento do ensino artístico no sistema geral, que, até então, apenas era reconhecido como experiência pedagógica, e visou “dotar o país de um instrumento estratégico que permitisse o desenvolvimento a médio e longo prazo do ensino vocacional artístico” (Fernandes, 2007, p. 44).

Mais tarde, com a LBSE, em 1986, é clarificada a posição dos estabelecimentos de ensino especializado nas diferentes estruturas do sistema educativo, mas remete para legislação complementar, a publicar no prazo de um ano, as disposições reguladoras de determinados domínios, como a formação profissional e a educação artística, entre outros.

Nessa sequência, só no final de 1990, por via do Decreto-Lei nº 344/90, de 2 de Novembro, se estabeleceram as bases gerais da organização da educação artística genérica (como parte integrante do currículo ou como actividade de complemento curricular) e vocacional, pela definição das linhas gerais de enquadramento, das áreas da Música, Dança, Teatro, Cinema e audiovisual e Artes plásticas, nas modalidades de ensino e tipos de estabelecimentos.

Consequentemente, o ensino artístico é parte integrante de todas as estruturas e modalidades regulares e especiais da actual organização do sistema educativo:

- A educação artística genérica é assegurada desde o pré-escolar até ao cumprimento da escolaridade obrigatória;
- O ensino secundário nas escolas secundárias, ditas regulares, assegura a oferta, na área artística, de cursos científico-humanísticos e de cursos tecnológicos;
- O ensino secundário artístico especializado nas escolas secundárias artísticas especializadas, está especialmente vocacionado para esta temática;
- As restantes modalidades especiais também contemplam o ensino artístico, especialmente na formação profissional, com a oferta dos cursos de aprendizagem, educação e formação e profissionais.

(O anexo nº 1 (p. 208) evidencia actualmente a oferta artística no ensino secundário nas diferentes modalidades).

No entanto, a falta de evolução legislativa estratégica e consistente numa identidade e missão para o ensino artístico, “abriu caminho à abordagem casuística de questões estruturantes do sistema e ao livre arbítrio e à livre

interpretação dos diferentes intervenientes relativamente às mais elementares normas de funcionamento pedagógico e administrativo” (Fernandes, 2007, p. 44).

Desta forma, o ensino artístico especializado foi sendo construído pelas escolas, praticamente de forma individual, baseado num sentimento de *outsider* ao sistema educativo, determinando que cada escola teve de se reger por uma autonomia não negociada, mas facilitadora da possibilidade de colmatar a evolução interiorizada fundamental ao desenvolvimento integral de cada aluno na vertente cognitiva/artística.

É curioso, mas justificado pelo exposto, que, se nos abstrairmos das datas e lermos os textos do preâmbulo, quer do Decreto-Lei nº 310/83, quer do Decreto-Lei nº 344/90, podemos facilmente constatar que os diplomas são da maior actualidade.

Através de uma pequena radiografia à situação actual das três áreas mais notadas no ensino artístico especializado (Música, Dança e Artes Visuais) facilmente se percebe a tão reclamada necessidade de renovação<sup>1</sup>.

### **1.3.1. Música**

Existem actualmente 111 escolas, distribuídas por 6 Conservatórios públicos (Braga, Porto, Aveiro, Coimbra e Lisboa), 98 Escolas do ensino particular e cooperativo (dispersas mas com salientado decréscimo, de norte para sul do País) e 7 Escolas Profissionais (5 no norte, 1 no centro e 1 em Lisboa) (Fernandes, 2007, p. 43). Assim, constata-se uma grande expressão no litoral, especialmente no norte e centro do país, e um aumento progressivo ao longo dos anos do número de instituições do ensino particular e cooperativo.

---

<sup>1</sup> Neste âmbito, o recurso à última avaliação do ensino artístico em Portugal (Fernandes, 2007) é sistemático pela sua singularidade, actualidade, abrangência e relevância na última década.

A organização curricular prevê a frequência dos Conservatórios públicos e das Escolas do ensino particular e cooperativo segundo três regimes:

- Integrado (o aluno frequenta na mesma instituição as disciplinas de formação geral respeitantes ao seu ano de escolaridade e as disciplinas de formação vocacional);
- Articulado (o aluno frequenta noutra estabelecimento de ensino regular as disciplinas em falta de formação geral);
- Supletivo (o aluno tem que frequentar todas as aulas do currículo do ensino regular, numa instituição, e todas as aulas do currículo da formação vocacional, noutra instituição).

Seria suposto o regime supletivo constituir uma excepção, mas a realidade demonstra-nos que, afinal, é a regra e que o regime articulado não tem tido a expressão esperada, por falta de estratégias de cooperação e parcerias entre as instituições de ensino, a maioria das vezes porque é muito difícil e até incómoda a articulação dos horários. O regime integrado apenas é ministrado num conservatório do ensino público e numa escola do ensino particular e cooperativo. Nas escolas profissionais a questão não se coloca, porque ministram cursos profissionais, que, pela sua definição, integram as várias componentes da escolaridade: geral, científica e artística. Situação esta muito mais confortável e benéfica para os alunos que optam por uma formação artística, não como um complemento curricular, mas como um percurso académico e profissional; Este ensino viabiliza, em simultâneo, uma dupla certificação escolar e artística/profissional.

É relevante referir que as primeiras escolas profissionais de música, na década de 90, foram promovidas por escolas vocacionais do ensino particular e cooperativo, “em resposta às dificuldades e indefinições com que o ensino vocacional se defrontava” (ME, 2003b, p. 9).

Inerente à organização curricular, mas do ponto de vista dos conteúdos, os programas aprovados encontram-se completamente inadequados, pois alguns ainda datam de 1930. O currículo académico assenta na formação musical erudita e se existe, em algumas escolas, espaço para os repertórios e criação artística

contemporâneos, deve-se à programação casuística de cada projecto educativo e «boa vontade» da equipa pedagógica na construção e, subsequente, concretização dos planos de actividade anuais.

No estudo de avaliação do ensino artístico em Portugal de 2007, é referido o excesso de normativos legais, sobre o currículo, a contratação dos professores, ou outros administrativo-financeiros. O grande problema reside no facto desses normativos existirem apenas para resolver situações concretas, com um estilo de gestão «bombeiro» (que apenas serve para apagar os fogos e não para os prevenir), e depois são também aplicados noutras escolas por analogia. São todos avulsos, sem uma visão estratégica dos problemas destas escolas.

Quanto ao (in)sucesso escolar nestes cursos<sup>1</sup>, com excepção das escolas que oferecem a formação em regime integrado e das escolas profissionais, onde as taxas de sucesso são elevadas<sup>2</sup>, tem-se verificado um nível de insucesso por retenção e desistência muito elevados<sup>3</sup>, pois o regime articulado não está bem implementado e os que frequentam o regime supletivo não aguentam o esforço suplementar da carga horária, principalmente a partir do 10º ano de escolaridade.

Na relação oferta/procura do ensino especializado da Música, verifica-se uma tendência crescente da procura, mas a oferta não tem acompanhado esta tendência, não obstante, actualmente existe o reconhecimento governamental da necessidade de aumento da oferta, principalmente no regime articulado, resultando num aumento de 47% de alunos no ano lectivo 2008/2009, relativamente ao ano lectivo anterior.

É preciso, no entanto, avaliar as necessidades de oferta face à procura, pois, dada a generalidade de oferta em regime supletivo, não estão bem claros os propósitos da respectiva procura, já que alguns alunos e respectivas famílias

---

<sup>1</sup> Não existem informações nacionais precisas sobre as taxas subjacentes ao abandono, retenção ou sucesso escolar, nestes cursos.

<sup>2</sup> Nas Escolas Profissionais registam-se taxas de conclusão e sucesso acima dos 85%.

<sup>3</sup> Numa recolha de dados, referente ao ano lectivo 2005/2006 (Fernandes, 2007, p. 151), em 61 escolas privadas, com 5819 alunos, verificaram-se 49% de retenções e 6% de desistências.

encaram esta frequência apenas como enriquecimento cultural em actividade de ocupação dos tempos livres (Fernandes, 2007, p. 60).

### **1.3.2. Dança**

Nesta área artística, existem actualmente apenas 12 instituições de ensino, sendo 1 Escola pública (Escola de Dança do Conservatório Nacional, em Lisboa), 1 Escola Profissional (no Porto) e 10 Escolas do ensino particular e cooperativo (2 na região do Grande Porto, 5 na região Centro, 2 na região de Lisboa e 1 no Alentejo), (Fernandes, 2007, p. 73).

Tal como no ensino da música, os programas das disciplinas também se encontram inadequados, motivo pelo qual, a escola pública adopta um procedimento de revisão anual dos conteúdos programáticos, da autoria dos professores que nela trabalham, mas sem uma visão estratégica do seu desenvolvimento nacional. A restante legislação não responde às necessidades pedagógicas e administrativas destas escolas. “É feita uma «gestão à vista» onde predomina a «resolução» pontual e casuística dos problemas através da produção de despachos, autorizações especiais e circulares” (Fernandes, 2007, p. 74).

Também aqui, a articulação com as escolas básicas, secundárias e do ensino superior “é inexistente ou praticamente inexistente” (Fernandes, 2007, p. 75). A escola pública ministra o ensino em regime integrado<sup>1</sup> e as escolas do ensino particular e cooperativo em regime articulado, conseqüentemente, nestas as taxas de conclusão são bastantes reduzidas. A escola pública não tem registado retenções, logo a taxa de conclusão tem sido plena.

Na relação oferta/procura deste ensino, tem-se verificado em todo o tipo de escolas um aumento da procura que, infelizmente, o sistema actual não tem conseguido resolver, desde logo, entre outros motivos, por falta de dados e de acompanhamento dos serviços ministeriais.

---

<sup>1</sup> Diferença de regimes explicada na página 40.

### 1.3.3. Artes Visuais

Neste domínio, para além da oferta existente nas escolas secundárias, do curso científico-humanístico de Artes Visuais e dos cursos tecnológicos de Design de Equipamento e de Multimédia, e das 55 Escolas Profissionais (ano lectivo 2005/2006) com autorização para ministrar cursos de Artes Visuais e Audiovisuais, ao nível das instituições vocacionadas para esta área artística, existem apenas 3 escolas em Portugal: 2 públicas - Escola Secundária Artística António Arroio, em Lisboa, e Escola Secundária Artística Soares dos Reis, no Porto - e 1 do ensino particular e cooperativo - Instituto das Artes e da Imagem, no Porto – (Fernandes, 2007, p. 91-92).

As escolas públicas especializadas têm ministrado cursos de oferta própria até ao ano lectivo 2004/2005, ano que começou a ser implementado o currículo dos novos cursos, resultante da reforma do ensino secundário, com a extinção gradual dos anteriores. Actualmente, os principais problemas destas escolas estão mais centrados no domínio curricular do que as outras escolas artísticas especializadas.

As alterações nas componentes técnicas dos cursos, comprometeram fortemente a qualidade da formação, devido à abrangência de saberes desajustada às necessidades e expectativas dos alunos e do mercado de trabalho. “O curso de Produção Artística e o curso de Design de Produto integram as oito tecnologias dos antigos cursos” (Fernandes, 2007, p. 94).

No respeitante ao ensino profissional, os cursos com maior representatividade na oferta são os cursos Técnico de Multimédia e Técnico de Artes Gráficas. As escolas profissionais não enfrentam problemas específicos da área artística, mas apenas os inerentes a esta modalidade de ensino referidos no ponto anterior.

As taxas de sucesso, na generalidade, são elevadas e a procura é superior à capacidade de oferta das escolas. Além disso, “o *feedback* (das empresas)

sobre a qualidade dos alunos tem sido bastante positivo” (Fernandes, 2007, p. 99).

A este sucesso não é alheio o clima de escola, “sendo sempre referenciado o gosto que os alunos têm em frequentar cada escola e os professores em nela leccionar” (Fernandes, 2007, p. 93).

Em suma, a opinião geral no seio das instituições que ministram cursos artísticos e das personalidades, que têm intervido nos intensos debates sobre a educação artística, é que é muito preocupante a falta do rumo certo baseado numa missão sublime do ensino das artes. Tem sido reconhecida essa necessidade, para satisfação das necessidades sociais e económicas do país, no entanto, a política governamental tem deixado sempre de lado as intervenções de fundo, que implicam o estabelecimento das linhas estratégicas para o desenvolvimento do ensino artístico, com uma identidade e autonomia própria, através do seu reordenamento e do estabelecimento de um regime jurídico de criação, organização e funcionamento, adequados às especificidades existentes e pretendidas.

## **CAPÍTULO II**

### **A PROBLEMÁTICA DO INSUCESSO E ABANDONO ESCOLARES**

Para uma profunda análise desta problemática, não existe uma combinação “ótima”, de modo a poder ser obtida a aferição das causas de insucesso e do abandono escolares, existindo, sim, todo um conjunto de situações e contextos que inevitavelmente terão de ser motivo de análise com perspectivas multifacetadas, para se chegar a um resultado otimizado. Além disso, não nos podemos esquecer que cada indivíduo tem a sua personalidade, realidade e vivência únicas, e por tal facto, as causas do seu sucesso ou insucesso são ímpares, condicionando-me e obrigando-me a ponderar todos os dados, de forma directa ou indirecta, que contribuem para a contextualização dos problemas.

O insucesso escolar tem de ser visto de uma forma abrangente, não significa apenas que um aluno reprovou ou abandonou a escola. Estes são os resultados mais nefastos do insucesso, significa também que o aluno não tem prazer em estudar, não tem objectivos académicos nem habilidade para superar as suas frustrações e gerir as suas emoções.

Dada a abrangência deste estudo, a problemática é focada no ensino secundário, não esquecendo que, embora, na actual lei, o ensino obrigatório atinja apenas o 9º ano de escolaridade, as exigências do mundo actual, baseadas no conhecimento, justificam que se considere o abandono escolar pela saída do sistema de ensino sem a conclusão de um ensino secundário qualificante.

No ensino secundário, os 10º e 12º anos de escolaridade são os que apresentam maior taxa de insucesso e retenção, verificando-se a maior taxa de abandono no 10º ano.

Podemos considerar sinónimos de insucesso o fracasso, falta de êxito, mau resultado, então o insucesso escolar significa fracasso, falta de êxito, mau resultado da escola ou referente à escola, estando relacionado com a derrota da escola.

Visto desta forma simplista parece fácil a sua solução. Mas não é. A derrota não é só da casa ou estabelecimento onde se ministra o ensino. A derrota é do sistema de ensino ditada pelos governantes do País, a derrota é dos alunos, dos pais, das famílias, dos professores e restante pessoal auxiliar; a derrota é de carácter estrutural e, por isso, é de toda a sociedade que vê comprometido o desenvolvimento cultural, social e económico do País, com todas as consequências para a modernidade, competitividade, igualdade de oportunidades e coesão social.

Geralmente, o insucesso precede o abandono escolar tornando-se o maior dos insucessos escolares, pois significa desamparo, cessão, renúncia, desistência da escola. Significa que o insucesso, independentemente da origem, levou o aluno à ruptura total com a escola. Essa é a razão pela qual não se pode dissociar as causas do abandono escolar das causas do insucesso. Elas misturam-se numa dinâmica de conflito entre a resiliência e a desmotivação, com um nexo de causalidade híbrido. As várias causas de insucesso, aparentemente isoladas, cruzam-se e concorrem para o abandono, devendo ser vistos como um desafio de todos e para todos.

Para abraçar este desafio é imperioso desbravar as causas e, conseqüentemente, identificar os responsáveis. Ora, como o desafio é de todos também todos se desresponsabilizam, tornando o desafio muito mais complicado.

No insucesso escolar de um aluno não é só esse aluno que está em questão, é também a interacção familiar, escolar e restante comunidade. Por isso, para o conhecimento das causas e respectivos responsáveis que permita uma actuação, optei por dividir esta temática (à semelhança de outros investigadores) em função dos domínios de actuação: Alunos, Contexto social, cultural e económico, Pais e Encarregados de Educação e Escola.

## 2.1. Domínio dos alunos

É cada vez mais frequente verificar nas escolas, alunos com uma vivência escolar por sua conta e risco, levados por projectos educativos que deixam de lado as atitudes e os valores e que apostam firmemente nos objectivos cognitivos. Há avaliações punitivas de professores que expõem publicamente as falhas e as incapacidades dos alunos, bem como, a inexistência de avaliações que premeiam o sucesso e os bons trabalhos. Há horários desadequados, preocupação com as turmas sem consideração de estratégias de acompanhamento individual dos alunos e alunos alheios às escassas actividades extra-curriculares que podem ser a forma de cultivar um clima de bom relacionamento na comunidade educativa. Estas situações contribuem fortemente para a desmotivação e falta de empatia pela escola que se tornam nefastas porque o aluno ainda não amadureceu do ponto de vista orgânico, psicológico, social e humano, não tendo capacidade de se auto-motivar e de transformar os seus entraves em várias oportunidades.

É no período da adolescência que cada aluno requer especial atenção, diferenciada nas suas fases (Tavares e Alarcão, 2002) estratificadas em três, não estanques, porque dependem do seu ritmo de crescimento:

- Uma fase inicial – (entre os 11 e os 14 anos): as transformações físicas são notórias, os estados de instabilidade emocional provocam, normalmente, sentimentos de angústia, de infelicidade e, por isso, reflectem quebras no rendimento intelectual, desequilíbrios afectivos, dificuldades de relacionamento social, crise de valores e alguns manifestam-se com agressividade e impetuosidade;
- Uma fase intermédia – (entre os 13 e os 16 anos): constata-se que o adolescente tem tendência a idealizar todas as situações e vivências, surgindo, por isso, o chamado conflito de gerações pois, ao confrontar as suas ideias com as ideias dos adultos, tenta impor os seus pontos de vista numa tentativa de afirmação pessoal;
- Uma fase final – (entre os 15 e os 21 anos): caracterizada pela integração da maioria dos adolescentes na sociedade dos adultos, tendendo a aceitar as

influências dos padrões culturais, a comportar-se de forma mais coerente e a ajuizar as diferentes situações de maneira crítica e responsável.

Assim, para a compreensão deste tema é impensável dissociar as emoções da motivação, pois esta está directamente ligada a factores de necessidades, gostos, sensibilidade sobre o ambiente de trabalho, relacionamentos, reconhecimento, rendimento, etc.

Os tempos mudam. Os estímulos exteriores do adolescente são cada vez maiores e cada vez mais ligados ao consumismo onde a era do ser deu lugar à era do ter. Como se costuma dizer na gíria, onde tudo está à distância de um *click*. Para se ter nem sempre é preciso conquistar, batalhar... Com frequência, vemos adolescentes derrotados por problemas ligados ao consumismo, a rejeição de uma parte do corpo porque a roupa não lhes assenta bem, os ciúmes e as crises com os amigos e companheiros pela evidência de sinais de riqueza.

Para o investigador Augusto Cury (2006, p. 100) a quantidade de estímulos exteriores aumenta a velocidade dos pensamentos gerando ansiedade, inquietação e insatisfação, sendo estes os principais motivos pelos quais o mesmo modelo de educação utilizado do passado, esteja, hoje, desadequado (idem, 2004, p. 61). Os pais vivem em conflito entre a educação recebida e as necessidades educativas dos seus filhos. Por outro lado, os mesmos estímulos tornam os pais permissivos, eles não conseguem dizer não e impor regras. Quanto mais os adolescentes dominarem os pais e a organização da vida familiar mais se tornam insatisfeitos e incapazes de lidar com a rejeição e a frustração, transpondo para os restantes relacionamentos a aprendizagem intrínseca nestas atitudes, em que os seus direitos parecem ter privilégios em relação aos seus deveres, que muitas vezes desconhecem.

Num quadro onde o consumismo prevalece sobre a identidade e as “lutas ideológicas” de outrora, são legítimas as perguntas de retórica: Quais são os ideais dos jovens de hoje? Será que têm ideais? Têm com certeza. O que eles não estão habituados a fazer é pensar neles, não estão habituados a questionar os seus quotidianos, a raciocinar, a gerir as emoções e a ansiedade pelo excesso

de estímulos. Os pais e os professores que conseguirem esta proeza com tranquilidade terão com certeza filhos e alunos interessados e empenhados com a aprendizagem.

Com frequência é aferido que as reprovações dos alunos estão associadas ao desinteresse pelo estudo/escola e este interligado ao excesso de faltas. Numa discussão alargada a alunos, professores e encarregados de educação da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (2000) foi analisado o tema do absentismo dos alunos, na óptica dos diversos agentes, verificando-se que estes facilmente se desresponsabilizam “atirando as culpas” de uns para os outros.

Na óptica dos alunos, recolheram-se as seguintes observações, entre outras (EPBJC, 2000, p. 28-32):

“Falta bastante de manhã, mas a mãe não a vai chamar;  
Não é bem o curso que gostaria;  
Não percebe nada de Matemática;  
Ninguém se interessa por Inglês;  
Os professores não sabem como fazer interessar os alunos pela matéria;  
Tem um horário sobrecarregado;  
Atrasa-se;  
Os alunos só faltam quando não há nada de novo;  
Os professores não sabem explicar as matérias;  
São precisos professores que façam «o click»;  
Não é necessário ir às aulas.”

Desse estudo, constata-se que os alunos com maiores dificuldades de inserção e com menor motivação na frequência do curso correspondiam aos alunos com taxas de absentismo maiores, com uma particularidade: “é entre estes alunos que a noção de dever e de utilidade associada à frequência das aulas é mais atenuada.” (EPBJC, 2000, p.53)

A estes factores acrescenta-se a passagem do ensino básico para o ensino secundário, que não sendo pacífica impõe escolhas de percurso formativo e, conseqüentemente, de instituição de ensino, de mudança de localidade e de companhias, com inserção em escolas com maior número de alunos e

disparidade de culturas, “sem que a escola programe a sua integração de forma eficaz e com desenvolvimento contínuo no todo escolar” (Azevedo, 2002, p. 21).

Embora nos últimos anos se tenha começado a investir na formação de professores na área da individualização do ensino, o facto é que o modelo pedagógico das escolas tem mantido a máxima “ensinar a todos como se fosse um só”, aplicando uma cultura de homogeneidade que dificulta a integração e a aprendizagem dos alunos que se situam fora do padrão idealizado como se se tratasse de uma fórmula.

A maior parte das vezes, as dificuldades de aprendizagem dos alunos associam-se à falta de autoconfiança, auto-estima e de concentração no trabalho, empoladas pela fase da adolescência. Esta tanto pode contribuir para a melhoria da sua auto-estima e das capacidades emocionais de relacionamento social e de adaptação, como também pode reforçar sentimentos de fracasso ou de rejeição, alimentados pela turbulência que lhe é característica ou até pelas próprias famílias.

Na análise dos resultados do estudo internacional PISA 2000 (ME, 2001, p.8-11), verificou-se que os alunos com melhor desempenho são:

- possuidores de maior autoconfiança, maior sentimento de eficácia, maior motivação para estudar e maior sentimento de pertença à escola;
- mais esforçados e perseverantes;
- munidos de mais hábitos e metodologia de estudo;
- mais interessados e têm gosto especial pela leitura.

Verificou-se, também, uma interligação entre o ano de escolaridade frequentado (com ou sem reprovações) e o desempenho dos alunos: quanto maior o número de reprovações, menor o desempenho (ME, 2001, p. 20-21).

O insucesso repercutido na reprovação implica, naturalmente, a convivência com colegas mais novos na sua «nova» turma, desenvolvendo nele, por um lado, o efeito de bola de neve de dificuldades e de desmotivação gradual e, por outro lado, a ambição de ocupação de um posto de trabalho que lhe

garanta a independência económica e lhe dê o estatuto de adulto com maior auto-estima e autoconfiança, provocando, inevitavelmente, o ponto de ruptura com a escola.

Num estudo de caso sobre as taxas elevadas do abandono escolar numa freguesia do distrito de Aveiro, Tânia Costa (2006) observou que os jovens, mesmo enquanto estudantes, têm tendência para entrar temporariamente no mundo dos trabalhadores, principalmente nos períodos de férias e fins-de-semana: “São muitos os jovens que vão trabalhar nas férias para poder comprar aquilo que os pais não lhes podem oferecer, e que depois sentem a diferença, quando, em tempo de aulas não têm acesso a essa remuneração. Esta situação aliada a outros motivos de várias ordens alicia o jovem para o mundo do trabalho. Habitados a ter o seu próprio dinheiro, buscam um poder de compra permanente. (...) Situações temporárias de trabalho tornam-se, ocasionalmente, situações permanentes. Não são raros os casos em que os jovens permanecem num posto de trabalho que foram só ocupar durante as férias.” Além da questão monetária, continuar na escola significa muitas vezes continuar a baixar a auto-estima e continuar os atritos, quer com os professores quer com os pais.

Uma outra justificação para o insucesso dos alunos no ensino secundário prende-se com o desconhecimento das próprias aptidões vocacionais e da estrutura de cursos existentes na oferta das escolas.

Não é difícil encontrar alunos no ensino secundário a frequentar cursos que exigem uma preparação sólida em determinada disciplina, mas com um histórico de reprovações nessa mesma disciplina.

Numa investigação levada a cabo pelo especialista Joaquim Azevedo, o mesmo compara o rendimento escolar nos cursos das escolas secundárias com o rendimento escolar nos cursos das escolas profissionais e realça algumas opiniões dos Directores das Escolas, sobre esta temática, que não divergem com a tipologia das escolas (Azevedo, 2003a, p. 29):

- Os alunos entram no ensino secundário sem ter a consciência das suas aptidões vocacionais e sem informações sobre a estrutura de cursos existente para que possam efectuar escolhas adequadas;
- Os alunos apresentam históricos de reprovações a Português e a Matemática, com deficiências graves na sua formação base requeridas pelo ensino secundário (esta situação é permitida pela organização do sistema de ensino).

“Não é raro encontrar jovens que não demonstram nenhuma especialização de interesses e que fazem uma representação mental errada das profissões e das oportunidades de formação, para além de terem uma percepção bastante radical da sua relação com o mundo.”

DES, 2002b, p. 11

Estas situações podem conduzir à inadaptação ao percurso formativo e esta pode ser consequência da imaturidade ou impreparação dos alunos para as escolhas e exigências escolares.

Por outro lado, é imprescindível ter em conta que as opções vocacionais no final do 9º ano de escolaridade são influenciadas pela oferta de cursos local com tendência de concentração em determinadas áreas, conduzindo também à inadaptação de alguns alunos ao percurso formativo. Não é por acaso que o 10º ano de escolaridade é o ano mais crítico pelo fracasso e abandono escolares.

Quanto às expectativas de futuro, os alunos são ambiciosos, as suas expectativas e sonhos profissionais são elevados, apesar das adversidades de alguns: os menores que trabalham tendem a ter aspirações, relativamente à escolaridade, inferiores à dos menores que não trabalham (MSST/SIETI, 2001, p.29).

Segundo um inquérito do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica, na questão sobre a profissão que os estudantes inquiridos gostariam de ter no futuro, “os resultados apurados apontam para escolhas ideais – pouco coincidentes com as escolhas reais que irão ser tomadas – onde a área da saúde ocupa um destacado primeiro lugar, seguindo-se ocupações que,

exceptuando a de professor, se relacionam directamente com os principais interesses da vida dos adolescentes (desporto, música, belas-artes...)” (Marques, 2000, p. 258). Esta questão pode ser tida como insucesso porque nem sempre as metas elevadas correspondem ao percurso e/ou esforço dos alunos para as alcançar, mas por outro lado pode ser explorada pelos pais e professores, pois como afirmou Augusto Cury (2006, p. 71) num diálogo com estudantes: “Os sonhos não determinam o lugar onde vocês vão chegar, mas produzem a força necessária para vos tirar do lugar onde estão”.

## **2.2. Domínio social, cultural e económico**

“O sector educativo foi um dos que mais reflectiu as transformações sociais, culturais e económicas. Pela sua elevada sensibilidade aos ventos da história, a educação foi espelhando todos os desnortes da sociedade portuguesa, nos seus períodos mais difíceis, mas igualmente traduziu todos os ideais que nela foram sendo despertados.”

Carneiro, 2000, p.9

A Escola acolhe todo o tipo situações como estabilidade ou instabilidade de contexto e vivência da sua comunidade e, por isso, os índices de desenvolvimento social, cultural e económico podem não ser por si só determinantes mas são condicionadores dos resultados obtidos pelos alunos. Um artigo publicado junto com O Boletim Económico do Banco de Portugal, da autoria de Manuel Coutinho Pereira e Sara Moreira, refere que “existe uma influência considerável da localização geográfica nas classificações dos estudantes. Nos municípios com melhores condições económicas e níveis educacionais mais elevados os alunos conseguem melhores classificações” (Jornal de Notícias de 18/04/2007).

Joaquim Azevedo (2002, Correio da Educação nº 132 de 9 de Dezembro) também referiu que “quanto mais estimuladora for a envolvente das escolas de nível secundário, melhores podem vir a ser os resultados escolares, pois a escola não educa, nem ensina, nem instrui sozinha”.

Nos últimos anos, a influência de estímulos exteriores à escola nos alunos ganhou um peso significativo e, por isso, não é difícil perceber que à escola não lhe compete o monopólio da educação e socialização das futuras gerações. A escola não pode ter essa pretensão, deve sim procurar, incessantemente, a busca de parcerias de educação e socialização dos alunos com as estruturas sociais, culturais e económicas, do meio onde está inserida. Quanto maior for o estreitamento relacional destas estruturas, maior será o estímulo dos alunos, através da exploração dos seus interesses e ideais.

Muitos especialistas apontam que um dos caminhos para o sucesso das escolas é o estabelecimento de maiores ligações institucionais: “do meio autárquico, social, recreativo e empresarial à Escola” (ME/MSST, 2004, p. 30), constituindo uma das razões que têm sido apontadas para o sucesso da rede de escolas profissionais no país, pois a fruição pelos alunos de espaços, equipamentos e conhecimentos fora da escola e do seio familiar permite eliminar ou, pelo menos, atenuar o desnivelamento social e cultural entre os alunos.

Em termos sociais, se na população predominarem as pessoas mais escolarizadas e activas civicamente, estas tendem a valorizar os progressos escolares dos filhos, incentivando-os a gostar da escola e do meio onde estão inseridos através do desenvolvimento de projectos de bem-estar comuns.

Em termos culturais, uma envolvente atractiva estimula a criatividade e o empreendedorismo, desenvolvendo as capacidades cognitivas e sociais dos alunos, pais e professores.

Em termos económicos, numa região com menos desemprego e sem carências profundas, o sentimento de “perda de tempo” bem como a questão dos recursos financeiros não são tão valorizados perante o insucesso escolar. Verifica-se que quanto maiores são os recursos educacionais das famílias maior é o desempenho escolar dos adolescentes. Mas, o inverso destas situações também ocorre como verdade: pais com rendimentos muito baixos tendem a sobrevalorizar os fracassos escolares dos filhos, colocando, de imediato, em causa a sua permanência na escola. Os haveres familiares (ajuda em casa ou trabalho em empresas familiares) esgotam o tempo para trabalhos escolares e lazer necessários, desmotivando os filhos da frequência escolar.

A vivência dos alunos no seio de uma família com poucos recursos económicos, por vezes famílias numerosas, desestruturadas, com problemas de desemprego, alcoolismo, toxicodependência, etc. pode provocar experiências de trabalho precoces, tais como trabalhos domésticos, trabalho na agricultura, em empresas familiares ou por conta de outrem, numa estratégia de entreaajuda familiar ou de independência económica, aguçando o apetite destes alunos para «querer ser alguém na vida». Embora o sentimento seja efémero, julgam ser preferível do que sobrecarregar as despesas dos pais e viver sem os padrões de vida normais dos seus colegas de escola, com conflitos de aspirações entre o ambiente familiar e o contexto escolar. Mais, se o aluno já reprovou são os próprios pais que, muitas vezes, lhes incutem este sentimento de desperdício de que o gasto é demasiado para o aproveitamento que obtêm e, por isso, é melhor enveredar, definitivamente, no mundo do trabalho.

Uma região com oferta abundante de trabalho indiferenciado é, sem dúvida, uma região condenada ao fracasso escolar, pois a precariedade dos empregos das famílias induz ao abandono da escola ou, pelo menos, não incentiva a sua permanência. De facto, a responsabilidade social ainda não faz parte da generalidade das empresas portuguesas: a oferta abundante de trabalho para «mão-de-obra» indiferenciada e desqualificada, destacando-se o emprego industrial, a troco de baixos salários. É de salientar a pouca relevância dada pelas empresas às qualificações e à certificação, em detrimento da demonstração de competências ou de potenciais competências, respondendo eficazmente ao sentimento de ruptura dos jovens e suas famílias com a Escola e actuando como uma mão invisível que os desvia do percurso académico para o percurso profissional.

Ainda referindo mais outra situação do domínio económico, justificativa de algum insucesso no 10º ano de escolaridade, prende-se com os alunos que se matriculam no 10º ano de escolaridade só para não ficarem em casa, porque ainda não atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho ou não querem “enfrentar o meio hostil do desemprego ou do emprego precário” (Azevedo, 2002, p.21).

### **2.3. Domínio dos Pais / Encarregados de Educação**

Nas famílias com rendimentos e níveis de escolarização muito baixos (com histórico familiar de abandono escolar) existem fracas expectativas quanto aos benefícios de maior escolarização, tendendo a valorizar o custo de oportunidade de rendimentos imediatos em detrimento do incentivo ao estudo, reproduzindo nos filhos as suas próprias expectativas e representações sobre o futuro profissional e, por isso, estes alunos normalmente crescem e são educados com a idealização de um percurso escolar muito mais curto do desejável.

No estudo já referenciado de Tânia Costa (2006) “as características familiares que mais influenciam o percurso escolar dos jovens são, inquestionavelmente, a escolaridade dos familiares mais próximos e o tipo de profissões e ocupações que estes desempenham”. Aliás, nesse estudo, as baixas habilitações dos pais correspondiam, de certo modo, às exigências das profissões que desempenhavam, predominantemente fabris.

Nestes casos, as famílias tendem a ter fracas expectativas de mobilidade social sendo prioritário que o descendente garanta um emprego na «fábrica», não necessitando por isso de mais qualificações. Mais escolarização acarreta gastos e “não garante o acesso ao emprego estável nem a uma inserção social com mais êxito” (Azevedo, 2002, p. 22), pois «quem nasceu para 10 nunca chega a 100»!

No entanto, as baixas expectativas não existem só nas famílias com baixos rendimentos, existem também nas famílias economicamente bem sucedidas proprietárias de empresas familiares - “estes pais que alcançaram êxito muitas vezes sem nenhuns estudos pensam que esse é o caminho mais seguro para os seus filhos” aliciando-os a “aprender e a prosseguir o negócio” familiar mais cedo (MTS/PEETI, 2000, p. 42).

Conforme se verificou nos resultados do PISA 2000, para o sucesso académico dos filhos, também “são relevantes o interesse académico dos pais e o seu interesse social, medido pela frequência com que estabelecem interações

com os filhos como, por exemplo, discutindo temas sociais, livros, filmes ou simplesmente falando com eles” (ME, 2001, p.10).

Apesar do estilo cultural da família estar muito ligado à sua condição socio-económica, esta não é imperativa no seu clima educativo. Os valores e as atitudes dos pais podem incentivar os filhos na progressão e empenho escolar, já que, mesmo os pais analfabetos podem ter atitudes positivas muito benéficas para os filhos, tais como, incentivar o gosto pela aprendizagem e pela escola, elogiar e recompensar resultados estimulantes, ir com regularidade à escola e manter contacto com os professores.

Do mesmo modo, a monoparentalidade é muitas vezes invocada no insucesso dos alunos, no entanto, sendo um factor de risco não pode ser visto como determinante. Aliás, o psicólogo Henry Ricciuti, da Universidade de Cornell, concluiu um estudo (com uma amostra de 1700 crianças com idades entre os seis e os oito anos) sobre o aproveitamento escolar das crianças integradas em famílias monoparentais, afirmando “Não encontrei quaisquer provas de uma família monoparental ser um risco por si só”, sendo o nível educacional da mãe mais determinante do que a ausência do pai (Correio da Educação nº 15 de 25 de Outubro de 1999).

É lógico que a monoparentalidade acompanhada de processos de divórcios litigiosos e conflitos familiares abalam psicologicamente o aluno, podendo ocasionar nele comportamentos inesperados e prejudiciais ao seu sucesso educativo.

O escasso apoio e atenção familiar à vida na escola são mais determinantes no insucesso escolar dos filhos, principalmente na fase da adolescência. Certamente os filhos precisam de todo o apoio no momento crucial de escolha de percurso, sem lhes coarctar a liberdade e responsabilidade inerentes. No entanto, os que não têm um histórico de apoio consistente aos filhos, não podem ficar surpreendidos se, nesse preciso momento, o seu apoio não for aceite. É preciso que todo o percurso escolar seja feito desde o início com a envolvência permanente dos pais, que estes conheçam as suas dificuldades e

vitórias, para que o apoio seja o necessário sem a tentativa de manipulação das escolhas (que só ao filho competem).

Com frequência, a manipulação das escolhas académicas dos filhos correlaciona-se com as expectativas e afinidades pessoais dos próprios pais, que não têm nada a ver com as expectativas, afinidades e vocação dos filhos, levando-os a optar por áreas que pouca ou nenhuma felicidade lhes poderão dar.

“Muitos pais ficam perplexos quando os filhos hesitam no curso a seguir. A verdade é que, em maior ou menor grau, todos criaram expectativas, traçaram um caminho para os mais novos. As expectativas parentais derivam do próprio percurso individual dos progenitores, daquilo que partilham com outros pais e do que vão ouvindo, na comunicação social, sobre o êxito previsto para cada profissão. (...) Tenho verificado que são sobretudo as opções artísticas que inquietam os pais. É natural que assim seja, num país que não valoriza a cultura e que, tantas vezes, parece dar maior importância ao lucro fácil e ao êxito imediato. É por isso que um filho que escolha ser músico ou pintor pode ter dificuldades em ser aceite na sua família, caminhando por agrupamentos errados no Secundário, chegando a vaguear por cursos universitários que nada lhe dizem.”

Daniel Sampaio, 2004, p. 159-160

Por outro lado, a desatenção dos pais ao percurso escolar e aos gostos dos seus filhos dá azo a uma liberdade mal gerida e desresponsabilizada.

Na análise do absentismo na EPBJC, na óptica dos Encarregados de Educação, recolheram-se observações demonstrativas que o absentismo dos filhos não é suficientemente contrariado ou é desconhecido (EPBJC, 2000, p. 28-29):

“Os professores deviam chamar a atenção;  
O «seu» de manhã não se levanta;  
Faltar de vez em quando, não faz mal;  
O seu filho não falta à primeira hora, mas sim à segunda. Diz que duas horas seguidas da disciplina «A» é demasiado!  
A escola é como outro trabalho qualquer e eles já são crescidinhos.”

Nesse estudo, observaram-se os seguintes comportamentos dos pais subentendidos na problemática do absentismo (EPBJC, 2000, p. 33):

- “Apapricam os filhos;
- Não estabelecem diálogo;
- Por via das faltas acumulam insucesso. Não os responsabilizam;
- Não acompanham suficientemente os alunos;
- Vão pouco à escola;
- Demitem-se do seu papel de educadores;
- Não «têm mão» nos filhos;
- Não lhes criam hábitos de autonomia / responsabilização.”

Actualmente, a falta de rumo dos pais na educação dos filhos, torna-os incapazes de ter convicções fortes sobre a sua conduta e sobre as diferenças entre a autoridade e autoritarismo, confundindo estas realidades e optando pela permissividade. A ansiedade dos pais em proporcionar todos os bens aos filhos aliado a um complexo de culpa que muitos pais sentem, leva à insegurança e à benevolência, “criando ao seu redor a criança-rei, que se irá transformar mais tarde no adolescente-tirano” (Sampaio, 2004, p. 162).

#### **2.4. Domínio da Escola**

Segundo Honório Ferrão *et al* (2000) à medida que aumenta o nível de escolaridade as questões mais ligadas à Escola acentuam a sua importância. O contrário acontece com os factores relacionados com a família e contextos (ME/MSST, 2004, p. 32).

Uma das causas do insucesso escolar, no domínio da Escola, é a frequente desatenção (principalmente nas primeiras semanas do ano lectivo) à desarticulação na passagem de ciclo/nível de ensino com “patamares de exigência desnivelados e com problemas de desadequação após a transição” associado a outras situações que podem acontecer e que a escola não dá uma resposta eficaz, a saber, “o excesso de transferências de escola a que os alunos são sujeitos, consequência da diversidade e segmentação das tipologias” (ME, 6 de Março de 2003, p. 5-6). Esta desatenção é responsável pelo facto de as taxas

de abandono se acentuarem, notoriamente, nos anos seguintes à transição de ciclo: 5º, 7º e 10º ano de escolaridade.

Outra das desatenções prende-se com a falta de estratégias da escola para colmatar a taxa significativa de alunos que transitam de ano com dificuldades e insucesso repetido, em disciplinas nucleares como o Português e a Matemática, alguns desde o 1º ciclo até ao ensino secundário. (Azevedo, 2003a, p. 9)

No estudo comparativo entre as Escolas Profissionais e as Escolas Secundárias, Joaquim Azevedo (2003a, p. 32), assinalou como vantagens das Escolas Profissionais para o sucesso dos alunos a sua pequena dimensão que permite cultivar um acompanhamento dos alunos mais individualizado com um apoio mais eficiente na sua progressão e desenvolvimento escolar. Segundo alguns Directores das escolas secundárias “as turmas grandes e heterogéneas não admitem adoptar estratégias de diferenciação pedagógica” (idem, p. 30).

O problema da diferenciação pedagógica ao nível dos professores e da organização da escola há muito tempo que é reclamado como uma mudança que se quer urgente, mas até hoje sem frutos. Todos falam desta problemática mas não se encontra uma solução eficaz. Será que não é mais cómodo manter o dito «sistema» como está? Segundo o Professor e Investigador da Universidade de Estocolmo, Torsten Husén (1989, p. 18), já em 1919 “a chamada Constituição de Weimar, previa uma nova ordem social com a reorganização da sociedade em função das capacidades, aptidões inatas individuais, sendo para tal, fundamental a nova missão da escola para encorajar o talento”. Mesmo algumas medidas simples, como o apoio pedagógico acrescido, nem sempre têm sido utilizadas nas escolas.

O relatório do Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar (ME/MSST, 2004, p. 30) apontou as escolas como responsáveis de insucesso por “falta de programas de apoio a estudantes com dificuldades” e “falta de programas de promoção de competências sociais”, entre outras razões. Actualmente existe um esforço para suprir estas lacunas, mas ainda sem uma avaliação consistente sobre a sua valia. É de realçar o «Plano Nacional de

Leitura» e o «Plano de Acção da Matemática» para o apoio disciplinar e para o fomento do gosto por estas áreas, bem como, o «Projecto Educação para o Empreendedorismo» no âmbito do desenvolvimento de competências sociais.

Relacionado com estas questões está o modelo pedagógico assente em objectivos cognitivos desvalorizando as atitudes e os valores para efeitos de progressão escolar: valorizando-se mais um aluno que consegue «repetir» a matéria toda num teste ou exame do que aquele que não o consegue fazer mas que é empreendedor e busca a exploração de projectos e ideias. Na progressão escolar, a comunicação escrita prevalece sobre a comunicação oral ou física.

Com o actual modelo pedagógico é difícil organizar a formação do aluno do ensino secundário que privilegie algumas competências essenciais: “iniciativa, motivação, autonomia, espírito crítico, perseverança, capacidade de negociação e gestão de conflitos, saber trabalhar em equipa, comunicar, informar, assumir responsabilidades e respeitar regras sociais” (Milagre, 2002, p. 24).

Estas competências transversais e não específicas de uma profissão são reclamadas pela maioria dos empresários aquando do recrutamento de jovens no primeiro emprego. As competências técnicas são dadas como um pressuposto, isto é, um dado adquirido com a certificação escolar. As competências mais valorizadas pelos empregadores são, seguindo a ordem: comportamentais, interpessoais, de enquadramento organizacional, de autonomia e, finalmente, técnicas (Azevedo, 2004, p. 32-33), isto é, no topo da cadeia de valor estão as capacidades de iniciativa, criatividade, inovação, flexibilidade, de comunicação e de decisão, seguida das capacidades de estabelecer relacionamentos individuais ou em grupo dentro da hierarquia. As capacidades específicas do posto de trabalho são apreciadas depois destas.

Concomitantemente, os sistemas utilizados de avaliação dos alunos, predominantemente punitivos, induzem ao insucesso pela destruição da auto-estima. Por que há-de um aluno sentir-se motivado, quando a escola insiste em publicar os seus fracassos evitando destacar igualmente os seus esforços e competências?

“A avaliação deve interessar-se muito mais pela eficácia do ensino do que pelos resultados relativos obtidos pelos alunos” (Husén, 1989, p. 310). “A avaliação deve ter efeitos pedagógicos e certificar o grau de conhecimentos de forma não comparativa nem eliminatória” (Martins, 1993, p. 22). Infelizmente não tem sido assim.

“As notas tradicionais, organizadas segundo a curva de média, resultam muito bem para o terço de alunos mais bem classificados, permitindo-lhes desenvolver a auto-estima académica e recolher a maioria das recompensas que a escola lhes proporciona. No entanto, o terço dos alunos pior classificados são prejudicados pelos sistemas demasiado competitivos. Dia-a-dia, estes alunos são obrigados a entrar num ambiente que lhes diz: «És um falhado e vales menos que os outros.» Howard Gardner sugere que estes alunos podem possuir inteligências significativas (musical, espacial, interpessoal, intrapessoal ou corporal/cinestésica).”

Adaptado de Partin, Ronald L. (2005) in Correio da Educação nº 57 de 21 de Fevereiro de 2005

O investigador Augusto Cury (2004, p. 72-87) também critica as provas escolares e a atitude dos professores que estimulam os alunos a repetir informações e não estimulam a inteligência e o pensamento criativo. O professor deve valorizar o raciocínio, mais do que o seu conteúdo. E vai mais longe, refere que quando a emoção é tensa pela exposição pública dos fracassos a inteligência do aluno fica bloqueada e “gera o medo de expor as ideias”, podendo produzir “humilhação e traumas complexos difíceis de serem superados”.

Por outro lado, quer no estudo internacional PISA 2003, quer no PISA 2000 verifica-se a situação revelante de que os alunos com melhores desempenhos está associada um maior “sentimento de pertença à escola e de uma atitude favorável face à escola” (ME, 2004, p.36) indiciando que um clima escolar atractivo e uma actuação no sentido dos alunos adquirirem um maior sentimento de pertença sobre a escola, favorece a motivação dos alunos e consequentemente o seu sucesso académico.

Geralmente, as escolas com um clima atractivo, utilizam diversas actividades curriculares e extracurriculares como momentos importantes para a

formação não formal, cumprindo melhor a sua função e tornando-a muito mais atractiva para os alunos já que o “gosto do convívio com os pares e a participação numa rede de sociabilidade e de afectos” transforma-a numa “segunda casa” para os alunos (Azevedo, 2002, p. 24).

Elaborei um estudo de caso na Escola de Tecnologia e Gestão de Barcelos (2003) sobre a importância de um clima de afecto para a eficácia da escola e cheguei à conclusão que os alunos se sentem mais motivados onde lhes é proporcionado um clima afectivo entre todos os intervenientes do “processo ensino-aprendizagem” e que esta motivação está na base dos comportamentos concomitantes dos alunos, dos professores, da direcção e restantes colaboradores, e da presença dos pais. Neste estudo as principais razões apontadas pelos alunos para o facto de gostarem da escola são o bom ambiente de relacionamento entre as pessoas (maioria de respostas), boas instalações e um ensino mais individualizado. Notou-se também nessa Escola a existência de professores motivados por uma liderança democrática e empenhada no bem-estar dos professores. Estes, dada a motivação para projectos extracurriculares, motivavam os alunos, muitas vezes de forma inconsciente, mas fruto de uma dedicação e entrega à profissão.

No estudo de Tânia Costa (2006) ficou bem evidenciado a importância do clima escolar e do gosto dos alunos pela escola para a decisão de abandonar ou não os estudos: “O facto de não gostarem da escola, conduziu 26,7% dos jovens trabalhadores a inserirem-se mais cedo no mercado de trabalho. Os jovens com dificuldades de aprendizagem também se sentiram empurrados para fora dela em 18,3% dos casos.”

Os alunos não podem ser deixados por sua conta, um bom clima escolar permite com facilidade actuar sobre os indicadores que identificam a falta de motivação dos alunos, tais como: pouco tempo para as actividades e estudo, fraco empenhamento nas tarefas e baixa participação dos alunos nas aulas. Em muitos casos traduzem-se no insucesso escolar dos alunos (Jesus, 2000, p. 31).

O sucesso do ensino profissional em Portugal está muito ligado com o clima escolar criado nestas escolas, conforme José Matias Alves (1996, p. 131) observou nalguns testemunhos de alunos que optaram por esta via de ensino secundário:

“Esta escola para mim é como uma família, adoro esta escola. (F., 16 anos);

(...)

O ambiente entre alunos e professores é bom, todos se dão bem e não há aquela distância entre alunos e professores das escolas vulgares... (F., 18 anos);

... recebo calor humano. Aqui cresci ... toda a gente se dá bem. (F., 17 anos);

Aspectos positivos é a grande comunicação e afectibilidade. (M., 16 anos);

... assim a escola é praticamente a família de muitos colegas que não têm um ambiente afectivo e compreensivo em casa. (M., 16 anos)”

Outra vantagem que frequentemente é atribuída às escolas profissionais é a sua forte ligação à comunidade onde está inserida, principalmente no que diz respeito ao tecido empresarial, em contraposição com as restantes escolas secundárias que são muitas vezes apontadas como sistemas fechados sobre si mesmos pela suas “dificuldades na integração da Escola no seu contexto sócio-cultural” e consequentemente “reduzida ligação ao meio envolvente” (ME/MSST, 2004, p. 30).

No âmbito do estudo de reflexão prospectiva sobre as tendências e oportunidades da Educação em Portugal, coordenado por Roberto Carneiro (2000, p. 249-255), foi feito um inquérito à opinião pública (alunos, professores, pais, autarcas e quadros da administração central e regional), pelos investigadores Pedro, Santos e Baptista, aferindo que os principais problemas identificados no ensino secundário se prendem com os programas e métodos (28%), qualificação dos docentes (18%) e preparação dos alunos (13%). Os autarcas consideraram como principal problema a ligação escola/realidade e os professores consideraram como principal problema a indisciplina. Na questão: “Está a população satisfeita com a actual oferta educativa no ensino secundário?” a insatisfação incidiu sobre as actividades extra-curriculares (46%) e sobre os programas (39%). Um terço dos inquiridos afirmou que não estão satisfeitos quanto à preparação dada aos alunos no ensino secundário.

Quanto aos professores, a sociedade reclama permanentemente o seu papel na mudança das escolas, já que lhes compete a definição das políticas escolares das instituições onde trabalham, no entanto, “para o fazerem, devem sentir-se valorizados e integrados” (Marzano, 2005, p. 63). Condições estas que, não têm sido satisfeitas. É frequente ouvir dos professores que a sensação que têm é que desempenhar um bom trabalho com os alunos não é valorizado por ninguém, o que os move é o brio pessoal e a satisfação pessoal da sua relação professor-aluno. A mudança constante de escola, deslocalizada dos seus contextos familiares também não tem promovido a integração e conseqüentemente a motivação para desenvolver projectos e desempenhar um papel activo na mudança das escolas.

Na relação pedagógica, a expressividade e o entusiasmo é importantíssimo para o sucesso escolar, pois pessoas felizes geram ambientes felizes.

Para uma relação pedagógica eficaz a postura do professor é muito importante e o bom senso é fundamental, pois a afectividade é muito importante mas com um «código» de relacionamento claro, respeitado e interiorizado, em que cada um ocupa o seu lugar e desempenha o seu papel.

“(…) tem de haver compreensão, empatia, e a percepção de que um aluno precisa de um bom clima emocional para funcionar no plano da escola; precisa dos seus colegas mas precisa muito de adultos que olhem para ele.”

(Sampaio, 1996, p. 173)

Este olhar deve ser um olhar cuidado que encoraje os alunos com mais dificuldades e sem fazer sobressair na turma os alunos melhor sucedidos, demonstrando preferências, mesmo que de forma inconsciente, pois esta atitude pode fazer diminuir ainda mais um aluno auto-diminuído. “A comparação só é educativa quando é estimulante e não depreciativa” (Cury, 2004, p. 92). Por outro lado, se um professor elogiar algum aspecto do aluno antes de o criticar, corta-lhe o instinto defensivo e fá-lo pensar nas falhas (idem, p. 145). A postura do professor em relação a um aluno pode beneficiá-lo ou prejudicá-lo com “base nas expectativas dos professores apreendidas pelos alunos” (Grácio, 1997, p. 53). Um professor que expressa atitudes de confiança num aluno desenvolve nele um

auto-conceito positivo tendendo a empenhar-se mais nas actividades que envolvem esse professor.

Muitos professores com falta de preparação/vocação pedagógica utilizam estratégias de autoritarismo e distância na tentativa de serem mais respeitados na sala de aula, no entanto, “alguns casos considerados de «indisciplina» verificam-se em relação a professores que procuram manter essa forma de relação” (Jesus, 2000, p. 13).

Augusto Cury (2004, p. 60) defende que para a eficácia do processo ensino-aprendizagem é muito importante que os gestos e palavras do professor tenham impacto emocional no aluno. O investigador, que diferencia os bons professores dos professores fascinantes, diz que os professores fascinantes “possuem sensibilidade para falar ao coração dos seus alunos” (idem, p. 66) e que “o primeiro hábito de um professor fascinante é entender a mente do aluno e procurar respostas invulgares, diferentes daquelas a que o jovem está habituado” (idem, p. 60).

“Quem ama o seu mestre, ama a matéria que ele ensina. Quem não ama o seu professor, dificilmente amará as suas ideias.”

Augusto Cury, 2006, p. 22

Esta complexidade exige dos professores competências técnicas no domínio de uma disciplina acompanhada de formação pedagógico-didáctica de preferência permanente, tão ou mais importante do que o domínio técnico.

Infelizmente, nas nossas escolas não tem sido assegurada a formação inicial e contínua “que esteja, de facto, ao serviço de melhores práticas de ensino” (Alves, 2000, p. 8) e que colmate a falta de competências didácticas de grande parte do corpo docente. Competências estas que se apoiam “não somente em saberes e capacidades, mas também em qualidades humanas, atitudes, valores, convicções” (Perrenoud, 2003, p. 110).

Segundo Philippe Perrenoud (2003, p. 110) um professor “desajeitado” mas que estabelece uma relação de confiança com os alunos, mostrando-se presente, disponível, inventivo, rigoroso, observador, caloroso, justo, mobilizador, etc., será mais eficaz do que um professor que domina bem a sua disciplina mas que se mostra como um “técnico cínico e frio” que sabe tudo e por isso a sua missão é apenas “despejar” a matéria nas aulas que lecciona.

“Para, que, porém, (...) quem sabe possa ensinar a quem não sabe é preciso que, primeiro, quem sabe saiba que não sabe tudo; segundo, que, quem não sabe, saiba que não ignora tudo.”

Paulo Freire in Fernandes, 2001, p. 39

Uma das causas pelo mal-estar dos alunos, atribuída por Joaquim Azevedo (2002, p. 21) é a “existência na escola de professores com padrões de procedimentos iguais para todos os alunos, sem estratégias de diferenciação e sem formação para lidar com situações «difíceis»”.

De facto a preparação didáctica é fundamental para a preparação dos professores para um trabalho personalizado com os alunos que atenda às motivações de cada aluno guiando-o e aconselhando-o no seu percurso formativo sem estigmatizar nenhum aluno mas capitalizando os interesses de todos.

A formação contínua pode também servir como espaço de promoção do trabalho em equipa dos professores, de partilha de «boas práticas» e de comunicação entre os professores de todas as áreas disciplinares, tão benéfico para “uma dinâmica pedagógica rica e saudável” (Brito, 1998, p. 20), pois leva os professores a reflectir em conjunto, inventariar problemas e partilhar responsabilidades.

Frequentemente um professor sente-se “obrigado a trabalhar solitariamente, enfrentando sozinho um mundo de problemas pedagógicos e sociais” (Alves, 2000, p. 10) já que as lógicas de organização das escolas, segmentadas pelo tempo, espaço e programas individuais, não facilitam o

intercâmbio de experiências, a estima e entreajuda entre os professores e consequentemente a busca de soluções conjuntas.

Para além dos obstáculos de organização do ensino e dos estilos de liderança pedagógica que não facilitam o trabalho em equipa dos professores existem resistências individuais que resultam do “processo de socialização profissional dos professores” (Cosme, 2002, p. 103) que impedem que determinados momentos previstos nas escolas, como os conselhos de turma, sirvam os seus propósitos de reflexão conjunta e trabalho de equipa dos docentes.

Da mesma forma, a inexistência de práticas sistémicas de autoavaliação a todos os níveis da escola prejudica a reflexão e consequente encontro de soluções para os problemas já que a avaliação sistémica exige “a construção de compromissos permanentes entre os vários actores mobilizados para a avaliação. Compromissos, não apenas no sentido de cada um destes actores desempenhar o seu papel de forma eficaz, mas também no sentido de desenvolverem uma atitude de permanente «vigilância» que resulte na qualidade das respectivas práticas ao longo da execução das intervenções formativas” (IQF, 2006, p. 21).

Os professores deveriam encarar a sua avaliação como um “instrumento de desenvolvimento pessoal e profissional” integrado no seu “processo contínuo de aprendizagem” (Pacheco, 1999, p. 167-168).

Husén (1989, p. 306) com lógica radicalizou esta questão afirmando que, em primeiro lugar, a escola deveria estar preocupada com a avaliação da sua qualidade de ensino e não com a avaliação dos alunos.

Ainda no domínio da escola, porque é a esta que lhe compete gerir a sua oferta formativa e avaliar a procura social dos cursos, não são raros os casos em que a falta de alternativas de cursos para os alunos que querem prosseguir estudos no ensino secundário os leva a optar por frequentar cursos gerais inadequados e, por isso, desmotivantes que favorecem as opções de abandono escolar. A expansão e diversificação das ofertas de ensino devem ser vistas

também como uma oportunidade de fazer crescer a frequência escolar pois a oferta induz a procura e, assim, sucessivamente.

Este é um facto que parece estar reconhecido pela actual governação educativa do País, a actual iniciativa “Novas Oportunidades” incentiva à diversificação das ofertas formativas das escolas secundárias, principalmente as ofertas vocacionais, no entanto, as escolas debatem-se com problemas de sobrelotação e instalações impróprias exigidas para a formação profissional, prejudicando a iniciativa pelo menos no curto prazo.

Neste aspecto, a liderança escolar também tem um papel fundamental, quer na diversificação das ofertas formativas, quer na diversificação dos programas e actividades escolares a fim de promover as competências sociais, muitas vezes *esquecidas* pelos professores que «têm a obrigação de acabar o programa da disciplina».

As escolas que oferecem um leque mais variado de programas e actividades podem atrair mais alunos desfavorecidos (Husén, 1989, p.282), num ciclo em que o aumento da oferta escolar pode induzir mais procura e esta, por sua vez, induz mais crescimento escolar.

Por sua vez, o crescimento escolar traz exigências organizativas que se não forem implementadas a ineficácia da diversificação será ainda maior.

“As práticas pedagógicas, as atitudes e comportamentos dos professores e das escolas vão abandonando um conjunto de alunos à sua sorte, deixando-os pelo caminho (na margem do caminho eleito). Quando o adolescente sai da escola, tantas vezes, é porque a escola já o abandonou e porque, fora da escola, há algo mais atractivo para fazer.”

Joaquim Azevedo, Entrevista para a Revista “Escolhas”, em Maio de 2005, in <http://www.joaquimazevedo.com> em 2008-10-08

De facto, os estudos do SIETI (Sistema de Informação Estatística sobre o Trabalho Infantil) confirmam que as necessidades económicas pesam muito menos na decisão de abandonar a escola, do que o gosto pela Escola, em

qualquer nível de ensino. Num estudo de casos analisados (Monteiro, 2004, p. 47-57), incidente sobre pessoas entre os 24 e os 34 anos de idade cuja inserção no mercado de trabalho foi precoce, constatou-se que quase 81% destas pessoas se sentia desinteressado, com dificuldades de aprendizagem ou com má relação com os professores e relativamente aos sentimentos dos inquiridos, pela opção de abandono, predominava o contentamento e a indiferença.

Confirmando-se a versão de que primeiro é a escola que abandona o aluno e só depois é que o aluno desiste, raramente as escolas accionam um plano de detecção precoce de casos de risco de abandono, por falta de diálogo entre os professores e os pais (sem culpas exclusivas, mas de todos), pelo baixo nível de acompanhamento e apoio psicológico e pela falta de orientação educativa e profissional, que poderia ser colmatada com um acompanhamento sério do aluno e a sua incontroversa intervenção na elaboração do seu balanço de competências.

Conheço muitas escolas, onde os registos pessoais do aluno – dados socio-económicos, percurso académico, etc. – são arquivados num dossiê individual na secretaria que «ninguém» consulta! Comprovando-se mais uma vez que «a escola não conhece a pessoa do aluno». Muitas vezes um simples questionário sobre o insucesso/retenção prévio, resultados escolares e envolvimento na escola, sem intromissão nas áreas sensíveis ou íntimas da vida dos alunos, pode ser suficiente para discriminar uma grande parte dos estudantes em risco de abandono (Elliot & Voss, 1974, in ME/MSST, 2004, p. 35).

Por seu turno, o balanço de competências poderia constituir uma ajuda fundamental para o aluno e para a Escola pois inscreve-se num passo global e dinâmico que sai do contexto pedagógico, apelando às competências transversais e informais que se adquirem em todos os contextos, visando um projecto de orientação e de escolha formativa e profissional. A implementação do balanço de competências na Escola promove nos alunos e professores uma mudança de atitude, a capacidade de observação e a capacidade de diálogo. O aluno confronta-se com os seus «trunfos», os seus constrangimentos, as suas motivações e as suas prioridades, fazendo as suas escolhas de acordo com as

suas expectativas, aptidões e conhecimento de si próprio. A escola será ajudada a «conhecer a pessoa do aluno».

## **2.5. Consequências do insucesso e abandono escolares**

O insucesso repetido e/ou não cuidado pela Escola é nefasto para um aluno, baixa a auto-estima e a motivação, aumenta conflitos com a família e, também, com os pares pela diferença de idades. Leva à descrença do valor do investimento na educação e eleva o custo de oportunidade pelos estímulos exteriores à Escola, traduzindo-se num mal-estar e «conflito latente» com a Escola até chegar ao ponto de ruptura e, conseqüente, abandono escolar. O processo mais ou menos lento depende das interações de cada aluno e da sua resiliência escolar, isto é, da “capacidade do indivíduo ficar na Escola, apesar dum conjunto de características dos subsistemas que motivariam para o abandono escolar” (ME/MSST, 2004, p. 28).

O insucesso induz o aluno a resignar-se à sua condição de falhado que se repercutirá no seu percurso pessoal académico e profissional. O optimismo e inteligência emocional não estarão, com certeza, ao seu serviço para a mudança e aproveitamento das oportunidades.

Só com elevação gradual da auto-estima e conquista da auto-confiança é possível reencontrar o orgulho e a alegria de um vencedor. É fundamental agir e, mais ainda, induzir o aluno à reflexão pelo confronto com as suas capacidades e interesses, para ele não desistir e encolher os ombros. É preciso que o aluno elimine as «mensagens negativas» que comunica a si próprio, quando encara a possibilidade de inverter o seu insucesso escolar, tais como: “De que serve tentar? Nunca serei capaz de fazer isso; Falho sempre; As pessoas como eu não triunfam; Tenho medo de fracassar; Já me aconteceu sair-me bem a princípio e, depois, voltar a cair no mesmo” (Colclough, 2004, p.118).

É possível reinverter o fenómeno do insucesso e torná-lo enriquecedor para o aluno, ajudando-o a gerir as suas emoções e proporcionando-lhe

momentos de reflexão, para que ele não desista. Uma cultura de pobreza endémica afecta, negativamente, as expectativas do aluno.

Após uma desistência motivada pelo insucesso, o retorno à escola e à aprendizagem qualificante afigura-se dificultado por uma «auto-sabotagem».

“Alguns têm tanto medo de falhar que nem sequer tentam, porque, assim, julgam eles, não têm de ser confrontados com o facto de as coisas terem corrido mal, ou seja, já decidiram que iam fracassar.”

Beechy e Josephine Colclough, tr. Cardoso, 2004, p. 9

Além disso, quando o adolescente abandona a escola inserindo-se numa configuração tradicional do emprego, geralmente precário, desenvolvendo uma actividade profissional do tipo “postos de trabalho/empregos bem definidos, com tarefas simples e fragmentadas; trabalho rotineiro e separação entre pensamento e acção; autonomia reduzida ou inexistente, ênfase no trabalho prescrito” (Rui Marques in Carneiro, 2000, p. 27), a tendência é que esse adolescente eleve a sua auto-estima e conquiste a auto-confiança, mesmo que efémera, mas dando-lhe a sensação que fez a opção certa. Se a sua ambição não se esbarrar logo com exigências académicas, o mais provável é que este adolescente não retorne à escola, pelo menos tão cedo quanto desejável, comprometendo o seu futuro e a coesão social. Geralmente, são os menos escolarizados e qualificados os que não conseguem competir, principalmente nesta era do chamado emprego precário, com exigências crescentes de modernização e empreendedorismo nas organizações.

O abandono escolar desqualificado está associado à empregabilidade precária, quer ao nível dos salários quer ao nível das condições e «estabilidade» no percurso profissional, pois para além do processo de selecção a educação escolar também tem efeitos que ultrapassam a aprendizagem cognitiva, influenciando as atitudes e o comportamento dos trabalhadores (Requejo, 2003, p. 40).

O desajuste entre a educação e o emprego é tanto maior quanto maior for a procura social da escolarização superior sem a alteração dos índices de abandono escolar, porque, se por um lado, “a existência de grandes caudais de elevadas qualificações conduz à expulsão progressiva dos activos menos qualificados” (Azevedo, 2002, p. 6), por outro lado, com tanta oferta de «mão-de-obra» desqualificada a «custo baixo» para os empregadores, também “crescem os conflitos entre as expectativas dos diplomados acerca do tipo de empregos e acerca dos rendimentos correspondentes ao seu nível de qualificações escolares e a situação real em que se encontram perante o emprego” (idem, p. 11). É fatal que surjam as seguintes consequências: - Desempregados com baixas qualificações, as dificuldades de reconversão profissional aumentam; - Desempregados que possuem qualificações superiores às exigências do mercado, as dificuldades de satisfação das suas expectativas aumentam.

“Apesar disso, a educação é vista como um investimento privado rentável tanto para o indivíduo como do ponto de vista empresarial. Não tanto porque garanta o emprego do mesmo nível, mas porque oferece pelo menos uma certa possibilidade de dispor de empregos «menos maus» que os que vão ocupar quem atingiu menores «níveis de educação».”

Agustín Requejo Osorio, 2003, p. 40

Em regra, numa situação de desemprego as pessoas mais escolarizadas tendem a permanecer menos tempo à procura de novo emprego do que as menos escolarizadas (Plano Nacional de Emprego 2005-2008, p. 12).

Num âmbito mais alargado, uma população activa com baixas qualificações repercute-se ao nível da igualdade de oportunidades e coesão social e ao nível da inovação e competitividade das empresas e da produtividade e crescimento económico do País (CE, 2004, p. 13).

A evolução da produtividade e da competitividade das empresas portuguesas depende cada vez menos dos factores materiais, pelo contrário, depende cada vez mais da qualificação dos trabalhadores de forma a introduzirem valor acrescentado nos processos de trabalho e com melhor organização do trabalho, pela inovação e empreendedorismo (Plano Nacional de

Emprego 2005-2008, p. 19), numa configuração dos empregos emergente (Rui Marques in Carneiro, 2000, p. 27): “empregos de geometria variável, com definições menos especificadas; trabalho mais abstracto e intelectual; no lugar de rotinas, necessidade de reacção, antecipação, criatividade, tomada de decisões e resolução de problemas; combinação entre pensamento e acção.”

“As nossas sociedades serão estruturadas cada vez mais pela relação cognitiva. A educação e formação serão os principais vectores de identificação, pertença e promoção social.”

Agustín Requejo Osorio, 2003, p. 29

## **2.6. Prevenção do insucesso e abandono escolares**

Como em qualquer problemática, para prevenir é preciso conhecer as causas nos vários domínios de intervenção. No presente capítulo a análise das causas de insucesso e abandono escolares permitiu:

- Evidenciar quatro domínios de intervenção: Alunos, Contexto social, cultural e económico, Pais e Encarregados de Educação e Escola;
- Evidenciar o significado desta problemática para todos os intervenientes, tendo sempre presente que na sua análise não se podem dissociar os domínios uns dos outros, nem dissociar as causas do insucesso das do abandono escolar.

É certo, que prevenir o insucesso significa também prevenir o abandono já que este é o expoente máximo do primeiro. A problemática do abandono circunscreve-se à idade avançada do aluno pelo insucesso repetido, seja a que nível for, e oportunidade de integração precoce no mercado de trabalho.

Em cada domínio, pelos estudos de investigadores independentes e governamentais, já existem medidas activas de prevenção, algumas ainda em fase embrionária, outras já em fase cruzeiro, evidenciando a pertinência da preocupação no combate a esta problemática, desde a sua génese.

### **2.6.1. Domínio dos alunos**

Neste domínio, destacaram-se as seguintes características-tipo associadas ao insucesso e abandono:

- Indisciplina; prática de pequenos delitos;
- Abusos de substâncias e situações ligadas a desequilíbrios afectivos; ansiedade, inquietação, insatisfação próprios da adolescência;
- Clima educacional familiar de permissividade;
- Absentismo; pouco tempo dedicado a actividades e ao estudo;
- Desconhecimento relativo às aptidões vocacionais e consequente escolha errada de percurso formativo;
- Desmotivação provocada pelas baixa auto-estima e confiança relacionadas com dificuldades de integração;
- Fraco rendimento escolar e, consequente, insucesso redundado em retenções;
- Reduzidos conhecimento e interesse na aprendizagem da língua materna e matemática;
- Reduzido interesse pela escola motivado pela ausência de sentimentos de pertença à mesma.

Como soluções para este domínio, o Ministério da Educação está a tentar implementar algumas medidas, desde o primeiro ciclo até ao ensino secundário, a realçar:

- Reorganização do horário escolar dos alunos e revisão dos conteúdos programáticos;
- Permeabilidade entre cursos do ensino secundário, com vista a facilitar ao aluno a alteração do seu percurso formativo, no entanto, falta, ainda, mecanismos de acompanhamento dos alunos para uma apropriada reorientação vocacional;
- Criação e disseminação de um guia de acesso ao ensino secundário que reúne a informação sobre toda a oferta educativa e formativa no ensino secundário nas suas várias tipologias, permitindo aos alunos escolhas mais

ponderadas, mas ficando aquém nas necessidades de ajuda ao auto-conhecimento das aptidões vocacionais dos alunos;

- Alargamento da ocupação educativa dos alunos, em todo o horário escolar, ao ensino secundário desde o ano lectivo 2006/2007, de forma a valorizar a escola e a apoiar os estudantes no rendimento escolar. Na ocupação educativa prevêem-se aulas de substituição, actividades em salas de estudo, clubes temáticos, recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação, leitura e pesquisa bibliográfica orientada, actividades desportivas, oficinais, musicais ou teatrais. A falta de consenso das lideranças escolares, e dos professores, tem centrado a sua discussão nas aulas de substituição, prejudicando ainda mais os alunos pelo desconforto dos professores;
- O Plano Nacional de Leitura e o Plano de Acção da Matemática visam acabar com o síndrome do fracasso nas disciplinas de Português e Matemática, bem como, a implementação do ensino do Inglês desde o primeiro ciclo, criando o gosto destes alunos para uma aprendizagem criativa desta disciplina.

A par das iniciativas governamentais, felizmente existem também medidas provenientes de movimentos cívicos, sendo de destacar, pelo seu impacto nacional, as actividades programadas da recém constituída Associação EPIS – Empresários pela Inclusão Social. A sua intervenção, a nível do aluno, dará destaque ao programa nacional experimental de formação em empreendedorismo, através do envolvimento das autarquias e empresários nas as escolas do 3º ciclo do ensino básico.

### **2.6.2. Domínio social, cultural e económico**

Neste domínio, destacaram-se as seguintes características-tipo associadas ao insucesso e abandono:

- População pouco escolarizada e com poucos recursos culturais e económicos;
- Oferta abundante aliada à pressão do mercado de trabalho para o emprego indiferenciado e desqualificado;
- Más condições de acessibilidade e de transporte para a escola;
- Falta de ligações estruturadas das autarquias, instituições sociais, recreativas e empresariais à escola;

- Pouca diversificação das ofertas de ensino.

O governo está a implementar algumas medidas paliativas mas satisfatórias, entre as quais se destacam:

- A iniciativa «novas oportunidades», sensibilizando a população para os benefícios de maior escolarização e, simultaneamente, incentivando as escolas a diversificar as ofertas formativas qualificantes para jovens e adultos;
- O alargamento da rede de Centros Novas Oportunidades tem contribuído para o aumento da escolaridade dos adultos;
- Os benefícios, em matéria contratual e financeira, às empresas, com vista à empregabilidade qualificada;
- Aumento do número de beneficiários e dos apoios da Acção Social Escolar.

### **2.6.3. Domínio dos Pais / Encarregados de Educação**

No domínio dos pais e encarregados de educação, destacaram-se as seguintes características-tipo associadas ao insucesso e abandono:

- Dificuldades económicas da família;
- Baixa escolaridade;
- Famílias desestruturadas;
- Défice de atitudes positivas relativamente à escola e à permanência dos filhos na escola;
- Falta de diálogo e interacções com os filhos;
- Manipulação das escolhas académicas dos filhos;
- Clima de permissividade.

Em termos governamentais (para além das medidas apontadas anteriormente), ainda se destaca a alteração do estatuto do aluno que confere maior responsabilidade aos pais e encarregados de educação, em especial, no controlo, prevenção e efeitos da falta de assiduidade dos alunos. Diversificou-se as hipóteses correctivas, através da atribuição de maior autonomia das escolas, com simplificação e agilidade nos procedimentos. Não obstante, o estatuto aponta os caminhos a seguir e distingue claramente as medidas correctivas, de cariz dissuasor, das medidas sancionatórias, de cariz punitivo. Para além da

responsabilização e envolvimento obrigatório dos pais, na correcção e/ou punição de comportamentos, instituiu-se a realização de uma prova de recuperação por parte do aluno que atingiu o seu limite de faltas, independentemente de as mesmas serem justificadas ou injustificadas.

A associação EPIS também prevê no seu plano de actividades uma intervenção a nível das famílias dos alunos, através da criação da primeira rede nacional de Mediadores Profissionais de capacitação familiar para o sucesso escolar, que executará um trabalho de proximidade e utilizará metodologias de tipo educacional para o acompanhamento parental. A actividade destes mediadores tem como metodologia duas etapas de actuação:

- (i) Sinalização de jovens, entre os 13 e os 15 anos de idade, com factores de risco em termos de sucesso escolar;
- (ii) Construção de planos individuais de acompanhamento em proximidade e em continuidade, implicando um portefólio de métodos de capacitação tendo em conta os factores individuais de risco (aluno, família, escola e território).

A primeira fase do projecto-piloto arrancou, no ano lectivo 2007/2008, em 11 concelhos, abrangendo 88 escolas que representavam cerca de 10% do insucesso escolar no 3º Ciclo em Portugal. Em Maio de 2008, apurou-se os seguintes resultados: 20.000 alunos do 7º e 8º anos de escolaridade analisados; 87% dos Encarregados de Educação autorizaram a sinalização de risco pelos mediadores; Início do acompanhamento de 7.000 alunos/famílias com factores de risco; 85% das primeiras 500 famílias aceitaram a capacitação proposta (In <http://www.epis.pt> em 2008-10-09).

#### **2.6.4. Domínio da Escola**

No domínio da escola, destacaram-se as seguintes características-tipo associadas ao insucesso e abandono escolares, como a falta de:

- Liderança e organização incapaz de proporcionar um clima escolar atractivo a professores e alunos;
- Estabilidade e preparação dos professores;
- Práticas sistémicas de autoavaliação;

- Plano de detecção e intervenção para os alunos em risco de abandono;
- Programas de apoio a estudantes com dificuldades e de orientação vocacional;
- Promoção de competências sociais, de programas escolares de enriquecimento curricular e de ligação à família/meio envolvente;
- Diversificação das ofertas educativas a par das deficiências nas instalações e equipamentos escolares.

O Ministério da Educação, também tentando soluções, tem implementado algumas medidas, realçando-se:

- Os contratos de autonomia com algumas escolas;
- A alteração do estatuto da carreira docente que visa a obtenção de maior estabilidade dos docentes e um destaque especial à formação docente como prioritária;
- O projecto de avaliação externa das escolas visa uma cultura e prática de avaliação institucional;
- O envolvimento dos Conselhos Municipais de Educação nos planeamentos educativos locais;
- A diversificação das ofertas educativas e formativas pela implementação da iniciativa novas oportunidades. O problema desta diversificação, que de facto é uma realidade, reside na falta de diagnósticos de necessidades<sup>1</sup> ajustados à orientação vocacional dos alunos ao nível do seu balanço de competências;
- O lançamento do programa de modernização das escolas secundárias;
- A parceria com a Associação EPIS no sentido de aportar novas competências de gestão às lideranças das escolas, por via da formação.

Confere-se que as linhas de intervenção traçadas por este Governo Constitucional (XVII) estão a ser implementadas, com eficiência. Resta-nos aquilatar a sua eficácia, não do ponto de vista das estatísticas, mas da satisfação

---

<sup>1</sup> “Para a definição da oferta proposta, das modalidades e cursos colocados à consideração das DRE e dos Gabinetes Novas Oportunidades, a generalidade das escolas referiu tomar em consideração os seguintes critérios: (1) o quadro docente da escola; (2) recursos materiais e físicos; (3) a “tradição” de oferta da mesma – simultaneamente condicionada e condicionadora do quadro docente da escola; (4) a oferta educativa e formativa existente na zona/região; (5) a procura, por parte dos alunos; e (6) a sensibilidade que as escolas têm do que são as necessidades do mercado de trabalho (GAAIRES, 2007b, p.47-48).

das necessidades reais da população. O grande problema actual reside nos comportamentos sociais resistentes à mudança. Este é também o maior desafio da *governança corporativa*, principalmente no que toca a inverter o descontentamento generalizado dos professores. Embora se concorde que existem lacunas nestas medidas, a discussão pública, sem extremar posições, bem como o envolvimento da sociedade são medidas urgentes que poderão levar a bom porto os ajustamentos necessários à promoção do sucesso escolar e consequente erradicação do abandono escolar desqualificado.

### **CAPÍTULO III**

## **A CONJUNTURA SOCIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**

No actual contexto da União Europeia e da Globalização, a problemática do insucesso escolar e saída prematura da Escola, assume uma dimensão extremamente preocupante, na capacidade de resposta à competitividade dos mercados e no nível de vida das populações e, por isso, é urgente “transformar atrasos e constrangimentos históricos em oportunidades para a competitividade (...) através da análise das necessidades das pessoas e dos movimentos das sociedades.” (AIP, 2008, p.6).

Viver no limiar da pobreza e na ignorância são situações que dependem de factores envolventes, catalisadores de entraves e constrangimentos, cuja análise é premente com vista à elaboração de estratégias de crescimento e bem viver.

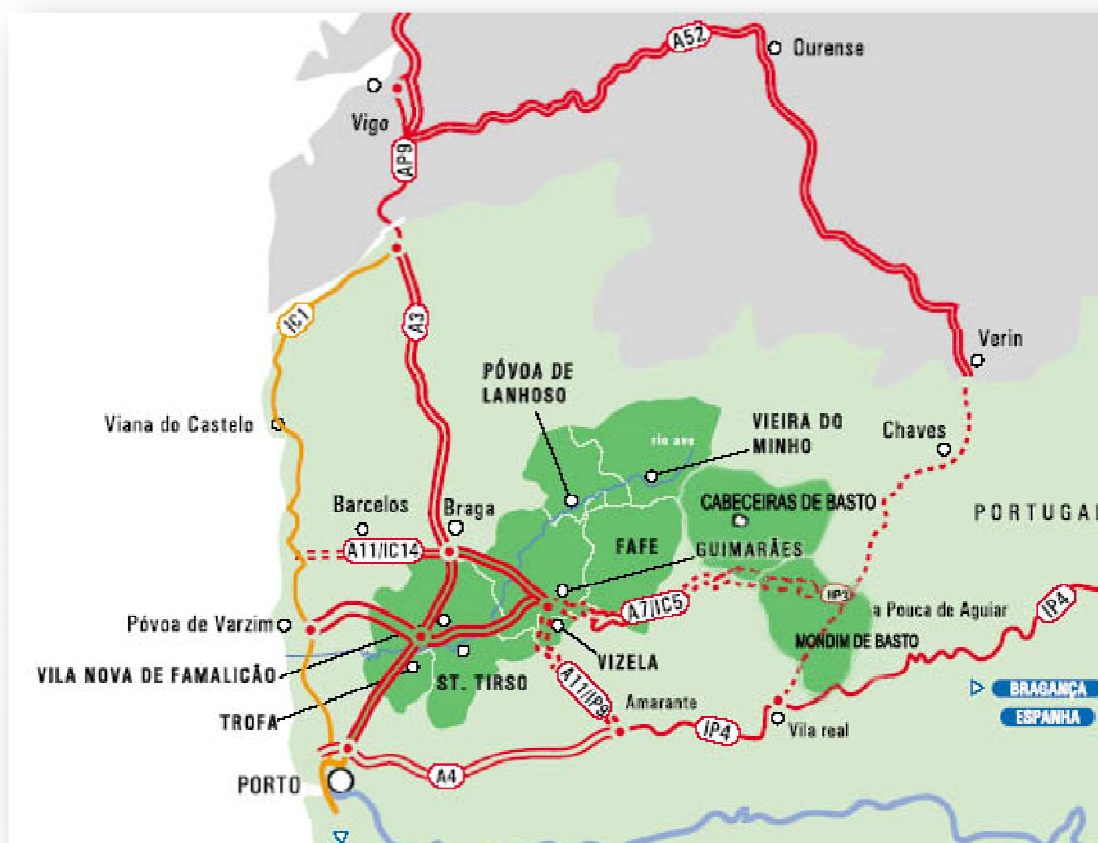
Neste presente capítulo, pretende-se apresentar as características e condições socio-económicas envolventes do concelho de Vila Nova de Famalicão, inserido na sub-região do Ave no Norte de Portugal. Estas não são indiferentes para o sucesso do aluno na escola, arrogando-se numa conjuntura de oportunidades ou constrangimentos que devem ser analisados e compreendidos, para que a Escola cumpra o seu, actual, papel de actuação face a desigualdades que inibem o desenvolvimento do sucesso escolar dos alunos.

#### **3.1. Localização**

A elevação de Vila Nova de Famalicão a cidade ocorreu há 20 anos e o concelho foi criado há 170 anos, actualmente, com 49 freguesias, integra o Distrito de Braga, posicionando-se na região do Baixo Minho, integrando-se na Grande Área Metropolitana do Minho e na Associação de Municípios do Vale do Ave.

O Vale do Ave é composto por 8 concelhos dos distritos de Braga e Porto: Póvoa de Lanhoso, Trofa, Fafe, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Vieira do Minho e Vizela<sup>1</sup>.

Figura nº 3.1. Localização Geográfica de Vila Nova de Famalicão



Fonte: Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave - ADRAVE, 2005, p. 8

<sup>1</sup> Do Decreto-Lei nº 68/2008, de 14 de Abril, resultou uma reconfiguração territorial, com base nas nomenclaturas das unidades territoriais estatísticas de nível 3 (NUTS III), introduzindo, entre outras, a alteração da unidade territorial do Ave, que continua com 8 concelhos, mas agora inclui os Municípios de Cabeceiras de Basto (distrito de Braga) e Mondim de Basto (distrito de Vila Real) e exclui os Municípios da Trofa e Santo Tirso que passam a integrar a unidade territorial do Grande Porto. Dadas as características, mais semelhantes, socio-económicas destes últimos, bem como, proximidade geográfica com o concelho de Vila Nova de Famalicão, entendi ser pertinente para os propósitos deste estudo, uma análise estatística comparada de acordo com a anterior configuração territorial.

Altamente bem posicionada, em relação a outros importantes centros cívicos, Vila Nova de Famalicão situa-se a 17 km de Braga, 32 km do Porto, 30 km do Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro e do Porto de Leixões e a 80 km da Galiza (Espanha).

Ao nível da rede viária, o concelho tem uma posição estratégica que tem permitido um grande desenvolvimento económico e populacional: com uma boa malha de estradas nacionais, entre elas a de Porto – Braga desde 1851, Estrada Regional Vila do Conde – Vila Nova de Famalicão – Guimarães, sendo zona de confluência de Itinerários Principais, Itinerários Complementares e Auto-Estradas, como a que liga, Porto – Valença – Espanha.

Ao nível da rede ferroviária, o concelho é servido pelos principais ramais do Norte do País (Linha do Minho, Linha de Guimarães e Ramal de Braga, beneficiando, desde 2004, da paragem obrigatória pelos comboios Alfa que ligam de forma rápida ao Porto e a Lisboa. Beneficiará também com o serviço de comboio de alta velocidade (TGV) que ligará as cidades do Porto e Vigo (Espanha).

### **3.2. Demografia**

Vila Nova de Famalicão é o segundo concelho mais populoso do Vale do Ave, sendo Guimarães o primeiro, no entanto, não deixa de ser dos mais rejuvenescidos da região. Conforme se pode observar no quadro 3.1., apresenta o saldo natural bastante acima da média regional e os índices de dependência, face à população residente com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, abaixo da média.

Quadro nº 3.1. Estatísticas demográficas comparativas

Zona geográfica	População Censos 2001	Varição População Residente 1991-2001(%)	População em 31.12.2007	%Média anual de crescimento população	Saldo natural 2007	Dependência Idosos 2007	Dependência Total 2007
Região AVE	509.968	+9,4	524.057	0,46	1,7	18,2	42,8
Concelho de Fafe	52.757	+10,2	53.696	0,30	-1,1	20,3	45,8
Concelho de Guimarães	159.576	+10,8	162.618	0,32	2,9	16,5	41,5
Concelho da Póvoa de Lanhoso	22.772	+5,8	24.175	1,03	1,4	22,2	49,5
Concelho de Vieira do Minho	14.724	-6,7	14.193	-0,60	-3,3	28,0	52,4
Concelho de V. N. Famalicão	127.567	+11,6	134.336	0,88	3,0	17,7	42,1
Concelho de Vizela	22.595	+12,9	24.274	1,24	3,4	14,6	41,3
Concelho de Santo Tirso	72.396	+3,8	70.427	-0,45	-0,8	20,8	42,6
Concelho da Trofa	37.581	+14,5	40.338	1,22	1,7	16,7	40,4

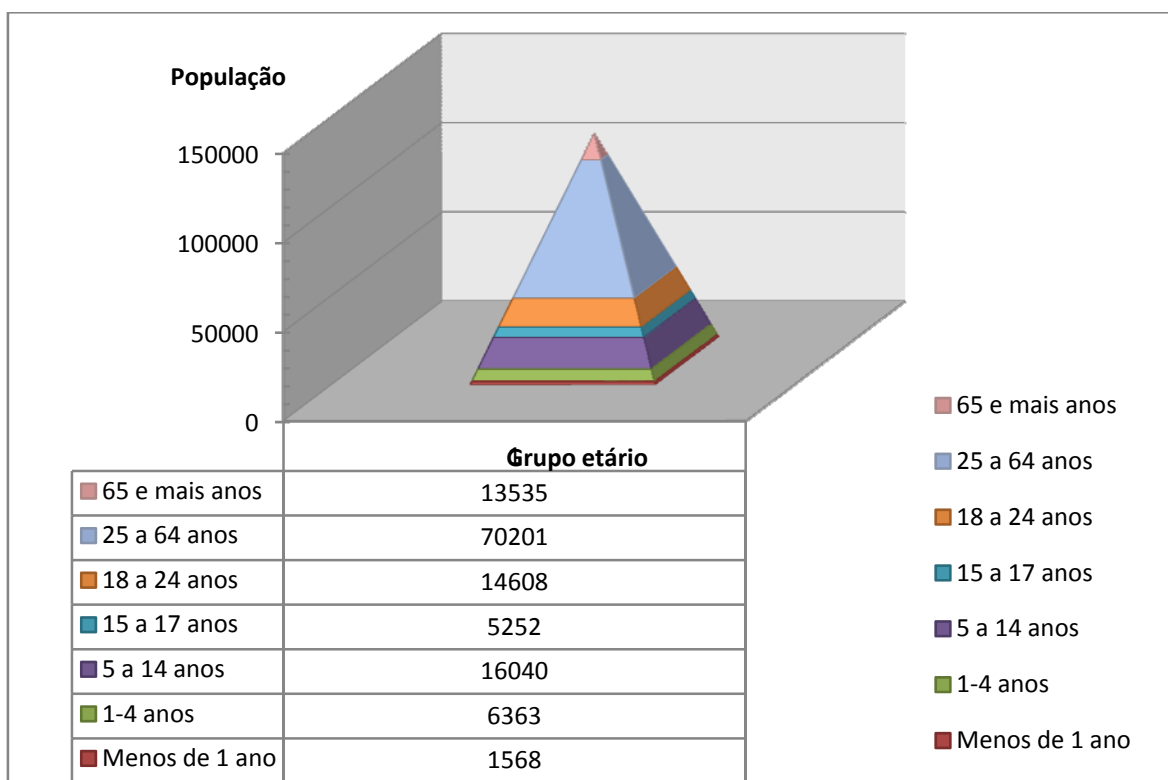
Fonte: Adaptado a partir de INE – Estimativas Anuais da População Residente e INE – Recenseamento Geral da População e Habitação (Censos 2001 - Resultados Definitivos)

Com efeito, Vila Nova de Famalicão apresenta uma média anual de crescimento da população que equivale a cerca do dobro da média da região Ave.

De 1940 a 2001, a população do concelho aumentou cerca de 45% resultante de vários factores interligados, como o regresso de portugueses das colónias do ultramar (1970-1981), forte industrialização, excelente localização geográfica, estruturas de transportes eficientes, melhorias na qualidade de vida e índice de natalidade elevado. Nos últimos anos, verificou-se uma taxa média de crescimento da população de quase 1% ao ano, “perspectiva que continuará por mais duas a três décadas.” (Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão, 2006, p. 29).

No momento censitário de 12 de Março de 2001, a população residente no concelho de Vila Nova de Famalicão totalizou 127 567 indivíduos, distribuídos pelos seguintes grupos etários:

Gráfico nº 3.1. População residente, no concelho de Vila Nova de Famalicão, segundo os grupos etários:



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (Censos 2001 - Resultados Definitivos)

Em 2001, em Portugal, “a população com 65 anos e mais anos superou, pela primeira vez, a população com idade inferior a 15 anos” (INE, 2004, p.9).

Em Vila Nova de Famalicão, a população com 65 e mais anos de idade ainda está aquém da população com idade inferior a 15 anos em mais de 40%, apesar das significativas alterações na composição dos grupos etários (conforme se pode observar no quadro 3.2.). É significativo o facto de cerca de 35% da população ter menos de 25 anos e cerca de 55% da população pertencer ao grupo etário dos 25 aos 64 anos de idade.

Quadro nº 3.2. Variação da população residente, no concelho, entre 1991 e 2001:

<b>Total</b>	<b>Dos 0 aos 24 anos</b>	<b>Dos 25 aos 64 anos</b>	<b>65 e mais anos</b>
+11,6%	-11,2%	+25,9%	+47,0%

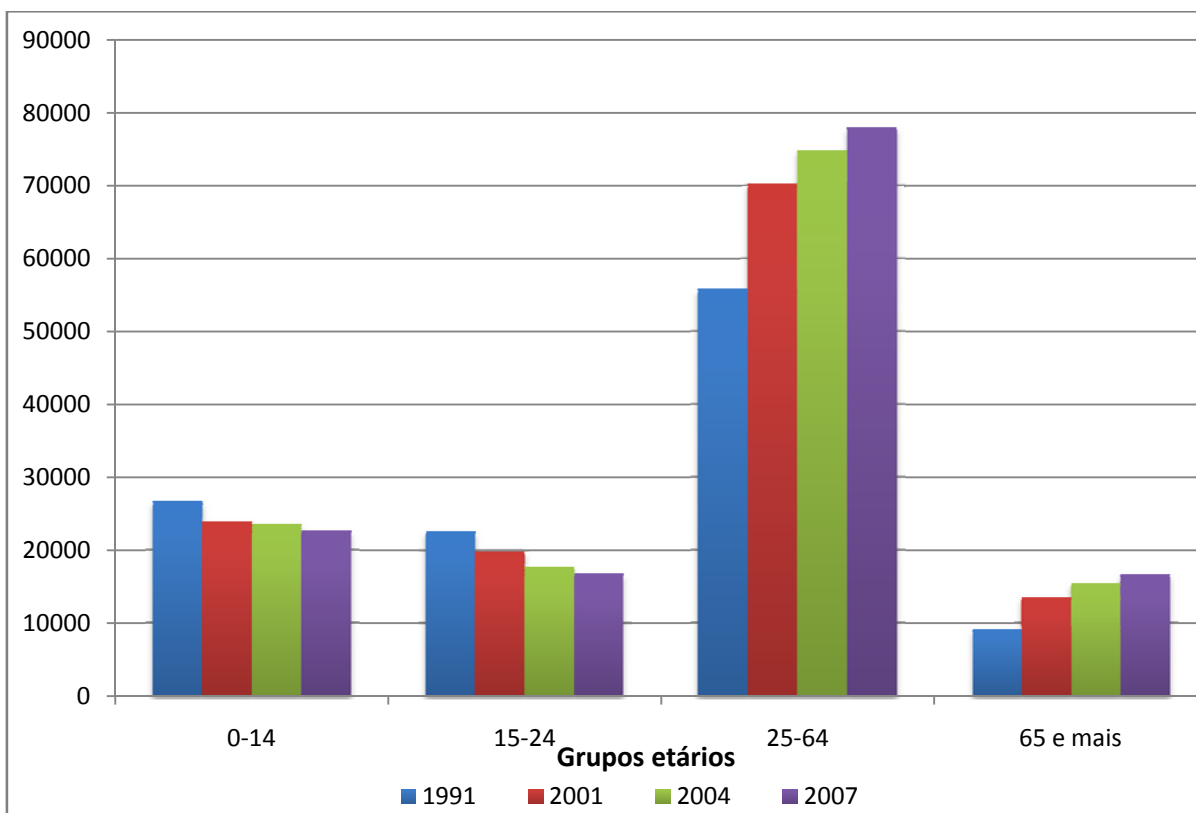
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos)

Concluimos ser, Vila Nova de Famalicão, um dos Municípios mais jovens do País e com índices de população activa e, potencialmente, activa superior às médias europeias, nacionais, do Norte e do Vale do Ave (dos 15 aos 64 anos a variação é positiva e superior às variações nacionais e, em 2001, representava quase 71% do total da população). No entanto, também enfrenta problemas de envelhecimento, à semelhança da tendência no País e na Europa, verificada com famílias menos numerosas e o aumento da esperança média de vida.

De facto, embora positiva e superior às médias, a taxa de crescimento natural apresenta uma tendência de decréscimo a longo prazo (*ceteris paribus*), estando a projecção da população residente no concelho com tendência positiva pelo aumento da esperança média de vida e não pelo rejuvenescimento da população ou saldos migratórios que tendem a diminuir - não deixando estes de ser importantes, pois a sua estrutura etária concentra-se de forma significativa entre os 15 e os 39 anos (Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão e Destaque do INE de 21 de Outubro de 2002 e de 28 de Novembro de 2005).

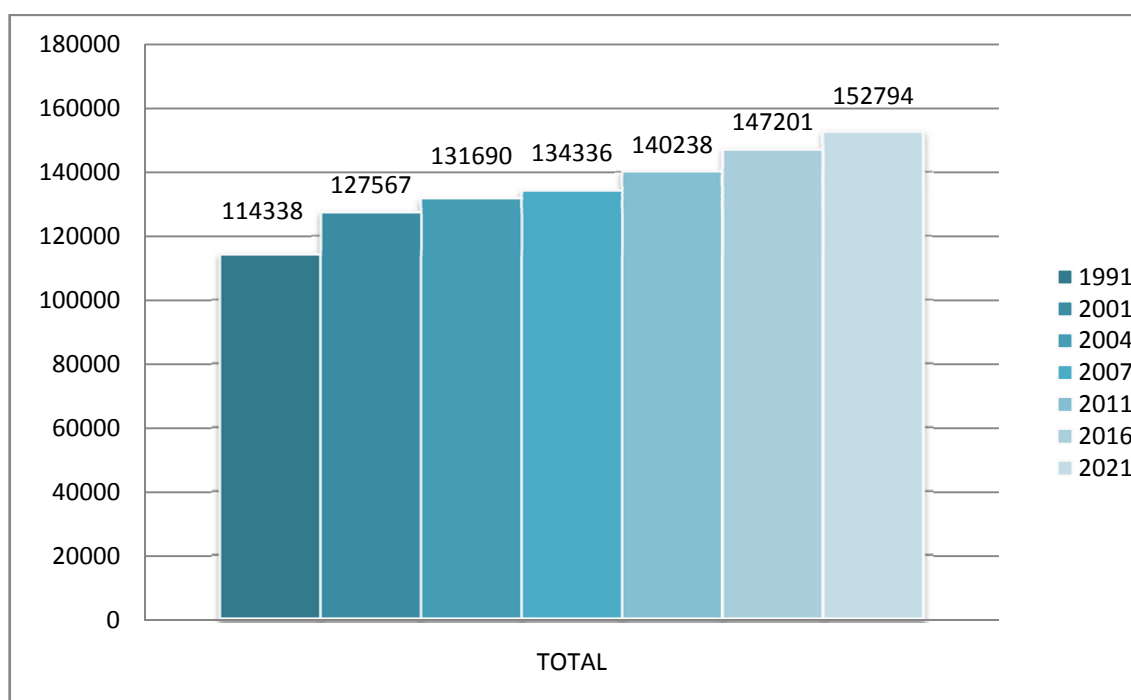
Assim, até 2021, a população do concelho aumentará, em média, 6.000 habitantes por quinquénio, embora com uma estrutura etária diferente, conforme gráficos a seguir apresentados, construídos com base nas projecções demográficas da Carta Educativa do Município que, por sua vez, se socorreu das projecções elaboradas pelo INE a um nível nacional e regional e pelas tendências avançadas no Plano Director Municipal, confrontado com os dados fornecidos pelo Centro de Saúde de Vila Nova de Famalicão e pela Conservatória do Registo Civil.

Gráfico nº 3.2. Evolução da população residente



Fonte: Adaptado a partir de INE – Estimativas Anuais da População Residente

Gráfico nº 3.3. Projecção da evolução da população residente



Fonte: Adaptado a partir de INE – Estimativas Anuais da População Residente e Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão, 2006

Estes gráficos mostram-nos algumas vantagens competitivas do município em relação às projecções nacionais (cuja população do grupo etário 25–64 decrescerá já a partir de 2015), bem como, em relação a alguns países da União Europeia, nomeadamente, a Espanha onde se prevê que “a população de 20 a 29 anos de idade decresça em 34% nos próximos 10 anos” (OCDE, 2006, p. 6).

### **3.3. Economia e emprego**

O tecido empresarial do Vale do Ave e do concelho de Vila Nova de Famalicão é caracterizado pelo predomínio de pequenas e micro-empresas de cariz familiar, aliás, “O Município de Vila Nova de Famalicão coexiste no enquadramento sócio-económico do Vale do Ave, utilizando o mesmo cenário, mas revelando algumas especificidades”, tais como, a elevada densidade populacional das freguesias, pois 31, das 49, estão identificadas como áreas predominantemente urbanas e 18 como áreas medianamente urbanas, não sendo nenhuma identificada como rural (Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão, 2006, p. 33).

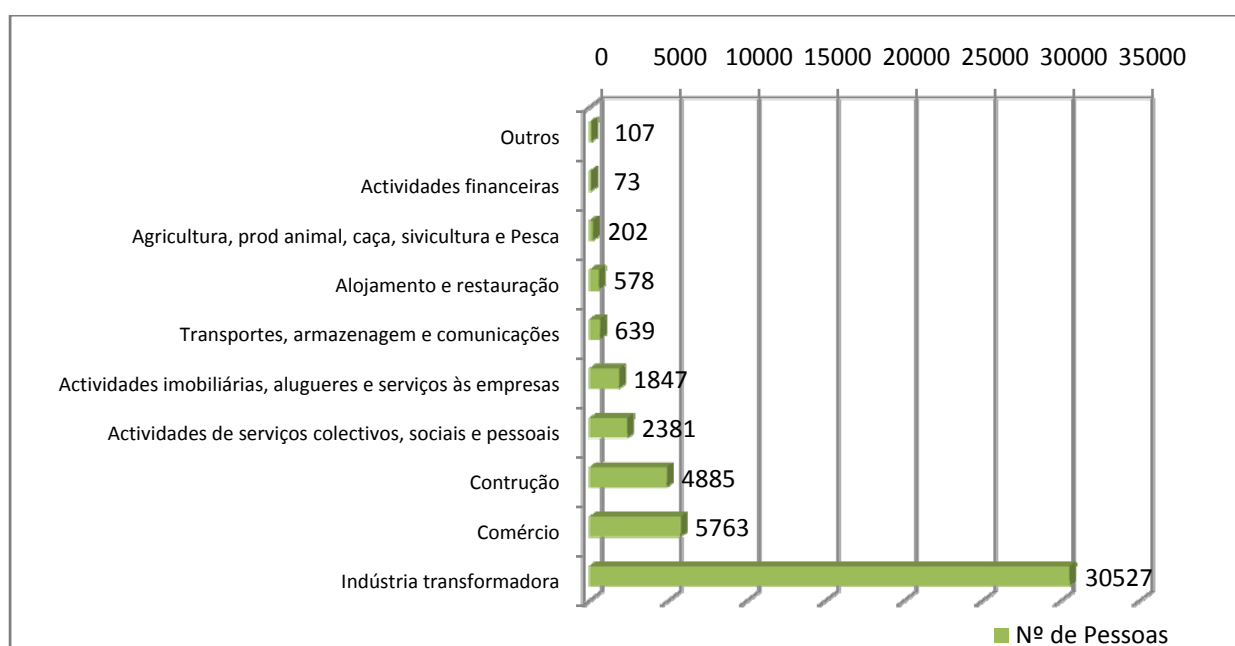
O Vale do Ave “é claramente o segundo espaço da região Norte, em termos de contributo para o emprego e volume de vendas gerado” (in <http://www.adrave.pt> em 2008-10-17), imerso no sector secundário.

O desenvolvimento da indústria na região do Ave, deve-se, predominantemente, desde meados do século XIX, ao sector da indústria têxtil do vestuário e calçado cuja empregabilidade aumentou consideravelmente até 1991 invertendo a situação, com uma diminuição da empregabilidade, a partir de 1991, continuando a destruir mais empregos do que a criar (Varejão, 2002).

Em 31/12/2005, quase 65% do pessoal ao serviço nas sociedades da região do AVE pertence ao sector da indústria transformadora e, dentro desta, mais de 72% do pessoal pertence ao ramo da indústria têxtil e dos produtos do couro. O concelho de Vila Nova de Famalicão não contraria os dados da região do Ave, dado que, mais de 10% do pessoal ao serviço das sociedades pertence ao sector da construção, mais de 12% ao sector do comércio e quase 65% ao

sector da indústria transformadora. Dentro desta, mais de 63% pertence ao ramo da indústria têxtil e dos produtos do couro. O volume de negócios do concelho de Vila Nova de Famalicão é o maior da região do Ave, sendo este, o concelho que mais exporta, contribuindo, por si só, com mais de 3% das exportações de mercadorias nacionais. Em 2000, o índice de poder de compra *per capita*, deste concelho, era de 72,85, o mais elevado dos concelhos do Vale do Ave. Mantendo esta *performance*, em 2005, o poder de compra *per capita* era de 81,55 (INE, 2007, p. 213-220). Veja-se o seguinte gráfico:

Gráfico nº 3.4. Pessoal ao serviço nas sociedade do concelho, em 31/12/2005



Fonte: INE, 2007, p. 213

Este gráfico ilustra bem as principais actividades económicas, referidas anteriormente, e o seu peso na empregabilidade do município. No entanto, para melhor compreensão do tema, é necessário verificar o tipo de empregabilidade. O quadro, a seguir apresentado, prossegue a argumentação.

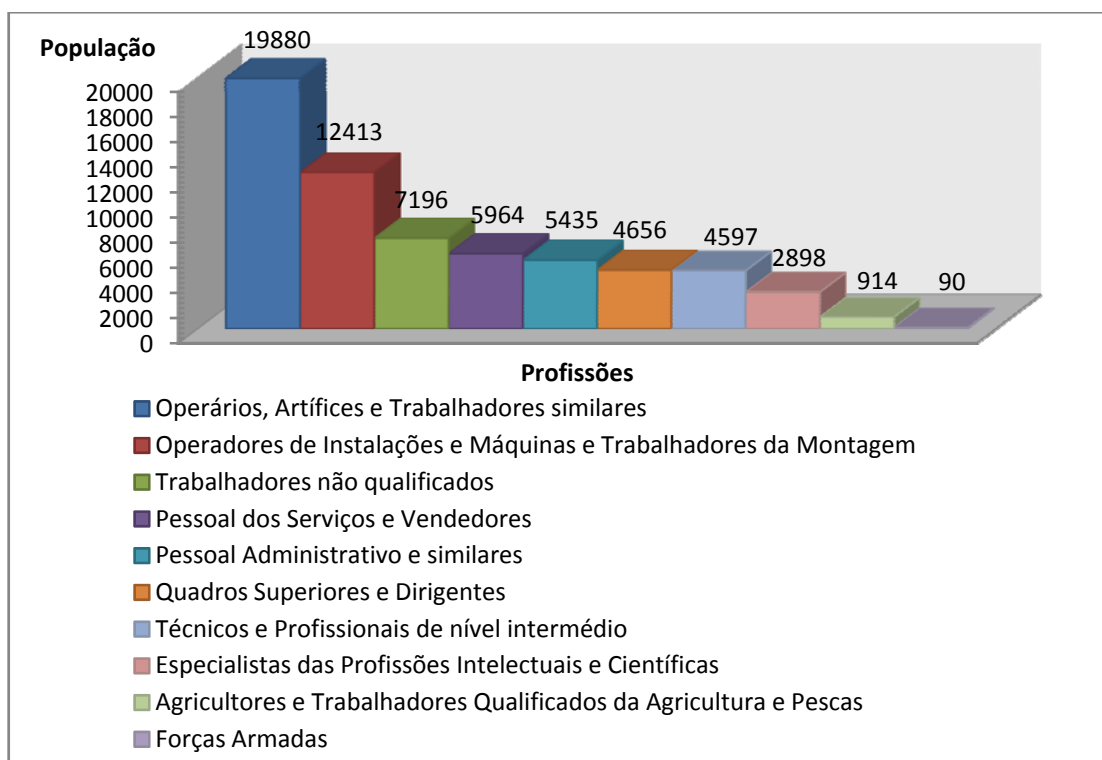
Quadro nº 3.3. População residente, empregada, segundo o grupo etário, por nível de instrução (frequência):

Vila Nova de Famalicão	Total	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	25 e mais
Total concelhio	64043	2764	7647	53632
Sem nível de ensino/ analfabetos	540	5	10	525
Ensino básico	46347	2044	4443	39860
Ensino Secundário	11383	694	2523	8166

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (Censos 2001 - Resultados Definitivos)

Constata-se que a baixa escolaridade é a tônica dominante da população activa empregada. Com efeito, 73,2% frequentou apenas o ensino básico ou inferior, demonstrando o alheamento à importância da formação ao nível da contratação pelas empresas e/ou carência económica das famílias, uma vez que, da população residente do grupo etário 15-19 anos, 30% já se encontra empregada e, destes, apenas 2,8% ainda frequenta o ensino (grupo com elevado risco de abandono escolar). Da população residente do grupo etário 20-24 anos, 71% já está empregada e apenas 3% frequenta o ensino.

Gráfico nº 3.5. População residente empregada, segundo grupos de profissões



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (Censos 2001 - Resultados Definitivos)

A leitura do gráfico nº 3.5. confirma que apenas um quinto da população empregada pertence ao grupo de profissões de Quadros Superiores, Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas e de Técnicos, Profissionais de nível intermédio e Trabalhadores Qualificados da Agricultura.

Quadro nº 3.4. População residente, desempregada em sentido lato, segundo o grupo etário, por nível de instrução (frequência):

<b>Vila Nova de Famalicão</b>	<b>Total</b>	<b>De 15 a 19 anos</b>	<b>De 20 a 24 anos</b>	<b>A partir de 25 anos</b>
Total concelhio	3534	254	472	2808
Sem nível de ensino/analfabetos	39	0	1	38
Ensino básico	2576	134	181	2261
Ensino secundário	645	104	182	359

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (Censos 2001 - Resultados Definitivos)

Neste momento censitário, a população desempregada em sentido lato, residente em Vila Nova de Famalicão, à procura de novo emprego, totalizava 3066 pessoas, as quais tinham exercido, como última profissão, as seguintes percentagens:

- 54% - Indústria transformadora (desta 72% - Indústria têxtil e do couro);
- 13% - Comércio;
- 11% - Construção.

É de realçar que 74% da população desempregada desenvolveu as competências académicas inerentes ao ensino básico ou inferior, e 35% da população activa residente, empregada e desempregada, possui apenas habilitações do 1º ciclo ou inferior. Em 1991, esta situação atingia quase metade da população activa.

Da população desempregada, 20% tem menos de 25 anos com 726 pessoas, mas com o aumento sucessivo das taxas de desemprego o peso dos indicadores sofreu algumas alterações. Em Julho de 2008, 596 pessoas

desempregadas, com menos de 25 anos, representam 9,5% da população desempregada, agravando-se o peso da escolaridade: dos 6297 desempregados, 5005 (80%) tem apenas o ensino básico ou inferior e 94% procura um novo emprego (Instituto do Emprego e Formação Profissional – Estatísticas mensais, 2008).

A problemática da falta de competências escolares é muito bem explicitada pelo discurso, de empresários, que se segue:

“Portugal não progride substancialmente a nível das exportações, apresenta níveis de eficiência comparativamente baixos nos principais indicadores de competitividade, não conseguindo consolidar um conjunto de aspectos importantes para o seu progresso interno ao nível de infra-estruturas, designadamente no que concerne à educação, à formação, à iniciativa empresarial, com a agravante de ter de enfrentar o desafio do alargamento numa posição pouco confortável. Significa também que, no actual contexto da concorrência global e do alargamento da UE, não há no presente e muito menos no futuro espaço para actividades não qualificadas centradas no baixo custo do trabalho. Em qualquer caso, este modelo de especialização nunca seria compatível com a legítima aspiração dos portugueses de uma melhoria sustentada da sua qualidade de vida.”

AIP, 2003, p.20

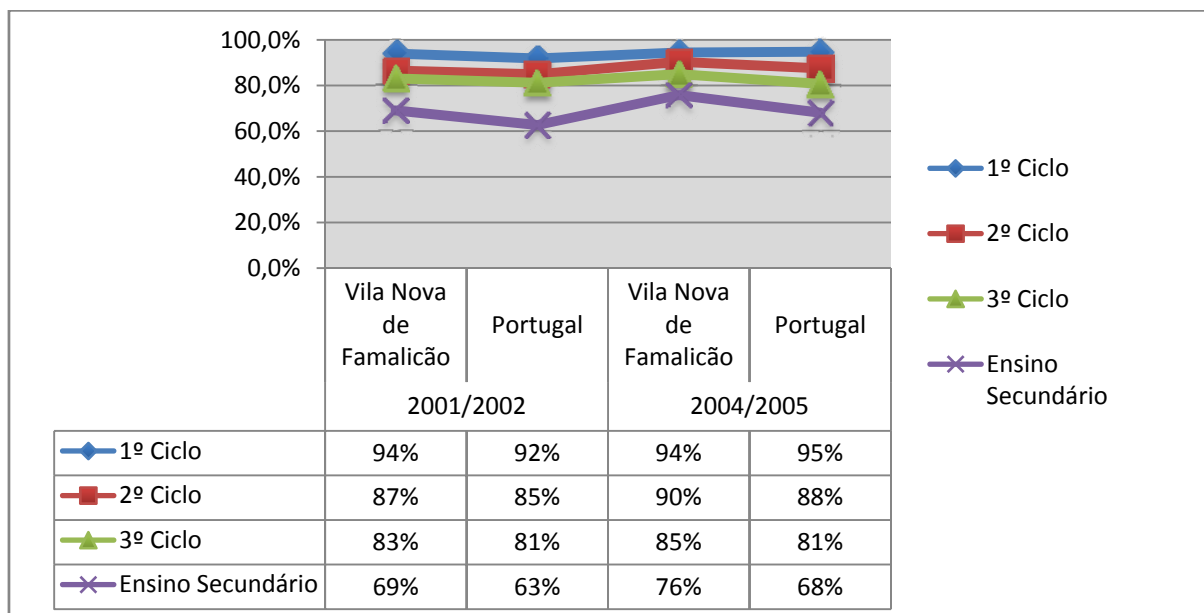
A urgente necessidade de actuação e respectivas medidas práticas estão mais do que elencadas por estudiosos e especialistas, agora é preciso “meter mãos à obra”, num processo articulado entre governantes do país e cidadãos comuns, todos sem excepções. As oportunidades são muitas mas são únicas. As condições de vida dependem do crescimento do emprego e este depende dos níveis de habilitações educativas, acreditando em alguns estudos recentes que indicam que “mais um ano de escolaridade poderia significar um aumento de 6,2% da produtividade agregada.” (CE, 2004, p.13).

### **3.4. Educação**

O concelho de Vila Nova de Famalicão apresenta alguns indicadores favoráveis em relação à região onde está inserido, mas ainda insuficientes face ao contexto nacional e internacional

As taxas de aproveitamento por ano de escolaridade – relação percentual entre o número de alunos que, no final de um ano lectivo, obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) e o número de alunos matriculados nesse ano lectivo – têm melhorado e estão acima das médias nacionais. No entanto, como se pode observar no gráfico nº 3.6. abaixo apresentado, à medida que aumenta o ciclo de estudos também diminuem as taxas de aproveitamento, constituindo um dos alicerces do abandono escolar, sendo bastante notórias as assimetrias entre o 3º Ciclo (actual fim da escolaridade obrigatória) e o Ensino Secundário.

Gráfico nº 3.6. Taxas de aproveitamento



Fonte: Adaptado a partir de informações do Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo – Direcção de Serviços de Estatística e Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão, 2006

Os anos de escolaridade que representam o início e a conclusão de ciclos de escolaridade têm sido os que apresentam maior índice de insucesso, designadamente, os 7º, 9º, 10º e 12º anos de escolaridade (Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão, 2006, p. 89).

A fim de proceder a uma análise do nível de instrução da população residente, existe um indicador importante: a taxa de escolarização (relação entre o número de pessoas matriculadas num determinado ano de escolaridade e a

população estimada com a idade própria para a frequência desse ano de escolaridade).

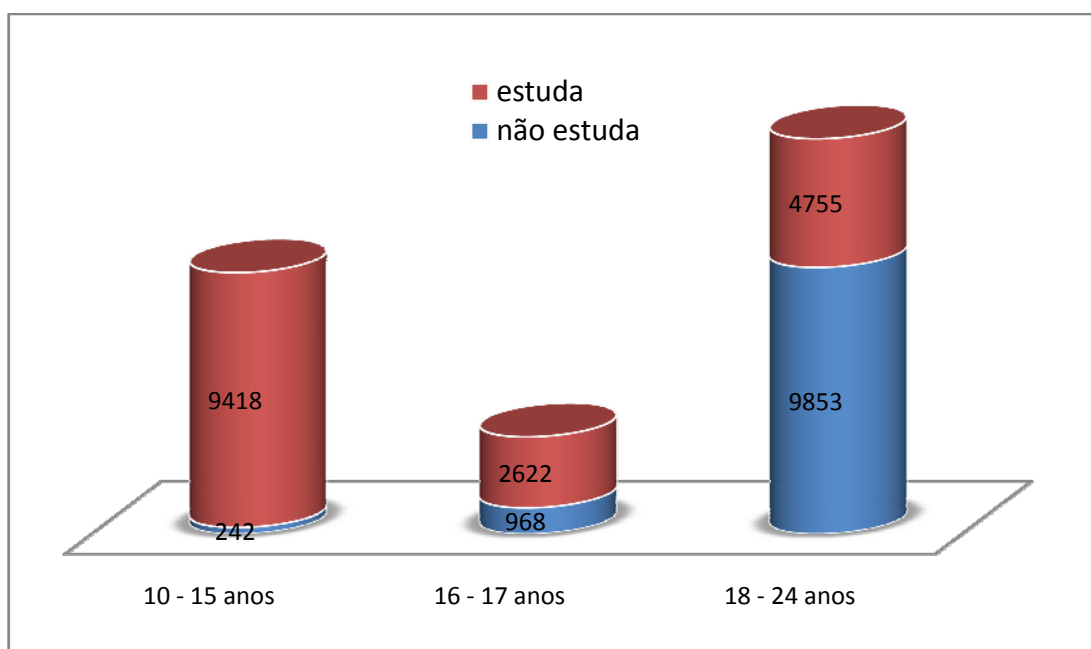
Quadro nº 3.5. Taxa de escolarização nos grupos etários 15 – 17 e 18 – 23 anos, com base nos censos de 2001:

<b>NUT/ concelho</b>	<b>15 – 17 anos</b>	<b>18 – 23 anos</b>
Continente	81,1%	44,3%
Norte	74,4%	38,6%
Ave	71,4%	32,8%
Vila Nova de Famalicão	78,6%	36,0%

Fonte: Adaptado a partir de Censos de 2001 e AZEVEDO, 2003, p. 15

Em 1991, na região Norte, dois em cada quatro jovens dos 15 aos 17 anos não frequentava qualquer nível de educação escolar, mas, passada uma década, o rácio baixou para um em cada quatro jovens (Azevedo, 2003, p. 19).

Gráfico nº 3.7. População residente, em Vila Nova de Famalicão, por grupos etários, segundo a frequência ou não de ensino



Fonte: Adaptado a partir de INE - Censos 2001

Em 2001, neste concelho verifica-se uma aproximação à média do continente, isto é, um em cada cinco jovens dos 15 aos 17 anos não frequentava

qualquer nível de educação escolar, já em relação ao grupo etário dos 18 aos 23 anos, o problema é ainda mais complicado, pouco mais de um terço dos jovens frequenta o sistema de ensino / formação.

Um trabalho árduo, concertado e articulado, é o que o futuro exige ao concelho e região, senão vejamos:

- Taxa de abandono escolar em sentido restrito<sup>1</sup>, em Vila Nova de Famalicão = 2% (Ave = 3,2%, Portugal = 2,7%);
- Taxa de saída antecipada<sup>2</sup>, em Vila Nova de Famalicão = 32,3% (AVE = 37,5%, Portugal = 24,6%);
- Taxa de saída precoce<sup>3</sup>, em Vila Nova de Famalicão = 53,1% (AVE = 57,2%, Portugal = 44,8%).

Com efeito, com base nos censos de 2001, no concelho, em cada 100 jovens, com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos, dois abandonam o ensino, sem concluir a educação básica, um em cada três jovens, dos 18 aos 24 anos, abandona o ensino, sem concluir a educação básica, e mais de metade jovens, entre os 18 e os 24 anos, abandona o ensino, sem concluir o ensino secundário.

Em termos evolutivos, o concelho apresenta melhoria nas taxas de saída do sistema de ensino, mas, entre os 6 e os 17 anos de idade, 1200 alunos estão fora do sistema de ensino, sendo urgente a sua reconquista (Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão, 2006, p. 90).

---

<sup>1</sup> ABANDONO ESCOLAR, EM SENTIDO RESTRITO: Indivíduos do grupo etário 10 – 15 anos que não concluíram o 3º ciclo do ensino básico e não se encontram a frequentar nenhum nível do sistema de ensino e formação;

<sup>2</sup> SAÍDA ANTECIPADA: Indivíduos do grupo etário 18 – 24 anos que não concluíram o 3º ciclo do ensino básico e não se encontram a frequentar nenhum nível do sistema de ensino e formação;

<sup>3</sup> SAÍDA PRECOCE: Indivíduos do grupo etário 18 – 24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar nenhum nível do sistema de ensino e formação.

Quadro nº 3.6. Taxas de abandono por ano lectivo

<b>Ano lectivo</b>	<b>Ensino Básico</b>	<b>Ensino Secundário</b>
2001/2002	2,32	23,79
2002/2003	2,08	23,19
2003/2004	1,32	22,74
2004/2005	0,94	19,49

Fonte: Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão, 2006, p. 90

“A maior incidência de abandono escolar surge no 10º ano de escolaridade, onde a taxa de abandono regista valores superiores a 20%. Destes 20% só cerca 45% faz uma nova incursão pela Escola, sendo ela no Ensino Profissional ou Nocturno.” (CMVNF, 2006a, p. 90). Com efeito, a população escolar tem tido um aumento significativo nos Cursos de Educação Formação e Nocturnos.

No Município o ensino secundário da rede do Ministério da Educação é oferecido por três escolas secundárias públicas, três escolas secundárias privadas com outros ciclos de estudos e quatro escolas profissionais.

Nas escolas secundárias públicas e privadas, destacam-se os cursos científico-humanísticos de Ciências e Tecnologias, Ciências Sociais e Humanas e Artes Visuais, os cursos tecnológicos de Administração, Informática e Desporto e os cursos profissionais nas áreas de Informática, Multimédia, Gestão e Serviços Sociais. Nas escolas profissionais, para além da Escola Profissional Artística do Vale do Ave que oferece um curso neste nível de ensino, de Instrumentista de Sopro, destacam-se os cursos nas áreas de Automação, Electrónica, Electromecânica e Gestão.

Para além destes cursos as Escolas também aderiram à oferta de cursos de Educação Formação que conferem grau equivalente ao ensino básico, predominantemente nas áreas de formação dos cursos do ensino secundário. Esta oferta formativa (ano lectivo 2006/2007) está muito mais diversificada de carácter técnico-profissional do que nos anos transactos (mas ainda insuficiente pois, apenas uma pequena percentagem dos candidatos obtém lugar), resultante da abertura em 2006 de cursos profissionais nas escolas secundárias públicas e

do ensino particular e cooperativo com contrato de associação, indo ao encontro da Iniciativa Novas Oportunidades que conduz a estratégia governamental de “aceleração da qualificação dos portugueses”, cortando o elo que existia entre estas escolas e o prosseguimento de estudos superiores, mas sem coarctar essa possibilidade.

Atente-se ao anexo nº 2 que discrimina toda a oferta educativa e formativa do concelho, em 2006, por áreas de educação e formação e por tipologia dos cursos independentemente da oferta ser tutelada pelo Ministério da Educação, Ministério do Trabalho ou iniciativa própria das Instituições.

Conforme podemos observar, na oferta formativa do concelho é muito marcante o carácter tecnológico nos cursos das áreas das «Ciências Sociais, Comércio e Direito», «Ciências, Matemática e Informática», «Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção» acompanhando as necessidades da economia local, no entanto, é de salientar a não apresentação de características de motor de sectores de actividade emergentes ou de dinâmicas de competitividade assente na criatividade e empreendedorismo em áreas criadoras de mais emprego através da diversificação das actividades existentes.

A este facto não é alheio o problema da sobrelotação das escolas que tende a agravar-se com a estimativa de aumento da população escolar, sobretudo após a esperada medida de passagem do ensino obrigatório do 9º ano para o 12º ano de escolaridade e das diminuições constantes do insucesso e abandono escolares.

Quadro nº 3.7. Evolução e Projecção da população escolar do ensino secundário

<b>Ensino</b>	<b>2003/2004</b>	<b>2004/2005</b>	<b>2011</b>	<b>2016</b>
Secundário	3466	3542	4882-5371	5022-5524
Profissional	542	568	2441-2686	2762-3038

Fonte: Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão, 2006, p. 236

Com a implementação da Estratégia de Lisboa de Educação e Formação da União Europeia e o acompanhamento nacional através da Iniciativa Novas Oportunidades, haverá a clara necessidade de tomar medidas físicas nas instalações escolares, pois o actual problema de sobrelotação tenderá a aumentar se não houver intervenção, mais, a aposta no ensino vocacional como solução para o abandono escolar, em pelo menos metade da população escolar, evidencia, em Vila Nova de Famalicão, outro tipo de intervenções.

As propostas constantes da Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão (2006) passam pela melhoria da capacidade de lotação das escolas secundárias existentes, pelo reordenamento das infra-estruturas existentes adaptando-as às novas exigências de qualificação dos alunos, pela construção de novos edifícios e indispensável alargamento dos contratos de associação com as escolas particulares. Desta forma, será possível levar a cabo um Projecto Educativo Local de grande qualidade, eliminando as situações de taxas de ocupação acima de 1,3 com todos os problemas inerentes à integração e acompanhamento dos alunos, pois, em termos não físicos, o concelho já deu um passo importante na organização da oferta formativa concelhia através da constituição, em Julho de 2004, de uma Plataforma Interinstitucional de Educação e Formação de Vila Nova de Famalicão articulada com o Projecto PROFIT – Projecto de Vila Nova de Famalicão para a Integração Territorial, objectivando a articulação dos projectos educativos e formativos das instituições ao Projecto Educativo Local em prol do desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população famalicense. Este projecto organiza-se em três eixos de intervenção: escolaridade, empregabilidade e empreendedorismo. Na sua actuação, em 2008, destaca-se:

- No eixo da escolaridade:
  - Diagnóstico precoce de factores de risco do insucesso e abandono;
  - Campanha de divulgação dos cursos;
  - Workshops temáticos;
  - Acompanhamento sócio-familiar e comunitário;
  - Projecto “à descoberta das profissões”;
  - Programa “O empreendedorismo na escola”;
  - Ateliês artísticos e projectos ambientais;

- No eixo da empregabilidade:
  - Dispositivo de certificação de competências, pela articulação entre Centros Novas Oportunidades;
  - Planos de formação integrados;
  - Guia concelhio de oferta formativa;
  - Acções de formação sócio-educativas;
- No eixo do empreendedorismo:
  - Estudo de novas oportunidades de emprego;
  - Oficina de projectos;
  - Seminários temáticos;
  - Programa de acompanhamento e integração comunitária pós formação e pós integração.

### 3.5. Cultura

“À cultura é reconhecido um papel importante na produção de identidades e de sociabilidades, na produção de novas lógicas de inovação, mudança e competitividade. (...) A articulação entre as políticas cultural e de educação no sentido da inclusão no campo escolar de actividades curriculares e extra-curriculares de estímulo às práticas culturais e artísticas assume um carácter estratégico.”

CCDRN, 2006a, p. 44

É imprescindível analisar o dinamismo cultural de Vila Nova de Famalicão que, nos últimos anos, evidencia sinais de um concelho atento às necessidades de bem-estar da população, com um efeito de bola de neve, porquanto a população está cada vez mais exigente e participa mais activamente nas actividades cívicas concelhias, surtindo efeitos nas actividades socio-económicas locais com a criação e desenvolvimento de associações culturais, companhias de teatro, entre outras, influenciando positivamente o desenvolvimento local e colocando o concelho numa posição mais favorável, em relação aos concelhos do País com características demográficas idênticas, mas onde o pelouro da Cultura não é exercido de forma estruturante, mas apenas com características de conveniência de animação.

Os níveis de actividade cultural estão associados aos níveis de participação cívica da sociedade civil que, “por seu turno, influenciam os desempenhos económicos, sociais e políticos de um país” (Comissão Europeia, 2004, p. 19). A sua intensidade está correlacionada com os factores de crescimento social e económico, pois está relacionada com o bem – estar, espírito crítico, inovação, identidade, crenças e valores que interagem na coesão das sociedades contemporâneas, em constante mutação. Portugal, também apresenta certa fragilidade, mesmo em relação aos países do recente alargamento com “uma sociedade civil marcada por escassa participação na vida pública e desconfiança relativamente às instituições” (idem, p. 19).

Possuindo um movimento associativo forte, “o Município dispõe de cerca de 280 associações, das quais se destacam 120 associações desportivas, 128 associações culturais e recreativas, 27 instituições particulares de solidariedade social e 2 empresariais, o que demonstra o dinamismo da sociedade civil famalicense, não esquecendo as Fundações existentes no Município: Cupertino Miranda, Castro Alves e Narciso Ferreira.” (Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão, 2006, p. 26). A Biblioteca Municipal está integrada na Rede Nacional de Leitura Pública e conta com sete pólos distribuídos pelo concelho e, num futuro próximo, haverá mais dois pólos. Ao nível museológico, a oferta é bastante diversificada destacando-se: Casa-Museu Camilo Castelo Branco com um novo Centro de Estudos Camilianos (projecto arquitectónico do notável Álvaro Siza Vieira); Museu Bernardino Machado; Museu Soledade Malvar; Museu da Indústria Têxtil, Museu Caminhos-de-ferro de Lousado; Museu de Arte Sacra e Museu do Automóvel Antigo.

A Casa das Artes tem sido um sucesso e uma marca importante do concelho no exterior. Afirmou-se, desde o início, com uma programação de qualidade, colocando-a nos roteiros nacionais dos espectáculos e fidelizando cada vez mais o público do concelho e limítrofes. Em 2005, apresentou mais de 100 espectáculos nos auditórios, realizou 98 actividades diversas (conferências, exposições e outras) e 52 actividades realizadas no Café Concerto. A afluência de público, na ordem dos 60.000 espectadores, com um aumento de 5% face ao ano

de 2004 e 28% face a 2003 (Relatório de Gestão 2005, p.39). Em 2006, aumentou a afluência de público para 64.000 pessoas e, em 2007, para 70.000.

“Sendo uma das casas de espectáculos com maior dinâmica e reconhecido mérito em todo o País, a Casa das Artes de Famalicão está atenta ao que de melhor se faz e produz, para dar resposta não só ao público local, mas também, ao público que nos visita de outras cidades do Norte e também da Galiza. Para o efeito, a Casa das Artes estabelece várias parcerias, públicas e privadas, no sentido de continuar a formar novos públicos. (...) Durante 2007, a Casa das Artes registou a visita de 70 mil pessoas, número que representa um aumento de 10% relativamente a 2006”

Presidente da Câmara Municipal in <http://armindocosta.blogspot.com> em 23/01/2008

A programação camarária tem assegurado um equilíbrio no acesso dos Famalicenses à fruição cultural e artística com uma crescente preocupação na formação e atracção de novos públicos, envolvendo os estabelecimentos de ensino, e na promoção externa do concelho. Assim, tem desenvolvido alguns eventos importantes que se interrelacionam com cultura, educação, ciência, economia e ambiente<sup>1</sup>. Destaca-se a organização de espectáculos com produção da Casa das Artes e o aumento das co-produções com grupo de artistas e companhias de teatro, com entidades educativas, de solidariedade social, recreativas e desportivas.

A projecção cultural para o futuro «Centro de Estudos do Surrealismo» prevê uma sala de exposições única no País, integrando uma biblioteca especializada que constituirá mais um espaço de identidade do concelho.

---

<sup>1</sup> Concursos ligados às comemorações dos 800 anos do Foral de D. Sancho I, dos 170 anos da criação do Concelho e dos 20 anos da elevação a cidade; Festa do Conto e da Poesia; Festejos de Carnaval (estes festejos com grande dimensão actual nasceram espontaneamente nos anos 90 num café da cidade); FAMAFEST – Festival Internacional de Cinema e Vídeo; Ciclo de Conferências; Projecto IMAN – Intermédia, Multimédia, Acção e Nada; Feira do Livro; Feira Medieval; Festival Internacional de Marionetas; Festas Antoninas; Cinema Paraíso; Feira de Artesanato e Gastronomia; Mostra de Teatro Amador de Vila Nova de Famalicão; Projecto “Viagens pelo Património Cultural – Maletas Pedagógicas”; Projecto “À Descoberta dos trilhos de Famalicão”; Congresso Internacional de Gastronomia; Festival de Doçaria Conventual e Tradicional; Festival “Músicas do Mundo”; Encontros Pedagógicos; Congressos; Comemorações; Concursos; Prémios Literários; Exposições.

No município, é notória a existência de uma verdadeira política cultural, ao contrário de muitas autarquias que investem pontualmente neste ou naquele evento, limitando-se a manter certas tradições populares. A política cultural famalicense baseia-se numa estratégia de desenvolvimento cultural ao serviço da educação, bem-estar e desenvolvimento concelhio. Sob a alçada do lema “Afirmar o Concelho em Portugal e no Mundo”, a estratégia norteia-se pela valorização da identidade concelhia, como factor de conhecimento, criatividade e inovação, contribuindo também para a sua promoção externa e aumento do turismo cultural.

No estudo realizado pela Comissão de Coordenação Regional do Norte (CCRN) que se propôs conhecer o sector da cultura, nos municípios da região Norte, constatou-se que as áreas prioritárias do sector direccionadas ao investimento, por parte das autarquias, não é constante ao longo dos anos (CCRN, 1999, p. 34) evidenciando, faltas graves de estratégia e de política cultural (idem, p. 59).

Nesse estudo, ficaram bem evidenciadas as assimetrias quanto à importância do sector. Se por um lado, já se encontra a “consciência clara” dos efeitos de uma boa política cultural para as populações, por outro lado, encontra-se com frequência a ideia de que a cultura é uma actividade supletiva que está na moda (CCRN, 1999, p. 57). De facto, “há muitos municípios que não chegam a atribuir 1% do orçamento à cultura”<sup>1</sup> (idem, p. 34), mas, mesmo que aumentassem o orçamento, tal não seria garantia suficiente de eficácia, uma vez que os investimentos são muito “orientados para coisas: equipamento material (mas descurando a capacidade técnica, a formação) os espaços (descurando a sua judiciosa utilização efectiva, a procura real ou desejada do que tal espaço

---

<sup>1</sup> Em 2005, as despesas em cultura no total de despesas foi de 12,5% em Portugal, 9,3% no Ave e 8,4% em Vila Nova de Famalicão. Em 2006, estas despesas das Câmaras Municipais apresentaram um decréscimo nacional de 12% face ao ano anterior, congruente (ou apenas coincidente) com alguns princípios de afectação da política cultural às necessidades eleitoralistas. Em Vila Nova de Famalicão, do ano 2005 para o ano 2006, as despesas em cultura aumentaram de 6 milhões para 11,5 milhões de euros, representando um aumento de 8,4% para 17,7%, das despesas em cultura no total de despesas do município (Fontes: INE, 2007, p. 103 e INE, 4 de Março de 2008, Financiamento Público das Actividades Culturais in <http://www.ine.pt>).

possibilita) os eventos (e muito raramente a capacidade de os criar, a formação de animadores e criadores), algum serviço (...mas sem cuidar nem prever os meios de o manter)” (idem, p. 68).

Apesar desse cenário “uma constatação se impôs, neste inquérito: a relação – ou correlação positiva – entre actividade cultural e desenvolvimento local” (CCRN, 1999, p. 66).

Actualmente recai nas autarquias o papel primordial do investimento e desenvolvimento cultural. Até 1994, coube à Administração Central o papel principal dos investimentos em Cultura (Santos, 1998, p. 94), ano este em que se equivale a despesa da Administração Central com a despesa da Administração Local e, desde então, se assiste ao aumento da importância das autarquias nos investimentos do sector (idem, p. 106). Esta descentralização apresenta prós e contras: se, por um lado, eliminou o peso excessivo dos gastos de funcionamento dos serviços da Administração Central, por outro lado, deu às autarquias o livre arbítrio dos gastos. Em 2005, de acordo com o INE (2007, p. 113-116), as autarquias, em média, privilegiaram 42% das despesas culturais a rubrica Jogos e Desportos, nas áreas da Música, Artes Cénicas, Publicações e Literatura que não excedeu 15% e a rubrica Património representou 9% das despesas, sendo que, as despesas correntes ultrapassaram as despesas de capital.

As despesas da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão em actividades culturais, em 2005 (INE, 2007, p. 113-115), foram assim distribuídas: 35% para a rubrica Jogos e Desportos, 21% para a rubrica Património e 31% para as rubricas Música, Artes Cénicas, Publicações e Literatura, estas essencialmente constituídas por despesas correntes, enquanto que a rubrica Património apresenta as despesas de capital superiores às despesas correntes.

### 3.6. À guisa de conclusão sobre os desafios do concelho

O município está preparado, numa forma dinâmica, para fazer face aos entraves ao desenvolvimento demonstrados neste capítulo, principalmente os ligados a uma economia fragilizada e às baixas qualificações da população. No entanto, prosseguindo os objectivos deste estudo, coloco apenas a tónica no binómio Educação e Cultura como estratégia primordial de uma política social para o crescimento e criação de riqueza.

Sob o lema “Uma Europa social na economia global, empregos e oportunidades para todos”, a agenda social da União Europeia, para o período 2005-2010, reafirma a Estratégia de Lisboa da Educação e Formação para todos numa sociedade e economia baseada no conhecimento, em mais e melhores empregos e aumento da coesão social, onde se pode destacar o reforço da confiança dos cidadãos e consequente “capacidade colectiva de acção” com responsabilização de todos.

“Os últimos resultados do PISA (OCDE, 2001) são bem claros: os países e as localidades onde há melhores resultados escolares são aqueles em que a envolvente das escolas é mais rica e mais activa do ponto de vista cultural”.

Azevedo in Correio da Educação nº 132 de 9 de Dezembro de 2002

A aliança entre a política cultural e a educacional permite um maior bem – estar da população mais envelhecida, explora as identidades, realça os valores e tradições das populações, estimula a massiva participação cívica e diminui o desemprego, ou pelas potencialidades do aumento da escolaridade (“mais um ano de escolaridade contribui para aumentar a taxa de crescimento anual do PIB entre 0,3 e 0,5 pontos percentuais e está associado a um aumento entre 1,1 e 1,7 pontos percentuais nas taxas de actividade e emprego”, OCDE, Education at a Glance in Iniciativa Novas Oportunidades), ou pelas potencialidades do desenvolvimento das indústrias criativas<sup>1</sup> e turismo cultural.

---

<sup>1</sup> “Actividades suportadas na imaginação e criatividade individual, associadas à habilidade e talento, e produzem riqueza e postos de trabalho através da geração e exploração de novos conteúdos e propriedade intelectual” (Fleming, 2008, p. 16).

Assim, uma política cultural alinhada com a política educacional, valoriza a educação artística e, é possível, o equilíbrio entre as lógicas de produção e as de consumo (desequilibradas actualmente conforme se constatou na avaliação intercalar do Programa Operacional da Cultura), pela formação e motivação de públicos nas várias vertentes artístico-culturais.

Vila Nova de Famalicão, tem hoje quase todos os alicerces necessários para abraçar os desafios necessários, pois já existem infra-estruturas e redes institucionais que actuam em parceria, possibilitando uma dinâmica de empreendedorismo, capaz de acolhimento e estímulo de talentos. O modelo económico e social centrado na indústria transformadora, principalmente no sector dos têxteis, está em queda permanente, tornando-se premente explorar o pluralismo das actividades, apenas conseguido através da implementação de um *cluster* cultural, no sentido de *clusters*<sup>1</sup>, desenvolvido por Michael Porter (1998), e apenas conseguido com a existência de um sector educativo e artístico vibrante capaz de produzir mais pensamentos e criar novos conceitos. Esta aposta serve tanto o crescimento da indústria criativa como a revitalização da indústria têxtil pela “inovação não tecnológica (design, estilismo, etc.) (que) tem uma importância tão grande ou maior que a inovação de carácter tecnológico” (CCDRN, 2006a, p. 23). Neste sentido, o estabelecimento de parcerias e de redes afiguram-se de extrema importância para a capacidade de gerar novas oportunidades de emprego, capacidade de regeneração e capacidade de fortalecer a identidade local.

---

<sup>1</sup> “Uma concentração geográfica das empresas interconectadas, fornecedores especializados, prestadores de serviços, instituições e empresas associadas em indústrias relacionadas” (Porter, 1998 in Fleming, 2008, p. 40).

## **CAPÍTULO IV**

### **A PROBLEMÁTICA DO INSUCESSO E ABANDONO ESCOLARES EM VILA NOVA DE FAMALICÃO**

No seguimento dos capítulos anteriores e, tendo em conta, o objecto deste estudo, importa agora, restringir a análise e responder às principais questões que se colocam, permitindo o delinear de estratégias futuras que permitam o favorecimento do sucesso escolar e diminuição do abandono no concelho, especificamente:

1. Quais são os alunos em risco de abandono escolar, em Vila Nova de Famalicão?
2. Quais são os factores inerentes à probabilidade de abandono escolar, sem conclusão do ensino secundário?
3. Como favorecer a resiliência escolar, no ensino secundário?

Para atingir tal desiderato, aquando da constituição da amostra para este estudo de caso, houve a preocupação fundamental em criar condições de representatividade e de significância estatística, nas diversas variáveis a analisar, no sentido de se estabelecer uma descrição das tendências e respectivas relações. Para esse efeito, foram utilizados dois inquéritos por questionário (de elaboração própria com base nos blocos temáticos do segundo capítulo) aos alunos que, no final do 9º ano de escolaridade, têm de fazer escolhas quanto ao percurso escolar, coincidente com o universo do concelho de Vila Nova de Famalicão, em dois momentos cruciais:

1. *Ex-ante* – no final do 9º ano de escolaridade (ano lectivo 2005/2006), adiante designado por questionário do 9º ano;
2. *Ex-post* – no início do 10º ano de escolaridade (ano lectivo 2006/2007), adiante designado por questionário do 10º ano.

As perguntas constantes do questionário do 9º ano agruparam-se nos domínios (explorados no segundo capítulo): dos alunos (questões 1 a 17, p. 216-219), sócio-culturais (questões 18 a 31, p. 219-221), dos pais (questões 32 a 42, p. 222-223) e da escola (questões 43 a 50, p. 223-224). As perguntas do questionário do 10º ano foram circunscritas ao percurso académico (questões 1 a 9, p. 225-226) e às motivações para a tomada de decisão dos alunos que ingressaram no ensino secundário (questões 10 a 13, p. 226-228).

Sem afectar a representatividade do território do concelho, pois existem alunos respondentes de todas as freguesias, infelizmente, não foi possível a colaboração de duas escolas, pelo que, após o teste de consistência da informação, foram validados 894 questionários dos alunos do 9º ano de escolaridade que representam 63% do universo desse ano e foram validados 1083 questionários dos alunos do 10º ano de escolaridade que representam 76% do universo desse ano<sup>1</sup>.

---

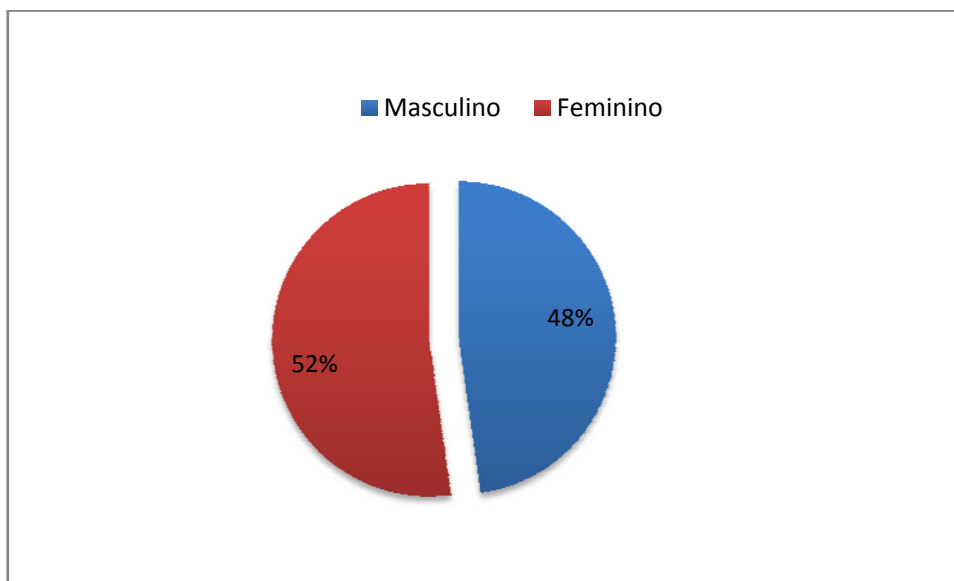
<sup>1</sup> Foi feita uma revisão das conclusões, através da comparação com os resultados do estudo editado pelo Observatório de Trajectos dos Estudantes do Ensino Secundário (OTES, 2007), intitulado “Estudantes à entrada do nível secundário de ensino”, dada a abrangência da mesma problemática.

## 4.1. Interpretação e análise dos resultados do questionário do 9º ano

### 4.1.1. QUEM SÃO OS INQUIRIDOS?

(Questões 1 a 3 do anexo nº 4, p. 216)

Gráfico nº 4.1. Sexo dos inquiridos



A repartição por sexos está equilibrada, com ligeira vantagem do sexo feminino, mas sem perturbação da análise.

Quadro nº 4.1. Idade dos inquiridos

Idade	Nº alunos	%
14 anos	307	34%
15 anos	411	46%
16 anos	127	14%
17 anos	41	5%
18 anos	8	1%
Total	894	100%

Tendo em conta o organograma do sistema educativo, pode-se afirmar que 80% dos alunos se encontra na idade “normal” de finalização do 3º ciclo do ensino básico, predominando a fase intermédia da adolescência. No entanto, 20% poderá requerer cuidados especiais de motivação e incentivo, já que a sua idade

se encontra desfasada do padrão da dita “escola para todos” e, nesta fase etária, o adolescente tem tendência a integrar-se na sociedade dos adultos, não aceitando o mesmo tratamento dado pelos professores aos mais novos.

#### 4.1.2. QUAL É O PERCURSO ESCOLAR DESSES ALUNOS?

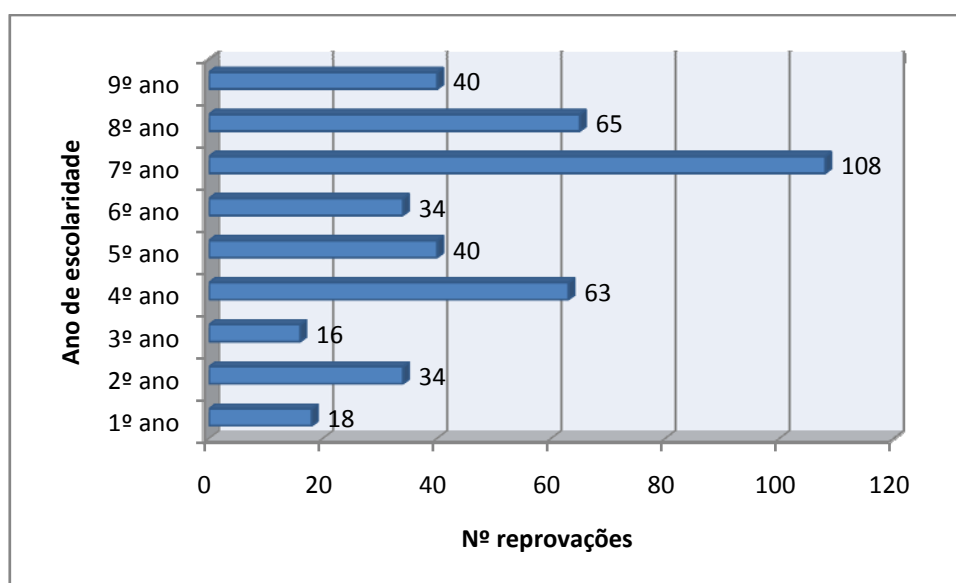
(Questões 4 a 12, p. 216-218)

Quadro nº 4.2. Histórico de retenções

<b>Reprovações</b>	<b>Nº alunos</b>	<b>%</b>
Nunca reprovou	623	70%
Já reprovou 1 vez	145	16%
Já reprovou 2 vezes	92	10%
Já reprovou 3 vezes	34	4%
<b>Total</b>	<b>894</b>	<b>100%</b>

Este quadro mostra-nos que a percentagem de insucesso, por repetição de ano, atinge 30% dos estudantes, elevando a taxa de risco devido à desmotivação. De realçar, 7 alunos com 16 anos nunca reprovaram e 102 alunos com 15 anos já reprovaram uma vez. Os alunos com 17 e 18 anos, naturalmente, já reprovaram mais do que uma vez.

Gráfico nº 4.2. Retenções por ano de escolaridade



Confirmando as tendências nacionais, as taxas de insucesso por retenção, no ensino básico, os alunos deste concelho atingem um pico no 7º ano de escolaridade, registando 40% das reprovações. Este insucesso reflecte a existência de problemas de transição entre ciclos no sistema de ensino português.

Quanto à expectativa para o final deste 9º ano em análise, 84% dos alunos esperam ter aproveitamento para finalizar o ciclo e os restantes 16% (142 alunos) esperam reprovar; Destes, 54% já tinham reprovado pelo menos uma vez e 33% já têm idade igual ou superior a 16 anos.

Quadro nº 4.3. Disciplinas mais e menos apreciadas

<b>Disciplina</b>	<b>Mais atractivas</b>	<b>Menos atractivas</b>
Educação física	45%	3%
Matemática	23%	39%
Ciências	22%	5%
Português	16%	18%
Inglês	16%	33%
TIC	15%	1%
História	15%	12%
Educação Visual	14%	2%
Geografia	14%	6%
Físico-química	14%	19%
Teatro	3%	--
Dança	2%	--
Outras	10%	23%
Não sabe / Não responde	3%	5%

No que se refere à preferência de disciplinas, partindo duma primeira leitura deste quadro, com excepção da disciplina da Educação física, as disciplinas mais atractivas para determinados alunos são também as mais desagradáveis para outros, salientando-se Matemática, Inglês, Físico-química e

Português, por estarem mais associadas à motivação, esforço, perseverança, hábitos e metodologia de estudo dos alunos. 78% dos alunos que gostam mais de Matemática nunca reprovaram e 96% esperam passar de ano.

As disciplinas relacionadas com as Artes do Espectáculo (Teatro e Dança) aparecem no quadro com um nível de interesse baixo porque apenas uma escola do concelho proporciona a disciplina de Teatro e outra a de Dança. Se a análise se restringir a cada uma dessas escolas, essas disciplinas aparecem no *ranking* das disciplinas preferidas, apenas abaixo da Educação Física, mas com a vantagem de nenhum aluno as referir como as disciplinas que menos gostam.

As razões apresentadas por 14% dos alunos para os seus gostos são: o gosto pelo professor e a forma como lecciona. 63% invocam o interesse e motivação pelas matérias. No que respeita aos motivos para gostarem menos das disciplinas, 25% dos alunos invocam a forma como o professor lecciona e 54% a falta de interesse e dificuldade de aprendizagem.

É altamente constrangedor verificar que apenas um terço dos alunos inquiridos espera finalizar o 3º ciclo sem negativas. As disciplinas que acolhem as maiores taxas de insucesso são as disciplinas que os alunos menos gostam: Matemática com 35% de negativas, seguida do Inglês com 28%, da Física e Química com 17% e do Português com 16% de negativas<sup>1</sup>. Com excepção da Física e Química estas disciplinas farão parte dos conteúdos programáticos, na generalidade, das opções do ensino secundário.

Quadro nº 4.4. Dificuldades nas disciplinas com nota negativa

<b>Nas disciplinas com nota negativa...</b>	<b>Nº alunos</b>	<b>%</b>
Tenho dificuldade de aprendizagem	404	45%
Não gosto das matérias e por isso não estudo	210	23%
Não gosto dos professores e por isso não estudo	94	11%
Não sabe / Não responde	186	21%
<b>Total</b>	<b>894</b>	<b>100%</b>

<sup>1</sup> OTES, 2007, p. 7: "A análise de resultados escolares obtidos (final do 9º ano ou equivalente) regista algumas dificuldades no campo da Matemática e da Língua Estrangeira, tendo, respectivamente, 18,6% e 10,7% dos alunos concluído o 3º ciclo com classificações negativas a estas disciplinas".

Este é um registo significativo de falta de acompanhamento dos alunos para superar as suas dificuldades de aprendizagem: 45% dos alunos refere que o seu insucesso numa determinada disciplina não está relacionado com a falta de estudo mas com dificuldades de aprendizagem.

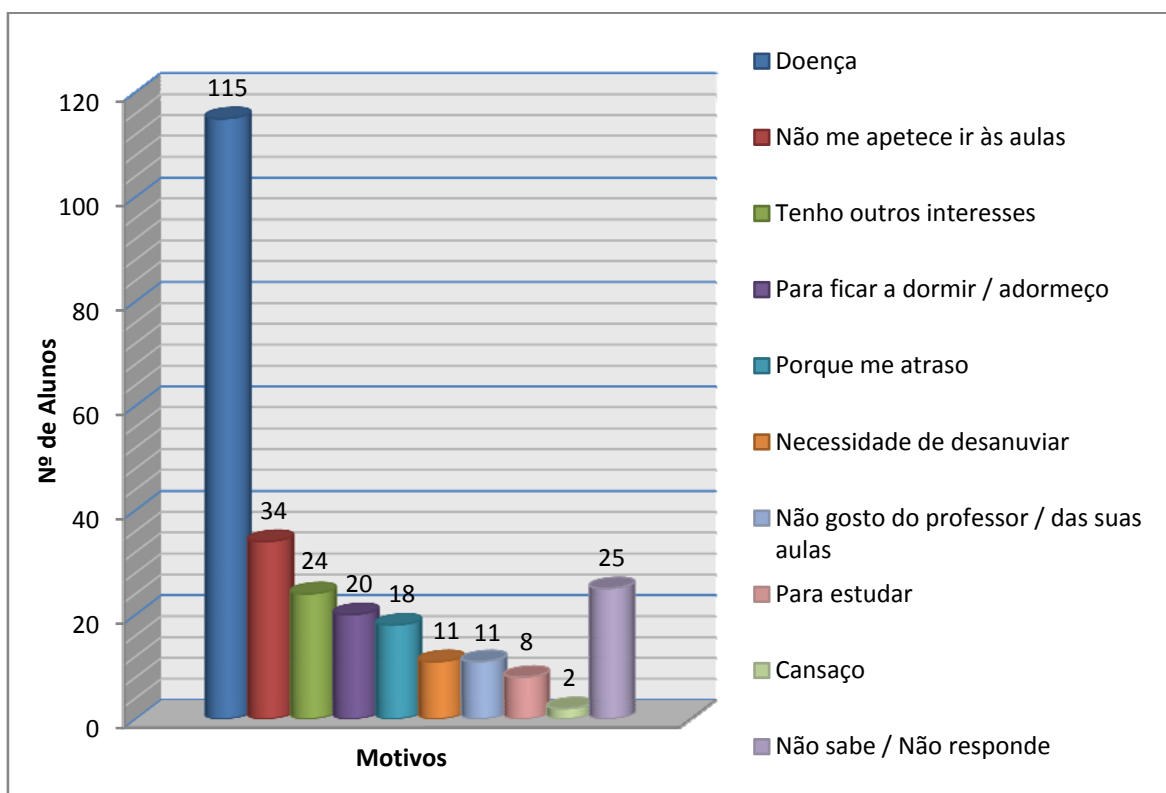
Além disso, 380 alunos (43%) dizem que têm dificuldades de concentração nas aulas e destes 57% têm dificuldades de aprendizagem.

Quadro nº 4.5. Hábito de faltar às aulas

Costumas faltar às aulas?	Nº alunos	%
Não	626	70%
Sim	31	3%
Às vezes	237	27%
Total	894	100%

Relativamente ao assunto da assiduidade, não obstante se tratar de alunos que ainda frequentam o ensino obrigatório, 30% reconhecem o seu absentismo.

Gráfico nº 4.3. Motivos para faltar às aulas



Destes alunos, cerca de metade denuncia a desmotivação pela escola ou aulas, para justificar as suas atitudes. Estes alunos representam 14% da população em análise.

A maioria destes alunos são rapazes que afirmam sentir dificuldades de concentração nas aulas.

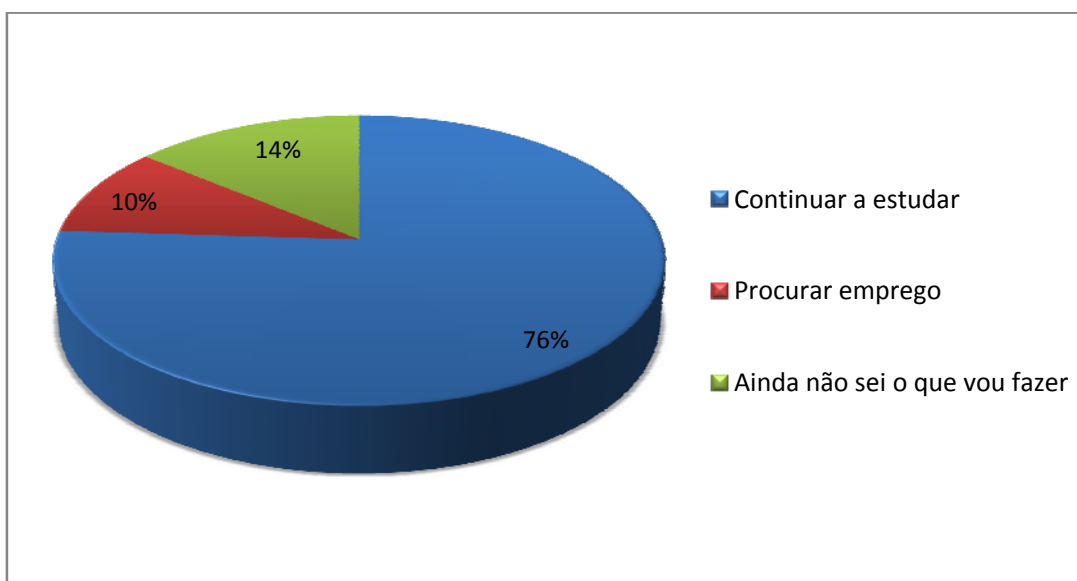
Sobre um eventual castigo dos pais, nas situações de absentismo leviano, apenas 40% afirmam que existe e 17% afirmam que os pais desconhecem as suas faltas.

Quanto à posição da escola, desconhece-se as estratégias de actuação, porém, actualmente, o novo estatuto do aluno coloca-o em situação muito mais desvantajosa, quando falta às aulas, pela exigência de provas de recuperação e pela responsabilização, obrigatória, dos pais nas medidas correctivas.

#### 4.1.3. QUAIS SÃO AS ASPIRAÇÕES DOS ALUNOS?

(Questões 13 a 17, p. 218-219)

Gráfico nº 4.4. Percurso a fazer após conclusão do 9º ano



Quanto ao futuro, apenas 76% dos alunos tem uma intenção clara de continuar a estudar. Situação que se torna ainda mais preocupante porque dos alunos que pretendem continuar a estudar 12% ainda não sabe qual a área de estudos que gostaria de frequentar e quase metade dos alunos diz que não

conhece a oferta de cursos que existem no concelho, apontando opções sem ponderação.

Quanto às motivações para continuar a estudar, os alunos têm consciência do que isso significa para o seu futuro profissional. As expressões mais explícitas dessa consciência são: “Quero ser alguém na vida”, “Quero ter um emprego melhor” e “Quero ter um futuro melhor”, em 61% das respostas; De seguida, ainda associada à ascensão social: “Pretendo ter um curso superior”, em 26% das respostas; “Gosto de estudar acolheu 4% de respostas e pela negativa: “Não quero trabalhar” acolheu 2% de respostas.

Notou-se uma forte (co)relação entre a idade, reprovações e a probabilidade de abandono escolar. Dos 88 alunos que demonstraram uma intenção clara de abandonar a escola e procurar emprego, 60% têm 16 ou mais anos de idade, 85% já reprovaram, pelo menos, uma vez e 53% já reprovaram, pelo menos, duas vezes.

Quadro nº 4.6. Motivos para o abandono escolar

<b>Procurar emprego porque...</b>	<b>Nº alunos</b>	<b>%</b>
Já tenho idade para isso	3	3,4%
Estou farto de estudar	23	26,1%
Não gosto da escola	16	18,2%
Para ajudar a minha família	5	5,7%
Prefiro trabalhar e ganhar o meu dinheiro	31	35,2%
Não sabe / Não responde	10	11,4%
Total de alunos que pretende procurar emprego	88	100%

Apesar da relação evidenciada anteriormente, apenas 3% dos alunos referiu que a idade é um motivo para deixar de estudar. Confirmou-se a tendência de outros estudos que concluíram que o clima escolar é mais determinante na decisão de abandonar a escola do que a situação económica do aluno: as razões relacionadas com a escola atingiram 44% das respostas e as razões de ordem económica 41%.

No que concerne às aspirações de carreira profissional (conforme anexo nº 3, p. 215), verifica-se que as ambições, expectativas e sonhos profissionais são elevadas, embora, confrontando as profissões que fizeram parte dos seus sonhos profissionais e que ainda consideram interessantes, com a profissão que acham que vão ter no futuro, se constate uma descida considerável nas profissões que exigem uma licenciatura, nas profissões artísticas e ligadas ao desporto. Continua a ocupar um destacado primeiro lugar a área da saúde, seguida da engenharia e da informática. A profissão de professor passou para o quarto lugar das opções. De referir que 56% dos alunos não sabem ou não responderam à questão.

Das profissões que fizeram parte dos sonhos dos alunos e estes referem que, neste momento, já não fazem parte dos seus planos por motivos ligados à falta de emprego, destacam-se as de professor, artista e jogador de futebol. De referir que 104 alunos, correspondente a 12% dos alunos inquiridos e 22% dos que responderam a esta questão, afirmaram que, não têm capacidade para continuar a estudar de forma a atingirem os seus ideais de futuro profissional.

Os alunos que pensam, no futuro, exercer profissões representativas de menor qualificação académica, 72% já reprovaram pelo menos uma vez, sendo elevada a percentagem de alunos que reprovaram duas ou mais vezes (44%); 46% pensam em procurar emprego no final do 9º ano de escolaridade e 10% ainda não sabem o que vão fazer.

#### 4.1.4. QUAL É O CONTEXTO SOCIAL, ECONÓMICO E CULTURAL?

(Questões 18 a 31, p. 219-221)

Em termos globais do concelho, embora esta questão tenha sido explicitada no capítulo anterior, importa, agora, restringir a análise à observação de algumas especificidades inerentes à população directamente ligada à amostra.

Quadro nº 4.7. Escolaridade dos progenitores

Ano de escolaridade	Pai		Mãe	
	Nº	%	Nº	%
Não tem o 4º ano de escolaridade (4ª classe)	30	3%	29	3%
4º ano de escolaridade (4ª classe)	313	35%	277	31%
6º ano de escolaridade (ensino preparatório)	232	26%	308	34%
9º ano de escolaridade (antigo 5º ano)	142	16%	127	14%
11º/12º ano de escolaridade	113	13%	88	10%
Ensino superior (curso médio / bacharelato)	14	2%	8	1%
Ensino superior (licenciatura)	28	3%	39	4%
Pós-graduação/Mestrado/Doutoramento	7	1%	9	1%
Não sabe / Não responde	15	2%	9	1%
Total	894	100%	894	100%

Embora predomine nos pais a 4ª classe e nas mães o ensino preparatório, com vantagem das mães nos níveis mais baixos, mas com desvantagem destas nos níveis mais elevados, a escolaridade atingida pelo pai e mãe encontra-se sem um desfasamento, quer nos níveis mais baixos, quer nos níveis mais altos de instrução, que nos permita concluir qual dos progenitores, segundo este item, tem uma influência maior no percurso escolar dos filhos.

Confirmando-se os dados estatísticos globais do concelho, a baixa escolaridade é a tónica dominante dos pais dos alunos desta amostra. Com efeito, 64% dos pais e 68% das mães não têm mais do que o 6º ano de escolaridade (2º ciclo do ensino básico) e só 21% dos pais e 17% das mães estudaram para além do actual ensino obrigatório.

As tipificações familiares mais frequentes são:

- Pai e mãe com o 4º ano de escolaridade (16%);
- Pai e mãe com o 6º ano de escolaridade (13%)
- Pai com o 4º ano e mãe com o 6º ano (13%) / Pai com o 6º ano e mãe com o 4º ano de escolaridade (9%).

Mais de metade dos alunos frequentam um nível de ensino superior ao dos pais. Estes não ultrapassam as antigas exigências de ensino obrigatório e revelam a existência de abandono escolar.

As profissões dos progenitores correspondem, de certa forma, às suas baixas qualificações académicas e ao tipo de oferta de trabalho na região, porquanto 53% dos pais e 57% das mães pertencem aos grupos dos trabalhadores não qualificados, operadores de instalações e máquinas, operários e artífices, predominando os ramos de actividade da construção civil (26%) e têxtil (24%) nos pais e o ramo de actividade do têxtil (42%) nas mães.

Quanto ao tipo de contratação, a maioria dos progenitores trabalha por conta de outrem; 28% dos pais e 16% das mães trabalham por conta própria; o desemprego atinge 5% dos pais e 7% das mães.

Dos pais que trabalham por conta própria e/ou são empregadores, 70% não tem mais do que o 9º ano de escolaridade (25% tem o 4º ano, 26% tem o 6º ano e 19% tem o 9º ano); Das mães com a mesma condição, o défice de habilitações é ainda maior, 84% não tem mais do que o 9º ano de escolaridade (22% tem o 4º ano, 39% tem o 6º ano e 23% tem o 9º ano).

Dos progenitores desempregados, mais de metade não tem mais do que o 4º ano de escolaridade e apenas 5% tem como habilitações o ensino secundário. Nenhum apresenta habilitações de grau superior.

Quanto aos recursos educacionais da família, para estudar em casa os alunos dizem que têm à disposição: livros (90%), dicionários (89%), computador (75%), jornais (45%) e internet (36%). Provavelmente os jornais serão os bens educativos que mais influências têm dos pais para os filhos, já que os restantes

geralmente provêm das indicações dos filhos para os pais. 83% dos alunos não tem dificuldades de concentração para fazer os deveres da escola em casa, não existindo uma relação clara entre o que deve ser considerado como um lugar sossegado para estudar e as dificuldades de concentração em casa.

A maioria dos agregados familiares (54%) é composta por 4 pessoas, tipificado por aluno, irmão, pai e mãe; 26% é composto por 5 ou mais pessoas; as famílias monoparentais atingem 9% dos alunos; 8 alunos (0,9%) não vivem com nenhum dos progenitores.

#### 4.1.5. QUAL É A INFLUÊNCIA DOS PAIS NO PERCURSO ESCOLAR?

(Questões 32 a 42, p. 222-223)

Os alunos que demonstraram uma intenção clara de abandonar a escola e procurar emprego no final do 9º ano de escolaridade, 84% dos pais e 89% das mães não têm mais do que o 6º ano e exercem profissões maioritariamente indiferenciadas quanto às qualificações exigidas. Estas percentagens tornam-se maiores, em relação ao total da amostra, evidenciando alguma influência, das muito baixas qualificações dos pais na saída prematura da escola<sup>1</sup>.

Quanto à questão se em casa o aluno costuma fazer algumas tarefas para ajudar os pais, apenas 20% responderam que não, sendo quase a totalidade das respostas, quanto à natureza das tarefas, respeitantes ao serviço doméstico; 3% responderam que as actividades respeitam à actividade profissional do pai ou da mãe; desses alunos apenas metade disseram que pretendem continuar a estudar, no final do 9º ano de escolaridade.

Sobre a ida dos pais à escola, 15% dos alunos dizem que os pais não gostam de ir à escola falar com os professores ou Director de turma; A maioria dos pais só vai à escola quando é convocado para as reuniões usuais de final de período; 8% dos pais só foram 1 vez durante o ano lectivo e 4% não chegaram a ir à escola, neste ano lectivo.

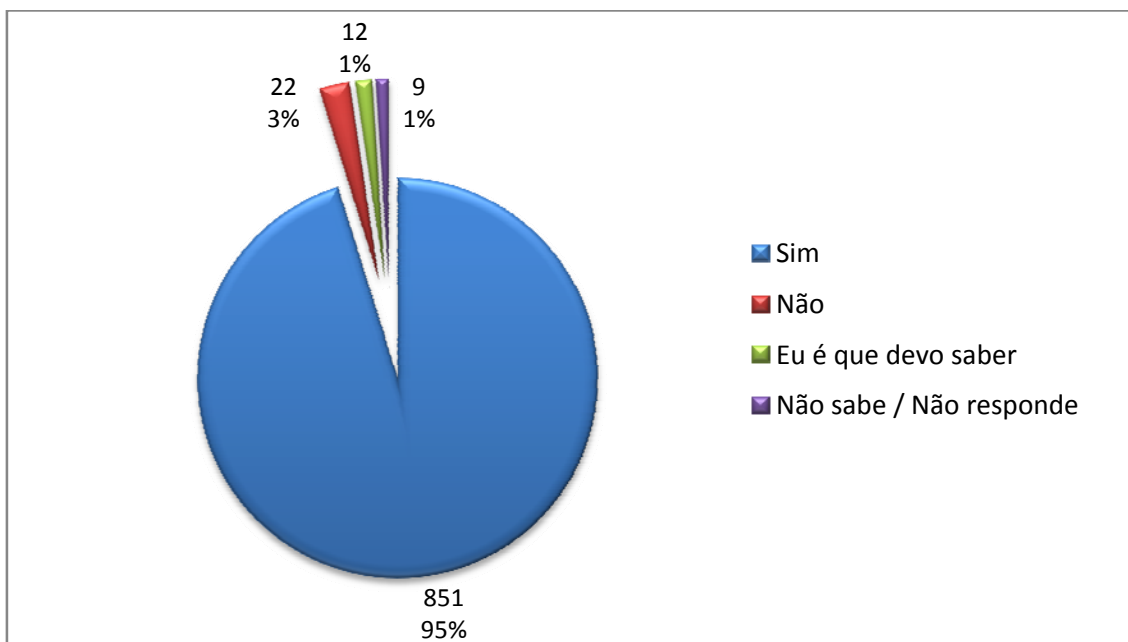
---

<sup>1</sup> OTES, 2007, p.7: "Os alunos que obtêm melhores resultados escolares estão inseridos em contextos familiares socioeconomicamente mais favorecidos".

Apenas 59% dos alunos dizem que têm por hábito falar da escola com os pais e apenas 47% o fazem todos os dias; 14% dizem que não têm por hábito comentar e falar com os pais sobre temas que são divulgados na comunicação social.

Quanto à atitude dos pais perante a frequência da escola, 15% dos alunos responderam que os pais não os castigam se faltarem às aulas e 17% dizem que os pais não os elogiam quando têm uma boa nota numa disciplina.

Gráfico nº 4.5. No final do 9º ano, os teus pais gostariam que continuasses a estudar?



Relativamente aos alunos com pais sem interesse, ou que não evidenciam interesse, no prosseguimento dos estudos dos filhos, após o 9º ano de escolaridade, apenas 4% dizem que pretendem continuar a estudar, 73% pretendem procurar emprego e 23% ainda não sabem o que vão fazer. Mais de metade destes alunos já reprovaram duas ou mais vezes; Apenas 4% nunca reprovaram.

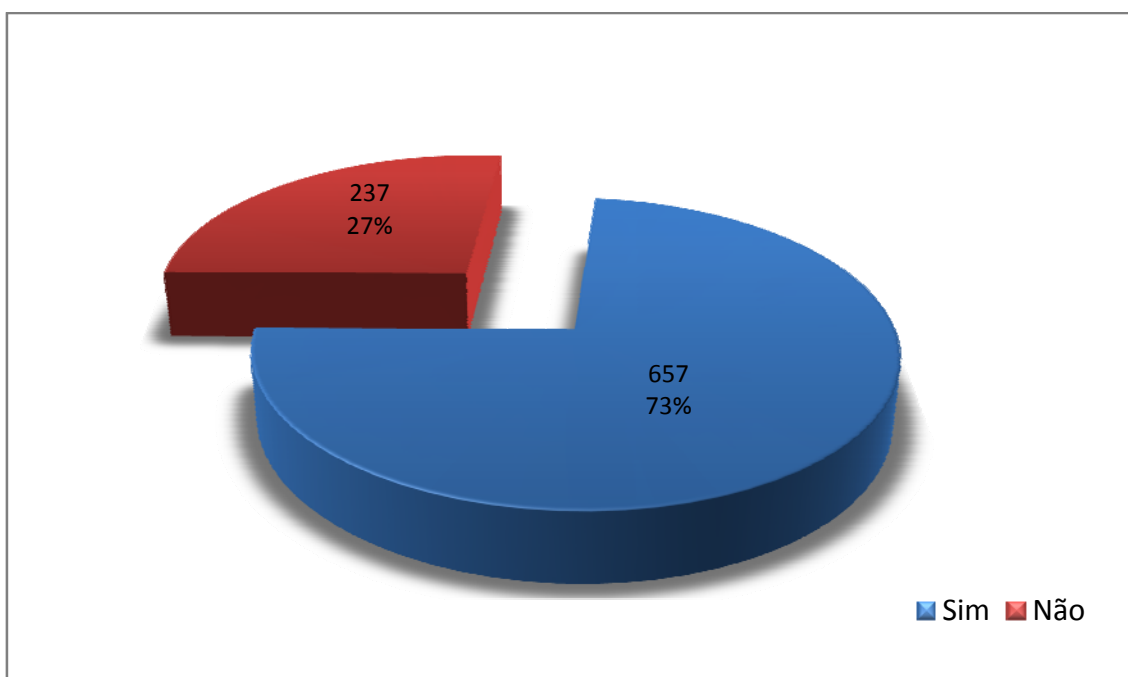
Na análise dos questionários, foi notória a falta de participação e um certo alheamento dos pais no que diz respeito à vida escolar dos alunos, segundo o seu ponto de vista. Relativamente à questão de continuar ou não a estudar, a

resposta “eu é que devo saber” apareceu em 1% dos alunos. Quanto à profissão que os pais gostariam que exercessem no futuro, esta resposta apareceu em mais de metade dos alunos, acompanhada de outras respostas como “os meus pais não se metem na minha vida” ou “eles não têm que ter opinião”.

#### 4.1.6. QUAL É A OPINIÃO DOS ALUNOS SOBRE A ESCOLA?

(Questões 43 a 50, p. 223-224)

Gráfico nº 4.6. Gostas desta escola?



O gosto pela escola (65%) está, predominantemente, ligado a razões de afectividade nos relacionamentos interpessoais, “tem bom ambiente”, “tenho muitos amigos”, “tem bons professores que ajudam os alunos”, são as razões mais apontadas e apenas 8% dos alunos justificaram o facto de gostarem da escola pelas suas condições físicas atractivas.

Relativamente às razões apontadas para não gostarem da escola (23%), as opiniões dos alunos tipificam a saturação pelos seguintes motivos: “não gosto dos meus colegas”, “estou cheio da escola”, “não há o que fazer”. 4% dos alunos justificaram o facto de não gostarem da escola pelas suas condições físicas.

Dois terços dos alunos que disseram que não gostam dos colegas, já reprovaram, pelo menos, uma vez. Dos alunos que responderam “estou cheio da escola”, 82% já reprovaram, pelo menos, uma vez e metade já reprovou duas ou mais vezes; 63% afirmaram que pretendem procurar emprego no final do 9º ano de escolaridade e apenas 19% têm uma intenção clara de continuar a estudar.

Analisando noutro ponto de vista, dos 88 alunos que responderam que pretendem procurar emprego no final do 9º ano de escolaridade, 40% responderam que não gostam da escola que frequentam e dos 120 alunos indecisos, 33% também deram a mesma resposta.

Sobre a sua participação nas actividades escolares, 14% dos alunos indicaram que não costumam participar, porque não se identificam com as actividades organizadas e, destes, metade dos alunos não gosta mesmo da escola.

Reportando-nos ao tema do relacionamento professores/alunos, 24% dos alunos confirmaram que, por vezes, não existe um bom relacionamento e, destes, metade dos alunos não gosta da escola.

Na questão: “Nas disciplinas que tens negativa, os professores ajudam-te individualmente a superar as dificuldades?”, apenas 59% responderam que sim e destes apenas 5% responderam noutros horários. As razões mais apontadas para os professores não ajudarem, do ponto de vista dos alunos, são: “os professores acham que eu não me esforço o suficiente” e “os professores acham que eu já não tenho hipóteses”.

Na questão: “Achas que os professores têm preferência por alguns alunos da turma?”, apenas 37% sente que não. Esta questão é determinante para a opinião dos alunos sobre a escola, pois a esmagadora maioria destes alunos referiu que gosta da escola, costuma participar nas actividades escolares e o relacionamento professores/alunos é bom.

Quanto à utilização dos serviços de psicologia e de orientação da Escola, para ajuda na escolha do futuro escolar e profissional dos alunos, 81% responderam que já utilizaram estes serviços e 16% nunca utilizaram. Dos alunos que nunca utilizaram, apenas 58% têm uma intenção clara de continuar a estudar. Dos alunos que responderam que já utilizaram, estes serviços, e pretendem continuar a estudar, no final do 9º ano de escolaridade, quase metade referiu desconhecer a oferta de cursos que existe no concelho!

#### 4.1.7. QUAIS SÃO OS ALUNOS EM RISCO DE ABANDONO ESCOLAR?

Face aos resultados expostos, é possível quantificar e tipificar situações dos alunos que, pelo insucesso escolar, constituem preocupação ao nível de uma possível saída «desqualificada» da escola, merecedores de um maior acompanhamento, no seu percurso escolar e nas suas opções vocacionais, por parte da escola e dos encarregados de educação, através de estratégias exequíveis e concertadas de maior ou menor intervenção, conforme os casos.

Assim, devem merecer melhor acompanhamento e atenção os alunos com:

- Idade é igual ou superior a 16 anos (20%);
- Uma, ou mais, repetências (30%);
- Expectativas de reprovação (16%);
- Negativas nas disciplinas de Matemática, Inglês, Português ou outras com continuidade no ensino secundário;
- Dificuldades de aprendizagem (45%);
- Dificuldades de concentração nas aulas (43%);
- Faltas às aulas (30%);
- Pretensão de, no final do 9º ano, procurar emprego ou incertezas a esse respeito (24%);
- Pretensão de continuar a estudar, mas ainda não sabem qual a área de estudos que gostariam de frequentar (12%);
- Desconhecimento da oferta de cursos existente no concelho (40%);
- Insegurança sobre as devidas capacidades para continuar a estudar de forma a atingirem os seus ideais de futuro profissional (12%);
- Vontade de continuar a estudar porque não quer trabalhar (2%);
- Actividades profissionais paralelas à condição de alunos (3%);

- Pais que têm uma condição socio-económica precária;
- Sentimentos de falta de acompanhamento e incentivo dos pais e professores;
- Falta de *amor* à escola (27%);
- Falta de participação nas actividades escolares (14%).

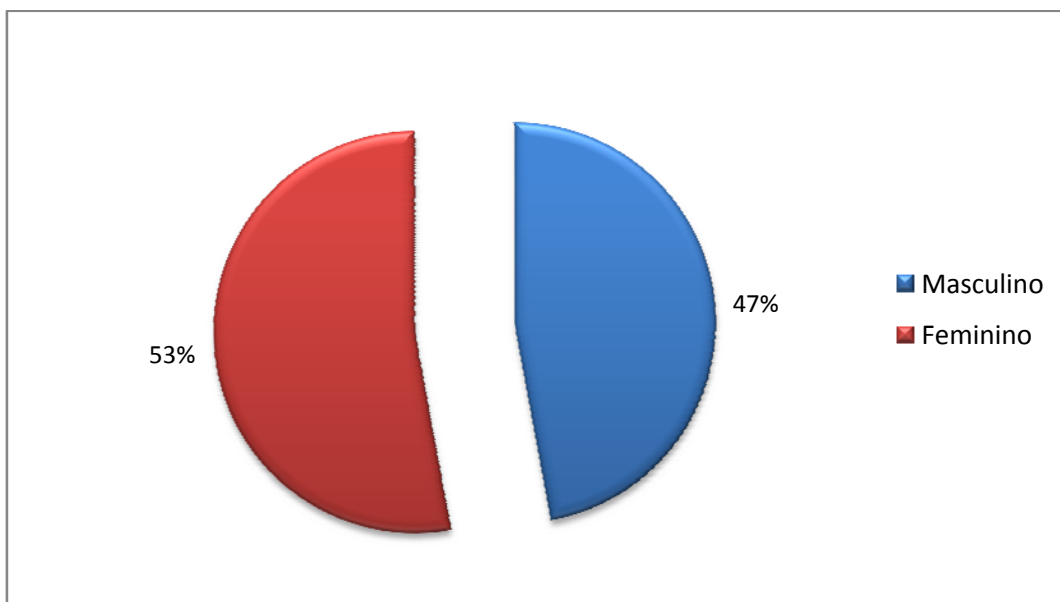
À escola compete-lhe identificar e personalizar o trabalho com estes alunos para o desenvolvimento de um verdadeiro serviço de intervenção pela inclusão social. Em Vila Nova de Famalicão, este trabalho das escolas está imbuído de sinergias positivas pela existência de uma rede interinstitucional de apoio – o PROFIT (Projecto de Vila Nova de Famalicão para a Integração Territorial).

## 4.2. Interpretação e análise dos resultados do questionário do 10º ano

### 4.2.1. QUEM SÃO OS INQUIRIDOS?

(Questões 1 a 3 do anexo nº 4, p. 225)

Gráfico nº 4.7. Sexo dos inquiridos



A repartição por sexos continua equilibrada, com crescimento da vantagem do sexo feminino em 1%, relativamente à frequência no 9º ano de escolaridade.

Quadro nº 4.8. Idade dos inquiridos

<b>Idade</b>	<b>Nº alunos</b>	<b>%</b>
14 anos	104	9,6%
15 anos	674	62,2%
16 anos	177	16,3%
17 anos	86	7,9%
18 anos	26	2,4%
19 anos	14	1,3%
20 anos	0	0,0%
21 anos	2	0,2%
<b>Total</b>	<b>1083</b>	<b>100,0%</b>

Subindo no patamar do organograma do sistema educativo, do ensino básico para o ensino secundário, o desfaseamento de idades, relativamente à frequência programada, é superior, porquanto se no fim do ensino básico existiam 80% de alunos com a idade padrão, no início do ensino secundário, do ano lectivo imediatamente a seguir, esta percentagem é apenas de 72%.

#### 4.2.2. QUAL É O PERCURSO ESCOLAR DESSES ALUNOS?

(Questões 4 a 9, p. 225-226)

Quadro nº 4.9. Histórico de retenções

<b>Reprovações</b>	<b>Nº alunos</b>	<b>%</b>
Nunca reprovou	764	70,5%
Já reprovou 1 vez	206	19,0%
Já reprovou 2 vezes	83	7,7%
Já reprovou 3 vezes	27	2,5%
Já reprovou 4 vezes	3	0,3%
<b>Total</b>	<b>1083</b>	<b>100,0%</b>

Em relação ao histórico de retenções, verifica-se que não existe uma variação assinalável nos alunos que nunca reprovaram<sup>1</sup>, no entanto, tal como aconteceu no escalão etário dos alunos aumentou o escalão do número de

<sup>1</sup> OTES, 2007, p.6: “69,3% dos alunos não teve nenhum ano de retenção ao longo do seu trajecto escolar”.

reprovações (existem mais estudantes adultos que já reprovaram uma ou mais vezes).

Mais, se anteriormente o 7º ano de escolaridade foi considerado o ano mais crítico do insucesso com 40% das retenções, agora é o 10º ano que atinge 52% das retenções, reflectindo maiores problemas de transição entre ciclos, agravadas por escolhas de percursos académicos desajustados aos verdadeiros anseios dos alunos. O quadro nº 4.10. evidencia bem a existência desta problemática.

Quadro nº 4.10. Situação escolar no ano lectivo anterior

<b>Situação do aluno</b>	<b>Nº alunos</b>	<b>%</b>
Não me matriculei na escola, estive em casa	6	0,6%
Não me matriculei na escola, estive a trabalhar	3	0,3%
Desisti e estive em casa	17	1,6%
Desisti e fui trabalhar	6	0,6%
Frequentei um curso de Educação Formação de nível II	22	2,0%
Frequentei o 9º ano de escolaridade	890	82,2%
Frequentei o 10º ano de escolaridade	135	12,5%
Frequentei o 11º ano de escolaridade	1	0,1%
Frequentei o 12º ano de escolaridade	3	0,3%
<b>Total</b>	<b>1083</b>	<b>100,0%</b>

Dos que frequentam o 10º ano de escolaridade, apenas 84 % provieram do ensino básico, no ano lectivo anterior. 15% dos alunos já frequentaram com insucesso o ensino secundário e, destes, 2% abandonaram a escola. Ressalta a situação referente a 9 alunos, representativos de quase 1%, que nem sequer estavam matriculados no ano lectivo anterior.

Dos que já frequentaram o ensino secundário, metade optou pela mudança de curso, justificando com as seguintes expressões: “Não gostei”; “Aquele curso nunca me interessou”; “Não tive aproveitamento”.

Estas justificações confirmam dois problemas graves: o primeiro, relacionado com o desajustamento entre a procura social e a oferta formativa,

quer pela falta de vagas nos cursos, quer pela falta de maior diversificação, e o segundo, relacionado com as auto-escolhas pouco reflectidas. Estes problemas fazem parte das principais causas da falta de uma motivação, satisfatória, na frequência do ensino secundário.

Quadro nº 4.11. Quais são os cursos que os alunos frequentam?

<b>Tipologia</b>	<b>Curso</b>	<b>Nº alunos</b>	<b>%</b>
Científico-Humanístico	Ciências e Tecnologias	449	41,5%
	Ciências Sociais e Humanas	98	9,0%
	Artes Visuais	57	5,3%
	Ciências Socioeconómicas	22	2,0%
	Línguas e Literaturas	22	2,0%
Tecnológico	Administração	91	8,4%
	Informática	69	6,4%
	Ação Social	63	5,8%
	Multimédia	36	3,3%
	Desporto	23	2,1%
Profissional	Electrónica / Automação e Comando	23	2,1%
	Animação Sócio-Cultural	23	2,1%
	Instalações Eléctricas	22	2,0%
	Gestão	19	1,8%
	Manutenção Industrial	13	1,2%
Aprendizagem	Secretariado	20	1,8%
	Mecatrónica Automóvel	14	1,3%
Educação Formação	Formação Complementar Informática	13	1,2%
	Formação Complementar Organização de Eventos	6	0,6%
	<b>Total</b>	<b>1083</b>	<b>100,0%</b>

Os cursos científico-humanísticos, atingem 60% da população escolar do 10º ano de escolaridade e o ensino qualificante apenas atinge 40%<sup>1</sup>, não porque a procura social assim o determine, mas por condicionalismos das instituições de ensino.

<sup>1</sup> OTES, 2007, p. 6: Dos alunos inquiridos 64% frequentam cursos científico-humanísticos e 36% cursos profissionalmente qualificantes.

Com grande destaque na sua frequência, prossegue o curso de Ciências e Tecnologias, pela sua abrangência quanto às possibilidades de percurso académico no ensino superior. No entanto, se esta abrangência pode ser considerada um factor positivo, relativamente aos alunos que ainda não delinearam o seu futuro académico, mas que pretendem ingressar no ensino superior, também pode constituir um factor de desmotivação desses mesmos alunos, que, apenas, fizeram “a fuga para a frente”, deparando-se com as disciplinas que pertencem ao seu histórico de insucesso escolar, bem como, dos alunos que apenas se matricularam nesse curso por ser tão abrangente e por falta de oportunidade nos cursos de formação qualificante. Além disso, ainda constitui factor de preocupação o facto de este curso acolher alunos que já escolheram o futuro académico, no ensino superior, e que já estão a “batalhar” pelas médias e, por inerência, acolhe também o desnivelamento de interesses dos alunos, acompanhado da falta de atenção dos professores nos alunos que ainda estão à procura de um rumo.

Dos alunos que optaram pela mudança de curso, 81% mudaram para os cursos qualificantes e, apenas, 5% mudaram para o curso de Ciências e Tecnologias<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> OTES, 2007, p. 103-111: “11,8% dos inquiridos mudaram de escola durante o nível secundário de ensino. 61,1% destes mudaram de curso e/ou de modalidade (...). A escola onde estavam anteriormente não tinha o curso que queriam frequentar (54,3%). São os alunos que mudaram de escola e estão actualmente nos cursos profissionalmente qualificantes, os que no seu trajecto passado tiveram mais dificuldade em encontrar o curso desejado (...). 11,4% dos alunos inquiridos realizaram uma mudança de curso e/ou modalidade durante o seu trajecto no ensino secundário, sendo os cursos profissionalmente qualificantes aqueles que absorvem a maioria dessas mudanças (8,2%)”.

#### 4.2.3. QUAIS SÃO AS MOTIVAÇÕES QUE FUNDAMENTAM AS ESCOLHAS?

(Questões 10 a 13, p. 226-228)

Quadro nº 4.12. Motivos mais importantes na escolha do curso

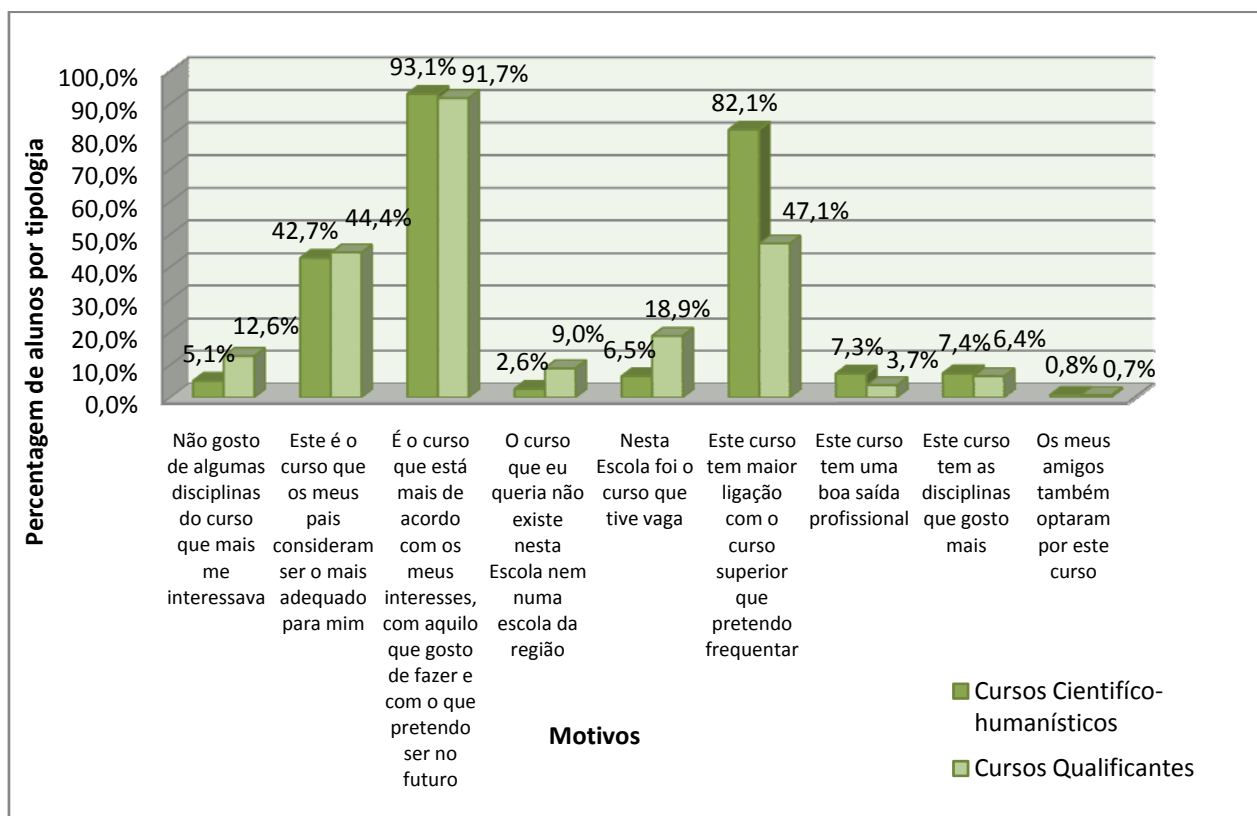
Principais motivos para a opção do curso	Nº alunos			
	1º motivo	2º motivo	3º motivo	Total
Não gosto de algumas disciplinas do curso que mais me interessava	20	23	45	88
Este é o curso que os meus pais consideram ser o mais adequado para mim	67	125	278	470
É o curso que está mais de acordo com os meus interesses, com aquilo que gosto de fazer e com o que pretendo ser no futuro	853	126	23	1002
O curso que eu queria não existe nesta Escola nem numa escola da região	22	17	17	56
Nesta Escola foi o curso que tive vaga	22	40	62	124
Este curso tem maior ligação com o curso superior que pretendo frequentar	73	551	113	737
Este curso tem uma boa saída profissional	20	15	28	63
Este curso tem as disciplinas que gosto mais	4	21	51	76
Os meus amigos também optaram por este curso	0	2	6	8
Não sabe / Não responde	2	163	460	625
Total	1083	1083	1083	

93% dos alunos frequentam o curso que está mais de acordo com os seus gostos e interesses futuros. Esta resposta é algo controversa por revelar uma dose forte de conformismo dos alunos, próprio de quem inicia um ano lectivo, mas, 25% dos alunos revelam que se seguissem apenas as suas aspirações, frequentariam outro curso. Nos seus anseios insatisfeitos, predominam os cursos artísticos: artes visuais, fotografia, estilismo, cinema, teatro e dança. Estes cursos representam as aspirações sinceras de 8% do total de alunos.

Dos que consideram o motivo mais importante, na opção do curso que frequentam, a influência dos pais por estes considerarem o curso mais adequado,

60% nunca reprovaram, 54% frequentam o curso de Ciências e Tecnologias e 48% também afirmam que frequentam o curso que tem maior ligação com o curso superior que pretendem frequentar, revelando, por sua vez, que a opinião dos pais conta mais para os alunos que já definiram um percurso académico após a conclusão do ensino secundário, do que para os indecisos quanto ao futuro académico e profissional.

Gráfico nº 4.8. Principais motivos na escolha do curso, por tipologia



Contrapondo os motivos das escolhas dos alunos entre os cursos científico-humanísticos e os cursos qualificantes (Tecnológicos, Profissionais, Aprendizagem e Educação Formação), confirma-se que as opções nos primeiros são feitas predominantemente pelos alunos que pretendem ingressar no ensino superior<sup>1</sup>, tornando preocupante o facto de apenas 82% referirem claramente essa intenção, o que preconiza o risco de saída desqualificada do ensino

<sup>1</sup> OTES, 2007, p. 7: “Os alunos dos cursos científico-humanísticos ingressam no ensino secundário tendo em vista, sobretudo, o prosseguimento de estudos para o nível superior (59,3%), enquanto que os alunos dos cursos profissionalmente qualificantes valorizam maioritariamente este grau de ensino pelas maiores possibilidades de integração no mercado de trabalho (57,9%)”;

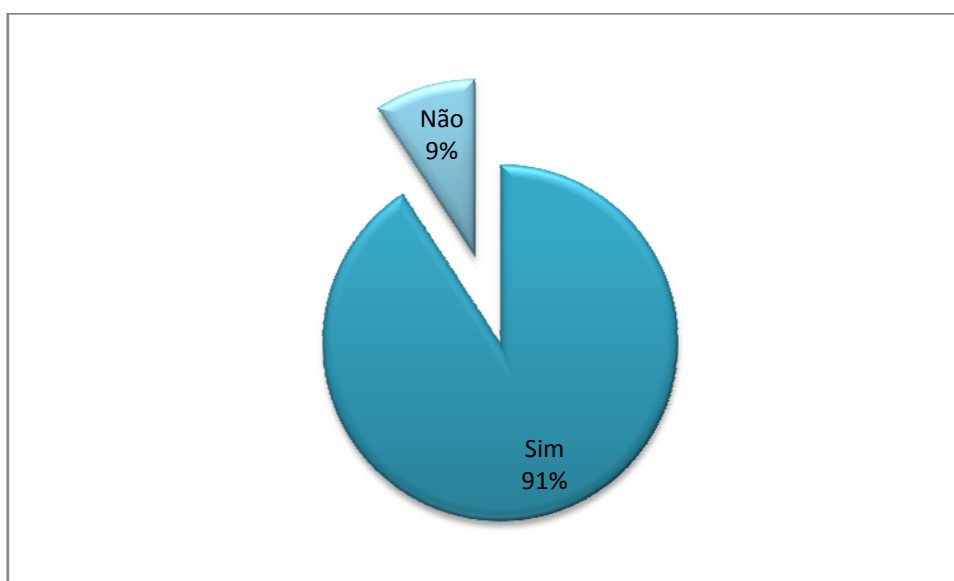
secundário, bem como o do abandono por desmotivação dos restantes 18%, dada a real vocação para esses cursos.

Dos alunos que já reprovaram duas ou mais vezes, 75% tentam reorientar o seu percurso académico nos cursos qualificantes, sendo esta opção mais vincada nos alunos com mais idade. Dos alunos com 17 e mais anos de idade, 80% frequentam a formação qualificante. Estas percentagens demonstram, claramente, as vantagens locais para o alargamento deste tipo de oferta formativa, na recuperação dos índices de abandono escolar.

Além disso, indiciando também que a oferta de formação qualificante ainda não responde às necessidades da procura social<sup>1</sup>, em termos quantitativos e qualitativos, os seguintes motivos de escolha dos cursos, atingem 14% nos cursos científico-humanísticos e 41% nos cursos qualificantes: “Nesta Escola foi o curso que tive vaga”, “O curso que eu queria não existe nesta Escola” e “Não gosto de algumas disciplinas do curso que mais me interessava”.

Estas respostas também nos remetem para o «factor escola» nas decisões sobre a escolha de um curso no ensino secundário. Com efeito, 15% do total de alunos referiram que a escolha dos cursos a frequentar esteve interligada com a escolha da escola a frequentar.

Gráfico nº 4.9. Gostas desta escola?



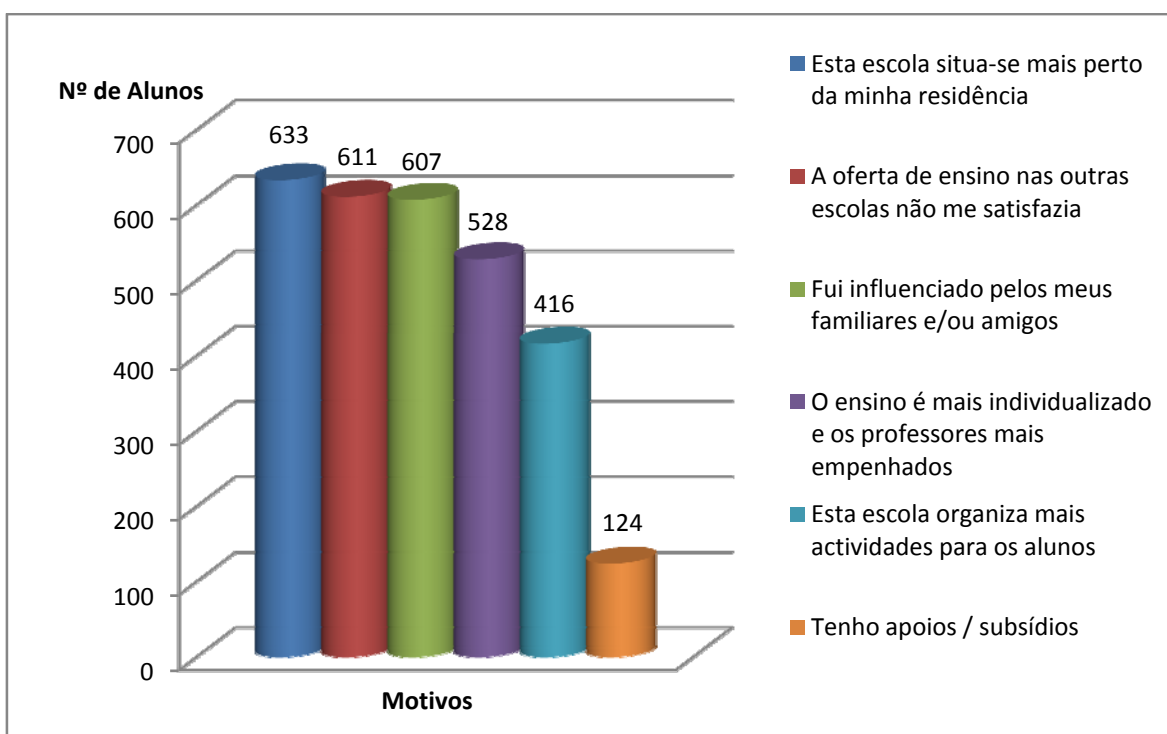
<sup>1</sup> OTES, 2007, p. 9: “Do total de alunos 11,2% refere desejar mudar de curso/modalidade num futuro próximo”.

O gosto pela escola, no secundário, também está predominantemente ligado a razões de afectividade interpessoais, porém as condições físicas começam a ganhar relevo, pois, a percentagem de alunos que justificaram o facto de gostarem da escola pelas suas condições físicas passou de 8% no ensino básico para 18% no ensino secundário.

Apesar do aumento da percentagem de alunos que gostam da escola que frequentam, de 73% no ensino básico para 91% no ensino secundário, é muito preocupante a existência de 9% de alunos sem gosto pela escola. Se no fim de um ciclo de estudos, é natural que os alunos anseiem por uma nova escola e isso os induza a dizer que não gostam da sua escola actual, já é de difícil compreensão o facto de ao fim do primeiro mês do novo ano lectivo (com hipótese de escolha de escola e curso no ensino secundário), ainda subsistam 100 alunos que não se sentem bem nessa nova escola escolhida pelos próprios.

O mais curioso é que destes 100 alunos, 74% têm entre 14 e 15 anos, 68% frequentam cursos científico-humanísticos e 72% nunca reprovaram, confirmando as conclusões anteriores de um início de ensino secundário desastroso, motivado pela sua falta de maturidade e de orientações vocacionais adequadas.

Gráfico nº 4.10. Principais motivos na escolha da escola



Considerando a questão de resposta múltipla, conforme está representada no gráfico nº 4.10., os principais motivos, que envolvem pelo menos 50% dos alunos, para as suas opções pela escola a frequentar são: a localização da escola, a influência dos familiares e/ou amigos, a oferta de ensino e a sua individualização<sup>1</sup>.

Os resultados das respostas, categorizando por ordem os três motivos mais importantes, confirmam as prioridades com excepção do terceiro motivo, menos importante que os dois primeiros, que se prende com as actividades organizadas pela escola para os alunos.

Assim, as questões relacionadas directamente com o projecto educativo das escolas estão posicionadas em terceiro lugar, não obstante, esta posição é muito ténue com a influência dos familiares e amigos que, naturalmente, emitem opiniões pelo conceito pessoal que têm das escolas. Para os alunos a localização da escola é primordial nas suas escolhas (31% referiram que este é o motivo mais importante e 58% referiram que este é um dos três principais). Conciliando estes resultados com os dos motivos para a escolha dos cursos, realça-se a necessidade premente de diversificação da oferta formativa no município, pois os alunos/famílias não estão dispostos a investirem numa formação de nível secundário, fora das suas áreas de residência.

Dos alunos que não gostam da escola que frequentam, apontaram como motivos para a escolha da escola: Influência dos familiares/amigos (74% dos alunos); Curta distância da escola à residência (54% dos alunos); Oferta de ensino das outras escolas insatisfatória (51% dos alunos).

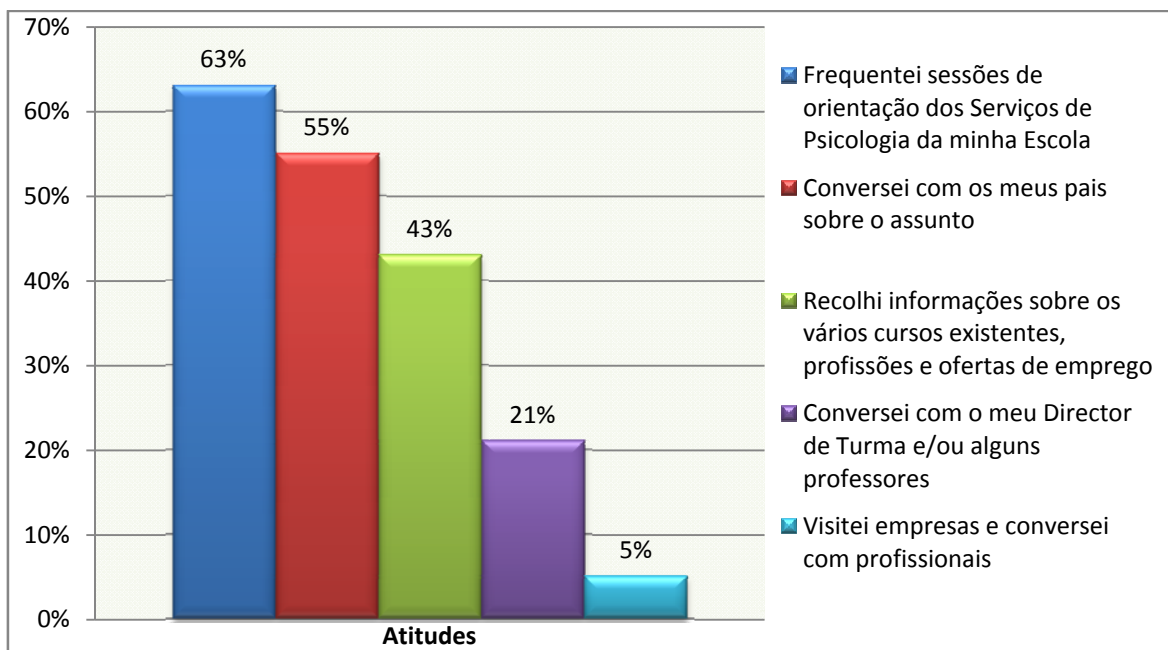
Em última análise das acções específicas dos alunos para a opção que tomaram sobre o curso/escola a frequentar no ensino secundário, sobressaem os

---

<sup>1</sup> OTES, 2007, p. 73: "Em relação aos alunos dos cursos científico-humanísticos, o facto de a escola ficar mais perto de casa (35,8%), de ter prestígio (34,4%) e de os amigos também estudarem nessa escola (30,4%), constituem as razões mais importantes para a escolha do estabelecimento de ensino. Quanto aos alunos dos cursos profissionalmente qualificantes, o motivo mais referido é o facto de ser nesta escola que existe o curso pretendido (61,2%), o que faz depender consideravelmente a escolha da escola de condicionalismos da oferta educativa".

problemas da insuficiente ou desajustada orientação profissional e vocacional, apresentada no gráfico nº 4.11.

Gráfico nº 4.11. Para tomares a decisão sobre o curso que frequentas, o que fizeste?



Na realidade, apenas 43% dos alunos referiram que recolheram informações sobre os vários cursos existentes, analisaram as profissões e respectivas ofertas de emprego e, apenas, 5% visitaram empresas e investiram no diálogo junto de profissionais das áreas que escolheram para o seu futuro profissional.

Pelos resultados obtidos nesta questão, deduz-se que, lamentavelmente, a análise do percurso escolar dos alunos não é feita, na generalidade, com os professores ou Directores de Turma (que preferem não se intrometer nestas áreas de actuação e acompanhamento escolar dos alunos), deixando-a para os técnicos de orientação que, independentemente da qualidade dos seus serviços, ainda não conseguiram atingir os níveis de acompanhamento e sucesso desejados.

#### 4.2.4. QUAIS SÃO OS FACTORES INERENTES À PROBABILIDADE DE ABANDONO ESCOLAR SEM CONCLUIR O ENSINO SECUNDÁRIO?

Paralelamente às questões pedagógicas já escalpelizadas e directamente relacionadas com o projecto educativo das escolas, a nível da actuação da liderança escolar, professores e restante comunidade educativa, no acompanhamento dos alunos e que podem ser ajustadas no quotidiano escolar, permanece um problema estrutural no ensino secundário: o elevado número de alunos a frequentar cursos desajustados aos seus anseios e vocações, sentindo as suas expectativas goradas, favorecendo a desmotivação pela escola e consequente abandono.

Os cursos mais visados nesta problemática são sem margem de dúvida os cursos científico-humanísticos, destacando-se, em Vila Nova de Famalicão, o curso de Ciências e Tecnologias, acolhedor de todo o tipo de alunos: com ou sem decisões tomadas, para o prosseguimento de estudos superiores, e os que não puderam preencher uma vaga num curso profissionalizante.

Os seguintes factores principais são inerentes a este problema estrutural, potenciadores do abandono escolar, sem conclusão do ensino secundário:

- Falta de impacto e contribuição dos serviços de orientação vocacional das escolas nas opções dos alunos em percursos formativos consistentes e concordantes com a sua personalidade, quer no período de transição do ensino básico para o ensino secundário, quer durante a frequência do ensino secundário, primando pela reorientação vocacional e permeabilidade entre cursos;
- Inexistência de um processo local de definição da oferta escolar, abrangente em todas as áreas do saber no município, diversificando a oferta formativa que combata os efeitos da resistência das famílias e dos alunos não convictos da importância dos benefícios nas suas escolhas, bem como, a resistência à mudança de escola/localidade viabilizante dos percursos pretendidos.

### **4.3. Articulação dos resultados dos dois questionários na resposta às possíveis intervenções locais**

#### **4.3.1. COMO FAVORECER A RESILIÊNCIA ESCOLAR NO ENSINO SECUNDÁRIO?**

Para uma resposta adequada a esta temática, são três os focos fundamentais de intervenção (local e simultânea) que complementam as medidas elencadas no capítulo II, sobre a prevenção do insucesso e abandono escolares:

- a) (Re)construção dos projectos educativos das escolas numa lógica de parceria criativa;
- b) Funcionamento pleno e eficaz dos serviços de psicologia e de orientação escolar e profissional;
- c) Diversificação da oferta formativa e criação de uma escola de artes.

No primeiro, a lógica do parceria criativa, coloca o aluno no centro da realização de projectos do seu interesse, envolvendo a comunidade educativa local de forma muito abrangente: gestores escolares, professores, pais, empresas, instituições escolares, cívicas e outras. A escola e as aulas privilegiam a partilha de expectativas e capacidades de todos, gerando emoções nos intervenientes, estimulando-os e despertando-lhes curiosidades que facilmente se exploram nas temáticas da aprendizagem.

Uma vez conquistados os alunos no envolvimento de um projecto temático do seu interesse, as outras áreas da aprendizagem ganham relevo, num efeito multiplicador, pois o desenvolvimento da criatividade aumenta as ambições e realizações interdisciplinares e o pensamento criativo interrelaciona interesses e temáticas. Por inerência, eliminam-se as barreiras entre alunos com idades, percursos escolares e dificuldades díspares.

Um adolescente gasta horas a sonhar acordado acerca da sua vida futura. Ser criativo, aprender a questionar, a fazer conexões, a empreender é importante para a confiança interior em todo o seu percurso académico e profissional.

Os projectos permitem aos alunos participar nas escolhas do processo ensino-aprendizagem, vital para o seu entusiasmo pela escola, nesta fase. O sentimento de liberdade de escolhas é entusiasmante por explorar os seus gostos e motivações, podendo constituir, um recurso de descoberta pessoal, condutor à concretização do segundo foco. Os técnicos de orientação escolar não podem estar isolados nas suas acções, por muito bons profissionais que sejam, sem que o aluno sinta a necessidade de descobrir o seu percurso. A ajuda dos professores e pais não pode ser dispensada para a concretização de um balanço de competências, útil ao aluno para um melhor auto-conhecimento, essencial às suas disponíveis opções, quando confrontadas entre si.

O terceiro foco resulta da necessidade de viabilizar todas as opções dos alunos do concelho sem colidir com a necessidade de proximidade entre pais e filhos e destes com o seu *habitat*, pela diversificação da oferta formativa das escolas existentes e pela criação de uma escola de artes. A sobrelotação de algumas escolas ou reordenamento das áreas de influência destas não resolverão o problema de vagas, com aumento do número de alunos previsto no plano nacional de qualificação dos portugueses. As escolas tenderão a manter uma oferta pontual na área das artes, dada a especificidade das estruturas que envolvem esta especialização. Sem a criação de uma escola de artes a oferta concelhia não cobrirá os ramos de actividade emergentes neste sector, continuando a coarctar esta especialização de alunos que apenas conhecerão a alternativa do insucesso dada a insatisfação pessoal.

Além disso, a criação de uma escola de artes, dada a sua natureza e actividade numa lógica necessariamente de parceria, pode ser o ponto-chave na implementação do primeiro foco pela promoção de projectos comuns a todas as escolas, conforme se tentará aferir na segunda parte deste trabalho.

## PARTE II

## **CAPÍTULO V**

### **A ARQUITECTURA SOCIAL DE UMA ESCOLA DE ARTES**

No final da primeira parte deste trabalho figura a criação de uma escola de artes, no município analisado, pela existência de benefícios que foram explorados: diversificação da oferta formativa, partenariado criativo, processo de (auto) descoberta dos alunos, alavanca da motivação, etc., no entanto, para a maioria das pessoas estes benefícios não são tão evidentes. Quando se fala em artes as dúvidas e o cepticismo imperam. Para a maioria das pessoas as artes estão associadas à inutilidade e à falta de rentabilidade económica, representativas do sector cultural, com uma importância inferior às restantes actividades dos outros sectores e, além disso, tradicionalmente entregues ao Estado.

Sendo difícil a definição, é preciso desmistificar o significado e a abrangência de cultura e de arte.

A arte é indissociável da cultura, constituindo um subgrupo da cultura (Madden, 2004, p. 16) ou um dos ângulos desta (European Commission, 2006), sendo, actualmente, os restantes ângulos as actividades e serviços e as atitudes, crenças, costumes, valores e práticas, que por sua vez estão todos interligados de tal forma que uns impulsionam os outros, dando lugar a uma nova dimensão da cultura no desenvolvimento económico e social.

“A cultura em sentido lato representa, na prática um sistema dinâmico, evolutivo e interactivo, que se ancora no passado (memória) e é enriquecido no presente, através de actividades inovadoras e criativas, para se projectar no futuro de acordo com padrões de modernidade.”

Actualização da Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Cultura, 2005, p.1

Neste novo entendimento de cultura, as artes assumem, actualmente, um novo papel no contexto socio-económico, porquanto promovem a diferenciação e também impulsionam a criação de novos produtos que associam a dimensão estética à função utilitária (Grefe, 2005, p. 9).

Dada esta evolução, o autor John Carey (2005, p. 3) pensa que, actualmente, ainda não existe uma resposta consensual à simples pergunta “O que é um trabalho artístico?”. Nesta nova dimensão, a arte é tudo aquilo que nos desperta emoção e interesse como arte, isto é, se olharmos para algo e estivermos a ver um trabalho artístico, então esse algo é arte, caso contrário não é arte (idem, p. 30).

“A arte é a linguagem dos sentimentos e emoções” (Sousa, 2003a, p. 61) porque nos cria, intencionalmente, interesse para a apreciação estética, para o pensamento criativo, para a experimentação e inovação.

“Arte é um fazer, ao que precede – mas também prossegue – um saber: arte é fazer e saber fazer.”

Espiña, 2007, p.2

### **5.1. A cultura organizacional e as lógicas de interacção da escola de artes**

Tendo a arte este significado e respectiva abrangência, faz sentido perguntar: numa escola de artes há lógicas de interacção, na sua comunidade, específicas e, conseqüentemente, uma cultura organizacional diferente, capaz de combater o insucesso escolar?

Após o percurso delineado e efectuado neste trabalho, atrevo-me a responder já que sim; Se a arte está associada à diferenciação, à experimentação, à inovação, e à emoção; Se o insucesso escolar está associado à falta destas características no ensino; Então, uma escola com estes objectivos didácticos, terá de viver com lógicas de interacção diferentes e específicas que se consubstancie numa cultura e vivência escolar diferente e eficaz.

As características assinaladas estão associadas à pedagogia de projecto, que “privilegia o debate e desencadeia o confronto de ideias” (Nunes, 2007, p. 7) e é capaz de criar uma cultura forte na escola. Por sua vez, essa cultura forte é capaz de influenciar o sentimento de pertença e de satisfação de todos no clima de trabalho e de aprendizagem, onde as manifestações e as lógicas de interacção da comunidade favorecem os efeitos do processo educativo.

Figura nº 5.1. Elementos da cultura organizacional



Fonte: Nóvoa, 1995, p. 30

O ponto de partida para análise do sucesso de uma Escola de Artes está ao nível das reais e inúmeras manifestações comportamentais, por incluírem todos os elementos capazes de influenciar grande parte das restantes manifestações e integrarem as bases conceptuais, mas também influenciarem o seu rumo.

O clima tende a ser aberto, munido de uma liderança partilhada, já que os projectos só podem ser implementados, com sucesso, se houver um verdadeiro compromisso, trabalho de equipa e vontade de todos os envolvidos.

A Direcção de tipo participativo, com maior informalidade, permite aos professores a autonomia na articulação curricular, na optimização do tempo, no estabelecimento de parcerias, entre outras, incentivando a liberdade de todos nestas interacções. O Director não se assume como chefe, mas como aquele que ajuda a tornar possível. A comunicação tem de se estabelecer num ambiente de confiança, através do uso de uma linguagem clara, entre os professores, directores/professores, professores/alunos, professores/pais e, consequentemente, entre a escola e a comunidade.

“A experiência do ensino secundário no contexto de uma escola e/ou curso especificamente artístico é caracterizada pela vivência de uma cultura grupalista, cooperativa e participativa da instituição escolar – contrariamente à noção romântica do artista isolado e individualista –, ancorada em núcleos sociabilísticos aproximados por cumplicidades e afinidades provisoriamente identificadas, (...). Nas afiliações sociabilísticas construídas destaca-se ainda a referência a relações professor-aluno bastante próximas e informais, onde a acção pedagógica se mistura com cumplicidade, afectividade, convivalidade e ludicidade grupal.”

Ferreira, 2003, p. 97

Este clima é primordial para a auto-criação e criação de estímulos individuais e colectivos, respectivamente, com efeitos altamente positivos no rendimento e aproveitamento desejados, frutos do diálogo, da descoberta, do empreendedorismo e da cumplicidade do trabalho com o lazer e o prazer adquirido, facilitando a “interpenetração entre tempos livres e trabalho em torno da actividade artística” (Martinho, 2003, p. 38).

Esta é a Escola que, dum forma eficaz, estabelece parcerias e proporciona experiências com o exterior, tirando partido das potencialidades colectivas e estabelecendo uma relação horizontal nas interacções, porque todos ensinam e todos aprendem, dentro e fora da escola (Pinto, 2004, p. 149), indo ao encontro das sinergias intrínsecas ao conceito de «Cidade Educadora».

“Foi uma boa experiência [na Soares dos Reis no Porto], gostei bastante, era uma escola onde se vivia a arte. Na altura, ainda ninguém era considerado artista, mas... comecei a ter o hábito de ver exposições, de ir mais vezes ao cinema, por exemplo, de procurar ir ver as várias possibilidades, os vários acontecimentos que se realizavam em termos artísticos. (...) Mesmo os professores de outras disciplinas que não tinham nada a ver com Desenho, todos eles viviam um bocado aquele espírito da escola. Convivia-se muito mais com todos esses assuntos artísticos. (...)”

Distinguida, Pintura, Fabricarte; in Ferreira, 2003, p. 97-98

A liberdade de selecção dos trabalhos e projectos inerentes ao processo criativo das artes, permite a cada aluno participar nas escolhas formativas através do seu envolvimento. Cada um dá a sua opinião na planificação e execução dos trabalhos. Por analogia, trata-se de trazer a prática de *empowerment* das empresas para a escola, para que os alunos sintam a escola como sua e da sua responsabilidade, partilhando a liderança das aulas, porque são livres para intervir sobre o que aprendem e como aprendem, planeando e tomando decisões quanto à concretização de projectos articulados com as disciplinas dos cursos.

Estes projectos têm o mérito de fomentar a autonomia, auto-estima e desenvolvimento das capacidades fundamentais de colaboração, comunicação, planificação, exploração científica, resolução de problemas e avaliação.

O sentimento experimentado pela liberdade de escolhas é entusiasmante para os alunos, na medida em que explora os gostos e motivações individuais, constituindo um recurso importante e indispensável de descobertas pessoais, que podem surgir mediante “um intercâmbio de conhecimentos e experiências, de uma chamada de atenção para determinada aptidão, de sugestões de exploração de caminhos” (Martinho, 2003, p. 62). Mais do que nunca, este recurso, actualmente, não pode ser desperdiçado, já que uma das justificações para o insucesso dos alunos no ensino secundário prende-se com o alheamento e

desconhecimento das próprias aptidões vocacionais, que a escola, ao longo de nove anos de ensino básico, não ajudou a descobrir.

A metodologia didáctica subjacente aos projectos insere-se no princípio do “aprender fazendo”, em fase embrionária em Portugal, através do Projecto Nacional de Educação para o Empreendedorismo. Este lema “aprender fazendo”, desperta no aluno a necessidade de: “saber obter a informação que lhe é pertinente, seleccionar e analisar essa informação, planear o seu trabalho de forma a atingir os seus objectivos, desenvolver competências de trabalho em grupo, executar o seu próprio plano de trabalho, controlar e monitorizar o processo de trabalho, avaliar, discutir e concluir sobre o sucesso na implementação do seu plano de trabalho e seus principais resultados, saber comunicar aos outros as principais linhas orientadoras do seu trabalho, as conclusões mais importantes e eventuais repercussões sociais do mesmo” (Pereira, 2007, p. 17-18).

A implementação destas interacções, na vida da escola, utiliza as emoções para melhorar o desempenho dos alunos, professores e outros profissionais envolvidos, com um efeito multiplicador pela alavanca da parceria, estimulando-os e despertando-lhes curiosidades a explorar por todos e disseminadas noutras temáticas, desenvolvendo ou aumentando a interdisciplinaridade, pelo aumento das ambições de novas experiências, por vezes, encadeadas.

“Os contactos com essas áreas [joalheria, fotografia ou banda desenhada] não passam, frequentemente, pela sua presença institucionalizada nos currículos obrigatórios das áreas vocacionais artísticas, mas através da partilha informal de interesses, saberes e experiências entre colegas e professores, da frequência de actividades de complemento curricular que são desenvolvidas dentro do espaço escolar, ou da frequência de actividades extra curriculares sobre as quais a informação circula através dos seus circuitos formais ou informais de difusão.”

Ferreira, 2003, p. 99

Se nas estratégias de recrutamento dos empresários a grande preocupação nas selecções se encontra ao nível do apuramento das competências comportamentais, interpessoais, de autonomia e de enquadramento organizacional (Azevedo, 2004, p. 32) dos candidatos, já que as competências técnicas são dadas como adquiridas ao longo dos cursos, então as

escolas têm de dar resposta, na formação ministrada e nas suas interacções, a estes requisitos sociais.

Subscrevendo o referido pelo Professor José Mata, da Faculdade de Economia da Universidade Nova, na entrevista publicada na revista “Exame” de Novembro de 2007: “Não se devem confundir as qualificações formais e o saber fazer. Não estou preocupado com passarmos a ter mais licenciados ou pessoas com o 12º ano. O que me preocupa é o facto de as pessoas que completam o secundário ou tiram uma licenciatura serem, ou não, capazes de fazer coisas.”

Ainda na mesma revista, foram publicadas cartas, de conceituados gestores, dirigidas a quem inicia uma vida profissional na área da gestão, servindo-nos de exemplo, por se inserirem nas competências a estimular nos alunos de qualquer área:

“ (...) O teu sucesso ao longo da vida profissional advirá sempre de te conheceres bem a ti próprio e o meio em que te moves, e de saberes, em cada momento, avaliar as tuas debilidades e as tuas qualidades, minimizando as primeiras e explorando o desenvolvimento continuamente e em profundidade as capacidades. (...)”

António Horta Osório, Presidente do Abbey National e Director-geral do Banco Santander Espanha

“Começo por lhe desejar que faça o seu percurso profissional com paixão e com prazer, ingredientes imprescindíveis para o sucesso individual e colectivo. (...)”

Luís Portela, Presidente da Bial

“ (...) O sucesso virá com trabalho, com dedicação, com espírito crítico e uma permanente curiosidade e abertura pela inovação. Tão, ou mais importante, que a base teórica que os quatro ou cinco anos passados na universidade vos facultaram, é o terem aprendido a pensar, a cultivar o vosso inconformismo e a vontade de arriscar. Sem isto, tudo o que aprenderam pouco valerá! (...)”

Jorge Armindo, Presidente do Conselho de Administração da Amorim Turismo

“ (...) Diria, à partida, que um bom conhecimento de si próprio, dos seus limites, capacidades e ambições é um decisivo factor de sucesso. O conhecimento de si próprio é indispensável à autoconfiança e a uma inserção realista no mundo, sem a qual não há sucesso duradouro possível. (...)”

Horácio Roque, Presidente do Banif, SGPS

Uma educação assente em competências-chave, como acontece no ensino artístico (imbuído de criatividade, iniciativa, inteligência emocional, capacidade de

reflexão crítica e de cooperação, sentido de autonomia e liberdade de pensamento e acção) e na abertura às parcerias com entidades externas à escola, é a estratégia política possível, para responder aos desafios contemporâneos da sociedade do conhecimento, e também, de forma eficaz, à Estratégia de Lisboa da União Europeia para o crescimento sustentável, competitividade e coesão social.

## **5.2. O papel da Escola de Artes na estratégia de desenvolvimento local**

Na era da competitividade global surgem sempre novos caminhos que se cruzam com os tradicionais, mas que permitem o desenvolvimento sustentado e a eficaz dinâmica territorial. Mas, é imperioso que todos esses caminhos sejam percorridos, por indivíduos com as competências atrás elencadas.

O risco reside no facto dessas competências “exigidas” às pessoas, não se coadunem no panorama tradicional existente no país, nem no paradigma educativo instalado nas escolas, com valores enraizados de isolamento do sector educativo dos restantes sectores.

Não acreditamos que esta constatação, proveniente de alguns pedagogos, faça mudar, por si só, a cultura das escolas. Sequer um decreto ministerial!

No entanto, a existência de uma escola, – com a cultura e lógicas de interacção que analisamos no ponto anterior – no seio das outras escolas locais, abrirá sim os horizontes de todos, pela envolvimento, disseminação e replicação de projectos, melhorando a qualidade do projecto educativo local pelo aumento de uma cultura empreendedora da população, e como corolário o combate ao insucesso e abandono escolares.

A Escola de Artes além de beneficiar o desenvolvimento dos alunos, também contribuirá, positivamente, nos potenciais processos de transformação da sociedade.

Seguindo as orientações do estudo sobre “Contribuições para a formulação de políticas públicas no Horizonte 2013 relativas ao tema Cultura, Identidades e Património” (Santos, 2005) escarpelizarei esses benefícios à luz das estratégias prementes do desenvolvimento dos territórios.

## (i) INOVAÇÃO

Pela busca de parcerias e projectos comuns e pela intensificação e estreitamento do relacionamento institucional, a Escola permite reverter o panorama de “insuficiente reconhecimento, por parte dos agentes privados nacionais, do potencial da incorporação da cultura na economia” (Santos, 2005, p. 103), permitindo, em simultâneo, o reconhecimento das actividades de criação artística como imprescindíveis à inovação, como caminho adequado a novos modos de posicionamento na sociedade e no mercado.

A par das necessidades de intensificação tecnológica das indústrias tradicionais, para a sua competitividade, estão as necessidades de promoção da “produção alargada de bens e serviços com qualidade estética e funcional” (Santos, 2005, p. 104), que visam, em conjunto, a revitalização destes sectores.

“A criatividade é hoje reconhecida como um *driver* económico e social fundamental na geração de riqueza e emprego e no desenvolvimento sustentável, incorporando as mudanças tecnológicas e promovendo a inovação empresarial e o reforço da competitividade das cidades, regiões e países”.

Fleming, 2008, p. 14

Assim, a Escola, para além de constituir um motor do *Cluster* Criativo em eminência, actua como chave de reestruturação dos sectores em crise, por via da abertura de novos horizontes da criatividade aliada à inovação, estimulada e trabalhada nos aprendentes, “contrariando o pensamento, ainda dominante, de que a criatividade é simplesmente uma «força da natureza» (Fleming, 2008, p. 29).

Trata-se de aprender a saber dar um significado original a algo que parece comum «aos olhos de todos», valorizando economicamente a transmissão desse significado para as pessoas, que passam a querer possuí-lo – “pedaços de significado” que as pessoas podem “entender, dar uso, dar valor, amar” (Fleming, 2008, p. 14).

## (ii) ECONOMIA DA CULTURA – INICIATIVA E MERCADO

Com iniciativas em rede no campo das artes, a Escola promove a complementaridade entre os diferentes sectores e estimula o desenvolvimento das indústrias criativas e do turismo cultural, entre outros, como por exemplo o pretendido mega *cluster* Têxtil/Vestuário/Moda.

Para o Professor Xavier Greeffe (2002, p. 19), a arte actua como uma alavanca para o desenvolvimento económico, nas seguintes dimensões:

- Estimulo de talentos criativos;
- Promoção de habilidades proveitosas a todos os sectores da economia;
- Contribuição para uso de estratégias da administração de recursos humanos dentro das empresas;
- Realce da atractividade dos espaços e lugares.

Desta forma, as artes criam novos mercados na economia, pelo estímulo ao desenvolvimento das indústrias criativas e pela inserção na economia dita tradicional da “distinção, novidade e originalidade” (Greeffe, 2002, p. 19), melhorando a competitividade e, ao mesmo tempo, desenvolvendo aspectos sociais e culturais das populações.

A importância económica da cultura, por via do desenvolvimento das indústrias criativas, não pode ser ignorada (Fleming, 2008, p.24):

- Na União Europeia, em 2003, estas actividades contribuíram com 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) e apresentaram um crescimento de 12,3% acima da média da economia;
- Em Portugal, no mesmo período, contribuíram com 1,4% do PIB, posicionando-se no terceiro sector que mais contribuiu para o PIB, a seguir aos produtos alimentares e aos têxteis.

### (iii) EMPREGO E TRABALHO

Com a formação de profissionais da criatividade, a Escola colmata as necessidades existentes nas empresas. Por sua vez, as vantagens da competitividade, incrementada por estes profissionais, com maior escolarização, fomentará a oferta de mais e melhor emprego nos diversos sectores de actividade.

Por outro lado, estes profissionais são a representação dos novos trabalhadores, fortalecidos por uma nova cultura empresarial. Intrinsecamente motivados, revelam novas relações de emprego, pela demonstração da capacidade de adaptação constante e pela necessidade de descoberta permanente.

Assumem a flexibilidade no emprego sem insegurança nem sofrimento, pois interiorizaram que ser criativo é ser competitivo. Além disso, para eles, o emprego só pode existir se lhe estiver associado o gozo e a satisfação.

Conforme defendeu Tom Fleming, na apresentação do estudo «Desenvolvimento de um Cluster de Indústrias Criativas na Região Norte» (Fundação de Serralves, Porto, Maio de 2008), a “criatividade cria emprego” e tem um efeito dominó na multiplicação do espírito criativo, despoletando, sempre, novas oportunidades

#### (iv) FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Pela oferta e implantação, bem como, pelo progressivo reconhecimento da mais-valia da incorporação da criatividade na economia, a Escola induz a um aumento da procura do ensino artístico, com tendência a acentuar as necessidades de reforço, em qualidade e em quantidade, diversificada das áreas de formação artística.

À Escola de Artes cabe o papel fundamental na alteração do diagnóstico actual, muito desfavorável a qualquer estratégia de desenvolvimento local (Santos, 2005, p. 22-23), sendo ele constituído por:

- Incapacidade das escolas públicas na oferta de formação artística de qualidade;
- Desarticulação na oferta de ensino e formação, face às exigências de mercado;
- Falta de mobilidade internacional de estudantes e profissionais e consequentemente reduzida valorização deste enquadramento;
- Fraca valorização da experimentação;
- Falta de iniciativas de criatividade inseridas na formação cultural e artística.

Da Conferência Mundial sobre Educação Artística (UNESCO, 2006b), resultou a constatação que “a Educação Artística, ao gerar uma série de competências e de aptidões transversais e ao fomentar a motivação dos estudantes e a participação activa na aula, pode melhorar a qualidade da educação”, salientando-se, nos trabalhos, os benefícios pela capacidade de ligação entre cognição e o estímulo da inteligência emocional, muitas vezes esquecida nos processos educativos.

A educação artística permite experiências inovadoras e aprendizagem de posturas interrelacionais que alteram o ambiente escolar, favorecendo o sucesso formativo/educativo, por conseguinte, diminuindo o abandono escolar, pelo bem-estar, empenho e melhoria do interesse académico. Esta correlação eleva as qualificações e aptidões empreendedoras da população.

## (v) INTERNACIONALIZAÇÃO

A inserção da Escola em circuitos internacionais, pela geminação de escolas ou pela participação em diversas actividades, permite um marketing territorial importante para a afirmação da identidade local, entre outros benefícios.

A Escola também permite a consciencialização para a importância de uma “estratégia comum (cultura / turismo / economia / política / comunicação)” (Santos, 2005, p. 25), pela necessidade de disseminar os valores e referências locais na atracção de investimentos e parcerias.

Os programas de apoios<sup>1</sup> (técnicos e financeiros) aos estágios de qualificação e inserção profissional de jovens – INOV Vasco da Gama<sup>2</sup> e INOV-ART<sup>3</sup> – constituem um instrumento importante, ao serviço dos diplomados, escolas e empresas, de internacionalização e conseqüente fluxo de ideias criativas, pelo estímulo e partilha além fronteiras

## (vi) REGENERAÇÃO URBANA E DINAMIZAÇÃO DE ESPAÇOS RURAIS

O progressivo aumento do investimento em equipamentos culturais, por parte das autarquias, nos últimos anos, coloca-nos uma questão: Como dinamizar estes equipamentos para a revitalização do território?

Apenas uma resposta: a qualificação de profissionais capazes de valorizar os espaços e equipamentos com estratégias de eficiência colectiva, por via da concretização de projectos integrados e em rede, sustentáculo do crescimento do turismo cultural.

---

<sup>1</sup> Portaria nº 1103/2008, de 2 de Outubro.

<sup>2</sup> O INOV Vasco da Gama destina-se a apoiar a integração temporária de jovens empresários, gestores e quadros técnicos de empresas nacionais em empresas e entidades internacionais de referência, designadamente reconhecidas pelas suas boas práticas de gestão.

<sup>3</sup> O INOV-ART vem dar resposta à necessidade de dispormos de um instrumento específico para apoio à realização de estágios internacionais por parte de jovens com qualificações ou aptidões no domínio das artes e cultura.

O crescente interesse dos municípios na regeneração / reabilitação das suas cidades assenta muito na aposta no turismo cultural, ou mesmo, indo mais além nos conceitos, no turismo criativo, este último proporcionando experiências criativas ao turista, que assume aqui um papel muito mais activo, na cidade.

Por isso, reabilitação urbana não se encerra na regeneração do edificado, implicando a valorização das características imateriais do território e salientando a sua identidade, “de forma a estas contribuírem para o fluxo de ideias e criações” (Fleming, 2008, p. 31).

Só assim, a Escola pode utilizar todos os espaços e equipamentos locais como “palco” das aulas, também aí ministradas, demonstrando que as salas de aula não são os únicos espaços para a leccionação e aproveitando as suas sinergias.

No entanto, nesta ânsia dos autarcas existe um problema estrutural: a cidade criativa não se decreta!

Não se pode decretar que a valorização de determinado edificado vai transformá-lo num local culturalmente procurado e vivenciado pelos turistas. O espaço/equipamento deve ser pensado na vivência e bem-estar da população local, conciliando o passado com o presente. Se a população local o eleger como “palco” das suas actividades e usufruto diário, então estão reunidas as condições favoráveis e imprescindíveis ao bem-estar e vivência dos turistas, sem haver propriamente a separação de intenções. Este factor, inerente à identidade, é essencial aos lugares criativos, e estes ao chamado *placings*.

#### (vii) ACESSO E DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA - EQUIDADE

A Escola gera o “efeito estrutural da escolaridade no alargamento dos públicos da cultura, em particular dos seus segmentos juvenis” (Santos, 2005, p.81), constituindo um serviço diversificado de proximidade para a população, começando pelos alunos e familiares e estendendo-se aos restantes.

Na prossecução de actividades artísticas diversificadas em torno de uma cultura e identidade local criam-se novos públicos e hábitos, crescendo a coesão social.

Olhar e usufruir da Escola, como um equipamento de consumo, e em simultâneo, de produção multitemática e multifuncional, transforma-a num espaço de encontros de toda a comunidade, bom para o lazer e o trabalho, onde não há distinção entre o dia de trabalho e o dia de prazer.

#### (viii) ASSOCIATIVISMO

A sensibilização para as artes cria novos públicos, dadas as suas características emotivas, e envolve a população em acções ou experiências amadoras de âmbito sócio-culturais, alargando o terceiro sector e contribuindo para o desenvolvimento da cidadania, da qualidade de vida e conseqüentemente para o bem-estar.

Os diversos estudos de casos existentes, sobre a utilização das artes por grupos de risco ou socialmente excluídos, demonstram experiências muito positivas na promoção da auto-estima e na (re)integração social desses grupos. Estas experiências são, geralmente, promovidas pelo terceiro sector, uma vez que, as artes têm a capacidade de fazer emergir sentimentos de envolvimento, reforçando, também, a capacidade das pessoas intervirem na solução de problemas da comunidade (Grefe, 2005, p.41-49).

#### (ix) PARCERIAS E REDES

Como já foi analisado anteriormente, uma escola de artes, não tem qualidade sem o fomento de parcerias e redes, sustentadas em contrapartidas de todos os envolvidos que originam a alavanca das capacidades e aptidões. Conforme realçou Steven Campbell, Director de Parcerias Artísticas Comunitárias do Conselho das Artes de Ontário (Mbuyamba, 2007, p. 9): O valor das parcerias é importante na “criação de uma cultura de partilha de recursos”, mas, ainda mais

importante, é o seu “valor enquanto modelos significativos para o desenvolvimento de capacidades entre todos os parceiros intervenientes”.

A Escola será, assim, um espaço de trabalho privilegiado, facilitador do *networking*, pela facilidade de encontros atraídos pela informalidade dos debates e exploração de ideias, que surgem espontaneamente, facilitando a troca efectiva de conhecimento, imbuída numa mistura de produção e consumo.

#### (x) MEDIAÇÃO

“O sector criativo é um sector recente, os instrumentos de mediação ainda não estão suficientemente amadurecidos e as fontes escasseiam”.

Fleming, 2008, p. 22

Através da constituição de parcerias, a Escola possui todas as condições privilegiadas para promover a mediação entre o sector público e o sector privado, como pólo de gestão de projectos comuns, promovendo a inclusão e participação social, bem como, levando a bom porto os propósitos de uma Europa Criativa pela articulação efectiva entre as organizações existentes, aproveitando as sinergias locais. Ao mesmo tempo, esta mediação leva ao reconhecimento da importância do ensino artístico e à geração de um movimento favorável na promoção de uma estreita cooperação entre as escolas, melhorando e alargando as oportunidades de alargamento da rede de oferta do ensino artístico, tão pouco explorada, mesmo com as necessidades e as capacidades instaladas nas escolas (Fernandes, 2007, p. 35).

O resultado desta mediação é o fortalecimento da relação da Educação – Cultura – Economia – Coesão Social, tão desejável e tão pouco alcançada, até à actualidade.

## **CAPÍTULO VI**

### **AS MOTIVAÇÕES DOS ALUNOS DO ENSINO ARTÍSTICO**

Alicerçada numa arquitectura social diferente, a escola de artes ou, simplesmente, os cursos artísticos atraem alunos com motivações diferentes dos restantes alunos do ensino secundário. Com o presente capítulo pretende-se descobrir:

1. Quem são esses alunos?
2. Quais são as suas motivações?
3. Qual a força da sua resiliência?
4. A oferta formativa actual é adequada à procura social destes cursos?
5. O ensino artístico combate o insucesso e abandono escolar?

Para conseguir obter estas respostas, no contexto de Vila Nova de Famalicão, constituí uma amostra de três escolas com tipologias diferentes no sistema educativo e com oferta de cursos artísticos de nível secundário:

1. Uma Escola Secundária de Vila Nova de Famalicão com oferta de cursos científico-humanísticos e cursos tecnológicos ligados às artes;
2. Uma Escola Profissional de Artes do Espectáculo, no Porto, já que não existe esta oferta, nem no concelho nem no distrito, sendo esta escola a mais próxima;
3. Uma Escola Artística Especializada, também no Porto pelo mesmo motivo.

Para tal desiderato, foram utilizados dois inquéritos: um, por entrevista, aos Directores Pedagógicos / Presidentes dos Conselhos Executivos destas escolas e outro, por questionário, aos alunos que frequentam o início do 11<sup>o</sup> ano de

escolaridade, no ano lectivo 2006/2007<sup>1</sup>. A escolha deste ano de escolaridade prende-se com o facto de os alunos terem já ultrapassado as barreiras do primeiro ano da escolha de um percurso, sem o terem alterado.

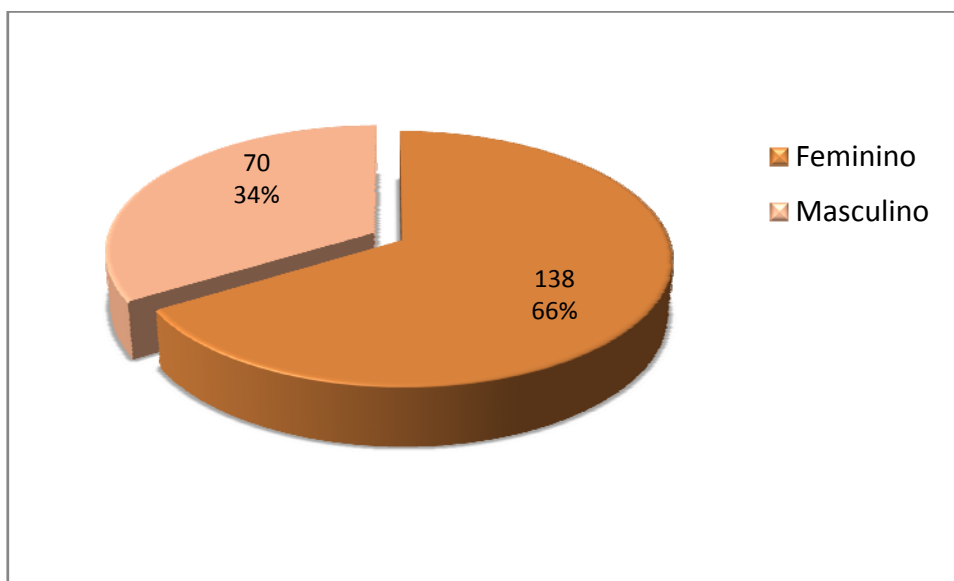
Foram validados 208 questionários dos alunos do 11º ano de escolaridade das escolas e cursos referidos representativos do universo, desse ano, nessas escolas, com oferta formativa nas áreas artísticas, constando: 29 alunos da Escola Secundária; 30 alunos da Escola Profissional; 149 alunos da Escola Artística Especializada.

## 6.1. Interpretação e análise dos resultados do questionário do 11º ano

### 6.1.1. QUEM SÃO OS INQUIRIDOS?

(Questões 1 a 9 do anexo nº 4, p. 229-230)

Gráfico nº 6.1. Sexo dos inquiridos



Existe uma clara predominância do sexo feminino, na sua frequência, atingindo quase dois terços do total de alunos. De notar neste estudo que, à

---

<sup>1</sup> Dada a amostra deliberada, foi feita uma revisão das conclusões através da comparação com os resultados do estudo editado em Fevereiro de 2007, pelo ME, coordenado por Domingos Fernandes, intitulado “Estudo de Avaliação do Ensino Artístico”.

medida que se avança nos anos de escolaridade, também aumenta a vantagem de frequência das alunas.

Quadro nº 6.1. Idade dos inquiridos

<b>Idade</b>	<b>Nº alunos</b>	<b>%</b>
15 anos	11	5,3%
16 anos	106	51,0%
17 anos	48	23,1%
18 anos	28	13,5%
19 anos	6	2,9%
20 anos	2	1,0%
21 anos	0	0,0%
22 anos	2	1,0%
23 anos	2	1,0%
24 anos	2	1,0%
25 anos	1	0,5%
Total	208	100,0%

O desfasamento de idades, relativamente à frequência padrão, é cada vez maior. Apenas 56% dos alunos se encontra dentro da idade programada para este nível de escolaridade. Além disso, a existência de 7% de alunos com idade superior a 18 anos sugere que foi feita a correcção de percursos mal escolhidos ou uma descoberta das potencialidades das artes fora do percurso normal, possuindo uma maturidade adulta. A maioria destes alunos frequenta os cursos de Dança e Teatro da Escola Profissional.

Relativamente às localidades/concelhos de proveniência destes alunos:

- Na Escola Secundária, metade dos alunos é originária do concelho da escola e a outra metade dum concelho limítrofe, mas residente nas freguesias da área de influência da escola;
- Na Escola Profissional, existem alunos de 14 concelhos; apenas 40% dos alunos são originários do concelho da escola; 40% dos alunos residem a mais de 30 quilómetros de distância, em concelhos do Norte e Centro do país;
- Na Escola Artística Especializada, existem alunos de 17 concelhos; apenas, 41% são originários do concelho da escola; 10% residem a mais de 30

quilómetros de distância da Escola, mas mais circundantes (não tão dispersos como os alunos da Escola Profissional).

Esta proveniência dá indícios de percursos escolares com convicções mais fortes. A falta de oferta formativa nestas áreas nos concelhos de residência dos alunos, originou tomadas de decisões corajosas, pelo facto de terem de morar longe do agregado familiar para concluir o ensino secundário, contrariando a tendência de escolhas dentro das ofertas concelhias.

Quadro nº 6.2. Escolaridade dos progenitores

Ano de escolaridade	Pai		Mãe	
	Nº	%	Nº	%
Não tem o 4º ano de escolaridade (4ª classe)	4	2%	1	0%
4º ano de escolaridade (4ª classe)	57	27%	50	24%
6º ano de escolaridade (ensino preparatório)	25	12%	25	12%
9º ano de escolaridade (antigo 5º ano)	22	11%	33	16%
11º/12º ano de escolaridade	48	23%	50	24%
Ensino superior (curso médio / bacharelato)	6	3%	3	1%
Ensino superior (licenciatura)	24	12%	30	14%
Pós-graduação/Mestrado/Doutoramento	9	4%	11	5%
Não sabe / Não responde	13	6%	5	2%
<b>Total</b>	<b>208</b>	<b>100%</b>	<b>208</b>	<b>100%</b>

Em termos de escolaridade dos pais dos alunos, 42% dos pais e 45% das mães frequentaram o ensino secundário ou superior, revelando níveis académicos mais elevados comparativamente ao estudo de caso anterior, bem como, com os das médias nacionais. As profissões dos progenitores são mais qualificadas, inserindo-se, com maior predominância, no ramo dos serviços. Também se nota um aumento relativo dos progenitores que trabalham sem subordinação laboral.

Esta constatação aproxima-nos da ideia de que os pais com maior nível de escolaridade tendem a incentivar os filhos para a escolha da formação que melhor se adequa à vocação dos seus filhos, em detrimento de outras razões.

### 6.1.2. QUAL É O PERCURSO ESCOLAR DESTES ALUNOS?

(Questões 10 a 13, p. 231)

Quadro nº 6.3. Histórico de retenções

<b>Reprovações</b>	<b>Nº alunos</b>	<b>%</b>
Nunca reprovou	124	59,6%
Já reprovou 1 vez	51	24,5%
Já reprovou 2 vezes	25	12,0%
Já reprovou 3 vezes	7	3,4%
Já reprovou 4 vezes	1	0,5%
<b>Total</b>	<b>208</b>	<b>100,0%</b>

Verifica-se uma taxa de retenções, anteriores ao actual percurso escolhido, muito elevada. Apenas 59,6% dos alunos nunca reprovaram de ano e, destes, 6%, apesar de não terem reprovado, interromperam ou “perderam” um ou mais anos de escolaridade para repensar e acabaram por mudar o seu percurso escolar. Equivalendo, assim, a apenas 56% dos alunos, a confirmar as conclusões sobre os escalões etários, sem experimentar o insucesso escolar. É importante notar que 67% das reprovações ocorreram no 10º ano de escolaridade, o que reflecte também as escolhas inadequadas à saída do ensino básico.

Quadro nº 6.4. Situação escolar no ano lectivo anterior ao ingresso nesta escola

<b>Situação do aluno</b>	<b>Nº alunos</b>	<b>%</b>
Não me matriculei na escola, estive em casa	1	0,5%
Desisti e estive em casa	3	1,4%
Desisti e fui trabalhar	4	1,9%
Frequentei o 9º ano de escolaridade	162	77,9%
Frequentei o 10º ano de escolaridade	33	15,9%
Frequentei o 11º ano de escolaridade	2	1,0%
Frequentei o 12º ano de escolaridade	1	0,5%
Frequentei a Universidade	2	1,0%
<b>Total</b>	<b>208</b>	<b>100,0%</b>

Anteriormente ao período da actual opção formativa, 3,8% dos alunos já tinham abandonado o sistema de ensino e 18% já frequentaram um percurso no ensino secundário; Destes, 80% desistiram de cursos científico-humanísticos. Ressaltam neste quadro os 2 alunos, representativos de 1%, que tendo já frequentado um curso superior sem reprovar, regressam, agora, ao ensino secundário para uma formação artística profissional de Dança.

Quadro nº 6.5. Quais são os cursos que os alunos frequentam?

<b>Tipologia</b>	<b>Cursos</b>	<b>Nº alunos</b>	<b>%</b>
Científico – Humanístico	Artes Visuais	18	8,7%
Tecnológico	Multimédia	11	5,3%
Artístico especializado	Design de Produto	36	17,3%
	Comunicação Audiovisual	35	16,8%
	Produção Artística	33	15,9%
	Design de Comunicação	45	21,6%
Profissional	Dança	14	6,7%
	Teatro	16	7,7%
	Total	208	100,0%

A frequência é, totalmente, conforme a oferta.

Os cursos de Dança, Comunicação Audiovisual e Produção Artística são os que acolhem mais alunos provenientes da mudança de percurso académico, anteriormente frequentado.

### 6.1.3. QUAIS SÃO AS MOTIVAÇÕES PARA A ACTUAL FREQUÊNCIA E CONTINUIDADE?

(Questões 14 a 30, p. 231-235)

Quadro nº 6.6. Motivo mais importante na escolha do curso

<b>Principal motivo para a opção do curso</b>	<b>Nº alunos</b>	<b>%</b>
Não gosto de algumas disciplinas do curso que mais me interessava	1	0,5%
Este curso tem as disciplinas que eu mais gosto	20	9,6%
Este é o curso que os meus pais consideram ser o mais adequado	3	1,4%
É o curso que está mais de acordo com os meus interesses e gostos	153	73,6%
O curso que eu queria não existe nesta Escola	2	1,0%
Nesta Escola foi o curso que tive vaga	6	2,9%
Este é o curso que eu conhecia melhor	2	1,0%
Este curso oferece-me mais hipóteses de emprego	5	2,4%
Este curso tem maior ligação com o curso superior que pretendo	16	7,7%
<b>Total</b>	<b>208</b>	<b>100,0%</b>

Na opinião de 91% dos alunos, o curso que frequentam é o que tem as disciplinas preferidas e está mais de acordo com os seus interesses, com o que gostam de fazer<sup>1</sup> e com as suas ambições e aspirações para um futuro profissional de sucesso. Apesar de 4% dos alunos evidenciarem o gosto de frequentar outro curso, as suas opções recairiam também num curso artístico: Fotografia, Escultura e Comunicação Audiovisual.

Para tomarem a decisão sobre o curso que frequentam, foi importante para os alunos a recolha de informações sobre os vários cursos existentes, profissões e ofertas de emprego (40% dos alunos), bem como, o aconselhamento dos pais

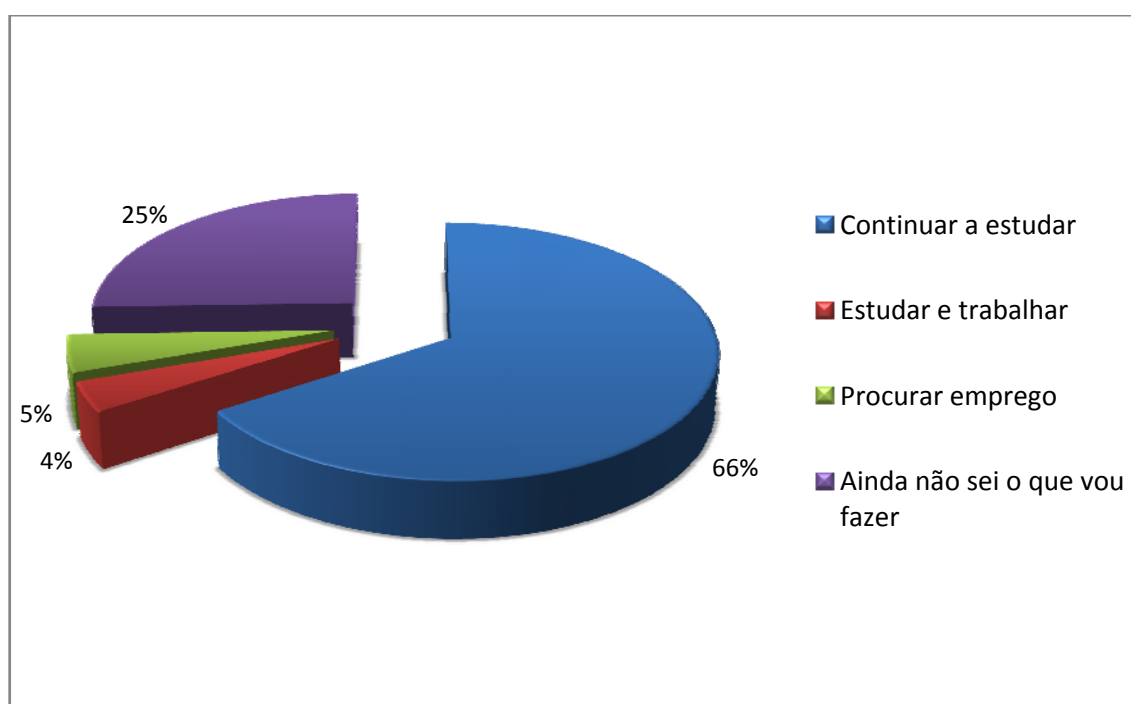
---

<sup>1</sup> Fernandes, 2007, p. 353: "As principais áreas de interesse artístico-tecnológico dos estudantes inquiridos são Design (de moda, equipamento, produto); Música (instrumento, canto, produção, e tecnologias); e Teatro (interpretação e cenografia). Sobretudo a nível da primeira escolha, destaca-se ainda Dança (clássica, contemporânea) e Artes Visuais".

(45% dos alunos). Apenas 21% dos alunos frequentaram sessões de orientação e 22% dos alunos conversaram com professores a esse respeito.

Referentemente ao apoio dos pais sobre a sua opção na área artística, 89% dos alunos afirmaram que se sentiram apoiados pelos pais, mas, 8% sofreu pela falta de apoio que sentiram, especialmente relacionado com as dúvidas tradicionais sobre as dificuldades de uma futura empregabilidade nessa área de actuação.

Gráfico nº 6.2. Após a conclusão deste curso, o que pensas fazer?

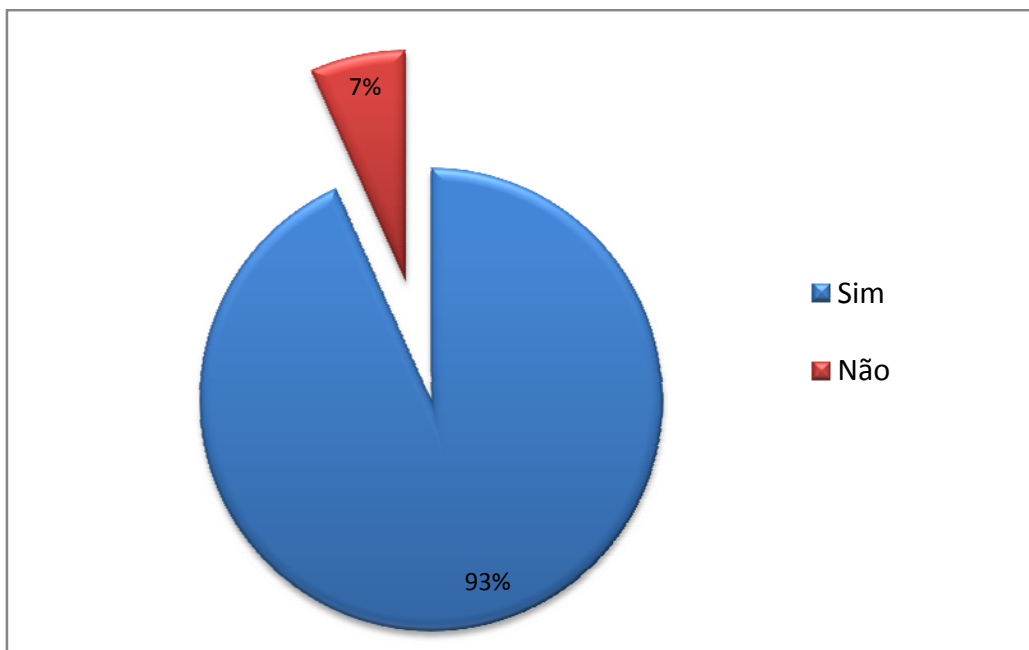


Em relação ao percurso a fazer após a conclusão deste curso artístico, concluímos:

- 70% dos alunos pretendem continuar a estudar, sobressaindo os cursos artísticos: Arquitectura, Estilismo, Design de Comunicação, Design, Fotografia, Dança, Teatro, Produção Cinevideo, Cinema, entre outros diversos, todos na área das Artes;
- 25% dos alunos ainda não sabem o que vão fazer, após conclusão deste curso, mas é na faixa etária dos mais novos que as dúvidas têm um peso maior.
- Dos 5% que desejam procurar emprego, enquanto metade pensa que vai ser difícil a inserção profissional, a outra metade pensa que vai ser fácil. Destes

inferimos uma manifestação de pró-actividade, pois estão disponíveis em assumir actividades de *freelancer* e em consonância com as novas relações de emprego, com padrões elevados de flexibilidade laboral.

Gráfico nº 6.3. Gostas desta escola?

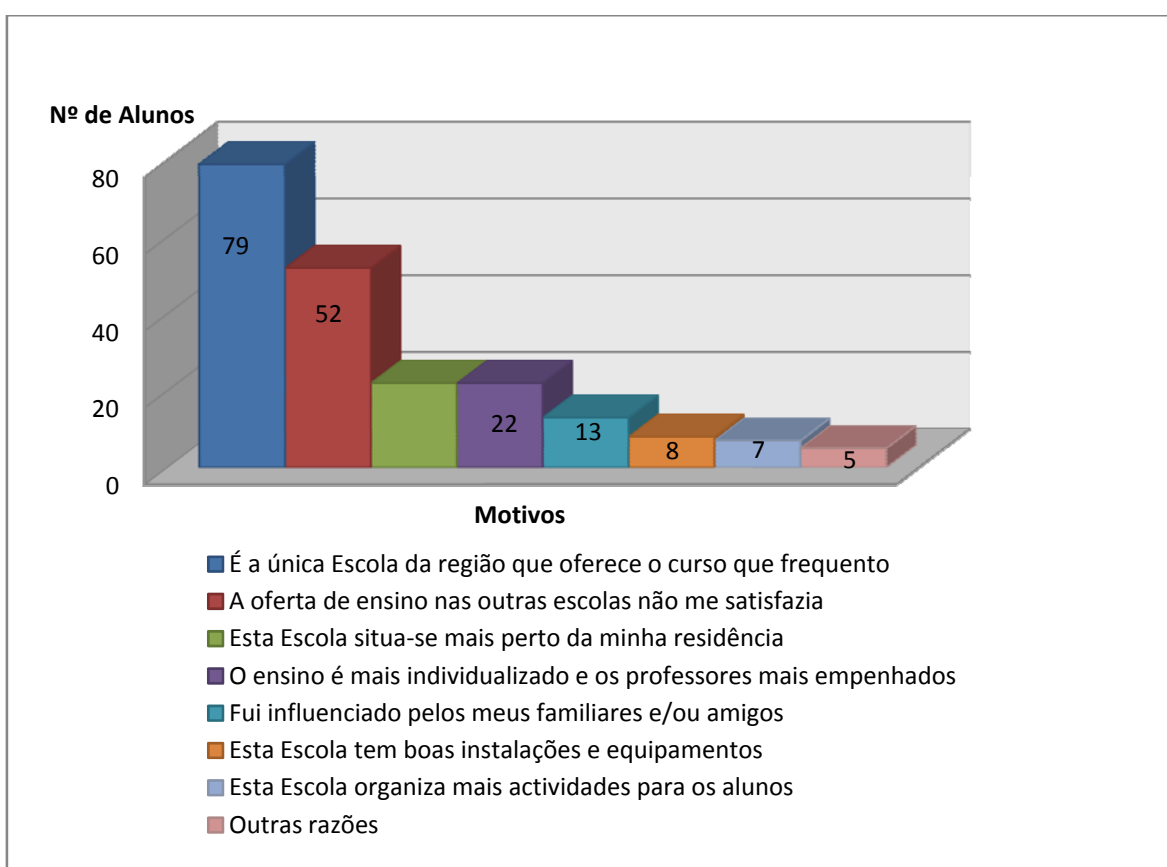


A confirmar as análises anteriores, o gosto pela sua escola está predominantemente ligado à emotividade dos relacionamentos, referenciando, com frequência, o bom ambiente escolar, a melhoria do relacionamento professor-aluno face às outras escolas e o respeito pela própria individualidade, bem como a de todos.

Apenas 2% que demonstraram não gostar da escola, frequentam as escolas vocacionais; Os restantes alunos que não gostam da escola frequentam a escola secundária; Destes, 78% frequentam o curso científico-humanístico e 22% o curso tecnológico. Uma vez que estes cursos artísticos são uma minoria nesta escola, logo o ambiente escolar não é tão influenciado pelo ambiente das artes. Além disso, para 57%, destes alunos que não gostam da escola, o principal motivo para esta opção deve-se ao facto dela se situar mais perto das suas residências, confirmando a importância da proximidade das escolas às residências dos estudantes.

Apesar desta constatação, na Escola Secundária, se compararmos agora os principais motivos para a escolha da escola, conforme gráfico nº 6.4., dos alunos destas 3 escolas, com o estudo anterior, verificamos que, para os alunos do ensino artístico, teve mais peso o curso e a oferta de ensino das escolas nas suas decisões do que os restantes motivos (localização, influência de familiares e amigos, que tiveram um peso grande no estudo anterior). Estas evidências reflectem decisões ponderadas de acordo com a vocação e o futuro profissional dos alunos, sendo, por isso, maior a probabilidade de sucesso.

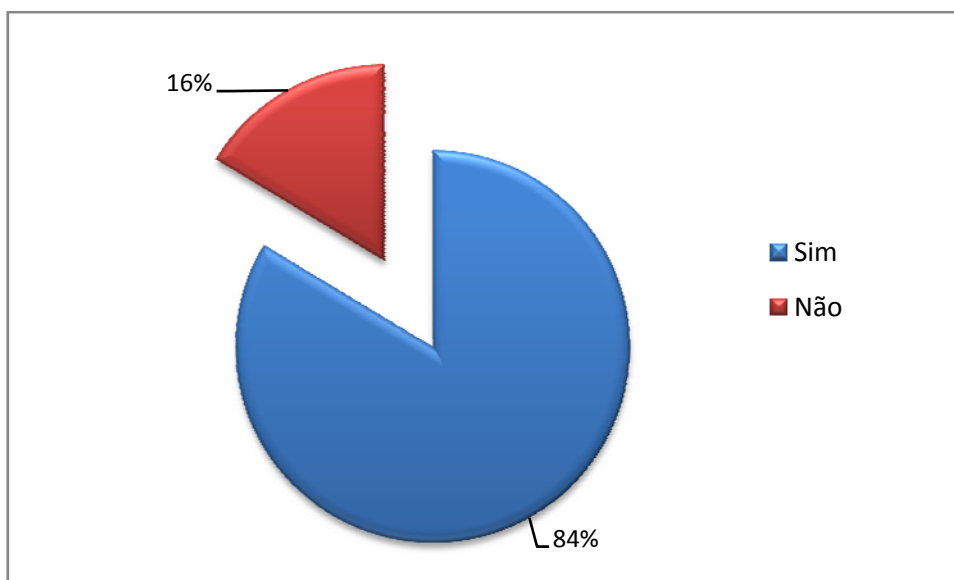
Gráfico nº 6.4. Principal motivo para a escolha da escola



Dos 14 alunos que referiram não gostar da escola que frequentam, 10 justificaram a escolha da escola pela importância de esta se situar mais perto da residência e pela influência de familiares, talvez pelo mesmo motivo.

#### 6.1.4. QUAL É A FORÇA DA RESILIÊNCIA DOS ALUNOS FACE À CULTURA DA ESCOLA?

Gráfico nº 6.5. Consideras que existe um ambiente familiar nesta escola?



Para 84% dos alunos de artes, a escola que frequentam proporciona-lhes um ambiente familiar e nunca sentiram dificuldades de integração.

Para os restantes 16%, não existe uma tipificação ou predominância das situações que se possam relacionar com o facto de terem sentido dificuldades de integração ou com o facto de não acharem que existe um ambiente familiar na escola.

Sobre a questão “Consideras que os teus professores são os «inspectores» dos teus trabalhos para depois te avaliarem ou são apenas coordenadores ou parceiros na realização dos trabalhos?”, apenas 8% dos alunos consideram os professores como inspectores. Os restantes não desvalorizam o papel da avaliação, mas realçam a cumplicidade existente com os professores na concretização das tarefas académicas. Este sentimento é maior nas escolas vocacionais.

“Os professores tentam ajudar a realizar os trabalhos e no fim também avaliam.”

Aluno da Escola Secundária

“Os professores tornam-se cúmplices do nosso trabalho; Propõem mas não impõem.”

“A avaliação é uma consequência e não uma finalidade.”

Alunos da Escola Profissional

“São parceiros porque nos tratam como «quase» seus iguais.”

“Parceiros, porque eles próprios são confrontados com trabalhos que nunca fizeram antes.”

“Coordenadores, porque um trabalho artístico não é como uma conta matemática, em que, ou está bem ou está mal; A arte é algo de pessoal e de diferente interpretação de pessoa para pessoa.”

“Ao mesmo tempo que incentivam o desenvolvimento individual, vão-nos guiando, dando luzes e proporcionando novas técnicas e soluções para a realização dos trabalhos. Mesmo os professores das disciplinas teóricas (gerais) têm uma postura diferente com os alunos.”

Alunos da Escola Artística Especializada

34% dos alunos referem que fazem habitualmente trabalhos artísticos nas disciplinas de Português, Inglês e Matemática, a citar:

- Banda Desenhada; *Cartoons*; Portefólios (Escola Secundária);
- Interpretação teatral de poemas; Utilização de um filme para falar de um tema (Escola Profissional);
- Documentário; Fotografia; Construção de sólidos; Representações teatrais (Escola Artística).

A maioria dos alunos diz que não adquiriu esse hábito, principalmente devido ao desinteresse dos professores (na Escola Secundária) e à falta de tempo (nas restantes duas escolas).

Apesar de a maioria dos alunos pensar que, no decurso do ano lectivo, não terão negativas<sup>1</sup>, as negativas assinaladas com maior frequência surgem nas disciplinas de Geometria, Português, Filosofia e Inglês, demonstrando haver maior rigidez no cumprimento dos programas e uma leccionação de cariz tradicional.

---

<sup>1</sup> Fernandes, 2007, p. 352: “A investigação científica realizada nesta área (para uma revisão ver, Deasy, 2002) aponta para fortes relações entre o ensino-aprendizagem das artes e aptidões cognitivas fundamentais subjacentes ao domínio de outros aspectos centrais da educação como ler, escrever e aptidão matemática”.

84% dos alunos gostam do trabalho em equipa porque consideram a aprendizagem mais estimulante e divertida. Os restantes alunos apontam, essencialmente, razões ligadas à competição entre alunos.

59% dos alunos admitem uma mudança na sua «maneira» de ser, pela frequência da Escola, relacionando este aspecto com a cultura da escola.

“Estou a aprender a conhecer os meus limites.”

“Estou a aprender a respeitar mais as diferenças.”

“Estou mais comunicativo e autoconfiante.”

“Esta Escola ajuda-nos a ter mais sensibilidade para determinados assuntos e isso acaba por se reflectir nas nossas atitudes.”

Alunos da Escola Profissional

“Está a fazer com que eu fique com a mente mais aberta.”

“Confio mais em mim própria e nos estudos aplico-me um pouco mais.”

“Fiquei mais compreensivo; Sinto-me mais independente.”

“Estou a tornar-me mais expressiva e aberta.”

“Consigo reparar em pormenores que antigamente jamais reparava.”

Alunos da Escola Artística Especializada

A diferença de valores das escolas vocacionadas para as artes em relação às outras escolas é considerada benéfica para os alunos das artes, conferindo-lhes uma autoconfiança muito superior que os motiva e aumenta gradativamente as aspirações profissionais.

## **6.2. Interpretação e análise dos resultados das entrevistas aos Directores das Escolas**

Iniciamos esta análise com as questões ligadas à cultura de escola e ao ambiente criado pelas artes, favorecedores da resiliência e do sucesso escolar. Para os três entrevistados é inequívoca a influência positiva das artes no comportamento e motivação dos alunos e professores, diminuindo o formalismo das hierarquias, aumentando o ambiente familiar e o clima de afecto entre todos.

A actividade artística explora as emoções e o gosto pela aprendizagem, envolvendo os alunos e os professores em tarefas partilhadas, extravasando o

mero cumprimento do currículo, conforme se constata nas declarações dos dirigentes:

“Aqui não há agressividade... A não ser quando os alunos chegam das outras escolas, mas rapidamente mudam os comportamentos.”

“Os alunos que vêm cá parar não vêm empurrados porque moram aqui perto ou porque os pais exigem.”

“Aqui o formalismo é tido ao mínimo. Não há rigidez no contacto com as pessoas. Há muita acessibilidade.”

“Nota-se que os professores mudam a postura e adaptam-se ao espírito da escola.”

“Os nossos alunos têm uma predisposição especial para colaborar em certo tipo de trabalhos interdisciplinares.”

“Os alunos ficam mais empenhados e mais facilmente motivados para as dinâmicas de trabalhos de grupo.”

Presidente do Conselho Executivo da Escola Artística Especializada

“O tipo de relação que se estabelece com os alunos é uma relação muito mais próxima. Todos os professores estão muito mais próximos dos alunos e muito mais atentos à evolução de cada um.”

“É muito menos formal, mesmo entre professores e Direcção.”

“Nós convivemos muito.”

“As artes proporcionam um maior intercâmbio.”

“Quando há um projecto, praticamente toda a escola se mobiliza para trabalhar e apoiar.”

“Há mais criatividade nestes alunos (...) porque estão habituados a estimulá-la. Como consequência há diminuição do insucesso nestas disciplinas [Português, Matemática, ...].”

Directora Pedagógica da Escola Profissional

“Pelo facto de termos estes cursos a funcionar temos também um conjunto de actividades artísticas, de enriquecimento curricular, que os alunos mostram um grande entusiasmo na participação.”

“Criaram-se oficinas e clubes que promoverão o interesse de um maior número de alunos pelas artes.”

Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária

A existência de inquietação por parte dos pais quando os filhos optam por uma via artística, é apenas mais notória na Escola Profissional onde são ministrados os cursos de artes do espectáculo. No entanto, a inquietação não causa obstáculos de relevância. Os receios da empregabilidade também já atingiram quase todas as outras áreas vocacionais. Além disso, quando o

objectivo dos alunos é o ingresso no ensino superior (pretensão de 70% dos alunos inquiridos), os pais não se mostram tão apreensivos.

Relativamente à procura social dos cursos<sup>1</sup>, em termos formativos, o número de vagas nas escolas é claramente inferior às candidaturas de frequência de alunos, principalmente nas escolas vocacionais, pois concorrem alunos de vários pontos distantes do País.

Na escola secundária existem oscilações que parecem acompanhar as “modas”. Não obstante se notar um interesse crescente dos alunos por áreas artísticas, a sua predilecção é dirigida aos cursos profissionais que, até à presente data, esta escola não ministra por falta de condições físicas.

Em termos de empregabilidade e de procura empresarial destes profissionais, nas áreas das artes visuais, constata-se uma diminuição da procura ligada ao sector dos têxteis e ourivesaria, fruto da conjuntura económica do País, no entanto, é bem notório o reconhecimento, por parte dos empresários, da qualidade da formação, bem como da capacidade empreendedora destes alunos; Nas artes do espectáculo, verifica-se que as oportunidades são maiores em Lisboa, embora os alunos aceitem com mais facilidade a mobilidade; O facto de a escola estar associada a uma grande Companhia, facilita a inserção de diplomados.

No possível combate ao insucesso e abandono escolares por via do aumento e diversificação da oferta formativa artística, quer nas actuais escolas dos diversos tipos de estabelecimentos de ensino quer pela abertura de mais escolas de artes, as opiniões são unânimes: a diversificação da oferta formativa e o aumento do ensino vocacional previnem o abandono e o insucesso escolar, estando intrínsecos no ensino artístico, o espírito de partilha, a criatividade, a gestão das emoções e o prazer. Consequentemente, a motivação é maior. Se “a motivação é o primeiro passo para o sucesso escolar, pode de facto combater o insucesso” (Directora Pedagógica da Escola Profissional).

---

<sup>1</sup> Fernandes, 2007, p. 310: “80% dos Presidentes dos Conselhos Executivos considera que a oferta presentemente existente destes cursos [profissionais artísticos] na comunidade onde a escola se insere é insuficiente”.

As experiências neste campo, envolvem os alunos na escola, ajudam-nos a ser cada vez mais tolerantes, promovem a partilha e a reflexão crítica, desenvolvem uma comunicação mais assertiva entre todos, melhoram a auto-estima de cada um e alargam os horizontes do conhecimento e da descoberta, quer dos alunos quer da equipa educacional<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A necessidade da expansão do ensino artístico “resulta de evidências que parecem mostrar que existem condições objectivas e subjectivas importantes para que, ao nível do chamado ensino secundário regular, possam vir a ser criados cursos profissionais artísticos. Desta forma parece poder contribuir-se para que mais alunos prossigam os seus estudos para além do 9º ano de escolaridade. (...) mas também a definição de uma rede de conservatórios públicos e/ou de escolas de ensino particular e cooperativo mais adequada às actuais realidades” (Fernandes, 2007, p. 18).

## **CAPÍTULO VII**

### **UMA PROPOSTA EMERGENTE NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**

A presente proposta pretende constituir um projecto educativo, social e cultural, que integra a criação e dinamização de uma **Escola de Artes**, em Vila Nova de Famalicão. Esta colocará, sem dúvida, o concelho numa posição favorecedora e satisfatória aos níveis de diminuição do insucesso e abandono escolares, pois promoverá uma oferta mais diversificada de oportunidades de educação e de formação qualificante de níveis II, III e IV da UE, com equivalências ao 3º ciclo do ensino básico, ensino secundário e ensino pós-secundário não superior, respectivamente.

Exceptuando a área da Música, já com dinamismo e resultados positivos reconhecidos, a oferta de ensino artístico tem permanecido regionalmente assimétrica: as escolas situam-se nos dois pólos tradicionais de localização, no Porto e em Lisboa, criando, assim, graves entraves ao acesso de muitos jovens a este tipo de formação, muito mais motivadora dentro de um projecto educativo específico e autónomo, potenciador de tradições culturais e artísticas da comunidade.

Com a actual dinâmica e sucesso da política cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão estão criados os alicerces necessários para uma nova base de articulação entre a política cultural e a política de educação e formação pois, como foi referido no sumário executivo do relatório final da Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Cultura (Mateus, 2003, p. 8):

“- Os processos educativos alimentam os consumos culturais e os níveis de exigência dos mesmos, condicionando a natureza da oferta cultural e a

qualidade e capacidade inovadora de todos os protagonistas na criação e na intermediação culturais;

- A educação e a formação permitem desenvolver a capacidade genérica e as competências específicas dos recursos humanos envolvidos ou necessários às actividades culturais, que encontram a sua «competitividade» fortemente influenciada pela criatividade e talento e têm um potencial de criação de riqueza e de emprego através da geração e exploração dos mecanismos da propriedade intelectual.”

### **7.1. Natureza e regime**

A Escola Artística Especializada de nível secundário, adoptará o nome AMA – Aula Magna de Artes e será propriedade do consórcio: Município, Universidade, Empresas e Profissionais, sob a forma jurídica de Fundação.

### **7.2. Finalidades e objectivos**

A principal finalidade desta Escola passa pela criação e dinamização de um Projecto Educativo, Cultural e Social, cruzando a formação com a animação e intervenção social através das artes.

A Escola de Artes actuará seguindo o projecto de diminuição:

- Do elevado desajustamento que existe entre a educação e o mercado de trabalho;
- Do mal-estar de muitos jovens com a escola;
- Dos conflitos entre as expectativas acerca do tipo de emprego, respectivas remunerações e o nível de qualificação escolar.

Os cursos ministrados na Escola de Artes visam:

- Recuperar e prevenir o abandono escolar ao nível do 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário;
- Facultar aos alunos uma sólida formação geral, científica e técnica/artística capazes de os preparar para a vida activa e para o prosseguimento de estudos;

- Desenvolver competências comportamentais, interpessoais, de enquadramento organizacional, de autonomia e técnicas adequadas ao exercício profissional qualificado;
- Promover percursos formativos que integrem os objectivos de qualificação e inserção profissional e permitam, simultaneamente, o prosseguimento de estudos superiores;
- Contribuir para o desenvolvimento de sectores de actividade considerados estratégicos, no plano sócio – económico da região, bem como o despertar para novas actividades emergentes na formação de *clusters*;
- Promover, conjuntamente com outros agentes e instituições locais, nacionais e internacionais a concretização de um projecto educativo que responda às necessidades do desenvolvimento integrado do País, regional e localmente;
- Prosseguir objectivos da política de igualdade de oportunidades.

### **7.3. Tipos de intervenção curricular**

Os percursos formativos variam em função das características dos projectos e dos perfis dos participantes tendendo para a seguinte configuração:

- 1) Cursos de Educação Formação para alunos que frequentaram o 3º ciclo do ensino básico mas não concluíram o 9º ano de escolaridade; Estes cursos têm a duração de 1 ou 2 anos lectivos e a sua conclusão confere ao aluno um certificado de nível II e a equivalência ao 9º ano de escolaridade;
- 2) Cursos de Educação Formação para alunos que frequentaram o ensino secundário sem sucesso e/ou sem qualificação profissional; Estes cursos têm a duração de 1 ou 2 anos lectivos e a sua conclusão confere ao aluno um certificado de nível III e a equivalência ao 12º ano de escolaridade;
- 3) Cursos Artísticos Especializados e Cursos Profissionais para alunos que concluíram o 9º ano de escolaridade; Estes cursos têm a duração de 3 anos lectivos e a sua conclusão confere ao aluno um certificado de nível III e a equivalência ao 12º ano de escolaridade;
- 4) Cursos de Especialização Tecnológica ou Artística para alunos que concluíram o 12º ano de escolaridade e/ou alunos que para atingirem essa conclusão lhes

faltam apenas duas disciplinas, não consideradas nucleares; A conclusão destes cursos confere aos alunos um certificado de nível IV e algumas equivalências de disciplinas do ensino superior, mediante protocolos a celebrar com as entidades respeitantes.

- 5) Cursos de Educação e Formação de Adultos dirigidos aos que já abandonaram o sistema de ensino;
- 6) Outros cursos de qualificação e aperfeiçoamento;
- 7) Acções pedagógicas;
- 8) Ateliês de tempos livres;
- 9) Residências.

De acordo com o perfil socio-económico da região e à rede escolar do ensino secundário existente no concelho, a oferta formativa da Escola de Artes, deverá vocacionar-se preferencialmente nas seguintes áreas, por forma a tornar a Escola desde logo numa Escola de excelência pela complementaridade das formações entre si:

I. Cursos de Educação Formação:

- Fotografia;
- Pintura Decorativa;
- Costura;
- Modelação de Vestuário;

II. Cursos Artísticos Especializados:

- Produção Artística – Especialização Ourivesaria e Têxteis;

III. Cursos Profissionais:

- Artes Gráficas;
- Design Gráfico;
- Desenho Digital 3D;
- Animação 2D e 3D;
- Design de Moda;
- Intérprete de Dança Contemporânea;
- Interpretação;
- Luz, Som e Efeitos Cénicos;

IV. Cursos de Especialização (podem ser desenvolvidos em horário pós laboral):

- Interpretes de dança contemporânea;
- Produção Gráfica;
- Coordenação e Produção de Moda;

V. Cursos de qualificação e acções pedagógicas:

- Cozinha criativa;
- Fotografia;
- Expressão dramática;
- Dança;
- Sapateado;
- Capoeira;
- Desinibição e oratória;
- Artes decorativas;
- Pintura;
- Escultura;
- Outros dentro das áreas de vocação da Escola e conforme for aferido em diagnósticos de necessidades.

Assim, existirão três departamentos didácticos:

- a) Artes Visuais e da Comunicação;
- b) *Fashion*;
- c) Artes do Espectáculo.

#### **7.4. Concepção de educação e estratégias de actuação**

Como Escola, que ainda se vai constituir, será indispensável atribuir-lhe um sentido de utilidade, de integração e de vocação tendo em vista a preparação dos alunos para as competências indutoras da criação e desenvolvimento do espírito empreendedor, dada a especificidade institucional.

Para tal desiderato, as práticas pedagógicas devem ter em conta:

- a) O contexto global em que se processa a aprendizagem, reconhecendo e apreciando o contexto sócio-económico e cultural de cada aluno, o clima de escola que deverá ser cuidadosamente construído por todos e os conceitos adquiridos previamente que os alunos, professores e outros membros trazem consigo, antes do começo do processo ensino-aprendizagem;
- b) A reflexão sobre os contextos, a experiência e as práticas tendo em vista uma futura acção ponderada que respeita a liberdade de cada membro da Escola;
- c) A promoção da cultura como veículo para tornar o concelho diferente e especial, possibilitando a celebração da sua história e exploração da sua identidade num mundo em permanente transformação;
- d) A acção educativa que privilegia a formação de atitudes, valores e ideias dos alunos tem por base os seguintes princípios: escola que atende a cada aluno, onde existe um clima afectivo na comunidade educativa cuja chave do sucesso é o trabalho, esforço, dedicação, criatividade, inovação, iniciativa, ambição, cooperação, determinação, disciplina, rigor, responsabilidade social, sentido cívico, eficiência e eficácia.
- e) A avaliação considerada por todos como uma função regular do processo beneficiadora do desenvolvimento da instituição e enriquecedora da comunidade educativa.

#### **7.4.1. Estratégias e acções**

- I. Incluir nos planos de estudo e de formação o estudo, o debate e a compreensão do mundo do trabalho local, nacional e internacional – apresentação na escola de experiências empresariais pelos seus protagonistas;
- II. Proporcionar oportunidades à inovação e ao empreendedorismo – concursos de ideias para novos negócios e inovações produtivas, participação em concursos nacionais e internacionais de jovens artistas e criadores, organização de concursos nacionais e internacionais na área da criação cultural e artística;

- III. Estimular na escola a capacidade de enfrentar o risco, de tomar decisões e de lidar com o imprevisto – jogos escolares, criação de clubes de dinamização de actividades extra-lectivas, colaboração com as escolas do concelho para a dinamização do programa “Artistas nas Escolas” e de programas alternativos de formação dirigidos aos alunos que revelem insucesso, implementando eficazmente as medidas do Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar e do Plano Nacional Educação e Cultura e promovendo a organização de programas de verão para crianças, jovens e adultos;
- IV. Criar pontes eficazes com as empresas, escolas e outras instituições fomentando a cooperação e estabelecendo parcerias segundo o princípio de criação de vantagens mútuas – aulas abertas, *workshops* e seminários de interesse comum, edição periódica de uma revista técnica e/ou outros materiais de interesse comum, outras prestações de serviços, nomeadamente em colaboração com o Conselho Municipal de Educação: criação e desenvolvimento de campanhas audiovisuais e de espectáculos itinerantes de sensibilização e responsabilização para o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos, nos meios de comunicação social, nas escolas e no seio da população, entre outro tipo de sensibilizações necessárias;
- V. Incrementar a mobilidade e os intercâmbios nacionais e internacionais de professores, alunos e eventos;
- VI. Dinamização da Biblioteca Escolar especializada em Artes aberta a toda a comunidade escolar e extra-escolar privilegiando tertúlias, exposições, música ao vivo, filmes, projecções de documentários, recriações, desfiles, entre outros.
- VII. Dinamização de uma cultura escolar aberta a novos projectos incubadora de ideias empresariais e de desenvolvimento cultural da região.

#### **7.4.2. Estruturas integradas**

I. CENTRO EMPREENDEDOR DA ESCOLA: Prestação de serviços às Instituições nas áreas de vocação da Escola e apoio à comunidade na implementação de iniciativas empresariais, a descrever:

- Criação, produção e apresentação de animações e espectáculos, como por exemplo, teatro juvenil em inglês / outras línguas estrangeiras para complemento dos programas curriculares das escolas e para o despertar de maior interesse dos alunos, animações de aniversários, lançamentos de novas empresas, produtos ou serviços, festas e outros eventos;
- Criação, produção e realização de publicidade gráfica para empresas e outras instituições, logótipos, *spots* publicitários, *sites* para Internet, fotografia e vídeo de eventos, etc;
- Criação de maletas pedagógicas para o 1º Ciclo do Ensino Básico nas áreas de Inglês, Música, Expressão Plástica, Expressão Dramática, TIC, Ambiente, Património e Identidade Cultural.

II. Biblioteca especializada em Artes;

III. Reprografia / Papelaria;

IV. Restaurante / Bar.

#### **7.5. Partenariado**

Toda a actividade da escola deve assentar numa cultura partenarial, entre todos os beneficiários - professores, alunos, direcção, pessoal não docente, encarregados de educação, dinamizadores da escola, escolas, universidades, empresas, instituições empregadoras e que acolhem estagiários, outras instituições culturais, educativas e recreativas - e na preocupação incessante de procura de novos parceiros que assegurem uma maior ligação com a sociedade.

Assim, a lógica do partenariado na Escola deve ser vista nas suas várias vertentes sócio-económica, pedagógica, cultural e cívica, implicando envolvimento comum e reciprocidade de regalias e dificuldades, pressupondo liderança democrática, autonomia, participação, responsabilidade e unidade de acção,

conforme objectivos do Eixo 5 do Plano Nacional Educação e Cultura que incentiva ao funcionamento em rede das estruturas locais, nacionais e internacionais.

A nível local, do partenariado estratégico para este projecto destaca-se a Casa das Artes da Câmara Municipal e o Conservatório e Escola de Música que complementam pelas suas vocações os projectos e programas desta Escola de Artes.

Algumas boas práticas ao nível das parcerias:

1. Universidades e Associações do Ramo (organização conjunta de eventos visando a partilha de conhecimento e experiências, concepção de conteúdos programáticos de cursos, organização de estágios, aulas abertas e *Workshops*, permuta de documentação de interesse e respectivo acesso recíproco aos centros de documentação/bibliotecas);
2. Organização de concursos locais, nacionais e internacionais;
3. Escolas de Arte Europeias (geminção visando a mobilidade e intercâmbio de professores, alunos e eventos);
4. Câmaras Municipais e Instituições (implementação do projecto “Instituições Criativas” por forma a conseguir soluções pedagógicas ao nível da captação genuína da imaginação e criatividade das crianças, jovens, pais, professores, idosos, etc., como instrumento de mudança e inovação. A sua implementação centra-se em torno de uma rede de profissionais que cooperam nas instituições fomentando o gosto pela criatividade e inovação face aos problemas).

## **7.6. Recursos**

### **7.6.1. Instalações e Equipamentos**

As instalações e os equipamentos da Escola obedecem às tipologias consagradas no Despacho Normativo nº 27/99, de 25 de Maio tendo em conta as áreas de formação, programas e actividades com vista à formação de excelência e prevê os seguintes espaços equipados com mobiliário e material tecnologicamente avançado: salas de formação geral, laboratório para as ciências experimentais, sala de desenho, informação, comunicação e informática, espaços

oficinais, centro de recursos e biblioteca, espaços de apoio sócio-educativo, de direcção, administração e gestão, espaços de apoio geral e espaços sociais e de convívio.

Por área de formação, os espaços específicos são os seguintes, relativos a turmas constituídas com 20 alunos em média:

**Artes Visuais e da Comunicação:**

Oficina

Sala de Desenho Assistido por Computador

Laboratório de Fotografia

Arrecadação

**Fashion:**

2 Oficinas

Sala de Desenho Assistido por Computador

Arrecadação

**Artes do Espectáculo:**

Estúdio de dança e expressão dramática

Anexos e espaços de apoio

**7.6.2. Pessoal não docente**

A admissão do pessoal não docente far-se-á de acordo com as necessidades e o crescimento da organização, prevendo-se a seguinte estrutura inicial: Director Pedagógico, Director Financeiro, Técnico Oficial de Contas, Bibliotecário/Professor, Chefe de secretaria, Telefonista / Operador da Reprografia, Auxiliares / Operadores da cozinha, bar e limpeza.

### **7.6.3. Pessoal docente**

A selecção e recrutamento do pessoal docente (Professores, Formadores, Directores de Curso, Director Artístico) regem-se pelo princípio da adequação dos perfis dos candidatos às exigências profissionais previamente definidas.

Para a docência das componentes de formação sócio-cultural e científica, os professores devem possuir as habilitações legalmente exigidas para a docência de escolas do ensino secundário e/ou superior.

Para a docência da componente de formação técnica, artística e prática deverá ser dada preferência a formadores que tenham uma experiência profissional ou empresarial efectiva.

## **7.7. Financiamento**

As despesas de exploração relativamente ao funcionamento dos cursos autorizados pela DREN qualificantes de níveis II, III e IV são asseguradas pelo Estado.

Estas despesas de exploração dizem respeito a todos os custos de funcionamento e manutenção da Escola: encargos com formandos, encargos com formadores, encargos com pessoal não docente, encargos de preparação, desenvolvimento e acompanhamento dos cursos e rendas, alugueres e amortizações.

No Programa Operacional Potencial Humano as despesas de funcionamento, directamente ligadas às acções e/ou cursos de formação são objecto de financiamento público integral, com excepção das despesas, não consideradas elegíveis, reportadas a:

- Encargos financeiros, nomeadamente juros de empréstimos e garantias bancárias;
- Encargos não obrigatórios com o pessoal;
- Compra de bens amortizáveis;
- Amortizações de imobilizado corpóreo, cuja aquisição, tenha sido financiado por fundos comunitários, mesmo da parte assegurada pela entidade promotora a título de co-financiamento público.

## 7.8. Objectivos e expectativas

Este projecto permitirá potenciar de facto os benefícios e as ideias chave sobre o desenvolvimento educacional, económico, cultural e social da região, tais como:

- Combate ao insucesso e abandono escolar;
- Aumento da qualidade do projecto educativo local;
- Motor do *Cluster* Criativo na região, actuando também como chave de reestruturação dos sectores em crise;
- Apoio ao novo Plano Estratégico para a Indústria Têxtil e do Vestuário;
- Crescimento do Turismo e afirmação do território no exterior;
- Criação de emprego;
- Reforço da identidade e competitividade do concelho;
- Qualidade de vida e satisfação da população;
- Veiculo de coesão e reforço da cidadania.

## CONCLUSÃO

O nosso sistema de ensino, organizado por patamares e modalidades, está repleto de opções e constrangimentos, especialmente ligados à admissão.

Apesar dos objectivos tradicionais de aumento da qualificação e da escolarização dos portugueses, que se perpetuam no tempo, são visíveis as mudanças de rumo e de políticas educativas que acompanham as mudanças das «cadeiras» do poder político.

Actualmente, a bandeira é a do 12º ano de escolaridade, como referencial mínimo de formação para todos, a par da defesa da escola pública!

As medidas implementadas para erguer esta bandeira são diversificadas na abrangência das intervenções necessárias (ou não), no entanto, há quase duas décadas que não existem medidas estratégicas de intervenção no ensino artístico vocacional.

Nesta modalidade, as intervenções meramente casuísticas, formando uma «montanha russa» legislativa, originaram o desenvolvimento de escolas *outsider* do sistema educativo, que conquistaram uma autonomia não negociada e, por isso, conduzidas por um sentimento de uma missão isolada, sem identidade nem fio condutor para o seu desenvolvimento integrado numa estratégia educativa nacional.

Deste desleixo, resulta a avidez de investigação sobre tudo o que rodeia o ensino artístico em Portugal, tendo como corolário a não intervenção, também por falta de estudos concretos.

Assim, as medidas de diversificação da oferta formativa terão tendência para apresentar lacunas, por falta do desenvolvimento e da expansão do ensino artístico, existindo, sempre, alunos insatisfeitos e um défice de estímulos da criatividade dos alunos, logo da sociedade.

Existem pedagogos que defendem que vivemos hoje, na sociedade, uma crise de valores. Este é um tema muito controverso. Certo é o facto de

vivenciarmos transformações. De qualquer forma, é impressionante como a organização escolar e o sistema de ensino não acompanham as mudanças do mundo actual, criando um fosso cada vez maior entre professores, alunos, pais e restante sociedade.

Sente-se no quotidiano das escolas, nomeadamente nesses intervenientes, que há necessidade de mudar, mas não se consegue actuar “por causa do sistema”, defendem uns, “os professores são despreparados”, defendem outros, “os pais permitem tudo”, dizem outros!

Ninguém está isento de culpas e se continuarmos a impingir a culpa de uns para os outros, os problemas não se resolvem, continuando a alimentar o insucesso e abandono escolares.

Embora o ensino obrigatório, na actual lei, atinja apenas o 9º ano de escolaridade, dadas as exigências da globalização, devemos considerar abandono as saídas do sistema de ensino, sem conclusão do 12º ano de escolaridade, e insucesso as insatisfações e retenções durante o percurso formativo.

As maiores taxas de insatisfação, retenção e abandono verificam-se no ensino secundário, com especial incidência no 10º ano de escolaridade – ano crucial das escolhas de percurso vocacional dos alunos. Impõe-se, assim, o conhecimento aprofundado das suas causas e consequências para que se encontrem soluções eficazes que revertam esta situação.

De modo a combater o insucesso escolar, devem ser equacionados vários domínios de intervenção simultânea, pois o sucesso de um aluno não depende só de si, depende também do contexto social, cultural e económico onde está inserido, dos seus pais e encarregados de educação e da escola.

A desmotivação e falta de empatia pela escola, a falta de auto-confiança, auto-estima e de concentração no seu trabalho, bem como, o desconhecimento das aptidões vocacionais e imaturidade para as escolhas, levam o aluno à inadaptação ao percurso formativo escolhido e a trajectórias escolares com reprovações e atrasos sucessivos.

No domínio social, económico e cultural, a inserção do aluno num contexto familiar com rendimentos e/ou níveis de escolarização muito baixos, aliado à oferta abundante de trabalho indiferenciado ou desqualificado e à falta de oferta

formativa diversificada, são factores contribuintes da pobreza endémica das famílias e do País.

As diminutas ambições e expectativas face ao futuro escolar e profissional dos filhos, a falta de interações e diálogo, o escasso apoio e atenção familiar à vida na escola e o clima de permissividade, são factores atentatórios à formação de profissionais capazes de enfrentar os desafios e as oportunidades da vida, remetendo os filhos para a conformidade e a frustração sobre possíveis ascensões sociais e económicas. Por outro lado, nas famílias com grandes ambições e expectativas deveria existir o apoio incondicional nas opções dos filhos, para que estes se afirmem e dediquem ao que mais gostam, mas, a maioria incute-lhes a necessidade da sua autonomia económica, por via das profissões socialmente aceites, por comparação aos filhos dos outros «que estão bem na vida, diga-se casa com piscina, férias de sonho, automóveis e artigos topo de gama».

Naturalmente, a família deseja o melhor para o filho, mas não pode manipulá-lo de forma a «obrigá-lo» a ser o que os outros querem. Diálogo e respeito são as palavras-chave para que o jovem consiga seguir o que o seu coração lhe dita, rumo ao percurso escolar e profissional bem sucedido.

Por parte da Escola, esta tem de se orientar no sentido de dar ênfase ao trabalho individualizado do aluno e em criar estratégias de diferenciação pedagógica. A predominância do modelo pedagógico assente nos objectivos cognitivos é desvalorizadora das melhores atitudes e valores e a utilização de sistemas de avaliação predominantemente punitivos, expõem publicamente as falhas dos alunos, baixando a sua auto-estima e favorecendo um clima escolar pouco atractivo.

A oferta de ensino pouco diversificado, a falta de diagnósticos de necessidades e de mecanismos de detecção precoce de casos de risco são factores inadmissíveis, mas que ainda subsistem nas escolas!

Assim, o insucesso repetido e/ou não cuidado pela Escola é nefasto, levando o aluno à total ruptura com a escola, por falta de auto-estima e motivação.

Embora mais propensos, não se pode generalizar e pensar que os alunos, com poucos recursos e/ou com pais alheados, detentores de baixas qualificações, são mal sucedidos ou abandonam a escola. Estes alunos, que continuam a

estudar, revelam uma força interior que apela à persistência, não obstante, se a motivação subjacente não for acompanhada de satisfação e bem-estar na escola, mais tarde ou mais cedo vai esmorecer, pelas oportunidades e estímulos exteriores.

A escola de hoje precisa de despertar a força interior dos alunos resilientes e isso só é possível através do estímulo da inteligência emocional, quer dos alunos quer dos professores.

Quantos pais e professores se interrogam sobre o processo escolar e o possível sucesso dos filhos ou alunos: onde falhei? Ouve-se muitas vezes a afirmação: “Eduquei os meus filhos da mesma maneira e eles são tão diferentes; um é muito certinho, o outro ...” A resposta é só uma: não houve respeito pela individualidade e emotividade de cada filho/aluno, em nome duma igualdade que não existe.

Na escola dita «de massas», este é o grande problema que urge resolver – conhecer o aluno e partilhar com ele a responsabilidade do ensino e da aprendizagem.

A conjuntura social do concelho de Vila Nova de Famalicão é favorável ao desenvolvimento desta investigação. Com uma localização geográfica privilegiada, situada no Vale do Ave e boas infra-estruturas de comunicação.

Em termos demográficos, o concelho é dos mais rejuvenescidos do País, com um crescimento populacional superior à média da região.

No tecido empresarial predominam as pequenas empresas, com forte empregabilidade no sector da indústria têxtil, do vestuário e calçado, em declínio constante, essencialmente, por falta de competitividade. A baixa escolaridade da população constitui um entrave à mudança e ao empreendedorismo.

Na educação, o concelho apresenta indicadores de evolução favoráveis, mas ainda insuficientes, face ao contexto nacional e internacional. No último momento censitário, 32,3% dos indivíduos do grupo etário 18-24 anos não concluíram o 3º ciclo do ensino básico e não se encontram a frequentar nenhum nível de ensino e formação; esta percentagem agrava-se para 53,1% relativamente ao ensino secundário.

Apesar do aumento sucessivo da oferta formativa qualificante nas escolas secundárias, a diversificação ainda é insuficiente, com a maior lacuna nas áreas artísticas. Os problemas ligados à sobrelotação das escolas impedem a expansão desejável.

Em termos culturais existe uma estratégia de evolução qualitativa, em prática no concelho, com efeitos muito positivos no sentimento de bem-estar da população e no aumento da sua participação cívica.

O estudo de caso, no concelho de Vila Nova de Famalicão, evidenciou os seguintes focos fundamentais de intervenção local e simultânea, com vista à prevenção e eliminação do insucesso e abandono escolares:

- d) (Re)construção dos projectos educativos das escolas numa lógica de parceria criativa, dando ênfase à colaboração interinstitucional de fruição mútua, orientada para o desenvolvimento de projectos integrados no processo educativo, permitindo a cada aluno a participação efectiva na escolha da sua aprendizagem;
- e) Funcionamento pleno e eficaz dos serviços de psicologia e de orientação escolar e profissional, ajudando os alunos ao seu auto-conhecimento, através da concretização dos seus balanços de competências;
- f) Diversificação da oferta formativa, viabilizadora da eliminação das barreiras existentes, ligadas à proximidade escola/casa;
- g) Criação de uma escola de artes – a escola polarizadora dos «sentidos» e humanista, valorizadora da liberdade de expressão e da diferenciação, que igualiza as oportunidades de cada um, mas diferencia as suas *performances* e características.

Estas propostas de intervenções visam, essencialmente, escolhas dos alunos de forma mais consciente e sem condicionalismos de admissão nos percursos adequados a cada aluno.

A pedagogia de projecto, subjacente à escola de artes, estimula a criatividade e o entusiasmo dos alunos pela escola. Aos alunos que frequentam cursos de ensino secundário que não correspondem às suas expectativas, aptidões e vocações artísticas, a Escola permitirá a correcção desses erros.

Entre outros benefícios, a escola de artes apresenta lógicas de interacção específicas que permitem uma cultura organizacional constituída por um clima aberto e informal e por uma comunicação afectiva, capaz de estimular a participação individual e colectiva (alunos/professores) no projecto educativo da escola e na concretização dos projectos individuais.

Estando a arte associada à emoção e à experimentação, próprias da adolescência, poderá também desenvolver as capacidades e competências fundamentais de comportamento, relações interpessoais, autonomia e iniciativa requeridas na inserção profissional em qualquer área de actuação.

As potencialidades de uma escola de artes não se circunscrevem apenas ao seu nível, também beneficiam os potenciais processos de transformação da sociedade, ao nível da inovação com vista à competitividade dos sectores em crise, de estímulo ao desenvolvimento das indústrias criativas e do turismo e consequente criação de emprego, à melhoria da educação e formação, ao reforço da identidade e competitividade do território e sua afirmação nos circuitos internacionais, à regeneração urbana e dinamização de espaços rurais, à equidade, coesão social, reforço da cidadania e consequente qualidade de vida e bem-estar da população.

É inata a aptidão dos humanos, desde o período de Neandertal, em demonstrar as suas emoções e sentimentos através da dança, sons, gestos e da arte pictórica, de qualidade inexcedível, cujas teses interpretativas convergem na sobrevivência, tornando-os mais confiantes, fortes e seguros.

A essência da arte como garantia do sucesso escolar está na exploração de emoções e experiências que desenvolvem habilidades e gosto pela aprendizagem num efeito de alavanca, pois a arte desperta paixões e mistura-se com prazer, melhorando a auto-estima e estimulando a criatividade, com resultados altamente positivos na descoberta de novos horizontes.

A criação de uma Escola de Artes, no concelho de Vila Nova de Famalicão, irá ao encontro da satisfação das necessidades de revitalização da economia, pelo estímulo ao crescimento da chamada «nova economia», a economia criativa, e pela eliminação gradual dos factores conducentes ao insucesso e abandono escolares, principalmente relacionados com o tédio, desmotivação e falta de auto-

estima (entre outros correlacionados), sentidas pelos alunos, dando voz aos seus valores, sem renunciar a sua origem e identidade, antes aproveitando-as em torno da genuinidade de novas vivacidades.

Só assim, o jovem vive autoconfiante e motivado, pois as actividades que lhe dão prazer durante a frequência escolar também o conduz a um futuro risonho.

Um jovem com amor-próprio, confiante na sua capacidade criativa é um jovem que não perde a esperança, nem pára de sonhar, faculdades vitais para uma existência saudável e feliz.

## BIBLIOGRAFIA

ADRAVE (2005). **Potencialidades de Investimento no Vale do Ave**. Vila Nova de Famalicão: Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do AVE.

ADRAVE (2008). **AVE compete – Qualificar e ordenar para competir: Estudo/plano de qualificação e ordenamento empresarial do Vale do Ave**. Vila Nova de Famalicão: Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do AVE.

AIP (1998). **Os empresários e o mercado do primeiro emprego: estratégias de recrutamento**. Lisboa: AIP.

AIP (2003). **Carta Magna da Competitividade**. In <http://www.aip.pt>

AIP (2008). **Carta Magna da Competitividade: Relatório da competitividade 2007**. In <http://www.aip.pt>

ALVES, José Matias (et al) (1993). **Crónicas do Quotidiano Escolar**. 1ª ed. Porto: Edições Asa.

ALVES, José Matias (1996). **Modos de Organização, Direcção e Gestão das Escolas Profissionais: um estudo de quatro situações**. Porto: Porto Editora.

ALVES, José Matias (1999). **Crises e dilemas do ensino secundário: Em busca de um novo paradigma**. 1ª ed. Porto: Edições Asa.

ALVES, José Matias (2000). **O primeiro de todos os ofícios**. 1ª ed. Porto: Edições Asa.

ALVES, José Matias (dir.) (21 de Fevereiro de 2005). Como melhorar a avaliação dos alunos. **Correio da Educação: Suplemento**. Porto. Nº 57.

AZEVEDO, Joaquim (1992). **Expectativas escolares e profissionais dos jovens do 9º ano**. Porto: Edições Asa.

AZEVEDO, Joaquim (1999a). **Inserção Precoce de Jovens no Mercado de Trabalho**. In <http://www.joaquimazevedo.com>

AZEVEDO, Joaquim (1999b). **Sair do Impasse: os ensinamentos tecnológico e profissional em Portugal**. 1ª ed. Porto: Edições Asa.

AZEVEDO, Joaquim (2001). **Avenidas de liberdade: reflexões sobre política educativa**. 3ª ed. Porto: Edições Asa.

AZEVEDO, Joaquim (2002). **Entre a escola e o mercado de trabalho: um olhar crítico sobre as transições**. In <http://www.joaquimazevedo.com>

AZEVEDO, Joaquim (9 de Dezembro de 2002). A nova reforma do Ensino Secundário: que projecto, que rampa de lançamento? **Correio da Educação**. Porto. Nº 132, p. 1-3.

AZEVEDO, Joaquim (2003a). **Rendimento Escolar nos Cursos das Escolas Secundárias e Profissionais: resultados de uma amostragem**. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

AZEVEDO, Joaquim (org.) (2003b). **O Ensino Profissional em Portugal: uma estratégia para o seu desenvolvimento**. Porto: Fundação Manuel Leão.

AZEVEDO, Joaquim (org.) (2003c). **Avaliação dos resultados escolares: Medidas para tornar o sistema mais eficaz**. Porto: Edições Asa.

AZEVEDO, Joaquim (2004). Programa de Trabalho sobre Educação e Formação na Europa: Que Pontes para o Mundo do Trabalho? In **Transversalidade na Formação, Transversalidade de Competências: Pontes para o Mundo do Trabalho**: Actas do Seminário Regional realizado em Vila Real, em 3 de Dezembro de 2003. (org.) DREN. Porto: DREN.

AZEVEDO, José Maria (2003). **Disparidades territoriais em educação na Região Norte: indicadores de escolarização construídos com informação dos censos de 2001**. Porto: CCDRN.

BAMFORD, Anne (2007). **Aumento da participação e relevância na educação artística e cultural**. In <http://www.educacao-artistica.gov.pt/programaconf.htm>

BELFIELD, Clive; LEVIN, Henry (2004). **A Privatização da Educação: Causas e Implicações**. 1ª ed. Porto: Edições Asa.

BESSA, Daniel; VAZ, Paulo (2007). **Contributo para um Plano Estratégico para a Indústria Têxtil e do Vestuário Portuguesa**. Vila Nova de Famalicão: Associação Têxtil e Vestuário de Portugal.

BOLÍVAR, António (2003). **Como melhorar as escolas**. 1ª ed. Porto: Edições Asa.

BRAUN, Erik; LAVANGA, Mariangela (2007). **An International Comparative Quick Scan of National Policies for Creative Industries**. Rotterdam: EURICUR.

BRILHANTE, Maria João (2007). **A educação artística em Portugal: algumas evidências**. In <http://www.educacao-artistica.gov.pt/programaconf.htm>

- BRITO, Carlos (1998). **Gestão Escolar Participada: na escola todos somos gestores.** 4ª ed. Lisboa: Texto Editora.
- BUCK, Louisa (2004). **Market Matters: The dynamics of the contemporary art market.** London: Arts Council England.
- CANÁRIO, Maria Beatriz (1998). **Construir o projecto educativo local: relato de uma experiência.** Lisboa: IIE.
- CAREY, John (2005). **What Good Are the Arts?** London: Faber and Faber Limited.
- CARNEIRO, Roberto (org.) (2000). **O Futuro da Educação em Portugal – Tendências e Oportunidades: um estudo de reflexão prospectiva.** Lisboa: ME / DAPP.
- CASASSUS, Juan (2002). Cambios Paradigmáticos en Educación. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo. Nº 20 (Maio/Jun/Jul/Agosto), p. 48-59.
- CASTRO, Lisete; RICARDO, Maria Manuel (2001). **Gerir o trabalho de projecto: guia para a flexibilização e revisão curriculares.** 6ª ed. Cacém: Texto Editora.
- CCDRN (2006a). **Norte 2015: Competitividade e Desenvolvimento – uma visão estratégica.** Versão de trabalho. In <http://www.norte2015.com.pt>
- CCDRN (2006b). **Norte Conjuntura: 1º Trimestre 2006.** Porto: CCDRN.
- CCDRN (2008). **Norte Conjuntura: 2º Trimestre 2008.** Porto: CCDRN.
- CCRN (1999). **O Sector da Cultura nas Câmaras Municipais da Região do Norte.** Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte.
- CE (2004). **A situação social na União Europeia em 2004: Síntese.** Bruxelas: Comissão Europeia.
- CE (2005). **Agenda Social 2005-2010.** Luxemburgo: CE.
- CE (org.) (2006). **L'Économie de la culture en Europe: Note de synthèse.** Brussels: Éducation et culture/ Commission Européenne.
- CMVNF (2006a). **Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão.** Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal.
- CMVNF (2006b). **Relatório de Gestão 2005 e Documentos de Prestação de Contas.** Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal.
- CMVNF (2008a). **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008.** In <http://www.vilanovadefamalicao.org>
- CMVNF (2008b). **Relatório de Gestão 2007 e Documentos de Prestação de Contas.** Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal.

COLCLOUGH, Beechy; COLCLOUGH, Josephine (2004). **Acredite em si: a motivação é a chave do êxito**. 1ª ed. Cruz Quebrada: Editorial Notícias.

CORREIA, José Alberto (2000). **As ideologias educativas em Portugal nos últimos 25 anos**. 1ª ed. Porto: Edições Asa.

COSME, Ariana; TRINDADE, Rui (2002). **Manual de sobrevivência para professores**. Porto: Edições Asa.

COSTA, Jorge (2003). **Imagens organizacionais da escola**. 3ª ed. Porto: Edições Asa.

COSTA, Tânia (2006). **O Abandono Escolar no Meio Rural: os jovens entre os dois saberes – escola e trabalho**. In <http://www.aps.pt/ivcong-actas/acta112.pdf>

CUNHA, Adérito (2004). **Reforma do ensino secundário: currículo e avaliações**. Porto: Edições Asa.

CURY, Augusto (2004). **Pais Brilhantes, Professores Fascinantes**. Cascais: Pergaminho.

CURY, Augusto (2006). **Filhos Brilhantes, Alunos Fascinantes**. Cascais: Pergaminho.

DANN, Jill (2004). **Aprenda a chave da inteligência emocional**. Lisboa: Jornal de Negócios.

DES (et al) (2002a). **Rosa-dos-ventos – Rumo ao teu futuro: Guia dos jovens**. Lisboa: ME.

DES (et al) (2002b). **Rosa-dos-ventos: Guia do profissional de orientação**. Lisboa: ME.

DIOGO, José (1998). **Parceria Escola – Família: A caminho de uma educação participada**. Porto: Porto Editora.

DOMINGUES, Álvaro (et al) (2003). **A Cultura em Acção: Impactos sociais e território**. Porto: Edições Afrontamento.

DREN (org.) (2004). **Transversalidade na Formação, Transversalidade de Competências: Pontes para o Mundo do Trabalho**: Actas do Seminário Regional realizado em Vila Real, em 3 de Dezembro de 2003. Porto: DREN.

EC (2007). **Communication on a European agenda for culture in a globalizing world**. Brussels: European Commission.

EPBJC (2000). **Vamos às aulas para aprender. Mas, por vezes, ...** Lisboa: Escola Profissional Bento de Jesus Caraça.

ESPIÑA, Yolanda (2007). **A educação artística como arte de educar os sentidos.** In <http://www.educacao-artistica.gov.pt/programaconf.htm>

EURYBASE (2007a). **Estruturas dos Sistemas de Ensino, Formação Profissional e Educação de Adultos na Europa: 2006/2007.** Lisboa: ME.

EURYBASE (2007b). **O Sistema Educativo em Portugal: 2006/2007.** Bruxelas: Comissão Europeia.

FERNANDES, Domingos (org.) (2007). **Estudo de Avaliação do Ensino Artístico: Relatório final.** Lisboa: ME.

FERNANDES, Evaristo (2004). **Sucessos dos insucessos escolares e educativos.** Vagos: Edipanta editora.

FERNANDES, João Viegas (2001). **Saberes, Competências, Valores e Afectos: Necessários ao bom desempenho profissional do/a professor/a.** 1ª ed. Lisboa: Plátano Editora.

FERREIRA, Vítor (2003). O lugar da escola na estruturação de carreiras artísticas. . In **O Mundo da Arte Jovem: Protagonistas, lugares e lógicas de acção.** (Org.) Maria de Lourdes Lima dos Santos. Oeiras: Celta Editora, p. 67-158.

FLEMING, Tom (et al) (2008). **Estudo Macroeconómico – Desenvolvimento de um Cluster de Indústrias Criativas na Região do Norte.** Porto: Fundação de Serralves.

FRONVILLE, Claire L. (2003). **The International Creative Sector: Its Dimensions, Dynamics and Audience Development.** Austin: UNESCO.

GAAIRES (2006). **Estudo de Avaliação e Acompanhamento da Implementação da Reforma do Ensino Secundário: Segundo Relatório.** Lisboa: ME.

GAAIRES (2007a). **Recomendações.** Lisboa: ME.

GAAIRES (2007b). **Estudo de Avaliação e Acompanhamento da Implementação da Reforma do Ensino Secundário: Quarto relatório.** Lisboa: ME.

GEPE (2006). **Guia de Acesso ao Secundário: 2006.** Lisboa: Editorial do ME.

GEPE (2007). **Guia de Acesso ao Secundário: 2007.** Lisboa: Editorial do ME.

GOMES, Rui Telmo; LOURENÇO, Vanda; MARTINHO, Teresa (2006). **Entidades Culturais e Artísticas em Portugal.** Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

GORDON, Christopher; MUNDY, Simon (2001). **European Perspectives on Cultural Policy**. Paris: UNESCO Publishing.

GRÁCIO, Sérgio (1997). **Dinâmicas de escolarização e das oportunidades individuais**. Lisboa: Educa.

GREFFE, Xavier (2002). **Arts and Artists from an Economic Perspective**. Paris: UNESCO Publishing.

GREFFE, Xavier (2005). **La culture et le développement local**. Paris: OCDE.

GREFFE, Xavier (2007). **Is Heritage a Lever for Job Development in a Creative Economy?** In [http://www.eu2007.pt/UE/vPT/Noticias\\_Documentos/20071105SeminarCultural.htm](http://www.eu2007.pt/UE/vPT/Noticias_Documentos/20071105SeminarCultural.htm)

GUERRA, Miguel Ángel Santos (2002). **Entre bastidores: o lado oculto da organização escolar**. 1ª ed. Porto: Edições Asa.

HARGREAVES, Andy (1998). **Os professores em tempos de mudança: o trabalho e a cultura dos professores na idade pós-moderna**. Lisboa: Ed. Mc Graw-Hill.

HUSÉN, Torsten (1989). **Meio Social e Sucesso Escolar**. Lisboa: Livros Horizonte.

IEFP (2006). **Desemprego Registado por Concelho: Estatísticas Mensais**. Lisboa: IEFP.

IEFP (2008). **Desemprego Registado por Concelho: Estatísticas Mensais**. Lisboa: IEFP.

INE (2004a). **30 Anos de 25 de Abril: um retrato estatístico**. Lisboa: INE.

INE (2004b). **A Estratégia de Lisboa: Portugal no contexto da União Europeia**. Lisboa: INE.

INE (2007). **Anuário Estatístico da Região Norte 2006**. Lisboa: INE.

INE (21 de Outubro de 2002). **Destaque do INE**. In <http://www.ine.pt>

INE (28 de Janeiro de 2008). **Destaque do INE**. In <http://www.ine.pt>

INE (14 de Agosto de 2008). **Destaque do INE**. In <http://www.ine.pt>

IQF (2006). **Guia para a avaliação da formação**. 1ª ed. Lisboa: IQF.

JESUS, Saul Neves de (2000). **Influência do professor sobre os alunos**. 4ª ed. Porto: Edições Asa.

KEA, European Affairs (2006). **The Economy of Culture in Europe**. Brussels: European Commission.

- KERN, Philippe (2007). **Culture as a driver of growth and jobs**. In [http://www.eu2007.pt/UE/vPT/Noticias\\_Documentos/20071105SeminarCultural.htm](http://www.eu2007.pt/UE/vPT/Noticias_Documentos/20071105SeminarCultural.htm)
- LEITE, F. Correia; MELO, E. Cristina (2003). **Estatuto do Aluno do Ensino Não Superior**. Coimbra: Livraria Almedina.
- LOURENÇO, Sónia (2007). Entrevista a José Mata: As piores atrofiam as melhores. **Revista Exame** nº 283, p. 24-28.
- MADDEN, Christopher (2004). **Statistical Indicators for Arts Policy**. Discussion Paper. Sydney: IFACCA.
- MANCEAU, Céline (2005). **Bien choisir son école d'art**. Paris : Éditions l'Étudiant.
- MARQUES, Maria Margarida Ferreira (2000). **O partenariado na escola**. Lisboa: IIE.
- MARTINHO, José (2005). O que é o sonho? **Revista Plenitude** nº 27, p. 38-41.
- MARTINHO, Teresa (2003). Em torno da constituição do sujeito artístico. In **O Mundo da Arte Jovem: Protagonistas, lugares e lógicas de acção**. (Org.) Maria de Lourdes Lima dos Santos. Oeiras: Celta Editora, p. 9-65.
- MARTINS, António; CABRITA, Isabel (1993). **A problemática do insucesso escolar**. 2ª ed. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- MARZANO, Robert (2005). **Como organizar as escolas para o sucesso educativo: Da investigação às práticas**. Porto: Edições Asa.
- MATARASSO, François (2003). Use or Ornament? The Social Impact of Participation in the Arts. In **A Cultura em Acção: Impactos Sociais e Território**. (Org.) Domingues Álvaro (et al). Porto: Edições Afrontamento.
- MATEUS, Augusto (org.) (2003). **Relatório Final da Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Cultura**. In <http://poc.min-cultura.pt>
- MATEUS, Augusto (org.) (2005). **Actualização da Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Cultura: Sumário Executivo**. In <http://poc.min-cultura.pt>
- MBUYAMBA, Lupwishi (2007). **Relatório – sessão de encerramento da Conferência Mundial sobre Educação Artística: Desenvolver as capacidades criativas para o século XXI**. Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO.
- ME (2001). **Resultados do Estudo Internacional PISA 2000**. Lisboa: ME.

ME (2003a). **Reforma do Ensino Secundário: Documento orientador da revisão curricular do ensino secundário.** Versão final. Lisboa: ME.

ME (2003b). **Reforma do Ensino Secundário: Documento orientador da reforma do ensino artístico especializado.** Versão para discussão pública. Lisboa: ME.

ME (6 de Março de 2003). **Insucesso e abandono escolares em Portugal.** In <http://www.min-edu.pt>

ME (2004). **Resultados do Estudo Internacional PISA 2003.** Lisboa: ME.

ME (2005). **Estratégia de Lisboa: Relatório nacional sobre a implementação do Programa de Trabalho Educação e Formação 2010.** Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

ME / MC (2004). **Relatório do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação e Ministério da Cultura: Despacho Conjunto nº 1062/2003, DR – II série de 27 de Novembro.** Lisboa: ME / MC.

ME / MSST (2004). **Eu Não Desisto: Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar: Relatório.** Lisboa: ME / MSST.

MILAGRE, Cristina; PASSEIRO, João; ALMEIDA, Vítor (2002). **Perfis Emergentes: Contexto da Formação para Grupos Sociais Desfavorecidos.** Lisboa: INOFOR.

MONTEIRO, Paula (2004). **Inserção precoce no mercado de trabalho: um estudo de casos.** Lisboa: IEFP-GCM/NAP.

MSST / SIETI (2001). **Trabalho Infantil em Portugal: caracterização social dos agregados familiares portugueses com menores em idade escolar.** Lisboa: MSST/SIETI.

MTS / PEETI (2000). **Trabalho Infantil em Portugal: caracterização social dos menores em idade escolar e suas famílias.** Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

MTSS (2003). **Plano Nacional de Emprego 2003-2006.** Lisboa: MTSS.

MTSS (2005). **Plano Nacional de Emprego 2005-2008.** Lisboa: MTSS.

NETO, Luís Miguel; MARUJO, Helena Águeda (2002). **Optimismo e Inteligência Emocional: Guia para educadores e líderes.** 2ª ed. Barcarena: Editorial Presença.

NÓVOA, António (org.) (1995). **As organizações escolares em análise.** 2ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- NUNES, Paulo (2007). **A pedagogia de projecto como estratégia essencial no campo da educação artística.** In <http://www.educacao-artistica.gov.pt/programaconf.htm>
- OCDE (2005). **Education at a Glance: OECD Indicators 2005.** Paris: OECD Publishing.
- OCDE (2006). **Education at a Glance: OECD Indicators 2006 Edition.** Summary in Portuguese. Paris: OECD Publishing.
- OLIVEIRA, Cristiana (2003). **A importância de um clima de afecto para a eficácia da escola.** Versão de trabalho. Barcelos: Escola de Tecnologia e Gestão de Barcelos.
- OLIVEIRA, Cristiana (2007). **A utilização dos recursos públicos e o envolvimento da iniciativa privada.** In <http://www.isecure.com.br/anpae/90.pdf>
- ORFALI, Ann (2004). **Artists working in partnership with schools: Quality indicators and advice for planning, commissioning and delivery.** Newcastle: Arts Council England.
- OTES (2007). **Estudantes à Entrada do Nível Secundário de Ensino: Resultados Globais do Questionário Piloto.** Lisboa: Observatório de Trajectos dos Estudantes do Ensino Secundário.
- PACHECO, José Augusto; FLORES, Maria Assunção (1999). **Formação e Avaliação de Professores.** Porto: Porto Editora.
- PERALTA, Helena (org.) (2007). Carta a um jovem gestor. **Revista Exame** nº 283, p.50-66.
- PEREIRA, Miguel; FERREIRA, José; FIGUEIREDO, Ilda (2007). **Guião «Promoção do Empreendedorismo na Escola».** Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- PERRENOUD, Philippe (et al) (1986). **A avaliação formativa num ensino diferenciado.** Coimbra: Livraria Almedina.
- PERRENOUD, Philippe (2000). **10 Novas Competências para Ensinar.** Porto Alegre: Ed. Artmed.
- PERRENOUD, Philippe (2003). Dez princípios para tornar o sistema educativo mais eficaz. In **Avaliação dos resultados escolares.** (org.) Joaquim Azevedo. Porto:Edições Asa.
- PINTO, F. Cabral (2004). **Cidadania, Sistema Educativo e Cidade Educadora.** Lisboa: Instituto Piaget.

PORTUGAL, Ana Mafalda de Castro (1998). **O valor educativo da Arte: estudo de dois casos**. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Católica.

RAMALHO, Glória; FERRER, Alejandro Tiana; PERRENOUD, Philippe (2003). **Avaliação dos Resultados Escolares: medidas para tornar o sistema mais eficaz**. 1ª ed. Porto: Edições Asa.

READ, Herbert (2001). **A educação pela arte**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

REIS, Paula (2004). **Guia de orientação: Actividades de aproximação ao mercado de trabalho**. 1ª ed. Lisboa: ME.

RENDEIRO, João (2007). **Os Empresários, as Empresas e a Inclusão Social**. In <http://www.epis.pt/>

REQUEJO, Agustín (2003). **Educación permanente y educación de adultos**. 1ª ed. Barcelona: Ariel Educación.

RICCIUTI, Henry (25 de Outubro de 1999). Famílias monoparentais não apresentam desvantagens. **Correio da Educação**. Porto. Nº 15, p. 3.

ROSA, Maria João Valente; MARTINS, Édio (2003). **Insucesso e abandono escolares em Portugal**. Lisboa: ME.

SAMPAIO, Daniel (1994). **Inventem-se Novos Pais**. 12ª ed. Lisboa: Editorial Caminho.

SAMPAIO, Daniel (1996). **Voltei à Escola**. 5ª ed. Lisboa: Editorial Caminho.

SAMPAIO, Daniel (2004). **Árvore sem Voz**. 2ª ed. Lisboa: Editorial Caminho.

SANTOS, Maria de Lourdes (org.) (1998). **As Políticas Culturais em Portugal: Relatório Nacional**. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (org.) (2005). **Contribuições para a formulação de políticas públicas no horizonte 2013 relativas ao tema cultura, identidades e património: Relatório Final**. Lisboa: ICSUL/Observatório das Actividades Culturais.

SCHEERENS, Jaap (2004). **Melhorar a eficácia das escolas**. 1ª ed. Porto: Edições Asa.

SERGIOVANNI, Thomas J. (2004). **Novos caminhos para a liderança escolar**. 1ª ed. Porto: Edições Asa.

SILVA, Aníbal (1995). **As reformas da década**. 2ª ed. Venda Nova: Bertrand Editora.

SILVA, Augusto Santos (org.) (2000). **A Educação Artística e a promoção das artes, na perspectiva das políticas públicas**. Lisboa: Editorial do ME.

- SMIERS, Joost (2004). **Artistic Expression in a Corporate World: do we need monopolistic control?** Utrecht: Utrecht School of the Arts.
- SOUSA, Alberto (2003a). **Educação pela Arte e Artes na Educação.** Vol. I Bases Psicopedagógicas. Lisboa: Instituto Piaget.
- SOUSA, Alberto (2003b). **Educação pela Arte e Artes na Educação.** Vol. II Drama e Dança. Lisboa: Instituto Piaget.
- SOUSA, Alberto (2003c). **Educação pela Arte e Artes na Educação.** Vol. III Música e Artes Plásticas. Lisboa: Instituto Piaget.
- SPADARO, Rosario (2002). **European's participation in cultural activities.** Luxemboug: EUROSTAT.
- TAVARES, José; ALARCÃO, Isabel (2002). **Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem.** Coimbra: Almedina.
- UNCTAD (2008). **Creative Economy: Report 2008.** Geneva: United Nations.
- UNESCO (2005). **Arts education and creativity: Artistic practices and techniques from Europe and North América favouring social cohesion and peace.** Paris: UNESCO.
- UNESCO (2006a). **Education Through Art: Building Partnerships for Secondary Education.** Paris: UNESCO Publishing.
- UNESCO (2006b). **Roteiro para a Educação Artística: Desenvolver as capacidades criativas para o século XXI.** Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO.
- VAREJÃO, José M. (et al) (2002). **A Dinâmica do Emprego na Região do Norte.** Porto: CCRN.

## URL

<http://armindocosta.blogspot.com>  
<http://culturalforum.net/lisboa07/>  
[http://ec.europa.eu/culture/key-documents/doc873\\_en.htm](http://ec.europa.eu/culture/key-documents/doc873_en.htm)  
[http://ec.europa.eu/education/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/education/index_en.htm)  
[http://ec.europa.eu/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/index_pt.htm)  
<http://jn.sapo.pt>  
<http://ncriativo.blogspot.com>  
<http://poc.min-cultura.pt>  
<http://w3.dren.min-edu.pt/>  
<http://www.adrave.pt>  
<http://www.agenciainova.pt>  
<http://www.anq.gov.pt>  
<http://www.aps.pt/ivcong-actas/acta112.pdf>  
<http://www.artecidadania.org.br>  
<http://www.artscouncil.org.uk/>  
<http://www.asa.pt>  
<http://www.atp.pt>  
<http://www.ccdr-n.pt>  
<http://www.cetconnect.org/learning/arts/research.asp>  
<http://www.chapito.org>  
<http://www.creativeclusters.com/>  
<http://www.creative-partnerships.com>  
<http://www.culturalpolicy.org>  
<http://www.desenvolvimentosustentavel.pt>  
<http://www.dgert.mtss.gov.pt>  
<http://www.dgidc.min-edu.pt/gaaires/>  
<http://www.edisca.org.br>  
<http://www.educacao-artistica.gov.pt/programaconf.htm>

<http://www.elia-artschools.org>  
<http://www.epis.pt/>  
[http://www.eu2007.pt/UE/vPT/Noticias\\_Documentos/20071105SeminariorCultural.htm](http://www.eu2007.pt/UE/vPT/Noticias_Documentos/20071105SeminariorCultural.htm)  
<http://www.eurydice.org/portal/page/portal/Eurydice>  
<http://www.forum.pt>  
<http://www.gaaires.min-edu.pt>  
<http://www.gave.min-edu.pt>  
<http://www.gepe.min-edu.pt>  
<http://www.iefp.pt/Paginas/Home.aspx>  
<http://www.ifacca.org>  
<http://www.ine.pt>  
<http://www.insea.org/>  
<http://www.isecure.com.br/anpae/90.pdf>  
<http://www.joaquimazevedo.com>  
<http://www.min-edu.pt>  
<http://www.norte2015.com.pt>  
<http://www.novasoportunidades.gov.pt>  
<http://www.oac.pt>  
<http://www.oecd.org>  
<http://www.patrimoniodefamalicao.org/>  
<http://www.paulofreire.org/Capa/WebHome>  
<http://www.peti.gov.pt>  
<http://www.poph.qren.pt>  
<http://www.portaldacultura.gov.pt>  
<http://www.portugal.gov.pt>  
<http://www.povt.qren.pt>  
<http://www.qren.pt>  
<http://www.serralves.pt>  
<http://www.sustainable-cities.org.uk>  
<http://www.turismoave.com>  
<http://www.unesco.org/culture/lea/>  
<http://www.vilanovadefamalicao.org>  
<http://www.vilanovadefamalicao.org/profit>

## **DIPLOMAS LEGAIS**

Lei nº 9/79, de 19 de Março – Estabelece as bases do Ensino Particular e Cooperativo.

Lei nº 46/86, de 14 de Outubro – Lei de bases do sistema educativo.

Lei nº 115/97, de 19 de Setembro – Alterações à lei de bases do sistema educativo.

Lei nº 24/99, de 22 de Abril – Introduce alterações ao DL 115-A/98.

Lei nº 30/2002, de 20 de Dezembro – Estatuto do aluno do ensino não superior.

Lei nº 31/2002, de 20 de Dezembro – Lei do sistema de avaliação da educação e do ensino não superior.

Lei nº 49/2005, de 30 de Agosto – Segunda alteração à lei de bases do sistema educativo.

Lei nº 52/2006, de 1 de Setembro – Aprova as grandes opções do plano para 2007.

Lei nº 31/2007, de 10 de Agosto – Aprova as grandes opções do plano para 2008.

Lei nº 58/2007, de 4 de Setembro – Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

Lei nº 3/2008, de 18 de Janeiro – Altera a Lei nº 30/2002.

Portugal. Decreto-Lei nº 553/80, de 21 de Novembro – Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.

Portugal. Decreto-Lei nº 310/83, de 1 de Julho – Regulamenta o ensino da música, teatro e dança.

Portugal. Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto – Define a estrutura dos planos curriculares do ensino básico e secundário.

Portugal. Decreto-Lei nº 344/90, de 2 de Novembro – Estabelece as bases da Educação Artística.

Portugal. Decreto-Lei nº 314/97, de 15 de Novembro – Actualiza as tipologias dos estabelecimentos de educação e ensino.

Portugal. Decreto-Lei nº 4/98, de 8 de Janeiro – Define o regime de criação, organização e gestão das escolas profissionais.

Portugal. Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio – Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos.

Portugal. Decreto-Lei nº 71/99, de 12 de Março – Clarifica as diversas competências dos serviços do Ministério da Educação no que se refere ao ensino particular e cooperativo não superior.

Portugal. Decreto-Lei nº 7/2001, de 18 de Janeiro – Aprova a revisão curricular do ensino secundário.

Portugal. Decreto-Lei nº 240/2001, de 30 de Agosto – Estabelece perfis gerais de competência para a docência.

Portugal. Decreto-Lei nº 156/2002 – Suspensão da revisão curricular do ensino secundário.

Portugal. Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro – Conselhos Municipais de Educação e Carta Educativa.

Portugal. Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de Março – Estabelece os princípios orientadores da organização e gestão do currículo e avaliação das aprendizagens de nível secundário.

Portugal. Decreto-Lei nº 157/2004, de 30 de Junho – Define a matriz curricular dos cursos artísticos especializados de ensino recorrente.

Portugal. Decreto-Lei nº 20/2006, de 31 de Janeiro – Revê o regime jurídico do concurso para selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, revogando o Decreto-Lei nº 35/2003, de 27 de Fevereiro.

Portugal. Decreto-Lei nº 24/2006, de 6 de Fevereiro – Altera o Decreto-Lei nº 74/2004.

Portugal. Decreto-Lei nº 27/2006, de 10 de Fevereiro – Cria e define os grupos de recrutamento para efeitos de selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Portugal. Decreto-Lei nº 15/2007, de 19 de Janeiro – Aprova o novo estatuto da carreira docente.

Portugal. Decreto-Lei nº 272/2007, de 26 de Julho – Estabelece novas matrizes para os currículos dos cursos científico-humanísticos.

Portugal. Decreto-Lei nº 396/2007, de 31 de Dezembro – Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações.

Portugal. Decreto-Lei nº 4/2008, de 7 de Janeiro – Introduce alterações nos cursos artísticos especializados de nível secundário e suspende a respectiva revisão curricular.

Portugal. Decreto-Lei nº 68/2008, de 14 de Abril – Proceder à definição das unidades territoriais.

Portugal. Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril – Aprova o regime de autonomia, administração e gestão de escolas públicas.

Declaração de Rectificação nº 44/2004, de 25 de Maio – Rectifica o Decreto-Lei nº 74/2004.

Portaria nº 699/93, de 28 de Julho – Aprova os planos curriculares da Escola Secundária Soares dos Reis, do Porto.

Portaria nº 141/98, de 5 de Março – Altera os planos de estudo de vários cursos a funcionar na Escola Secundária Soares dos Reis.

Portaria nº 316/2001, de 2 de Abril – Aprova a classificação nacional de áreas de formação.

Portaria nº 1550/2002, de 26 de Dezembro – Estabelece as condições de admissão, constituição de turmas, avaliação e certificação dos alunos dos cursos básicos e secundários no ensino especializado de dança e de música, em regime articulado.

Portaria nº 550-A/2004, de 21 de Maio – Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como a avaliação e certificação dos cursos tecnológicos de nível secundário.

Portaria nº 550-B/2004, de 21 de Maio – Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como a avaliação e certificação dos cursos artísticos especializados de nível secundário de educação, no domínio das artes visuais e dos áudio-visuais.

Portaria nº 550-C/2004, de 21 de Maio – Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como a avaliação e certificação dos cursos profissionais de nível secundário.

Portaria nº 550-D/2004, de 21 de Maio – Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como a avaliação e certificação dos cursos científico-humanísticos de nível secundário.

Portaria nº 256/2005, de 16 de Março – Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação.

Portaria nº 260/2006, de 14 de Março – Altera a Portaria nº 550-A/2004.

Portaria nº 780/2006, de 9 de Agosto – Altera a Portaria nº 550-B/2004.

Portaria nº 797/2006, de 10 de Agosto – Altera a Portaria nº 550-C/2004.

Portaria nº 1260/2007, de 26 de Setembro – Aprova o regime dos contratos de autonomia a estabelecer entre as escolas e a respectiva Direcção Regional de Educação, em regime de experiência pedagógica.

Portaria nº 1322/2007, de 4 de Outubro – Altera a Portaria nº 550-D/2004.

Portaria nº 207/2008, de 25 de Fevereiro – Altera a Portaria nº 550-A/2004, alterada pela Portaria nº 260/2006.

Portaria nº 414/2008, de 9 de Junho – Altera a Portaria nº 550-B/2004, alterada pela Portaria nº 780/2006.

Portaria nº 1103/2008, de 2 de Outubro – Estabelece o regime de concessão dos apoios nas medidas INOV-Jovem, INOV Contacto, INOV Vasco da Gama, INOV-ART e INOV Mundus.

Declaração de Rectificação nº 66/2006, de 3 de Outubro – Rectifica a Portaria nº 797/2006.

Resolução do Conselho de Ministros nº 109/2007, de 20 de Agosto – Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - 2015 (ENDS) e o respectivo Plano de Implementação, incluindo os indicadores de monitorização (PIENDS).

Resolução do Conselho de Ministros nº 137/2007, de 18 de Setembro – Aprova o plano tecnológico da educação.

Resolução do Conselho de Ministros nº 173/2007, de 7 de Novembro – Aprova a reforma da formação profissional.

Decreto Regulamentar nº 12/2000, de 29 de Agosto - Fixa os requisitos necessários para a constituição de agrupamentos de estabelecimentos de

educação pré-escolar e do ensino básico, bem como os procedimentos relativos à sua criação e funcionamento.

Despacho Normativo nº 33/ME/91, de 26 de Março – Estabelece as tipologias da rede nacional de estabelecimentos de ensino básico.

Despacho Normativo nº 27/99, de 25 de Maio – Determina que as escolas profissionais devem desenvolver as suas actividades em instalações que proporcionem as condições de habitabilidade e de segurança e devem encontrar-se devidamente licenciadas pelas entidades competentes.

Despacho Normativo nº 36/2007, de 8 de Outubro – Regulamenta o processo de reorientação do percurso formativo dos alunos através do regime de permeabilidade e do regime de equivalência entre disciplinas.

Despacho Normativo nº 29/2008, de 5 de Junho – Altera o Despacho Normativo nº 36/2007.

Despacho Conjunto nº 453/2004, de 27 de Julho – Cria e regulamenta os cursos de educação formação.

Despacho nº 14026/2007, de 3 de Julho – Estabelece normas a observar na matrícula e sua renovação, na distribuição dos alunos, no período de funcionamento dos cursos e na constituição das turmas.

Despacho nº 13456/2008, de 14 de Maio – Aprova a versão inicial do Catálogo Nacional de Qualificações.

## **ANEXOS**

## **Anexo nº 1: Oferta Educativa e Formativa nas diversas modalidades do Ensino Secundário**

<http://www.novasoportunidades.gov.pt> (2007)

### **Cursos Artísticos Especializados:**

Artes Visuais

Comunicação Audiovisual

Design de Comunicação

Design de Produto

Produção Artística

Dança

Música

### **Cursos Científico-Humanísticos:**

Ciências e Tecnologias

Ciências Socioeconómicas

Ciências Sociais e Humanas<sup>1</sup>

Línguas e Literaturas<sup>1</sup>

Artes Visuais

### **Cursos de Aprendizagem:**

Gestão/Administração Secretariado e Trabalho Administrativo

Comércio

Cuidados de Beleza

Pescas – Actividades Marítimas e Agrícolas

Produção Agrícola e Animal, Floricultura e Jardinagem e Silvicultura e Caça

Indústrias Alimentares

Protecção ao Ambiente

---

<sup>1</sup> Os cursos “Ciências Sociais e Humanas” e “Línguas e Literaturas”, actualmente encontram-se fundidos no curso “Línguas e Humanidades”.

## **Artesanato, Artesanato-Ourivesaria**

Materiais-Vidro

Materiais-Cerâmica

Finanças, Banca e Seguros

Têxtil, Vestuário, Calçado e Couros

Construção Civil

Electrónica e Automação, Electricidade e Energia

Electricidade e Energia – Frio e Climatização

Electricidade e Energia – Hotelaria e Restauração

Turismo e Lazer

## **Indústrias Extractivas, Audiovisuais e Produção dos Média-Indústrias Gráficas**

Engenharia Química, Ciências Informáticas

Materiais – Madeira e Mobiliário

Materiais – Cortiça

Construção e Reparação de Veículos a Motor – Manutenção e Reparação de Veículos

Metalurgia e Metalomecânica – Construções Metálicas e Mecânicas

Organização/Empresas – Qualidade

Serviços Pessoais e à Comunidade

Serviços ao Domicílio

Serviços de Apoio a Crianças e Jovens

Têxtil, Vestuário, Calçado e Couros – Têxtil, Vestuário

Serviços de Transportes

## **Cursos de Educação e Formação:**

**213 – Audiovisuais e Produção dos Media**

**215 – Artesanato**

341 – Comércio

343 – Finanças, Banca e Seguros

345 – Gestão e Administração

347 – Enquadramento na Organização/Empresa

481 – Ciências Informáticas

482 – Informática na Óptica do Utilizador

521 – Metalurgia e Metalomecânica

- 522 – Electricidade e Energia
- 523 – Electrónica e Automação
- 524 – Tecnologias dos Processos Químicos
- 525 – Construção e Reparação de Veículos a Motor
- 541 – Indústrias Alimentares
- 542 – Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couros
- 543 – Materiais (Indústria da madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros)
- 582 – Construção Civil e Engenharia Civil
- 621 – Produção Agrícola e Animal
- 622 – Floricultura e Jardinagem
- 623 – Silvicultura e Caça
- 761 – Serviço de Apoio a Crianças e Jovens
- 811 – Hotelaria e Restauração
- 814 – Serviços Domésticos
- 815 – Cuidados de Beleza
- 850 – Protecção ao Ambiente

### **Cursos de Educação e Formação de Adultos:**

- 01 – Administração e Gestão
- 02 – Agricultura e Pesca
- 03 – Agro-Indústrias
- 05 – Artes e Tecnologias Artísticas
- 09 – Ciências Humanas, Exactas e da Vida
- 10 – Comércio
- 11 – Construção Civil e Obras Públicas
- 13 – Electricidade, Electrónica e Telecomunicações
- 14 – Energia, Frio e Climatização
- 16 – Hotelaria/Restauração e Turismo
- 18 – Indústrias Gráficas e de Papel
- 20 – Informação, Comunicação e Documentação
- 21 – Informática
- 22 – Madeiras, Cortiça e Mobiliário
- 23 – Mecânica e Manutenção
- 24 – Metalurgia e Metalomecânica

- 25 – Qualidade
- 28 – Serviços Pessoais e à Comunidade
- 29 – Têxtil e Vestuário

### **Cursos Profissionais:**

- 01 – Artes do Espectáculo
  - 212 – Artes do Espectáculo
- 02 – Tecnologias Artísticas
  - 214 – Design
  - 215 – Artesanato
- 03 – Comunicação, imagem e som
  - 213 – Audiovisuais e produção dos media
  - 321 – Jornalismo e reportagem
  - 342 – Marketing e publicidade
- 04 – Informação, comunicação e património
  - 225 – História e arqueologia
  - 322 – Biblioteconomia, arquivo e documentação
- 05 – Comércio
  - 341 – Comércio
  - 342 – Marketing e publicidade
- 06 – Administração
  - 343 – Finanças, banca e seguros
  - 344 – Contabilidade e fiscalidade
  - 345 – Gestão e administração
  - 346 – Secretariado e trabalho administrativo
  - 380 – Direito
  - 840 – Serviços de transporte
- 07 – Informática
  - 481 – Ciências informáticas
- 08 – Mecânica
  - 521 – Metalurgia e metalomecânica
  - 522 – Electricidade e energia
  - 525 – Construção e reparação de veículos a motor
  - 840 – Serviços de transporte

- 09 – Electricidade e electrónica
  - 522 – Electricidade e energia
  - 523 – Electrónica e automação
- 10 – Química
  - 524 – Tecnologia dos processos químicos
- 11 – Materiais (Indústrias de madeira, cortiça, cerâmica, plástico, vidro e outros)
  - 214 – Design
  - 543 - Materiais
  - 544 – Indústrias extractivas
- 12 – Têxtil, vestuário e calçado
  - 214 – Design
  - 542 – Indústrias do têxtil, vestuário, calçado e couro
- 13 – Actividades agrícolas e agro-alimentares
  - 541 – Indústrias alimentares
  - 621 – Produção agrícola e animal
  - 622 – Floricultura e jardinagem
  - 623 – Silvicultura e caça
- 14 – Construção civil
  - 582 – Construção civil e engenharia civil
- 15 – Tecnologias da saúde
  - 724 – Ciências dentárias
  - 725 – Tecnologias de diagnóstico e terapêutica
  - 729 – Saúde
- 16 – Serviços de apoio social
  - 761 – Serviços de apoio a crianças e jovens
  - 762 – Trabalho social e orientação
- 17 – Hotelaria e turismo
  - 811 – Hotelaria e restauração
  - 812 – Turismo e lazer
- 18 – Ordenamento do território e ambiente
  - 581 – Arquitectura e urbanismo
  - 850 – Protecção do ambiente
- 19 – Serviços de protecção e segurança
  - 861 – Protecção de pessoas e bens

**Cursos Tecnológicos:**

Construção civil e Edificações

Electrotecnia e Electrónica

Informática

**Design de Equipamento**

**Multimédia**

Administração

Marketing

Ordenamento do Território e Ambiente

Acção Social

Desporto

**Anexo nº 2: Oferta Educativa e Formativa no Concelho de Vila Nova de Famalicão 2006-2009**

Centros	Educação		Áreas e Humanidades		Ciências Sociais, Comércio e Direito		Indústrias transformadoras		Agricultura		Saúde e Proteção Social		Serviços	
	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Básico	Ensino Secundário	Indústria	Indústria	Agricultura	Agricultura	Saúde	Saúde	Serviços	Serviços
ES3 Camilo Castelo Branco														
ES3 D. Sancho I														
ES3 Padre Benjamim Salgado														
Escola Leifm Ferreira														
Cooperativa de Ensino DIDÁXIS														
Cooperativa Vale S. Cosme														
EP Bento Jesus Catarina														
EP FORAVE														
EP CIOR														
EP ARTAVE														
Antedica - Academia de Música e Artes														
EFP - Centro de Formação e Emprego														
Centro da Formação ACIF														
Coordenação Concilhada da Educação Recorrente														
Engenho - Associação de Desenvolvimento Local														
Fundação Castro Alves														
CITEVE														
Centro Social e Cultural ds E. Pedro Je Bairro														
ADRAVE														
Associação de Ludotecas de Famalicão														
EB 2/3 Benarinc Machado														
EB 2/3 Júlio Brandão														
EB 1 Pecombe														
Investigada Lusada														
Escola Superior de Saúde do Vale do Ave														

- A = Cursos Científico-humanísticos
- B = Cursos Tecnológicos
- C = Cursos de Educação e Formação de Jovens
- D = Cursos Profissionais
- E = Cursos de Aprendizagem
- F = Cursos do Ensino Recorrente
- G = Cursos de Educação e Formação de Adultos
- H = Cursos de Especialização Tecnológica
- I = Cursos sem Grau / formação contínua
- J = Cursos Superiores
- .. = Cursos de Pós - Graduação / Especializações

### Anexo nº 3: Aspirações dos alunos sobre o futuro profissional

Das profissões que fizeram parte dos meus sonhos ainda considero interessantes...	Nº	%	No futuro acho que vou ser...	Nº	%
Médico / Enfermeiro / Técnico de saúde	105	12%	Médico / Enfermeiro / Técnico de saúde	90	10%
Professor / Educador / Técnico de educação	59	7%	Professor / Educador / Técnico de educação	33	4%
Engenheiro	41	5%	Engenheiro	38	4%
Jogador de futebol / outro desporto	36	4%	Jogador de futebol / outro desporto	16	2%
Gestor / Economista	31	3%	Gestor / Economista	17	2%
Técnico de Informática / Electrónica	30	3%	Técnico de Informática / Electrónica	38	4%
Arquitecto	26	3%	Arquitecto	13	1%
Mecânico	23	3%	Mecânico	13	1%
Jornalista	23	3%	Jornalista	14	2%
Actor	18	2%	Actor	2	0%
Veterinário	17	2%	Veterinário	5	1%
Advogado / Juiz	16	2%	Advogado / Juiz	4	0%
Estilista	14	2%	Estilista	5	1%
Militar / Policia	13	1%	Militar / Policia	8	1%
Fotógrafo	9	1%	Fotógrafo	2	0%
Cabeleireiro	9	1%	Cabeleireiro	2	0%
Bailarino	8	1%	Bailarino	1	0%
Designer / Desenhador	8	1%	Designer / Desenhador	4	0%
Secretária / Administrativo	7	1%	Secretária / Administrativo	14	2%
Empregado de mesa / bar	6	1%	Empregado de mesa / bar	6	1%
Biólogo	6	1%	Biólogo	1	0%
Cantor	5	1%	Cantor	0	0%
DJ	4	0%	DJ	0	0%
Técnico de Marketing	3	0%	Técnico de Marketing	4	0%
Bombeiro	2	0%	Bombeiro	0	0%
Cozinheiro	1	0%	Cozinheiro	2	0%
Esteticista	1	0%	Esteticista	3	0%
Camionista	0	0%	Camionista	1	0%
Técnico de Turismo	0	0%	Técnico de Turismo	1	0%
Agricultor	0	0%	Agricultor	1	0%
Costureira / Modelista	0	0%	Costureira / Modelista	4	0%
Contabilista / Bancário / Mediador Seguros	0	0%	Contabilista / Bancário / Mediador Seguros	9	1%
Técnico Multimédia / Audio-visual	0	0%	Técnico Multimédia / Audio-visual	2	0%
Serralheiro	0	0%	Serralheiro	5	1%
Padeiro	0	0%	Padeiro	3	0%
Construtor civil	0	0%	Construtor civil	1	0%
Auxiliar serviços sociais / culturais / educativos	0	0%	Auxiliar serviços sociais / culturais / educativos	8	1%
Electricista	0	0%	Electricista	17	2%
Investigador	0	0%	Investigador	4	0%
Não sabe / Não responde	374	42%	Não sabe / Não responde	503	56%
Total	894	100%	Total	894	100%

## Anexo nº 4: QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS

### QUESTIONÁRIO

Este questionário insere-se num estudo que aborda o insucesso e o abandono escolares no concelho de Vila Nova de Famalicão.

Pretende-se aferir a probabilidade de abandono escolar e a capacidade de permanecer na Escola dos alunos, após o 9º ano de escolaridade.

Assinala com uma cruz  no quadrado correspondente à tua resposta e responde sinteticamente às restantes questões.

As tuas respostas são anónimas e confidenciais.

Muito Obrigado.

1. Idade: \_\_\_\_\_ anos

2. Sexo:

Feminino

Masculino

3. Freguesia de residência: \_\_\_\_\_

4. Já reprovaste alguma vez?

Não

Sim

Se sim, quantas vezes reprovaste? \_\_\_\_\_

Em que anos de escolaridade? \_\_\_\_\_

5. Este ano esperas passar ou reprovado?

Passar

Reprovar

6. Este ano quais as disciplinas que pensas ter negativa:

---

7. Quais as disciplinas que gostas mais?

---

---

Porquê?

---

---

---

Que notas tens nessas disciplinas?

---

---

8. Quais as disciplinas que gostas menos?

---

---

Porquê?

---

---

---

Que notas tens nessas disciplinas?

---

---

9. Achas que tens dificuldades de aprendizagem nas disciplinas que tens negativa ou não gostas das matérias ou não gostas dos professores e por isso não estudas?

Tenho dificuldades de aprendizagem

Não gosto das matérias e por isso não estudo

Não gosto dos professores e por isso não estudo

10. Tens dificuldade de concentração nas aulas?

Sim

Não

11. Costumas faltar às aulas?

Não

Sim

Às vezes

12. Quando faltas, quais são os principais motivos?

---

---

---

13. Após a conclusão do 9º ano de escolaridade, o que pensas fazer?

Continuar a estudar

Porquê?

---

---

---

Qual o curso / área que gostarias de frequentar?

---

---

---

Porquê?

---

---

---

Nessa área, existe oferta de formação no concelho de Famalicão?

---

---

---

Conheces a oferta de cursos que existe no concelho de Famalicão?

Procurar emprego

Porquê?

---

---

---

Ainda não sei o que vou fazer

14. Tenta recordar-te de 4 profissões que, em diferentes alturas da tua vida, fizeram parte dos teus sonhos:

---

---

---

15. Dessas profissões, quais as que já não fazem parte dos teus planos?

Porquê?

---

---

16. Quais as que ainda hoje consideras interessantes?

Porquê?

---

---

17. Qual a profissão que achas que vais ter no futuro?

Porquê?

---

---

Consideras-te bem informado sobre essa profissão? \_\_\_\_\_

18. Indica com  a escolaridade do teu pai e da tua mãe:

Ano de escolaridade	Pai	Mãe
Não tem o 4º ano de escolaridade (4ª classe)		
4º Ano de escolaridade (4ª classe)		
6º Ano de escolaridade (ensino preparatório)		
9º Ano de escolaridade (antigo 5º ano)		
11º / 12º Ano de escolaridade (ensino complementar / secundário)		
Ensino superior (curso médio / bacharelato)		
Ensino superior (licenciatura)		
Pós – graduação / Mestrado / Doutoramento		

19. Qual a profissão do teu pai? \_\_\_\_\_

- Empregado
- Trabalha por conta própria
- Desempregado
- Reformado / Pensionista

20. Qual a profissão da tua mãe? \_\_\_\_\_

- Empregado
- Trabalha por conta própria
- Desempregada
- Reformada / Pensionista

21. Indica com  o ramo de actividade de trabalho do teu pai e da tua mãe:

Ramo de actividade	Pai	Mãe
Têxtil		
Construção Civil		
Agricultura		
Comércio		
Outra. Qual?		
Outra. Qual?		

22. Com quem vives?

- Pai
- Mãe
- Irmãos, quantos? \_\_\_\_\_ Que idade têm? Estudam ou trabalham?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- Outras pessoas (indica o grau de parentesco): \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

23. Fazes os trabalhos de casa marcados pelos professores, todos os dias?

- Sim
- Não, porque: \_\_\_\_\_

24. Em que parte da casa costumavas fazer os trabalhos da escola?

- Quarto
- Sala
- Outro sítio. Qual? \_\_\_\_\_

25. Em casa, tens dificuldades de concentração para fazer os deveres da escola?

- Sim
- Não

26. Para estudar, em casa, tens à tua disposição:

- Dicionários
- Livros
- Jornais
- Computador
- Internet

27. Em casa costumavas fazer algumas tarefas para ajudar os teus pais?

- Não
- Sim. Quais?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

28. Geralmente essas tarefas são feitas:

- Todos os dias e demoram \_\_\_\_\_ horas por dia
- Só durante a semana e demoram \_\_\_\_\_ horas por dia
- Só ao fim de semana e demoram \_\_\_\_\_ horas por dia

29. Sobre essas tarefas:

- Gosto
- Não gosto, preferia \_\_\_\_\_
- Concordo
- Não concordo
- Não concordo, mas é necessário

30. Durante a semana a que horas te levantas? \_\_\_\_\_

31. Durante a semana a que horas te deitas? \_\_\_\_\_

32. Os teus pais gostam de ir à Escola, conversar com os professores ou Director de Turma sobre os teus progressos e dificuldades?

Sim

Não. Porque:

\_\_\_\_\_

33. Este ano quantas vezes o teu Encarregado de Educação veio à Escola?

\_\_\_\_\_ Porque motivo? \_\_\_\_\_

34. Em casa costumam falar da Escola com os teus pais?

Sim

Não

Às vezes

35. Quantas vezes?

Todos os dias

Uma vez por semana

No final de cada período lectivo

Quando tenho algum problema

36. Costumas comentar e falar com os teus pais sobre temas que são divulgados nas televisões e jornais?

Sim

Não

37. Os teus pais castigam-te se faltares às aulas?

Sim

Não, porque: \_\_\_\_\_

38. Os teus pais costumam elogiar-te quando tens uma boa nota numa disciplina?

Sim

Não

39. Quando tens uma negativa os teus pais acham que \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

40. Os teus pais acham que gastam muito dinheiro contigo, pelo facto de estares a frequentar a Escola?

Não

Sim, mas é bem gasto

Sim e não é bem gasto porque: \_\_\_\_\_

41. No final do 9º ano de escolaridade os teus pais gostariam que continuasses a estudar?

Sim

Não

42. Qual a profissão que os teus pais gostariam que tu exercesses no futuro?

\_\_\_\_\_

Porquê?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

43. Gostas desta Escola?

Sim

Não

Porquê?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

44. Costumas participar nas festas e actividades da Escola?

Sim

Não, porque \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

45. Consideras que na Escola existe um bom relacionamento entre os professores e os alunos? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

46. Já “utilizaste” os serviços de psicologia e de orientação da Escola para te ajudar a escolher o teu futuro escolar e profissional? \_\_\_\_\_
47. Nas disciplinas que tens negativa, os professores ajudam-te individualmente a superar as dificuldades?
- Sim, durante as aulas
  - Sim, noutros horários
  - Não, os professores acham que eu \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
48. Achas que os professores têm preferência por alguns alunos da turma?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
49. Algum professor já te mandou sair da sala de aula por mau comportamento?  
\_\_\_\_\_
50. Já tiveste algum processo disciplinar? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Obrigado pelas respostas

## QUESTIONÁRIO

Este questionário insere-se num estudo que aborda o insucesso e o abandono escolares no concelho de Vila Nova de Famalicão.

Pretende-se aferir a probabilidade de abandono escolar, a capacidade de permanecer na Escola dos alunos e fazer um balanço da tomada de decisão no final do 9º ano de escolaridade.

Assinala com uma cruz ☒ no quadrado correspondente à tua resposta e responde sinteticamente às restantes questões.

As tuas respostas são anónimas e confidenciais.

Muito Obrigado.

1. Idade: \_\_\_\_\_ anos

2. Sexo:

Feminino

Masculino

3. Freguesia de residência: \_\_\_\_\_

4. Este ano que tipo de curso frequentas?

Curso Científico – Humanístico

Curso Tecnológico

Curso Artístico Especializado

Curso de Educação Formação / Formação Complementar

Curso Profissional

Curso de Aprendizagem

5. Qual o nome do curso? \_\_\_\_\_

6. Indica a tua situação escolar no ano lectivo anterior:

- Não me matriculei na escola, estive em casa
- Desisti e estive em casa
- Não me matriculei na escola, estive a trabalhar
- Desisti e fui trabalhar
- Frequentei um Curso de Educação Formação de nível 2 U.E.
- Frequentei o 9º ano de escolaridade
- Frequentei o 10º ano de escolaridade
- Frequentei o 11º ano de escolaridade
- Frequentei o 12º ano de escolaridade

7. Se no ano lectivo anterior te matriculaste, indica o nome do curso e da Escola:

---

8. Se já frequentaste o ensino secundário, mudaste de curso?

Sim

Não

Porquê?

---

---

---

9. Já reprovaste alguma vez?

Não

Sim

Se sim, quantas vezes reprovaste e em que anos de escolaridade?

---

10. Gostas desta Escola?

Sim

Não

Porquê?

---

---

11. Indica os 3 principais motivos que te levaram a optar por estudar nesta Escola (indicando atrás do quadrado **1** para o motivo mais importante, **2** para o segundo motivo mais importante e **3** para o motivo menos importante):

- A oferta de ensino nas outras escolas não me satisfazia
- Esta Escola situa-se mais perto da minha residência do que as outras
- O ensino é mais individualizado e os professores desta Escola são mais empenhados do que nas outras escolas
- Esta Escola organiza mais actividades para os alunos do que as outras escolas
- Fui influenciado pelos meus familiares e/ou amigos
- Tenho apoios /subsídios (alimentação, transporte, etc.)
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

12. Indica os 3 principais motivos que te levaram a optar pelo curso que estás a frequentar (indicando atrás do quadrado **1** para o motivo mais importante, **2** para o segundo motivo mais importante e **3** para o motivo menos importante):

- Não gosto de algumas disciplinas do curso que mais me interessava que era o curso: \_\_\_\_\_
- Este é o curso que os meus pais consideram ser o mais adequado para mim
- É o curso que está mais de acordo com os meus interesses, com aquilo que gosto de fazer e com o que pretendo ser no futuro
- O curso que eu queria não existe nesta Escola nem numa escola da região. Qual era o curso? \_\_\_\_\_
- Nesta Escola foi o curso que tive vaga
- Este curso tem maior ligação com o curso superior que pretendo frequentar
- Outros motivos. Quais? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

13. Para tomares a decisão sobre o curso que frequentas o que fizeste?

- Conversei com os meus pais sobre o assunto
- Frequentei sessões de orientação dos Serviços de Psicologia e Orientação da minha Escola
- Conversei com o meu Director de Turma e / ou alguns professores
- Visitei empresas e conversei com profissionais
- Recolhi informações sobre os vários cursos existentes, profissões e ofertas de emprego

Obrigado pelas respostas

## QUESTIONÁRIO

Este questionário insere-se num estudo que aborda os benefícios dos alunos pela frequência de uma escola / curso de artes.

Assinala com uma cruz ☒ no quadrado correspondente à tua resposta e responde sinteticamente às restantes questões.

As tuas respostas são anónimas e confidenciais.

Muito Obrigado.

1. Idade: \_\_\_\_\_ anos

2. Sexo:

Feminino

Masculino

3. Freguesia de residência: \_\_\_\_\_

4. A freguesia pertence ao concelho de: \_\_\_\_\_

5. Indica com ☒ a escolaridade do teu pai e da tua mãe:

Ano de escolaridade	Pai	Mãe
Não tem o 4º ano de escolaridade (4ª classe)		
4º Ano de escolaridade (4ª classe)		
6º Ano de escolaridade (ensino preparatório)		
9º Ano de escolaridade (antigo 5º ano)		
11º / 12º Ano de escolaridade (ensino complementar / secundário)		
Ensino superior (curso médio / bacharelato)		
Ensino superior (licenciatura)		
Pós – graduação / Mestrado / Doutoramento		

6. Qual a profissão do teu pai? \_\_\_\_\_

- Empregado
- Trabalha por conta própria
- Desempregado
- Reformado / Pensionista

7. Qual a profissão da tua mãe? \_\_\_\_\_

- Empregado
- Trabalha por conta própria
- Desempregada
- Reformada / Pensionista

8. Indica com  o ramo de actividade de trabalho do teu pai e da tua mãe:

Ramo de actividade	Pai	Mãe
Têxtil		
Construção Civil		
Agricultura		
Comércio		
Outra. Qual?		
Outra. Qual?		

9. Com quem vives?

- Pai
- Mãe
- Irmãos, quantos? \_\_\_\_\_ Que idade têm? Estudam ou trabalham?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- Outras pessoas (indica o grau de parentesco): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10. Que tipo de curso frequentas?

- Curso Tecnológico
- Curso Artístico Especializado
- Curso Profissional
- Curso de Educação Formação / Formação complementar

11. Qual o nome do curso? \_\_\_\_\_

12. Indica a tua situação escolar no ano lectivo anterior ao ingresso nesta escola:

- Não me matriculei na escola, estive em casa
- Desisti e estive em casa
- Não me matriculei na escola, estive a trabalhar
- Desisti e fui trabalhar
- Frequentei o curso \_\_\_\_\_ de Educação Formação de nível 2 U.E.
- Frequentei o 9º ano de escolaridade
- Frequentei o 10º ano de escolaridade do curso \_\_\_\_\_
- Frequentei o 11º ano de escolaridade do curso \_\_\_\_\_
- Frequentei o 12º ano de escolaridade do curso \_\_\_\_\_

13. Já reprovaste alguma vez?

- Não
- Sim

Se sim, quantas vezes reprovaste e em que anos de escolaridade?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

14. Costumas fazer trabalhos artísticos ou utilizas técnicas diferentes nas disciplinas de Português, Inglês e Matemática?

- Sim, dá um exemplo: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- Não

Porquê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

15. Este ano quais as disciplinas que pensas ter negativa?

---

---

16. Achas que tens dificuldades de aprendizagem nas disciplinas que pensas que vais ter negativa ou não gostas das matérias e por isso não estudas?

Tenho dificuldades de aprendizagem

Não gosto das matérias e por isso não estudo

Outra razão. Qual? \_\_\_\_\_

17. Tens dificuldade de concentração nas aulas?

Sim

Não

18. Costumas faltar às aulas?

Não

Sim

Às vezes

19. Quando faltas, quais são os principais motivos?

---

---

---

20. Gostas desta Escola?

Sim

Não

Porquê?

---

---

---

21. Alguma vez sentiste dificuldades de integração nesta escola?

Sim

Não

Porquê? \_\_\_\_\_

---

---

22. Gostas de trabalhar em equipa?

Sim

Não

Porquê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

23. Consideras que existe um ambiente familiar nesta escola?

Sim

Não

Porquê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

24. Consideras que os teus professores são os “inspectores” dos teus trabalhos para depois te avaliarem ou são apenas coordenadores ou parceiros na realização dos trabalhos? Explica melhor a resposta.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

25. Achas que estás a mudar a tua “maneira” de ser, pela frequência desta

Escola?

Sim

Não

Porquê?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

26. Indica o principal motivo que te levou a optar por estudar nesta Escola:

- A oferta de ensino nas outras escolas não me satisfazia
- Esta Escola situa-se mais perto da minha residência do que as outras
- É a única Escola da região que oferece o curso que frequento
- O ensino é mais individualizado e os professores desta Escola são mais empenhados do que nas outras escolas
- Esta Escola organiza mais actividades para os alunos do que as outras
- Esta Escola tem boas instalações e equipamentos
- Fui influenciado pelos meus familiares
- Fui influenciado pelos meus amigos que também escolheram esta
- Tenho apoios /subsídios (alimentação, transporte, etc.)
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

27. Indica o principal motivo que te levou a optar pelo curso que estás a frequentar:

- Não gosto de algumas disciplinas do curso que mais me interessava que era o curso: \_\_\_\_\_
- Este curso tem as disciplinas que eu mais gosto
- Este é o curso que os meus pais consideram ser o mais adequado
- É o curso que está mais de acordo com os meus interesses, com aquilo que gosto de fazer e com o que pretendo ser no futuro
- O curso que eu queria não existe nesta Escola nem numa escola da região. Qual era o curso? \_\_\_\_\_
- Nesta Escola foi o curso que tive vaga
- Este é o curso que eu conhecia melhor porque não tinha muitas informações sobre os outros
- Este curso permite-me ter uma profissão, no final do 12º ano de escolaridade, onde há mais empregos
- Este curso tem maior ligação com o curso superior que pretendo frequentar
- Outros motivos. Quais? \_\_\_\_\_

28. Para tomares a decisão sobre o curso que frequentas o que fizeste?

- Conversei com os meus pais sobre o assunto
- Frequentei sessões de orientação dos Serviços de Psicologia e Orientação da minha Escola
- Conversei com o meu Director de Turma e / ou alguns professores
- Visitei empresas / instituições e conversei com profissionais
- Recolhi informações sobre os vários cursos existentes, profissões e ofertas de emprego

29. Os teus pais apoiaram-te e gostaram da opção que fizeste?

Sim

Não

Porquê?

---

30. Após a conclusão deste curso, o que pensas fazer?

Continuar a estudar

Porquê?

---

Qual o curso / área que gostarias de frequentar?

---

Porquê? \_\_\_\_\_

Nessa área, existe oferta de formação em Portugal?

---

Procurar emprego

Porquê?

---

Achas que vai ser fácil “arranjar” emprego? Porquê?

---

Onde vais procurar emprego? \_\_\_\_\_

Que actividades pensas desenvolver? \_\_\_\_\_

---

Ainda não sei o que vou fazer

Obrigado pelas respostas

### **Guião de entrevista ao Director Pedagógico**

#### **(Escolas que ministram apenas cursos artísticos)**

1. A Escola tem tentado diversificar a oferta formativa na área artística? Se não, porquê?
2. Se sim, tem conseguido? Se não tem conseguido, quais são os entraves?
3. Considera que a arquitectura social desta Escola tem especificidades que a distinguem das restantes escolas? Quais?
4. Acha que existe uma verdadeira política de interdisciplinaridade nesta Escola? Mesmo nas disciplinas de Português, Inglês e Matemática? Como?
5. Quais são as vantagens de um aluno que frequenta um curso de artes?
6. Quais são as vantagens de uma escola de artes em relação às outras escolas para o combate ao insucesso e abandono escolares?
7. Qual é o papel de uma escola de artes na estratégia de desenvolvimento local?

### **Guião de entrevista ao Director Pedagógico**

#### **(Escolas que ministram cursos artísticos e outros)**

1. A Escola tem tentado diversificar a oferta formativa na área artística? Se não, porquê? Tem conseguido? Se não, quais os entraves?
2. Acha que o número de desistências é maior, menor ou indiferente nos cursos de artes? Porquê?
3. Acha que existe uma verdadeira “política” de interdisciplinaridade nesta Escola? Mesmo nas disciplinas de Português, Inglês e Matemática? Como?
4. A programação de actividades que impliquem a interdisciplinaridade é mais fácil nos cursos de artes ou é indiferente? Porquê?
5. Quais são as vantagens para um aluno que frequenta um curso de artes?
6. Quais são as vantagens de um curso de artes em relação aos outros cursos para o combate ao insucesso e abandono escolares? (se concordar)
7. Qual é o papel da existência de cursos de artes na estratégia de desenvolvimento local?